

Márcia Lousada

Geografia do Turismo Rural no estado de Minas Gerais
ecos contraditórios de um segmento turístico dito em expansão

Instituto de Geociências (IGC) - Departamento de Geografia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil

2007

Márcia Lousada

**GEOGRAFIA DO TURISMO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS:
ECOS CONTRADITÓRIOS DE UM SEGMENTO TURÍSTICO
DITO EM EXPANSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Allaoua Saadi

Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
Abril - 2007

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Instituto de Geociências (IGC)
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Dissertação: *Geografia do Turismo Rural no estado de Minas Gerais: ecos contraditórios de um segmento turístico dito “em expansão”*, de autoria da mestranda Márcia Lousada, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Allaoua Saadi - IGC/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Roberto Célio Valadão - IGC/UFMG

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida dos Santos Tubaldini – IGC/UFMG

Prof.^a Dr.^a Marlusa Gosling – FACE/UFMG

Belo Horizonte, 13 de abril de 2007

AGRADECIMENTOS

*"Isso de querer ser
exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além"
Paulo Leminsk*

Agradeço aos meus familiares, amigos e colegas que durante todo o mestrado contribuíram para que esta fosse mais uma experiência de exercício dos valores nos quais eu acredito. Desse modo, em especial, fazem parte desse elenco de Pessoas Maravilhosas:

O clã da Família Lousada, por toda carinho e apoio, pela crença nos meus sonhos e apoio incondicional nas horas mais difíceis;

O Professor e amigo Allaoua Saadi pela confiança, acolhimento, paciência, ensinamentos, alegria e solidariedade;

O Professor Roberto Célio Valadão pelo apoio, ensinamentos e carinho durante tal jornada;

Professora Maria Aparecida Tubaldini pelo apoio e todos ensinamentos sobre o “Mundo Rural”;

As “Comadres” Mariana Lacerda, Fabiana Bernardes e Daniela Pantuso pela amizade, carinho e companheirismos de todas as horas;

A Família Moraes pelo amor e sempre carinho;

O Leandro Maciel pela dedicação e paciência durante a concepção dos mapas;

O Leo Tafuri e Amarílis por todo amor, estímulo, paciência, alegria, boas gargalhadas e ombro amigo ao longo de todo mestrado;

A Tatiana Travisani e Fernando Burgos por todo amor, dedicação, torcida organizada;

Ao Flávio Vitarelli por todo carinho e apoio;

À Família do Colégio Diversitas pelo carinho e estímulo;

À todos os funcionários do IGC/UFMG pelo apoio.

Agradeço também a CAPES pelo apoio financeiro como bolsista do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG.

Para viajar basta existir.
Vou de dia para dia, como de estação para estação,
No comboio do meu corpo ou do meu destino,
Debruçado sobre as ruas e as praças,
Sobre os gestos e os rostos,
Sempre iguais e sempre diferentes,
Como afinal as paisagens são.
A vida é o que fazemos dela.
As viagens são os viajantes.
O que vemos não é o que vemos,
Se não o que somos.

Fernando Pessoa

RESUMO

Os órgãos públicos competentes, associações de mercado do Turismo Rural, demais entidades relacionadas ao *trade* turístico e parte dos especialistas confirmam que as atividades relacionadas a tal segmento turístico têm início no país em 1980 (ROQUE, 2001), vêm a se consolidar a partir da década de 1990 (TULIK, 2006) e apontam que, desde então, o mesmo tem apresentado índices de expansão promissores, principalmente quando comparado aos segmentos convencionais do turismo.

Além destas afirmações sobre o fenômeno de expansão do mercado de Turismo Rural a partir de 1990, os meios de divulgação constituem outro fundamental, termômetro a respeito do contexto colocado. Ao consultar os sites de hospedagem turística, de associações de mercado, os guias temáticos, os *folders* dos municípios e circuitos turísticos, são evidentes as constatações do aumento da oferta de iniciativas anunciadas como propostas de Turismo Rural também no estado de Minas Gerais. Essas iniciativas são assim denominadas pelos próprios veículos de comunicação e/ou pelos proprietários dos estabelecimentos turísticos.

Igualmente, é relevante observar que no histórico dos documentos técnicos de gestão pública do Turismo Rural — seja no país ou em Minas — e na recente literatura turística, vem sendo recursiva a defesa de um discurso positivo, apresentando o segmento do Turismo Rural como um vetor de desenvolvimento capaz de gerar, quase que “naturalmente”, benefícios imensuráveis para o meio rural.

Diante do exposto, propõe-se investigar o contemporâneo e propalado fenômeno de expansão mercadológica do Turismo Rural no estado de Minas Gerais, a partir do levantamento de iniciativas auto-intituladas pertencentes a esse segmento. Para dar conta deste propósito, é considerada, também, a configuração espacial desta atividade, buscando contribuir assim para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o Turismo Rural adequadas ao potencial das distintas realidades mineiras.

Palavras-chaves: Turismo Rural, Segmento Turístico, Cultura Rural e Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The public competent organs, associations of market of the Rural Tourism, too many entities made a list to a tourist trade and part of the specialists confirm that the activities made a list to such tourist segment have beginning in the country in 1980 (ROQUE, 2001), are come to consolidate from the decade of 1990 (TULIK, 2006) and point that, from that time, the same thing has been presenting promising rates of expansion, principally when compared to the conventional segments of the tourism.

Besides these affirmations about the phenomenon of expansion of the market of Rural Tourism from 1990, the ways of spread constitute another basic thermometer as to the placed context. While consulting the sites of tourist lodging, of associations of market, the thematic guides, the folders of the local authorities and tourist circuits, there are obvious the observations of the increase of the offer of initiatives announced like proposals of Rural Tourism also in the state of Minas Gerais. These initiatives are called so by the vehicles themselves of communication and/or by the owners of the tourist establishments.

Equally, it is relevant to observe, that in the historical one of the technical documents of public management of the Rural Tourism — it is in the country or in Mines — and in the recent tourist literature, be insistent the defense of a positive speech, he presenting the segment of the Rural Tourism as a vector of development able to produce, almost 'naturally', immeasurable benefits for the rural way.

Before the exposed one, it is proposed to investigate the contemporary and divulged phenomenon of marketing expansion of the Rural Tourism, in the state of Minas Gerais, from the lifting of auto-entitled pertaining initiatives to this segment. To notice on this purpose, it is considered, also, the space configuration of this activity, looking so, to contribute to the establishment of public politics turned to the Rural Tourism appropriate to the potential of the different mining reality.

Words-keys: Rural tourism, Tourist Segment, Rural Culture and Local Development

LISTAS

Figuras

Figura 1 - Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos_____	22
Figura 2 - Inter-relação de abrangência entre as Tipologias e Segmentos Turísticos relacionados ao meio rural_____	67
Figura 3 - Esquema de treinamento de Agentes e Monitores do PNMT_____	81
Figura 4 - Mosaico de imagens que retrata a diferença entre oferta de Turismo Rural no Eixo Turístico Rio São Francisco e na Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha_____	112
Figura 5 - Fotos da Expedição Desafio Espinhaço_____	117
Figura 6 - Fotos das Atividades da FUNIVALE_____	123
Figura 7 - Fotos das atividades turísticas ofertadas na Estância Vista Alegre Hotel-Fazenda – Montes Claros/MG_____	125
Figura 8 – Fotos do contraste entre as propostas turísticas divulgadas como ofertas de Turismo Rural no Oeste de Minas_____	153
Figura 9 - Imagem e Slogan da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar_____	276

Mapas

Mapa 1 – Localização do estado de Minas Gerais_____	37
Mapa 2 – Mesorregiões do estado de Minas Gerais_____	38
Mapa 3 – Mapa do IDH de 2000 de Minas Gerais_____	40
Mapa 4 – Biomas de Minas Gerais_____	41
Mapa 5 - Áreas de Estudo da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais_____	95
Mapa 6 - Localização da Oferta de Turismo Rural no Norte de Minas_____	97
Mapa 7 - Tipos de Iniciativas da oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas_____	102
Mapa 8 - População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas_____	108

Mapa 9 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Norte de Minas _____	113
Mapa 10 - Malha Rodoviária das BRs da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba _____	130
Mapa 11 - Localização da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas _____	131
Mapa 12 - Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas _____	136
Mapa 13 - População Rural da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas _____	142
Mapa 14 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Oeste de Minas _____	147
Mapa 15 - Localização da Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas _____	156
Mapa 16 - Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas _____	160
Mapa 17 - População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas _____	165
Mapa 18 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas _____	167
Mapa 19 - Localização da Oferta de Turismo Rural no Sul de Minas _____	180
Mapa 20 - Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural no Sul de Minas _____	184
Mapa 21 - População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Sul de Minas _____	190
Mapa 22: Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Sul de Minas _____	192
Mapa 23 – Localização da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais _____	204
Mapa 24 - Concetração da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais _____	206
Mapa 25 - População Rural na Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais _____	212
Mapa 26 - Detalhamento da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais _____	224
Mapa 27 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais _____	232
Mapa 28 - Localização da Oferta de Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para a Valorização da Cultura Rural _____	235

Gráficos

Gráfico 1 - Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas _____	99
Gráfico 2 - Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Norte de Minas _____	99

Gráfico 3 - Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Norte de Minas_____	101
Gráfico 4 - Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas pelas Iniciativas de Turismo Rural na Área Norte de Minas_____	106
Gráfico 5 - Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Norte de Minas_____	109
Gráfico 6 - Distribuição das Atividades de Entretenimento no Eixo São Francisco_____	114
Gráfico 7 - Distribuição das Atividades de Entretenimento na Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha_____	118
Gráfico 8 - Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas_____	133
Gráfico 9 - Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Oeste de Minas_____	134
Gráfico 10 - Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Oeste de Minas_____	135
Gráfico 11 - Atividades de Entretenimento Turístico ofertada pelas Iniciativas de Turismo Rural na Área Oeste de Minas_____	139
Gráfico 12 - Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Oeste de Minas_____	145
Gráfico 13 - Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas_____	158
Gráfico 14 - Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Central de Minas_____	159
Gráfico 15 - Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Central de Minas_____	159
Gráfico 16 - Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas pelas Iniciativas de Turismo Rural na Área Central de Minas_____	163
Gráfico 17 - Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Central de Minas_____	166
Gráfico 18 - Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo Rural na Área Sul de Minas_____	181
Gráfico 19 - Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Sul de Minas_____	183
Gráfico 20 - Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Sul de Minas_____	185
Gráfico 21 - Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas pelas Iniciativas de Turismo Rural na Área Sul de Minas_____	188

Gráfico 22 - Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Sul de Minas_____	191
Gráfico 23 - Situação Cadastral da Amostra Total de Iniciativas de Turismo Rural no estado de Minas Gerais_____	202
Gráfico 24 - Distribuição dos Municípios com Oferta de Turismo Rural por Área de Estudo no estado de Minas Gerais_____	203
Gráfico 25 - Distribuição das Iniciativas de Turismo Rural por Área de Estudo do estado de Minas Gerais_____	205
Gráfico 26 - Localização da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais_____	214
Gráfico 27 - Percentual da Oferta de Turismo Rural localizada nos Distritos e Povoados por Área de Estudo em Minas Gerais_____	216
Gráfico 28 - Distribuição da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais por Tipos de Serviços_____	218
Gráfico 29 - Percentual de Iniciativas Turísticas que <u>não ofertam</u> Atividades de Entretenimento Turístico por Área Estudo_____	220
Gráfico 30 - Exemplo de uma evoluída Oferta Turística: Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Área de Estudo Oeste de Minas_____	221
Gráfico 31 - Percentual da Oferta dos Serviços Turísticos H/AL/AT por Área de Estudo em Minas Gerais_____	221
Gráfico 32 - Percentual de Iniciativas Turísticas que ofertam apenas Atividades de Entretenimento Turístico - AT por Área de Estudo_____	222
Gráfico 33 - Percentual de Iniciativas Turísticas que <u>ofertam</u> Atividades de Entretenimento Turístico por Área Estudo na Oferta de Turismo Rural de MG_____	222
Gráfico 34 - Detalhamento dos tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural em Minas Gerais_____	223
Gráfico 35 - Detalhamento dos tipos de Atividades de Entretenimento Turístico da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais_____	226

Quadros

Quadro 1 - Classificação dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural_____	26
---	----

Quadro 2 - Categorias de Classificação por Localização da oferta de Turismo Rural_____	28
Quadro 3 - Categorias dos Grupos Temáticos de Atividades de Entretenimento Turístico_____	29
Quadro 4 - Categorias e Cores de Atividades Turísticas de identificação dos Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural_____	31
Quadro 5 - Sistematização dos Conceitos de Turismo Rural - Conceituações Acadêmicas e Técnicas de 1980 a 2006_____	61
Quadro 6 - Tipos e frequência de Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas no entorno autóctone de algumas Iniciativas na Área de Estudo Norte de Minas_____	100
Quadro 7 - Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para o Turismo Rural na Área Oeste de Minas_____	139
Quadro 8 - Atividades de Entretenimento Turístico na Área Oeste de Minas_____	150
Quadro 9 - Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas no Entorno Autóctone de algumas iniciativas na Área de Estudo Oeste de Minas_____	150
Quadro 10 - Opções de Entretenimento Turístico voltadas para a valorização do Modo de Vida Rural na Área Vilas e Fazendas_____	168
Quadro 11 - Atividades de Entretenimento Turístico de Valorização da Cultura Rural na Área Sul de Minas_____	194
Quadro 12 - Atividades de Entretenimento Turístico nas Áreas Turísticas do Café e dos Caminhos do Sul de Minas_____	195
Quadro 13 - Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para a valorização da Cultura Rural ofertadas na Área Oeste de Minas_____	228
Quadro 14 - Áreas e Municipalidades com Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para o Turismo Rural no estado de Minas Gerais_____	234
Quadro 15 - Proposta de Categorização de Empreendimentos Turísticos da Associação Brasileira de Turismo Rural – ABTR_____	249
Quadro 16 - Símbolos utilizados para categorização de empreendimentos turísticos pela Associação Brasileira de Turismo Rural – ABTR_____	250
Quadro 17 - Distribuição da Oferta de Turismo Rural na Comunidade Européia_____	258

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação/Justificativa	12
Objetivos	18
Trajectoria da Pesquisa	19
Localização e características da Área de Estudo	37
CAPITULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	42
1.1. Tipologia do Turismo: um árduo caminho no estudo do fenômeno turístico	43
1.2. Formação conceitual e os respectivos entraves teóricos do Turismo Rural	51
1.3. Turismo Rural: contemporânea panacéia para o “Desenvolvimento Rural Local”?	69
CAPÍTULO II – AS MÚLTIPLAS FACETAS DA OFERTA DE TURISMO RURAL NO ESTADO MINEIRO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR ÁREAS DE ESTUDO	91
2.1. Apresentação das Áreas de Estudo	91
2.2. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas	96
2.3. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas	129
2.4. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas	154
2.5. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área Sul de Minas	177
CAPÍTULO III – GEOGRAFIA DO TURISMO RURAL EM MINAS GERAIS	201
3.1. Primeiras Impressões	202
3.2. Eixos e Áreas Turísticas: vestígios de expansão do Turismo Rural mineiro?	231
3.3. À Guisa de uma Conclusão	240
CAPÍTULO IV – TURISMO RURAL: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO	244
4.1. Correlação das propostas de Categorização do Turismo Rural com a amostra de Iniciativas Turísticas: limitações e possibilidades	244
4.2. Ecos contraditórios de um segmento turístico dito “em expansão” – Considerações Finais	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289

INTRODUÇÃO

Apresentação/Justificativa

A imagem da ruralidade, da roça, é, de fato, inseparável da do palco que lhe serve de suporte físico, e recebeu, ao longo dos séculos, as impressões digitais dos ciclos históricos e sócio-econômicos vividos pelas comunidades locais. O estado de Minas Gerais abriga algumas das mais importantes regiões agropecuárias do país, o que lhe atribuiu fortes e ricas tradições rurais emolduradas por paisagens muito diversificadas e notáveis por sua beleza natural e carga cultural. Essas características serviram de quadro incentivador para o desenvolvimento de atividades e estabelecimentos ligados ao Turismo Rural.

Investigações preliminares deste processo mostraram, por um lado, um efeito de concentração espacial diferencial, em função da solidez e/ou antiguidade da vocação agropecuária dos espaços rurais e, por outro lado, um forte distanciamento entre as imagens veiculadas pelas mensagens mercadológicas das diversas iniciativas e as características físicas e culturais das paisagens que as abrigam. Esse é o principal mote que norteia o programa de pesquisa *Turismo Rural no estado de Minas Gerais: Organização Territorial e Inserção Paisagística*, desenvolvido pela equipe do Centro de Pesquisa-Ação em Planejamento Turístico (CEPLANTUR), composta de professores e alunos do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O programa de pesquisa supracitado vem sendo encampado pelo CEPLANTUR desde 2003, e, para sua realização plena, optou-se por desmembrá-lo em vários projetos temáticos, o que contribuirá, num futuro próximo, para a compreensão do mote principal do programa a partir dos resultados de um mosaico de projetos que dialogam entre si. Assim, a contribuição do projeto de pesquisa *Geografia do Turismo Rural no estado de Minas Gerais: Ecos contraditórios de um segmento turístico dito em expansão* está centrada nas reflexões que são tecidas acerca do propalado fenômeno de expansão contemporânea do Turismo Rural em Minas Gerais.

Um dos pressupostos que motiva o avanço dessa investigação é a crença de que a linha de Pesquisa-Ação sobre o Turismo Rural pode contribuir para modificar os rumos que a atividade turística assumiu no litoral brasileiro; modelo este que majoritariamente causou severos impactos negativos de ordem natural e cultural, destacando-se a perversa inclusão sócio-cultural das populações locais no decorrer de seu crescimento econômico. Ou seja: a concepção de um novo tipo de turismo, alternativo a essa proposta, constitui uma oportunidade de (re) pensar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística em seu processo de interiorização pelo país.

Em relação a esse contexto colocado, é relevante observar que, em âmbito geral, no histórico dos documentos técnicos de gestão pública do Turismo Rural ¹ — seja no país ou em Minas Gerais — e na recente literatura turística — vem sendo recursiva a defesa de um discurso positivo frente às relações de causa e efeito no tocante ao universo das atividades desse segmento como vetor de Desenvolvimento Rural Local. Esse discurso tem apresentado o segmento do Turismo Rural como um vetor de desenvolvimento capaz de gerar, quase que naturalmente, benefícios imensuráveis para o meio rural de escala local, e entre esses benefícios aludidos estão comumente: a geração de emprego e renda para os espaços rurais, o combate ao êxodo rural, à formação de redes sócio-econômicas, o estímulo de práticas associativistas, o resgate e valorização do patrimônio cultural e natural, a melhoria da qualidade de vida da população local, a formação de circuitos turísticos, a diversificação da oferta turística entre outros.

A partir do final da década de 1990, esses aspectos positivos do Turismo Rural no Brasil foram amplamente difundidos, fazendo com que um significativo número de empreendedores investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Conseqüentemente, aspectos negativos de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionados, de modo geral, à “sobrecarga da estrutura rural pelo número elevado de visitantes e de veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade” (IPEA, 2001)

¹ O primeiro documento específico direcionado para o planejamento do Turismo Rural: Manual Operacional, lançado em 1994, durante a gestão do governo Fernando Henrique Cardoso. Como outros exemplos podem ser citados os documentos técnicos intitulados: *Diretrizes para Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (Ministério do Turismo, 2003), *Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo Rural em Minas Gerais - PED-TUR* (EMATER-MG, 2002) e *Segmentação do Turismo Brasileiro – Marcos Conceituais* (Ministério do Turismo, 2006).

Desse modo, acenar para tal segmento turístico como uma espécie de panacéia dos problemas que perpassam a complexa realidade do meio rural brasileiro tem cedido vez, ainda que lentamente,² a reflexões sobre qual é a profícua contribuição dessa atividade turística para o desenvolvimento do “mundo rural” no país, haja vista a inclusão da dimensão local como mais um desafio.³ Em complementaridade a essa constatação, o professor Joaquim Anécio de Almeida, um dos renomados especialistas no trato deste tema, alerta que, no Brasil, quando a seguinte questão é posta: “saber se o Turismo Rural pode se constituir em elemento dinamizador das áreas rurais desfavorecidas, esta tem sido, em geral, respondida afirmativamente com assodada pressa, mais baseada em expectativa e proposição (dever-ser) do que em estudos empíricos aprofundados dos processos” (ALMEIDA, 1999).

Em meio à transição dos enfoques sobre possíveis benefícios e custos gerados pelo Turismo Rural, órgãos públicos competentes, associações de mercado do Turismo Rural e outras entidades relacionadas ao *trade* turístico confirmam que as atividades relacionadas a tal segmento turístico têm início no país em 1980 (ROQUE, 2001), vêm a se consolidar a partir da década de 1990 (TULIK, 2006); e apontam que, desde então, o Turismo Rural tem apresentado índices de expansão promissores, principalmente quando comparado a segmentos convencionais do turismo.

Em 2002, segundo perspectivas da Organização Mundial do Turismo (OMT), as estimativas de crescimento do Turismo Rural giravam em torno de 20% ao ano no país. Quanto às previsões futuras de âmbito mundial, em relação ao Turismo Rural, essa mesma organização afirma, em sua publicação institucional denominada *Turismo: Panorama 2020 - Previsiones Mundiales y Perfiles de los Segmentos de Mercado* que

² Considerando que o Turismo Rural vem a se confirmar como uma realidade turística no Brasil a partir da década de 1990, o país ainda tem pouca experiência no planejamento e gestão desse tipo de turismo. E foi com o passar do tempo que os projetos e empreendimentos de Turismo Rural começaram a apontar os benefícios, riscos e desvantagens que a implementação do mesmo pode implicar. Dessa forma, é muito recente a publicação de estudos técnicos e artigos acadêmicos que discutem e comprovem os resultados empíricos do Turismo Rural para os atores sociais envolvidos com essa atividade.

³ Quanto aos desafios impostos pela inclusão da dimensão local no planejamento dos processos de Desenvolvimento Rural, Laurenti e Del Grossi (2000) tecem importantes considerações a seguir: “Embora haja esforços de vários autores na ênfase da importância do território/localidade nos processos de desenvolvimento e diversificação das áreas rurais, não se deve perder de vista que, entre o local e o geral, há uma relação dialética de formação. Isto significa que, ao estar circunscrita em totalidades mais amplas, a localidade é, além de agente determinante, também espaço determinado pelo próprio movimento da totalidade. É neste âmbito de interação com dimensões mais amplas da totalidade que se definem, por exemplo, suas relações econômicas e sócio-culturais com os centros urbanos. Deste modo, não se trata de apreender a localidade como derivação ou como simples consequência de estruturas, mas de considerá-la como elemento em constante movimento na formação da realidade concreta, formada por múltiplas determinações e canais de interação”.

se indica que el 3 por ciento de todos los turistas internacionales orientan sus viajes al turismo rural, es decir, unos 19 millones de turistas, sin incluir el turismo interno. Aunque no existan estadísticas sobre el nivel global del turismo doméstico, se considera que este es por lo menos tres veces superior al turismo internacional y en el caso del turismo rural esta proporción sería todavía mayor. La misma fuente indica que el turismo rural está experimentando un crecimiento anual de aproximadamente seis por ciento, es decir, dos puntos porcentuales por encima de la tasa promedio de crecimiento global del turismo (OMT, 2002).

Ou seja, de acordo com o prognóstico da OMT, o Turismo Rural pode ser entendido como um segmento turístico de esperançosa projeção mercadológica, considerado o marco temporal da década de 2020. Coadunado com as estimativas dessa organização mundial, Bovo, Logatto e Pimentel (2006), profissionais da EMATER-MG, também acentuam que “o Turismo Rural apresentou, na última década, grande crescimento, principalmente nas regiões Sul e Sudeste”.⁴ As estatísticas da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) apontam que a região Sul possui 19,41% e a Sudeste 55,78% da oferta desse tipo de turismo no país.⁵ Para melhor apreensão estatística, essa associação especula que existam 4.851 estabelecimentos turísticos voltados para a proposta de Turismo Rural. Na região Sudeste, o estado de Minas Gerais apresenta 42,7% das iniciativas desse segmento, ou seja, em torno de 1.147 estabelecimentos, o que pode ser entendido como aproximadamente 20% da oferta nacional. Já a presidente da Associação Mineira de Turismo Rural (AMETUR), Sra. Suzana Paiva, em entrevista concedida ao jornal *Estado de Minas*, a 3 de dezembro de 2006, presume “400 empresas, ao todo, voltadas para o Turismo Rural espalhadas pelo estado de Minas. Apesar de admitir uma falha nas estatísticas do setor, estamos tentando corrigir essa deficiência”, declara essa gestora.

Além dessas fontes de informação sobre o fenômeno de expansão do mercado de Turismo Rural a partir de 1990, no país e em Minas Gerais, os meios de divulgação constituem outro fundamental termômetro de informações a respeito da ampliação desse segmento turístico. Ao consultar os sites de hospedagem turística, de associações de mercado, os guias temáticos, os folders dos municípios e circuitos turísticos, são evidentes as constatações do aumento da oferta de iniciativas anunciadas como propostas de Turismo Rural no estado de Minas Gerais. Essas iniciativas são assim denominadas pelos próprios veículos de comunicação e/ou pelos proprietários desses estabelecimentos turísticos.

⁴ Citação que expõe a opinião dos técnicos da EMATER-MG Carlos Eduardo de Oliveira Bovo, Edson Logatto e Márcia Pimentel sobre a realidade do Turismo Rural no Brasil. A citação foi extraída do artigo *Turismo Rural e Metodologia Participativa*, publicado nos Anais do V CITURDES.

⁵ Os dados estatísticos citados foram retirados do site da ABRATURR: www.turismorural.org.br, acessado em 30/07/2005.

Quanto à expansão da oferta de Turismo Rural estadual, um dado significativo foi a publicação de um guia temático sobre tal mercado turístico, em dezembro de 2006. O *Guia de Turismo Rural em Minas Gerais da AMETUR* (2006) divulga a oferta de 65 estabelecimentos dessa natureza. Entretanto, essa mesma instituição contava com apenas 25 associados até o início desse mesmo ano. Desse modo, a publicação do guia mencionado proporcionou o reconhecimento oficial, por parte dessa associação, de um aumento de mais de 100% na oferta de iniciativas desse gênero atuantes no cenário mineiro.

Diante de tal contexto, outro fator a ser abordado é o crescimento da demanda turística voltada para as atividades sediadas no meio rural, fator esse considerado uma das forças estruturantes de tal fenômeno.

Hoje, muitos urbanos tratam de encontrar, no rural, âmbitos sócio-espaciais abarcáveis e idôneos para a realização de sua identidade individual e coletiva, em um mundo cada vez mais globalizado, imprevisível e inabarcável. A revalorização do rural contida nas práticas de excursões ao campo, dos veraneios e das atividades de lazer nele, bem como outras diversas formas de sua utilização e consumo, tem se fundado na grande expressão planetária que tomou o ambientalismo nas últimas décadas. As apelações de reencontro com a natureza, a harmonia, a qualidade de vida e o respeito com o meio-ambiente, que se apresentam nos discursos ressignificados do rural, têm evidenciado a crise da idéia de progresso contínuo e sem limites que acalentou o projeto modernizador via industrialismo e urbanização dos últimos duzentos anos (FROEHLICH, 2000).

Tendo em vista esses aspectos inter-relacionados abordados até o momento, observa-se que há a confirmação por parte dos gestores públicos e privados quanto à expansão das atividades de Turismo Rural e a observação atenta dos estudiosos a respeito dos pressupostos que desencadeiam esse fato e seus desdobramentos. Traçado esse breve panorama a respeito do Turismo Rural, será possível verificar que, efetivamente, esse segmento turístico é consolidado e está em expansão no estado de Minas Gerais? Essa indagação constitui a hipótese central sobre a qual o projeto de pesquisa em questão trará apontamentos e reflexões.

Além das constatações dessa realidade mercadológica, outros fatores foram identificados, a partir de estudos de gabinete correlatos a essa realidade, para que o objeto de pesquisa em discussão fosse delineado. Entre esses fatores, podem ser citados:

- a falta de consenso técnico-acadêmico sobre a conceituação do Turismo Rural, apontada por autores como Roque (2001), Tulik (1997), Rodrigues (2000) e presente em documen-

tos de gestão pública desse segmento, a exemplo das *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (Ministério do Turismo, 2003);

- o expressivo contra-senso da proposta turística dessas iniciativas em relação a seu respectivo tipo de turismo — o Rural, evidência relatada no diagnóstico sobre o Turismo Rural realizado pelo IPEA em parceria com a EMBRATUR, publicado em 2001, e no *Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo Rural* (PEDTUR) de Minas Gerais (2002);
- a fragilidade das políticas públicas e legislações responsáveis pela regulamentação dessa atividade; situação identificada, entre outras fontes, nos trabalhos técnicos: *Consolidação do Marco Conceitual e do Arranjo Institucional da Política Nacional de Turismo Rural* – IPEA/EMBRATUR (2001), *Estudo dos Entraves nas Legislações que afetam o Agroturismo e Proposta de Adequação ao Desenvolvimento da Atividade* (VERASCHIN et al./Instituto CEPA-SC (2004), *Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural* (PEDTUR-MG) (2002) e na literatura acadêmica, por Domingos (2004) e Vieira (2005), entre outros autores;
- a inconsistência de metodologias para conceber tipologias, propostas de categorização (baseada na oferta e/ou demanda turística) voltadas para as iniciativas de Turismo Rural no Brasil e em Minas Gerais, focando, assim, a melhor estruturação dessa oferta turística; colocação apontada pelos programas e estudos técnicos do IPEA/EMBRATUR (2001), do Ministério do Turismo (2003), do PRONAF para o Turismo Rural (2004) e do Instituto CEPA/SC (2004), além de fontes da literatura específica como Rodrigues (2000), Tulik (2006).
- a carência de estudos de âmbito estadual relacionados ao tema que possam subsidiar, proficuamente, a adequação dessa atividade turística aos territórios mineiros; demanda apontada por Roque (2001), PEDTUR (2002) e por Almeida (2006).

A princípio, é possível especular que a gama de fatores elencada acima somada às investigações preliminares sobre a realidade das propostas de turismo rotuladas como “ofertas de Turismo Rural” vêm permitindo que a imagem desse segmento turístico seja utilizada para se colocar no mercado produtos convencionais, ou não, de Turismo no Espaço Rural. Tal contexto pode vir a ser um grave obstáculo para a consolidação do Turismo Rural como um tipo de turismo que possui características bem definidas e demanda potencial em crescimento. E assim, diante de tal projeção, para além dessas implicações mercadológicas, esse segmento turístico, ao invés de privilegiar o desenvolvimento local para as populações

rurais envolvidas, através de suas faculdades, em potencial, passa a ser um instrumento de concentração de renda e agravamento das desigualdades sócio-culturais e econômicas. Entretanto, tais especulações sugerem novas suposições que apenas poderão ser respondidas, parcialmente, ao cabo desse estudo. Para tanto, a inter-relação dessa oferta turística com a sua respectiva configuração espacial constitui um dos procedimentos que contribui para a melhor contextualização das respostas que circunscrevem a pergunta central que norteia o estudo em questão.

Objetivos

No que concerne aos pontos positivos e à problemática que envolve a conjuntura desse segmento turístico, buscou-se expor, de forma sucinta, a urgente necessidade de informações técnico-científicas, comprovadas, inclusive, do ponto de vista empírico, e que possam subsidiar a (re) estruturação da política pública específica para o Turismo Rural. Informações essas que possam retratar, criticamente, o contexto contemporâneo do Turismo Rural mineiro, colaborando, assim, para a reflexão sobre quais são as intervenções pertinentes à organização dessa atividade turística no estado.

Diante do exposto, o objetivo geral desse estudo é investigar o atual contexto da suposta expansão mercadológica do Turismo Rural no estado de Minas Gerais, a partir do levantamento de iniciativas auto-intituladas pertencentes a esse segmento, e considerar sua configuração espacial, a fim de buscar, desse modo, contribuir para o estabelecimento de políticas públicas adequadas ao potencial das distintas realidades mineiras quanto ao desenvolvimento desse tipo de turismo. E para que tal propósito seja alcançado, os seguintes objetivos específicos são perseguidos:

- colaborar, a partir de discussões teóricas e impressões empíricas, com a reflexão acerca da tipologia do Turismo Rural;

- proporcionar melhores condições de apreensão espacial da oferta considerada de Turismo Rural no estado a partir da caracterização turística das Áreas de Estudo,⁶ com a geração de mapas, banco de dados e gráficos;
- contribuir para a melhor estruturação de propostas de Turismo Rural no estado de Minas Gerais, levando-se em conta as vocações turísticas identificadas nas distintas Áreas de Estudo e as realidades mercadológicas verificadas;
- incentivar o acesso e distribuição mais justa dos benefícios (crédito bancário, linhas de investimento, consultoria, assessoria técnica, entre outros benefícios) entre as distintas realidades de proprietários rurais, através da contextualização atual do Turismo Rural e suas implicações para o desenvolvimento local.

Trajetória da Pesquisa

Dada a natureza do objeto de estudo em curso e os propósitos de investigação relacionados a ele, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com análises de cunho qualitativo e quantitativo. De acordo com Lakatos e Marconi (1995),

a pesquisa Exploratória tem como cerne principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições, favorecendo, por vezes, a descoberta de um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar. Através da pesquisa exploratória avalia-se a possibilidade de se desenvolver um estudo inédito e interessante, sobre uma determinada temática. Sendo assim, este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Já a pesquisa Descritiva procura observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis), sem que o pesquisador interfira neles ou os manipule. Este tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, isto é, aquelas que visam estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, e outros. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características.

Assim, para dar conta dos objetivos traçados nesta pesquisa, uma série de procedimentos metodológicos é adotada, cronologicamente, compondo, deste modo, o que pode ser reconhecido como a trajetória desta investigação. Todavia, apesar das etapas da pesquisa obedecerem a

⁶ Nessa pesquisa, foram instituídas quatro Áreas de Estudo dessa oferta turística para a melhor análise do Turismo Rural no estado. Estas foram estabelecidas a partir da configuração espacial da oferta de Turismo Rural, combinada com outros fatores de ordem histórica, sócio-cultural e econômica. As informações detalhadas sobre as Áreas de Estudo estabelecidas para esta pesquisa são encontradas no Capítulo II.

uma seqüência temporal, é possível afirmar que, em meio ao conjunto de teorias e informações utilizadas para a realização deste estudo, o arcabouço teórico correlato ao Desenvolvimento de Base Local perpassa todas as fases de investigação, assumindo, desse modo, o caráter de conceito-norteador de tal estudo.

Lançar mão de tal postura investigativa tem como fundamento as contribuições trazidas por essa teoria para o enfrentamento do estudo de fenômenos manifestos no meio rural, a exemplo do Turismo Rural, que estejam voltados para além do desenvolvimento setorial que vem sendo encampado, ao menos no âmbito empírico das políticas públicas no Brasil. Essas contribuições estão centradas, com maior ênfase, na constatação de que a superação dos problemas vivenciados pelo meio rural passa, também, pelas respostas discutidas e adotadas na base das articulações de nível local.

Assim, para fins dessa pesquisa, o “local” representa o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não-transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. Representa, assim, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que, por sua vez, determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, tanto para produtos como para processos (CAMPANHOLA E SILVA, 2000). Com efeito, de complementaridade, vale dimensionar que, mais que o território físico, o local também se constitui, portanto,

em espaço de discussão social em que a problemática da inclusão e da manifestação política encontra campo fértil. A dimensão do fenômeno, nesse momento de crescente apropriação de tecnologias de interação, é tanto de expansão global quanto de conversão de interesses locais. O que se conclui é que existe de fato a necessidade de multiplicar os espaços de participação sejam estes de natureza geográfica ou virtual. Mais que isso, tais espaços devem servir aos ideais de luta a favor de uma polifonia que traga à tona os mais variados discursos, para redefini-los num exercício da cidadania, considerada enquanto recurso para o desenvolvimento local. Vale lembrar que a pluralidade de significados existentes em torno deste conceito faz inviável a tentativa de universalizar qualquer construção que se pretenda fixa para definir o ‘local’, dada a dinâmica das relações sociais e especificidades de cada território (COSTA, 2007).

Além de implicar que as condições de desenvolvimento sejam tratadas em nível local, outra competência relacionada à teoria do Desenvolvimento de Base Local, de suma importância para esse trabalho, é a superação, nessa proposta, quanto à dicotomia dos modelos de desenvolvimento que ainda se restringem aos conceitos de *rural* e *urbano* como espaços opostos,

passando, assim, a considerar, em ambos os espaços, “as várias formas de integração e troca que se desenvolvem entre os segmentos espaciais e os setores de atividades” (SARACENO, 1994). A adoção de uma perspectiva de desenvolvimento que supere tais entraves se torna imperativa para o estabelecimento de estratégias que atendam à complexidade dos arranjos sócio-culturais e produtivos que se manifestam nas distintas realidades do meio rural no Brasil.

A última menção a ser feita em relação às qualidades desta teoria para o estudo em questão é o fato de o Turismo Rural ter como seu principal atrativo o modo de vida rural de base local. Ou seja, a dimensão da cultura rural de base local é o eixo principal a partir do qual, ao menos em primeira instância, as atividades desse segmento turístico devem ser estruturadas. Além disso, como expuseram Campanhola e Silva (1999) e Costa (2007), “o local é o espaço onde as relações se dão, e neste sentido, inclusive, as relações de natureza turística”. Desse modo, considerar tal perspectiva de desenvolvimento para os estudos da oferta de Turismo Rural é uma opção salutar para as reflexões sobre as possíveis contribuições e custos desse segmento para o “mundo rural” brasileiro. Na visão de Ávila, percebe-se um processo de desenvolvimento local

quando determinada comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das condições que lhe são inerentes, melhorando sua qualidade de vida, a partir da internalização comunitária associada ou não de participações efetivas de quaisquer atores externos. Essa proposta de desenvolvimento esbarra, muitas vezes, em estruturas de poder e interesses econômicos de uma rede complexa de atores sociais em diversas escalas geográficas. O desenvolvimento local deve ser visto como um diálogo contínuo de busca para resolução de problemas a partir de política de participação e envolvimento social (ÁVILA, 1987).

Expostos os argumentos que encerram a expressividade dessa teoria como conceito norteador para o estudo em questão, é dado prosseguimento a abordagem das fases dessa pesquisa. O processo investigativo tem início com a pesquisa de gabinete, que se divide em duas fases distintas, porém executadas concomitantemente. Uma dessas fases é a revisão bibliográfica dos conceitos teóricos que tratam de assuntos relacionados à tipologia do turismo; a construção dos conceitos técnicos e acadêmicos de Turismo Rural e as reflexões sobre a relação do Turismo Rural como potencial vetor de Desenvolvimento Local. Essa revisão teórica, que mescla conhecimentos da área técnica e científica, facilita a definição de qual o conceito de Turismo Rural adotado para fins dessa investigação, além da aquisição de informações sobre

qual é o contexto político e econômico em que tem se dado a inserção da suposta expansão desse tipo de turismo.

A outra fase de gabinete, como pode ser acompanhada no Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos — Figura 01, página 22 — é a que diz respeito aos processos de levantamento e tratamento da informação relativa à oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais. Um importante adendo a respeito dos procedimentos metodológicos utilizados para o levantamen

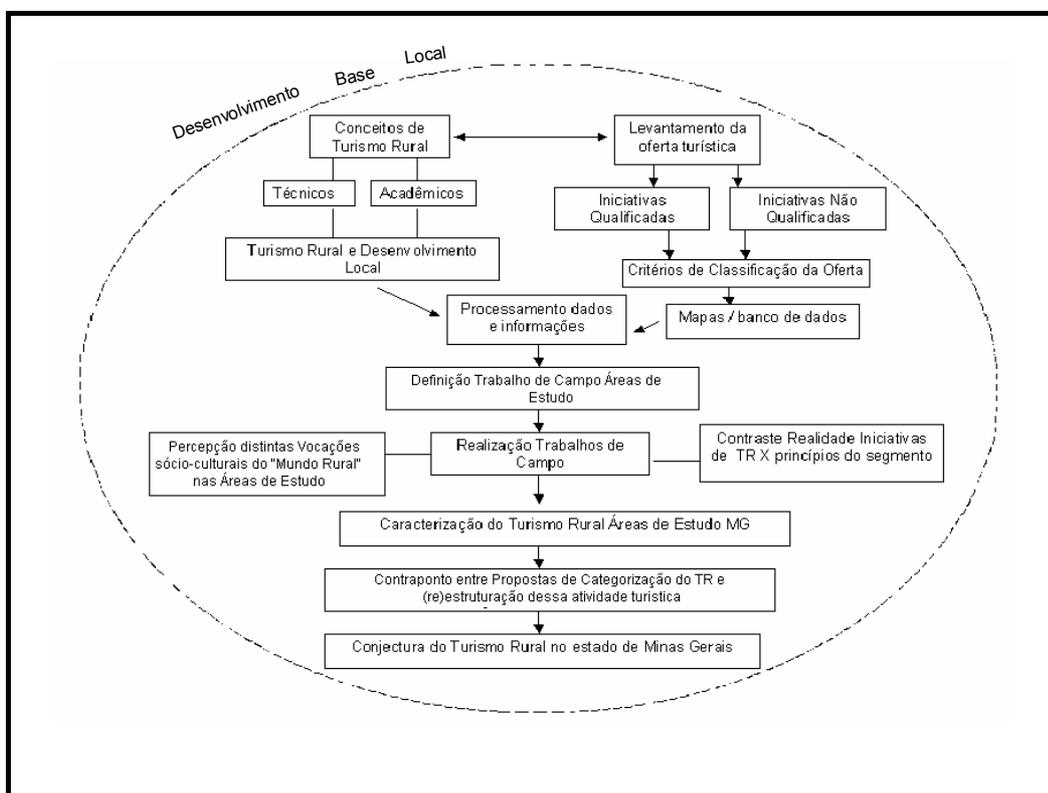


FIGURA 01: Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos
 Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

to dessas iniciativas é o critério de seleção dos estabelecimentos a serem considerados como amostra. Foram consideradas aptas a serem utilizadas como amostras para esse estudo todas as iniciativas turísticas que se auto-intitulam pertencentes ao segmento de Turismo

Rural ou que são divulgadas pelos meios de comunicação como tal — divulgação em sites, guias temáticos de turismo, folder promocional, inventário turístico etc.

Entre os meios de comunicação citados, verifica-se que as principais fontes de informação são os sites na internet que trabalham com a divulgação segmentada dos meios de hospedagem turística e os sites das Associações de Mercado de Turismo Rural — destaque para a AMETUR e a Cerrado dos Arachás. Em seguida, pode ser referido o uso do inventário da EMATER/MG, realizado em 2001, que lista uma série de propriedades rurais do estado que trabalham com a atividade de Turismo Rural. Esse inventário foi atualizado para o uso nessa pesquisa, uma vez que parte das informações contidas no mesmo já estava obsoleta. Outra fonte significativa de informação é a mídia impressa, como guias de turismo, folders, revistas e jornais. A seguir estão listados os principais endereços eletrônicos e mídias impressas utilizados como fonte de informação a respeito dessa oferta turística:

- Site da Empresa de Desenvolvimento e Hospedagem Desvendar.com – *www.desvendar.com.br*
- Site da Revista Virtual de Turismo Idas Brasil – *www.idasbrasil.com.br*
- Site do Guia de Hotéis e Pousadas Onde Hospedar – *www.ondehospedar.com.br*
- Site da Associação Mineira de Turismo Rural (AMETUR) – *www.ametur.tur.br*
- Site da Associação de Turismo Rural, Ecológico e de Aventura de Araxá e Região, a Cerrado dos Arachás - *www.cerradodosarachas.com.br*
- Site do Instituto Estrada Real – *www.estrada-real.org.br*
- Site oficial da Prefeitura de Araxá – *www.araxa.mg.gov.br*
- Inventário de propriedades rurais da EMATER/MG
- Guia de Turismo Rural da AMETUR, edição 2006
- Folder promocional (impresso) do município de Itabirito

Uma consideração relevante frente a essa suposta oferta de Turismo Rural levantada é o fato de que a mesma não representa a totalidade de possíveis iniciativas dessa natureza no estado. Esse pressuposto tem como fundamento os critérios de seletividade adotados para composição do banco de dados desse estudo. Ou seja, as iniciativas de Turismo Rural que podem se divulgar através de sites, folder, revistas, jornais, são um conjunto de estabelecimentos privilegia-

dos do ponto de vista econômico e que, em geral, são estabelecimentos legalizados. Em contrapartida, é fato a “abissal situação de informalidade do Turismo Rural” (VIEIRA, 2005).⁷ Diante desse contexto, cabe frisar que tal perfil de iniciativas (as ilegais), por razões financeiras e jurídicas, não se divulga através de meios de comunicação utilizados para realizar o levantamento dessa oferta de Turismo Rural. De posse dessas informações, é estimado que, além de o banco de dados em questão não representar a totalidade dessa oferta turística do estado, provavelmente o perfil das iniciativas de turismo consideradas para esse estudo pode ser entendido como estabelecimentos de médio e grande porte. Apesar de existir uma classificação de porte de empresa adotada pelo BNDES e aplicável à indústria, comércio e serviços — conforme a Carta Circular nº 64/02, de 14 de outubro de 2002 — não foi adotada referência formal de valores para estimar o porte dos estabelecimentos mencionados como médio e grande, nessa parte do texto. Supor essas dimensões aos estabelecimentos pesquisados tem como finalidade chamar a atenção para que os mesmos são empresas consolidadas não caracterizadas pela exclusiva mão-de-obra familiar e dotadas de significativo orçamento capaz de garantir a elas a possibilidade de usufruir dos serviços de divulgação comercial.

As razões para a escolha desses critérios de seleção estão centradas na busca pela compreensão sobre o que vem sendo divulgado a título de Turismo Rural em Minas Gerais, a expressividade quali-quantitativa desse segmento, as características dessa oferta, sua coerência com os conceitos técnicos e respectiva relação com a política pública específica. Desse modo, o banco de dados dessa pesquisa é a principal fonte de informações que subsidia as análises e resultados apresentados nesse estudo.

Para auxiliar o tratamento das informações levantadas a respeito dessas iniciativas que se auto-intitulam “pertencentes ao Turismo Rural”, o cadastramento desses estabelecimentos é estruturado em duas categorias no banco de dados. A primeira categoria de cadastro é a que melhor subsidia o projeto de informações. Denominadas no banco de dados como “Iniciativas Qualificadas”, esses estabelecimentos turísticos apresentam os dados completos a seu respeito: nome-fantasia, endereço da propriedade, contatos, apresentação do descritivo comercial com a infra-estrutura e equipamentos turísticos, serviços e atividades de en-

⁷ Vieira (2005) expõe que “de acordo com a ABRATURR, cerca de 90% dos empreendimentos são informais, carecendo de uma identidade jurídico-formal que os legitime para atuar no mundo institucionalizado de nosso Estado Democrático de Direito”.

tretenimento (caso seja ofertada). Essa gama de informações proporciona, entre outras possibilidades, a compreensão de como essas iniciativas aproveitam seus recursos naturais, humanos e culturais para estruturar sua proposta turística. Tais informações são mais recorrentes em fontes secundárias como inventários, guias, folderes e sites das próprias iniciativas, quando existentes.

A segunda possibilidade de cadastro do banco de dados é a denominada como “Iniciativa Não-Qualificada”. Nesta se encontram as iniciativas onde constam apenas seus dados básicos: nome-fantasia, contato telefônico e/ou endereço. Essa categoria de levantamento foi instituída uma vez que existem fontes de informação turística, principalmente sites de hospedagem, onde apenas se encontram divulgadas essas informações. Apesar da limitação da informação disponibilizada, é possível aproveitar esses dados para dimensionar a expressão quantitativa dessa oferta.

A construção do banco de dados é uma tarefa constante e simultânea a outras etapas, visto o dinamismo do mercado de turismo no espaço rural do estado. Ao reunir os dados das iniciativas que se auto-intitulam pertencentes a essa oferta, além de classificar essas iniciativas como “Qualificadas” ou “Não-Qualificadas”, ainda foi possível aproveitar o descritivo comercial disponibilizado pelos estabelecimentos “Qualificados” e informações de parte das iniciativas “Não-Qualificadas” para estabelecer mais seis tipos de classificação dessa oferta turística, citadas abaixo:

1. Tipos de Serviços Turísticos
2. Detalhamento dos Tipos de Serviços Turísticos
3. Localização das iniciativas
4. Eixos e Áreas de Oferta Turística
5. Áreas de Estudo da Oferta Turística
6. Princípios que caracterizam o Turismo Rural

A seguir, cada uma dessas propostas de classificação é abordada, separadamente, no intuito de esclarecer os critérios que embasaram cada uma e a inter-relação entre eles.

1. Classificação por Tipos de Serviços Turísticos

A primeira proposta de classificação busca dividir tal oferta segundo três tipos de serviços turísticos: Hospedagem, Alimentação e Atividades de Entretenimento Turístico. Quanto a esse último item, vale salientar que são classificados como uma iniciativa turística que presta esse tipo de serviço os estabelecimentos que, em sua descrição comercial, citam a oferta de entretenimento turístico de forma programada. Isso implica que não basta o estabelecimento turístico disponibilizar a infra-estrutura de equipamentos de lazer como piscina, quadra, trilhas, entre outros, para ser classificado como tal. É necessário que o mesmo divulgue atividades de entretenimento que aconteçam de forma planejada no estabelecimento ou em seu entorno, o que, em geral, pressupõe a interatividade entre, pelo menos, um desses atores: os proprietários, os funcionários do estabelecimento ou a comunidade local e os visitantes, para o desenvolvimento dessas atividades de entretenimento. Obviamente que quanto mais diversificado for o contato do visitante com os diversos atores locais, possivelmente melhores serão suas experiências turísticas no âmbito da proposta de Turismo Rural. Tal critério tem como objetivo classificar as iniciativas que, efetivamente, dispõem de atividades de entretenimento que proporcionem interatividade com os recursos humanos, culturais e ambientais que fazem parte do universo da propriedade rural e de seu entorno.

A partir desse procedimento, sete categorias de combinação de serviços turísticos prestados foram geradas, possibilitando o melhor entendimento do perfil da oferta turística abordada. Uma oitava categoria é instituída, a dos estabelecimentos “Não-Identificados”, para abarcar, estatisticamente, as iniciativas que não permitam a interpretação do tipo de serviço turístico prestado. Dessa forma, a seguir, estão listadas essas possibilidades de categorização e alguns exemplos de iniciativas turísticas que se ajustam às mesmas.

QUADRO 01

Classificação dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural

Classificação dos Tipos de Serviços Turísticos	Siglas de Identificação	Exemplos
1. Apenas Hospedagem	H	Casas de Aluguel, Camping.
2. Apenas Alimentação	AL	Restaurante, Bar.
3. Apenas Atividade de Entretenimento	AT	Centro de Artesanato, Alambiques, Fazenda aberta para visitas.
4. Hospedagem e Alimentação	H / AL	Pousada, Hotel-Fazenda

5. Hospedagem e Atividade de Entretenimento	H / AT	Casas para Aluguel, Camping.
6. Alimentação e Atividades de Entretenimento	AL / AT	Pesque-Pague, Restaurante com programação de atividades de entretenimento.
7. Hospedagem, Alimentação e Atividades de Entretenimento	H / AL / AT	Hotel-Fazenda, Pousadas, Hotéis, Campings.
* Não Identificado	NI	Iniciativas Turísticas ‘Não Qualificadas’ como ‘Ranchos’, ‘Estância’.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Esse procedimento visa possibilitar a compreensão de três condições fundamentais: a expressão de iniciativas que não ofertam atividades de entretenimento turístico (neste caso os estabelecimentos classificados como H, AL, H/AL); se a oferta turística em questão tem um perfil de trabalhar, isoladamente, com a concentração dos três tipos de serviços — H / AL / AT — no mesmo estabelecimento; e, por fim, se há representatividade de iniciativas que ofertem, individualmente, o serviço de atividades de entretenimento turístico. As características da distribuição dessas iniciativas entre as categorias citadas auxiliam o entendimento sobre a propensão ou não da mesma para a formação de circuitos, roteiros e associações de Turismo Rural. Além disso, também é possível entender, num primeiro momento, qual parte da amostra se distancia de uma proposta condizente de Turismo Rural, como é o caso das iniciativas que não ofertam atividades de entretenimento turístico. Outro dado relevante é o percentual de iniciativas que trabalham apenas com a oferta de atividades de entretenimento turístico, o que acusa o processo de amadurecimento e diversificação da oferta turística. Assim como foi exposto, a presença das atividades de entretenimento turístico é fundamental para a estruturação das propostas de Turismo Rural, visto a importância dos momentos de interatividade e vivência como elementos capazes de trazer solidez às experiências turísticas que buscam a valorização do modo de vida rural.

2. Classificação segundo o Detalhamento dos Tipos de Serviços Turísticos

Já a segunda proposta de classificação dessa oferta está voltada para o Detalhamento dos Tipos de Serviços Turísticos, ou seja: os serviços de Hospedagem, Alimentação e Atividades de

Entretenimento Turístico abarcam uma vasta diversidade de iniciativas turísticas. Assim, tal classificação possibilita a divisão dessa amostra em categorias de iniciativas turísticas afins como Hotéis, Pousadas, Restaurantes, Hotéis-Fazenda, entre outras possibilidades. Essa classificação é realizada tomando como base a própria denominação com a qual o estabelecimento se divulga. Novamente, alguns estabelecimentos não são classificados porque não fornecem informações suficientes para tal procedimento. Essa classificação tem como objetivo identificar se há predominância de alguns tipos de propostas turística e a diversidade de iniciativas turísticas frente à oferta estudada, o que contribui para o apontamento da evolução do perfil turístico das ofertas de Turismo Rural em cada área.

3. Classificação segundo a Localização

A classificação da oferta turística de acordo com sua localização é realizada a partir das informações que esses estabelecimentos divulgam a seu respeito. Tal procedimento visa entender se há relação da localização dessa oferta com a existência de povoados, distritos e comunidades rurais. Investigar esse dado possibilita tecer alguns apontamentos sobre a inserção dessa oferta em relação aos recursos culturais locais, recursos esses entendidos como importantes componentes dessa oferta turística. Em relação a essa classificação, chama a atenção o expressivo número de iniciativas que não divulga a sua localização de forma precisa, dado esse tabulado como localização “Não Divulgada – ND”. A seguir estão elencadas as categorias de classificação e alguns exemplos de classificação gerados a partir da tabulação dessas informações:

QUADRO 02

Categorias de Classificação por Localização da oferta de Turismo Rural

Categorias de Classificação	Exemplos de Classificação
1. Rodovias	“Às margens da BR 381”, “no Km 17 da MG 010”.
2. Distrito / Povoado	“Comunidade Rural Acuruí”
3. Estradas Vicinais	“Estrada de acesso do povoado de Acuruí”
4. Sede Municipal	“no Bairro Bela Vista, próximo ao centro da cidade”.

5. Centro

“Centro da cidade”

6. Não Divulgada

“Estrada entre Ribeirão Vermelho e São João do Glória”

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

4. Classificação segundo os Eixos e Áreas de Oferta Turística

A classificação dessa amostra em eixos e áreas de oferta turística tem como objetivo traçar o esboço, uma aproximação dos grupos de iniciativas que venham a apresentar afinidades entre si, dentro da amostra estudada. Essas afinidades são determinadas pela análise de características como a localização das propriedades, o caráter das atividades de entretenimento turístico ofertadas, os tipos de infra-estrutura e equipamentos turísticos, a valorização atribuída aos recursos naturais e culturais da propriedade e da região de entorno, enfim, pela busca da compreensão das propostas turísticas dos estabelecimentos em questão.

Dada a importância das Atividades de Entretenimento Turístico para o contexto dessa pesquisa, busca-se, além de tabular a ocorrência e a diversidade dessas atividades, dividi-las segundo suas principais características. Dessa forma, a divisão das atividades turísticas em grupos temáticos, de propostas de entretenimento, é um dos recursos utilizados para o apontamento desses eixos e áreas de oferta. Vale ressaltar que o apontamento desses grupos temáticos é realizado a partir das características das atividades ofertadas pelas iniciativas do banco de dados, não se constituindo esses, portanto, as únicas possibilidades de grupos temáticos para caracterização da oferta de atividades de entretenimento turístico. O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses grupos de Atividades de Entretenimento, para fins dessa pesquisa:

QUADRO 03

Categories dos Grupos Temáticos de Atividades de Entretenimento Turístico

Grupos Temáticos de Atividades de Entretenimento Turístico	Principais Características
Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Lazer	A principal motivação é o divertimento, a distração. Descontextualizadas do ambiente onde ocorrem, essas atividades utilizam os recursos naturais e/ou culturais apenas como suporte físico, cenário para sua estruturação .
Atividades Turísticas voltadas para a valorização dos aspectos ecológicos	A principal motivação é o contato com a natureza e a valorização dos recursos naturais, num primeiro momento. Os recursos naturais não são utilizados como suporte físico,

mas como um atrativo para o desenvolvimento dessas atividades que, em geral, ocorrem em harmonia com o ambiente visitado. Os recursos de apelo cultural também podem ser aproveitados como atrativos, mas não se constituem na principal motivação para estruturação dessas atividades.

Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Modo de Vida Rural

A principal motivação é a interação com o modo de vida rural das comunidades locais. Os recursos naturais são atrativos enquanto elementos apropriados culturalmente por essas comunidades. Os recursos naturais não são utilizados como suporte físico, mas como pano de fundo para o desenvolvimento de atividades que valorizem a dimensão da cultura rural nesse espaço local.

Atividades Turísticas voltadas para a valorização das práticas de Aventura

A principal motivação é a realização de esportes que proporcionem a sensação de aventura. A prática de esportes radicais também figura como atividades contempladas nesse grupo. Os recursos naturais e culturais servem como pano de fundo ou suporte físico, variando sua forma de aproveitamento. Em geral, o contato com a natureza é muito valorizado para a estruturação de atividades voltadas para esse caráter.

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Essa divisão das atividades de entretenimento contribui, substancialmente, para o entendimento da dinâmica das propostas turísticas que caracterizam a oferta intitulada de Turismo Rural. Quanto à divisão dessa amostra em eixos ou áreas, são utilizados os seguintes critérios para o estabelecimento dos mesmos:

➤ **Eixo Turístico:** Identificação de um grupo de iniciativas turísticas, envolvendo a delimitação territorial de mais de um município, que possua como sua unidade de integração turística a presença de um recurso natural ou infra-estrutura comum (como, por exemplo, a existência de um rio, represa, serra, rodovia ou unidade de conservação). Tal recurso é responsável pela afinidade da proposta turística do Eixo, sendo essa voltada, isoladamente, para um dos grupos temáticos de entretenimento turístico ou para a combinação dos mesmos. Dessa forma, entre os Eixos Turísticos identificados nessa amostra estão: O Eixo Turístico Rio São Francisco, com atividades turísticas voltadas para a valorização do lazer e do ecológico e o Eixo Turístico da BR 251, voltado especificamente para a oferta de atividades turísticas vinculadas ao lazer. Sendo assim, cada eixo recebe uma denominação própria e pode ter a identificação de sua proposta turística similar ou não à proposta de outros eixos e áreas. Nessa pesquisa, são encontrados sete eixos de oferta de Turismo Rural, assim identificados de acordo com a presença do rio São Francisco, da represa de Tupaciguara, do Parque Nacional do Caparaó, da serra da Mantiqueira e de BRs: BR251, BR116 e BR 040.

➤ **Área Turística:** Identificação de um conjunto de iniciativas turísticas, localizado em um ou mais municípios, que reúne características afins, relacionadas à sua localização, configuração espacial, proposta de entretenimento, valorização dos recursos naturais e culturais, entretanto não-estruturado, em função da presença de um recurso, mas em razão de um combinado de características identificadas nas propostas turísticas que o compõem. Essas áreas também estão voltadas isoladamente para um dos grupos temáticos de entretenimento turístico ou para a combinação entre mais de um deles. Assim temos, por exemplo, a Área Turística Noroeste, que possui seu foco voltado especificamente para as atividades de lazer, e a Área Turística Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha, voltada para as atividades turísticas vinculadas à valorização do lazer, da dimensão ecológica e do modo de vida rural. Tendo em vista tais colocações, assim como ocorre com a identificação dos Eixos, cada Área Turística recebe uma denominação própria e pode ter a identificação de sua proposta turística similar ou não à proposta de outros Eixos e Áreas. Os resultados dessa pesquisa acenam, de forma preliminar, para a existência de 20 (vinte) Áreas Turísticas, segundo a base de informações utilizada para esse fim.

Considerando a adoção desses critérios, os Eixos e Áreas de Oferta Turística são reconhecidos de acordo com uma das sete possibilidades de classificação em relação às atividades turísticas ofertadas. Entretanto, a caracterização de um eixo ou área em relação a uma dessas possibilidades não quer dizer que atividades de entretenimento turístico de outra natureza não ocorram em tal delimitação geográfica. A partir desse procedimento metodológico, o que se propõe é a caracterização geral dos grupos de oferta turística, ou seja, a identificação de quais são as características predominantes em um Eixo ou Área de oferta de Turismo Rural. Cada categoria de classificação é atrelada a uma cor; tal recurso — o uso de cores somado à denominação própria de cada Área ou Eixo — facilita a veiculação dessas informações na geração dos mapas temáticos. O quadro abaixo ilustra a relação das cores utilizadas para cada uma das Categorias de Atividades Turísticas de identificação dos Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural.

QUADRO 04

Categorias e Cores de Atividades Turísticas de identificação dos Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural

	Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Modo de Vida Rural e dos aspectos Ecológicos.
	Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Modo de Vida Rural, do Lazer e dos aspectos Ecológicos.
	Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Modo de Vida Rural, do Lazer, dos aspectos Ecológicos e das práticas de Aventura.
	Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Lazer, dos aspectos Ecológicos e das práticas de Aventura.
	Atividades Turísticas voltadas para a valorização dos aspectos Ecológicos e das práticas de Aventura.
	Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Lazer e dos aspectos Ecológicos.
	Atividades Turísticas voltadas para a valorização do Lazer.

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Ao expressar cartograficamente esses resultados, é possível apreender, a partir dessa configuração espacial — Áreas e Eixos Turísticos, quais são as prováveis áreas onde existe maior aproximação ou distanciamento da oferta turística em relação ao Turismo Rural e a expressão dessas áreas no estado mineiro. Entretanto, para possibilitar que essas áreas e eixos possam ser abordados especificamente, de acordo com as características que marcam distintas realidades regionais no estado de Minas Gerais, ainda é utilizado um procedimento de classificação dessa oferta turística: a divisão das mesma por Áreas de Estudo.

5. Áreas de Estudo da Oferta Turística

A configuração espacial dessa oferta turística, somada ao estudo das características históricas e econômicas das diversas regiões onde ela está distribuída, possibilitou, também, o reconhecimento de quatro Áreas de Estudo no estado. Tal procedimento favorece a análise mais detalhada acerca da geografia do Turismo Rural em Minas e permite visualizar as especificidades turísticas que cada uma dessas áreas reserva. Dessa forma, as Áreas de Estudo instituídas são:

- Área de Estudo 1 - Norte de Minas
- Área de Estudo 2 – Oeste de Minas

- Área de Estudo 3 – Sul de Minas
- Área de Estudo 4 – Central de Minas

Para o melhor entendimento desse fenômeno turístico é realizada em cada Área de Estudo a inter-relação dos estabelecimentos turísticos com alguns dos aspectos históricos, sócio-culturais, econômicos e ambientais da região onde eles se localizam. E é a partir da análise integrada desses aspectos que se busca interpretar a conjectura das geografias do Turismo Rural no estado de Minas Gerais. Neste sentido, Pearce (2003) coloca que “a construção do saber turístico, além de recente, requer o suporte de outras áreas do conhecimento, sendo a geografia um dos mais importantes alicerces para sua descrição e análise”.

6. Princípios que caracterizam a oferta de Turismo Rural

O processo de avaliação da oferta turística intitulada como condizente com o Turismo Rural requer a adoção de princípios que possam servir como parâmetros de entendimento do que será reconhecido como atividades turísticas que se aproximam do segmento turístico em questão. Assim, para dar conta desse último critério, são utilizados os quatro princípios instituídos pela Comissão das Comunidades Europeias (citado por Zarga, 2001) como um recurso norteador para a avaliação das iniciativas de Turismo Rural levantadas para o banco de dados dessa investigação. Além desses, também é considerado um princípio elaborado a partir do conceito de Bovo (2006)⁸ sobre o Turismo Rural. Esses princípios estão citados e comentados a seguir, sendo que os quatro primeiros se referem aos critérios da Comunidade Européia, e o último, a princípio, derivado do conceito de Bovo (2006):

- 1º - *Que a atividade se realize no mundo rural*. Esse princípio destaca a importância dos recursos humanos e das atividades de natureza culturais e econômicas para o desenvolvimento dessa atividade. Mais do que estar localizado no espaço rural, é necessário que a atividade esteja sediada em um “mundo” no sentido de espaço habitado por grupos sociais que caracterizam o meio rural devido às suas relações de ordem cultural e produtiva.⁹¹⁰

⁸ Segundo Bovo (2006), o Turismo Rural pode ser definido como “a atividade turística que vem a ser um conjunto entre a natureza, a identidade local e o modo de vida no campo, elementos que caracterizam um espaço rural. Assim, quando essa modalidade é estruturada neste espaço e possui como atividade central a busca pelo modo de vida no campo, podemos dizer que isto é Turismo Rural”.

⁹ Nesse momento não serão abordadas em profundidade as relações que caracterizam o “Mundo Rural” uma vez que essa questão é discutida no referencial teórico desse estudo, no tópico que diz respeito à relação do Turismo Rural com o Desenvolvimento Rural Local.

➤ 2º - *Que haja uma oferta integrada de recursos e atividades turísticas rurais.* O segundo princípio destaca a necessidade de que tais iniciativas aproveitem os recursos locais para a estruturação das atividades e serviços turísticos a serem ofertados. Se a principal atração do Turismo Rural pode ser considerada o modo de vida rural das comunidades locais, torna-se imprescindível a apropriação dos recursos locais para a organização de atividades turísticas que venham proporcionar para os anfitriões e os turistas a oportunidade de convivência, de interatividade, de aprendizado, buscando valorizar a dimensão cultural da comunidade e entorno visitados. O atendimento desse princípio por parte dos estabelecimentos de turismo, em geral, demanda a discussão e orientação técnica por parte dos proprietários, uma vez que trazer esses valores culturais locais para as atividades turísticas de valorização do ambiente rural é um desafio para os mesmos. Ainda que o movimento de revalorização do espaço e da cultura rural seja notório com o advento da sociedade pós-industrial, o mesmo ainda passa por uma fase de transição em que a valorização do mundo rural tem se fundado, de forma mais significativa, no reencontro com a natureza, sendo relegados para o segundo plano a plena valorização das questões culturais.

➤ 3º - *Que exista relação entre os participantes e o entorno autóctone.* A estruturação de uma proposta que caminhe nesse sentido possibilita que o visitante possa, efetivamente, conhecer a cultura rural de uma localidade. Isoladamente, uma propriedade rural não é tutora de toda a herança cultural de uma comunidade. Assim, proporcionar o contato dos visitantes com a paisagem, a comunidade e sua cultura local são princípios que traduzem os valores norteadores desse segmento turístico, possibilitando, além de interações sócio-culturais, a oportunidade de que novos atores possam se beneficiar dessa atividade. O entorno autóctone se refere a tudo que é próprio da região, ou seja, é constituído pelas paisagens, pela população, pela cultura local etc. (ZARGA, 2001)

➤ 4º - *Que se produza uma inter-relação com a sociedade local.* O terceiro princípio engloba, de forma geral, essa proposta. Entretanto, é dada exclusividade à formulação de um princípio especificamente para esse quesito, tendo em vista a relevância de valorizar a oportunidade de convívio comunitário entre os visitantes, os proprietários de estabelecimentos e as pessoas que habitam o local onde estão sediadas as iniciativas turísticas. Assim como ressaltado no item anterior, uma família, um grupo de funcionários, também não representa, de forma isolada, a totalidade do universo da identidade cultural de uma localidade. O contato com a sociedade local é que pode trazer a complementaridade entre os traços culturais pró-

prios de uma unidade familiar ou grupo de pessoas e a identidade cultural que encerra a riqueza cultural local de uma comunidade. Assim, faz-se necessário que os serviços e atividades estruturados para o Turismo Rural levem em conta a condição de oportunizar momentos de convívio e interação sócio-cultural para seus hóspedes e, de preferência, privilegiando que esses momentos possam também ocorrer no ambiente externo da iniciativa turística.

➤ 5º - *Que haja o compromisso explícito com a valorização do Modo de Vida Rural* presente nas localidades, implicando que o principal atrativo desse tipo de turismo seja a dimensão da cultural rural; dessa forma, os recursos naturais são considerados como um atrativo complementar a essa oferta e devem ser aproveitados de forma contextualizada em relação à apropriação cultural, por parte da comunidade, quanto a esses recursos.

A utilização desse recurso, para efeito dessa pesquisa, não vai ao encontro de uma classificação precisa dos estabelecimentos que são ou não ofertas de Turismo Rural, mesmo porque essa classificação exigiria não somente a adoção de princípios, mas também de critérios. Critérios esses que pudessem embasar com o devido rigor tal tipo de classificação. Desse modo, a utilização dos princípios supracitados tem como finalidade entender o contexto de aproximação ou distanciamento dessa oferta turística em relação ao Turismo Rural.

Em continuidade a abordagem da seqüência dos procedimentos metodológicos, todas essas informações fomentaram a geração de mapas temáticos, inéditos, com informações a respeito dessa oferta turística no que tange à sua localização e população rural, à concentração espacial, aos eixos e áreas e às atividades de entretenimento turístico disponibilizadas aos visitantes. Os mapas utilizados nessa pesquisa são gerados com a utilização do programa MapInfo Profissional, versão 6.0 e do programa Corell Draw, versão 12.

A obtenção e processamento de todos esses dados e informações contribuem para a percepção de relações orgânicas ou não dessa oferta turística, em função de onde a mesma está sediada, permitindo o apontamento das áreas onde exista maior propensão de uma oferta turística condizente com a proposta de Turismo Rural, e as áreas onde há maior distanciamento em relação aos preceitos que regem esse segmento. Após a conclusão da fase de gabinete, o arcabouço de informações obtido é utilizado para o planejamento dos Trabalhos de Campo.

Os principais objetivos das incursões de campo são perceber as distintas vocações turísticas existentes nas Áreas de Estudo que possam auxiliar a estruturação desse segmento e identificar se as iniciativas turísticas visitadas mais se aproximam ou distanciam da proposta de Turismo Rural, à luz dos princípios escolhidos para caracterização desse tipo de turismo nesse estudo. A adoção dos cinco princípios mencionados em muito contribui para a avaliação do aproveitamento dos recursos naturais e sócio-culturais locais para a estruturação dessas propostas turísticas durante o trabalho de campo. Além de buscar essas respostas, também será aproveitada a oportunidade das vivências de campo para a identificação da presença ou ausência do poder público e demais atores sociais frente ao desenvolvimento do Turismo Rural em parte dos municípios cadastrados para o banco de dados. Para cumprir esses objetivos, serão realizadas entrevistas presenciais com proprietários e profissionais, visitas às instituições competentes, obtenção de documentos, contatos com as distintas realidades locais, coleta de material para o banco de imagens e visita a iniciativas turísticas. Uma observação importante, em relação ao último item, é que ao visitar os estabelecimentos a postura do pesquisador foi a de não se identificar como tal. Tal medida foi adotada visando garantir a maior espontaneidade das respostas por parte dos proprietários.

Vale ressaltar que essas entrevistas realizadas junto aos atores envolvidos com a atividade têm por objetivo trabalhar a dimensão qualitativa sobre a temática pesquisada. A quantidade de visitas realizadas junto às iniciativas turísticas não constitui, para fins dessa pesquisa, um fator determinante para esse processo, considerando que o banco de dados nesse estudo envolve, no total, o cadastramento de 604 estabelecimentos considerados de Turismo Rural. Assim, para que o número de visitas aos estabelecimentos pudesse assumir uma expressividade quantitativa, seria necessária a realização de vários trabalhos de campo, com longa duração, o que inviabilizaria a realização dessa investigação.

Porém, os trabalhos de campo, somados às fases de gabinete, contribuem para o vislumbramento, em sua complexidade, sobre qual é o contexto do Turismo Rural mineiro à luz

do banco de dados utilizado para esse estudo. A pesquisa de gabinete realizada para a formulação da hipótese deste projeto de pesquisa e, conseqüentemente, para sua real necessidade de execução, demonstrou que essa atividade turística no estado ainda passa por sérios desafios de ordem estrutural, administrativa, tributária, legal, entre outros. Acredita-se que a conclusão desse estudo possa colaborar para minimizar os entraves que emperram o desenvolvimento do Turismo Rural mineiro, bem como servir de referência para reflexões sobre sua dinâmica mercadológica e estabelecimento de políticas públicas.

Em suma, os objetivos dessa pesquisa pretendem ir ao encontro das demandas colocadas pelas próprias instituições competentes do setor que acenam para um contexto onde ainda existe um árduo trabalho a ser realizado. O próprio Ministério do Turismo enfoca, no texto das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, que “a profusão de entendimentos (sobre o que é Turismo Rural) deve-se, em grande parte, à ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o Turismo Rural como um segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de caracterizar e identificar cada lugar, tenda à descaracterização” (Ministério do Turismo, 2003). Portanto, enquanto não houver consenso terminológico, conceitual e sobre os princípios e critérios que embasam o desenvolvimento do Turismo Rural, os levantamentos/estudos poderão continuar inconsistentes no âmbito da pesquisa turística segmentada, de caráter técnico ou acadêmico. E, dessa forma, a lacuna de eficientes instrumentos técnicos de planejamento público e privado para o Turismo Rural continuará expressiva, prejudicando o desenvolvimento de profícuas políticas públicas para o aproveitamento desse segmento turístico como um dos possíveis vetores de Desenvolvimento de Base Local.

Localização e Características da Área de Estudo

O estado de Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado na porção sul do continente Americano. Sua extensão territorial é de 588 384,30 km², sendo considerado, devido a sua proporção territorial, o quarto estado brasileiro em extensão. Localiza-se no Sudeste e limita-se a norte e nordeste com a Bahia, a leste com o Espírito Santo, a sudeste com o Rio de Janeiro, a sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com o Mato Grosso do Sul e a noroeste com Goiás, incluindo uma pequena divisa com o Distrito Federal.

Mapa 01 - Localização de Minas Gerais

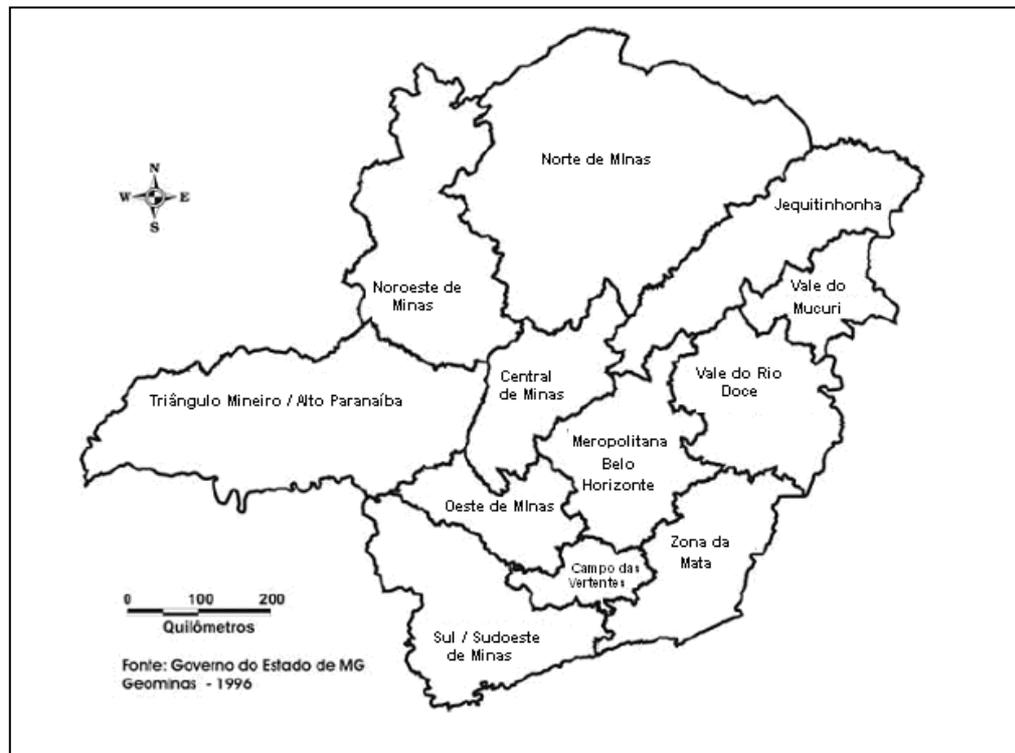


Fonte: www.guiageo-americas.com

É o segundo estado mais populoso do país, com 19,2 milhões de habitantes e 853 municípios, considerado, deste modo, a unidade da federação brasileira com o maior número de municípios. O município de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, compõe, junto aos demais 34 municípios do seu entorno, a Região Metropolitana de Belo Horizonte / RMBH – reconhecida como a terceira maior aglomeração urbana do Brasil com 4,9 milhões de habitantes. O Vale do Aço também sedia outra importante região metropolitana do estado, com aproximadamente 450 mil habitantes. Instiutída em 1998, essa região é formada pelos municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo (FJP, 2005).

Do ponto de vista político administrativo, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 1990) divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. De acordo com este órgão, tal sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Mapa 02 - Mesorregiões do estado de Minas Gerais



As mesorregiões serão utilizadas, neste trabalho, como referências espaciais para auxiliar a caracterização do Turismo Rural no estado, uma vez que esse recorte espacial significa, ao menos em um primeiro momento, a tentativa de auxílio ao estabelecimento de uma proposta de repartição espacial dessa oferta turística. A divisão do estado em áreas de estudo facilitará a apreensão desse fenômeno turístico diante das diferentes realidades sócio-culturais e econômicas que se configuram no meio rural de Minas Gerais.

Ao tratar da dimensão socioeconômica que identifica o estado mineiro, Arruda e Amorim Filho (2002) afirmam que Minas Gerais “é sempre lembrada por sua diversidade física e socioeconômica, refletindo dinâmicas diferenciadas na configuração do seu espaço”. Toda essa diversidade pode ser também atribuída à intensidade diferenciada pela qual se deu o processo de urbanização no estado, um dos fenômenos responsáveis pela determinação da alocação das principais atividades econômicas no território mineiro (GUIMARÃES, 2004).

Atualmente, Minas é o principal produtor nacional de café e leite do país e o segundo estado brasileiro mais industrializado. O estado produz metade da safra brasileira de café, é o segun-

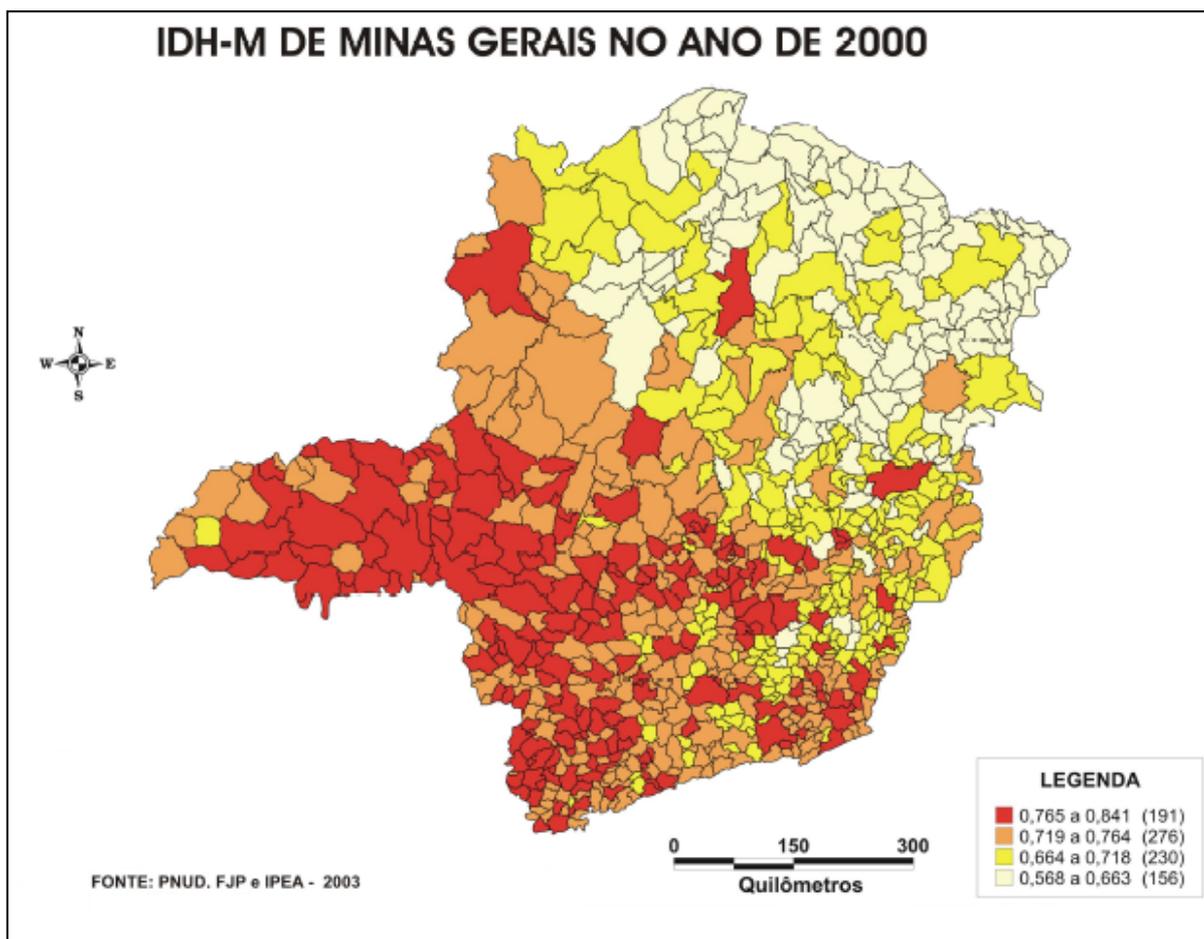
do maior produtor de feijão do Brasil e o terceiro de milho (EMATER-MG, 2004). Segundo informações veiculadas pela Agencia Minas de Notícias¹¹, entre 1990 e 1998, cerca de 500 novas indústrias instalaram-se em território mineiro, atraídas por incentivos fiscais, ampla rede de energia elétrica e facilidade de escoamento dos produtos para diversos pontos do país. Os produtos mais vendidos pelo estado são: minério de ferro, aço, café, pedras preciosas, veículos e autopeças.

Em relação à infra-estrutura de transporte, esta coloca o estado como a principal intersecção rodoviária e ferroviária do país, cuja logística permite rápido acesso aos mercados nacional e internacional. Apesar de mediterrâneo, o estado está unido por eficiente sistema rodoviário aos três principais portos brasileiros: Rio de Janeiro, Vitória e Santos, tornado-se, por todos esses aspectos, uma rota inevitável dos grandes fluxos comerciais nos sentidos norte-sul e leste-oeste. Estrategicamente, possui quatro grandes eixos rodoviários que ligam Belo Horizonte ao Rio de Janeiro – BR040, a São Paulo – BR381, Vitória - BR262 e à região Centro-Oeste, passando pelo Triângulo Mineiro.

Assim, o grande potencial econômico de Minas Gerais pode ser reconhecido nacionalmente pelo fato de ocupar uma posição de liderança em diversos produtos importantes para a economia nacional e internacional, tanto em atividades tradicionais como em setores de ponta. Todavia, apesar da vitalidade de sua expressão econômica, o estado ainda padece de profundas desigualdades sócio-econômicas. Enquanto as regiões Central, Sul e Oeste concentram as indústrias e grande parte da atividade agrícola, o Norte, é uma das áreas menos favorecidas socialmente do país. Para atender os 2,8 milhões de habitantes dos mais de 200 municípios ali localizados, o governo criou, em 1999, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenas Comunidades do Norte e Nordeste de Minas, com o objetivo de implantar agroindústrias associadas à produção comunitária. Assim, desde o final do século XX as gestões públicas estaduais têm se voltado, com mais empenho, para a redução dessas diferenças regionais; o que, de forma lenta e gradual, tem possibilitado alguns avanços neste sentido. O mapa 03 ilustra parte da expressão das desigualdades sociais ao apresentar a distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do estado:

¹¹ Notícia veiculada pelo site www.agenciaminas.mg.gov.br, acessado em 18/12/06.

Mapa 03 - IDH de Minas Gerais no ano de 2000



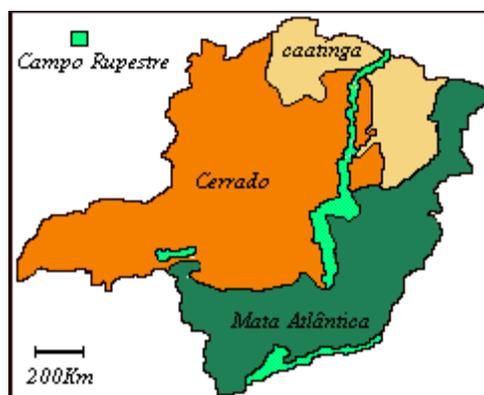
Fonte: (PNUD / FJP / IPEA, 2003)

A breve citação desses aspectos sócio-econômicos tem como objetivo reforçar os desafios a serem superados pelo poder público e auxiliar o entendimento do fenômeno turístico voltado para o meio rural mineiro a partir desse contexto colocado.

Com relação as características dos aspectos psicográficos, o estado apresenta o relevo fortemente acidentado, onde se destacam as Serras da Mantiqueira e do Espinhaço. As altitudes variam de 79m - município de Aimorés a 2.890m - Pico da Bandeira, na divisa com o estado do Espírito Santo. A combinação de elementos como a vasta extensão territorial, o clima, o relevo e os recursos hídricos propiciaram a formação de uma cobertura vegetal extremamente rica e diversa no estado. Estas podem ser agrupadas em três grandes biomas: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga, com suas inúmeras composições fitoecológicas, responsáveis por uma grande diversidade de paisagens. Tal variedade resulta numa riqueza extraordinária da flora, que se apresenta em tipologias que ocupam grandes espaços territoriais, como as florestas estacionais semidecíduais montana e submontana, a floresta estacional decidual, a Caatinga e

o Cerrado, com suas diferentes fisionomias, e o Campo Rupestre (Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais, Fundação Biodiversitas, 2005).

Mapa 04 – Biomas de Minas Gerais



Fonte: www.altiplano.com.br

Entretanto, de acordo as conclusões aferidas pelo Atlas de Biodiversidade da Fundação Biodiversitas (2005), a situação da conservação do patrimônio natural e cultural de Minas Gerais revela a urgência de ações que efetivamente venham garantir a integridade do que não foi degradado. A expansão das atividades agropecuárias, a produção de matérias-primas e de insumos de origem vegetal, a expansão urbana, a infra-estrutura e a produção mineral têm provocado, ao longo do tempo, alterações consideráveis na cobertura vegetal original e na dinâmica do uso e ocupação do solo em todo o Estado, seguindo um modelo de ocupação característico do país. O atual mosaico de usos de terra em Minas Gerais é o retrato dessa ocupação histórica desordenada e pouco preocupada com a preservação e conservação ambiental. A criação de Unidades de Conservação - UCs, como forma de assegurar a diversidade de seres vivos e a proteção de habitat ameaçados, tem sido considerada a melhor estratégia a ser adotada por todos os países.

CAPITULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro capítulo desta dissertação buscará abordar algumas das temáticas que circunscrevem o desenvolvimento do Turismo Rural, tanto do ponto de vista do estudo de dimensão teórica e técnica, como em relação às questões que remetem à sua face mercadológica — segmento turístico. No último item desta revisão teórica, também é dada atenção à correlação entre o Turismo Rural e o desenvolvimento desse meio.

O tema *Tipologia do Turismo: um árduo caminho no estudo do fenômeno turístico* tem como objetivo discutir, sucintamente, a importância dos termos técnicos para a fundamentação dos estudos turísticos e a implicação política aferida do emprego desses termos. Neste sentido, pode ser observado que expressões como “segmento”, “tipologia”, “modalidade”, entre outras, vêm sendo utilizadas como denominações semelhantes, tanto na literatura, como no conteúdo dos documentos de planejamento e gestão pública direcionados para o Turismo Rural. A revisão teórica sobre a tipologia do turismo esclarece a necessidade de que sejam cunhados usos específicos dessas expressões, visando o discernimento entre as diferentes abordagens — mercadológica, fenômeno social, atividade econômica — que podem ser atribuídas ao fenômeno turístico.

O segundo tema trata da *Formação conceitual e os respectivos entraves teóricos do Turismo Rural*, no intuito de discutir e esclarecer as questões de natureza técnica, teórica e política pertinente ao estabelecimento de uma acepção para o Turismo Rural capaz de distingui-lo das outras atividades turísticas que ocorrem no espaço rural. Diante desse contexto, são abordadas as diferenças conceituais entre esse segmento turístico e o Turismo no Espaço Rural, o Agroturismo e o Turismo Ecológico. Esses últimos segmentos são confundidos, do ponto de vista mercadológico, com as atividades e a denominação do Turismo Rural. Desse modo, o esclarecimento dessas manifestações turísticas auxilia a resposta à pergunta central que norteia este estudo, qual seja: será o Turismo Rural um segmento turístico expressivo e em expansão no estado de Minas Gerais?

Por fim, refletir sobre o tema *Turismo Rural: contemporânea panacéia para o Desenvolvimento Rural Local?* contribui para a desmistificação deste segmento turístico como “natural” vetor de desenvolvimento de base local. É notória, no âmbito do discurso oficial e, por vezes, na literatura acadêmica, a associação automática entre ambas as dimensões. Em face dessas observações, é abordada a temática em questão, no sentido de buscar elucidar alguns pontos de reflexão sobre as políticas de desenvolvimento rural adotadas da metade do século XX até o momento, buscando, assim, compreender em que contexto político o Turismo Rural vem sendo designado como vetor de desenvolvimento rural de base local.

A seleção das temáticas a serem tratadas no referencial teórico deste estudo representa uma escolha sofrida para o pesquisador, considerando a importância de outras tantas questões para o estudo em curso referentes ao próprio Turismo Rural, às políticas públicas, às dimensões sociológicas e culturais do meio rural, além de uma infinidade de teorias que possuem interface com essa investigação. Entretanto, espera-se que a escolha e abordagem dessas temáticas respaldem o referencial teórico de informações suficientes para o trato e entendimento do fenômeno turístico a ser investigado no curso desta pesquisa.

1.1. Tipologia do Turismo: um árduo caminho no estudo do fenômeno turístico

Iniciar a revisão bibliográfica sobre a temática do Turismo Rural a partir do enfoque teórico sobre a segmentação, tipologias e modalidades do turismo tem como objetivo contribuir para a minimização das lacunas de debate acerca da correlação entre as diferenças conceituais que existem entre esses termos e a implicação de seus respectivos usos. E é através do discernimento e ajuste teórico sobre os mesmos que se poderá pautar a melhor reestruturação das políticas públicas voltadas para a atividade turística em sua totalidade.

A necessidade dessa discussão pode ser conferida na seguinte citação sobre o complexo contexto da tipologia do turismo, para fins de planejamento e gestão dessa atividade sócio-econômica:

Depreende-se que as terminologias e, também, os critérios variam ao sabor da criatividade e da imaginação dos empresários e especialistas. Estes, tentando elaborar critérios para organizar o conhecimento e as informações advindas da prática; aqueles, nomeando os tipos e, muitas vezes, atribuindo novos nomes a práticas antigas. Verifica-se que, com base na segmentação, nas características dos destinos ou nas atividades praticadas pelos turistas, proliferam os tipos de turismo que, geralmente, obedecem a uma lógica pessoal e, com frequência, apoiada nas denominações oriundas de mercado (TULIK, 2006)

O entendimento de que os diversos atores públicos e privados reservam (ou deveriam reservar) interesses diferenciados sobre o estudo, planejamento e gestão do turismo é uma premissa básica para a discussão que se segue. Diante dessa premissa, como seria coerente os gestores públicos assumirem o Turismo Rural tendo em vista a formulação da política pública? Como um segmento, um tipo, uma tipologia ou uma modalidade turística? A seguir são apresentadas as diferenças conceituais entre ambos os termos — segmentação, tipo, tipologia e modalidades do turismo — a fim de contribuir para a discussão teórica e o correto uso técnico de cada termo.

Segundo Coriolano (2006), “na sociedade industrial, a atividade turística tornou-se um fenômeno de massa, estandardizado, podendo atender a um maior número de pessoas da classe média”. Contemporaneamente, determinados grupos de consumidores do produto turístico¹² mudaram sua postura de vida e não desejam mais viajar através de pacotes turísticos inflexíveis oferecidos ao turismo de massa. É notável o desejo por algo mais personalizado, direcionado, inovador. A década de 1990 pode ser identificada como aquela que rompeu com a padronização anteriormente dominante e impôs a personalização dos produtos.

Para Baudrillard (*apud* MORAES, 1999),¹³ consumimos, cada vez mais, signos ou representações. Nesse sentido, a título de referência, vale citar a velha frase conhecida dos publicitários.

¹² Conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, ofertados de forma organizada por um determinado preço. Revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar – MTur, MDA (2006).

¹³ Citado na obra de MORAES, Claudia D. C. *Estrutura do Mercado Turístico*. SP: Ed. Roca. 1999.

rios, publicada por Sodré¹⁴ (1998), que resume a noção de produto na moderna sociedade de mercado: “Eu fabrico cosméticos, mas vendo esperança” (*apud* CORIOLANO, 2006). Assim, é preciso concluir que a segmentação turística está relacionada às novas dinâmicas mercadológicas e anseios que o consumidor contemporâneo apresenta.

Os estudiosos que se tornaram referência na abordagem do tema são, entre outros: Cunha (1997), Moraes (1999), Petrocchi (1999), Kotler (2000), Pires (2001), Montaner Montejano (2001), Dias e Cassar (2005) e Tulik (2006). A professora Olga Tulik, da Universidade de São Paulo (USP) é uma das referências nacionais no estudo da segmentação turística voltada especificamente para o Turismo no Espaço Rural. Desde 1997 que essa docente vem se dedicando à investigação do tema, sendo considerada, no meio acadêmico, uma das expoentes sobre o assunto.¹⁵

Em âmbito geral, a medida de segmentação consiste na divisão do mercado em conjuntos de consumidores com características semelhantes, enfatizando essa técnica ou estratégia como sendo capaz de alavancar o mercado-alvo e melhorar a relação custo-benefício na promoção do produto. Sendo assim, a segmentação envolveria duas idéias básicas: seleção de mercados-alvo e programas de marketing (Kotler, 2000). Moraes (1999) relembra que a segmentação é uma estratégia de marketing usada pela administração de bens e serviços. O turismo inclui-se, também, no setor econômico de bens e serviços, e, desse modo, as ações que devem ser usadas no marketing turístico são determinadas pela característica do produto.

Uma unanimidade teórica observada entre a produção acadêmica e os estudos técnicos relacionados à segmentação do turismo é o fato de que esses segmentos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda turística.¹⁶ A partir dessa constatação, infere-se que os critérios de segmentação podem

¹⁴ Citado por CORIOLANO, Luzia Neide Teixeira. *O Turismo nos Discursos, nas Políticas, e no Combate à Pobreza*. 1ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

¹⁵ O último artigo publicado por essa autora sobre os estudos da segmentação do Turismo no Espaço Rural pode ser encontrado no livro *Turismo Rural - Patrimônio, Cultura e Legislação*, da Editora Facos/UFSM. O artigo intitulado *Turismo no Espaço Rural: Segmentação e Tipologia* contribui, proficuamente, com as reflexões contemporâneas sobre essa temática e é considerado uma leitura obrigatória aos que se dedicam à investigação acadêmica da mesma.

¹⁶ De acordo com o *Projeto Técnico de Inventário da Oferta Turística* (2006), do Programa de Regionalização do Turismo, a Oferta Turística, pode ser definida como “o conjunto de atrativos turísticos, serviços, equipamentos e toda infra-estrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico utilizado em atividades

ser os mais variados e cada autor defende um grupo de variáveis em função da sua percepção de mercado e estudos realizados sobre o assunto. Os critérios mais utilizados para a segmentação turística, a partir da oferta turística, são:

- As Atividades Turísticas – Ex: Turismo de Lazer, Turismo Cultural, Turismo Ecológico, Turismo de Pesca.
- A Localização da Oferta – Ex: Turismo Urbano, Turismo Rural
- A Dimensão Geográfica dessa Oferta – Turismo Local, Turismo Nacional, Turismo Internacional.
- A Infra-estrutura Turística – Turismo de Hospedagem, Turismo de Restauração (Serviços de Alimentação), Turismo de Eventos.
- Os Serviços de Transporte - Turismo Aéreo, Turismo Ferroviário, Turismo Rodoviário.

Com enfoque na demanda, a segmentação é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir de suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações. As motivações do turista para a realização da viagem são o critério mais utilizado para a segmentação do turismo em relação à demanda. A seguir, alguns exemplos de critérios para esse tipo de segmentação:

- As Motivações – Ex: Turismo de Descanso, Turismo de Lazer, Turismo Solidário.
- A Faixa Etária – Ex: Turismo da Terceira Idade, Turismo Estudantil.
- O Nível de Renda – Ex: Turismo de Elite, Turismo Social.

A segmentação turística a partir do critério *motivação*, isoladamente, recebe muitas críticas, uma vez que a maioria dos turistas viaja por inúmeras motivações. Como identificar a principal motivação do visitante? Nem sempre existirá uma única, mas um compósito de motivações que o levam a se deslocar para um destino. Cunha (1997) atesta os riscos desse critério para a segmentação do turismo, uma vez que freqüentemente se confundem os atributos do destino e os atrativos existentes com os motivos da viagem. Um bom exemplo da colocação

designadas turísticas.” A Demanda Turística, segundo Beni (2001), é uma “compósita de bens e serviços, e não demanda de simples elementos ou de serviços específicos isoladamente considerados; em suma, são demandados bens e serviços que se complementam entre si.” E essa demanda é oriunda dos turistas que desejam se deslocar para um certo destino. Montejano (2001) define essa demanda como os turistas que necessitam de um conjunto de serviços para que sua viagem, voluntária e desvinculada de motivos de trabalho, possa se concretizar.

de Cunha é, a título de ilustração, a suposição de que, quando realizada uma pesquisa de demanda turística, ser apontada como motivação para visitar um destino a opção: “Visita à Cachoeira”. Essa não é uma motivação a ser estabelecida para uma pesquisa de demanda turística. As motivações mais óbvias a serem relacionadas a essa opção de atividade seria o “Contato com a Natureza”, a “Contemplação da Natureza”, o “Lazer”, entre outras. Como salienta Cunha, validando o exemplo citado anteriormente, “as motivações elencadas em formulários são conceitos vazios que podem adquirir significados diferentes de pessoa para pessoa; que alguns motivos são de domínio do subconsciente e não podem ser determinados facilmente” (CUNHA, 1997).

Outro aspecto a ser iluminado é que, diante das perspectivas da segmentação do turismo, não existe um limite de segmentos a ser criado. As empresas combinam diferentes critérios para a sua segmentação e abrem um leque de possibilidades infinito para a denominação desses. Tais denominações são instituídas com fins estritamente mercadológicos, buscando a comunicação imediata com o consumidor. Todo esse esforço para segmentação turística é empreendido, uma vez que os benefícios inerentes a essa estratégia mercadológica são:

- O conhecimento detalhado das características e preferências da demanda;
- A racionalização da oferta e do produto, adequando-os aos mercados-alvo;
- A regulação da capacidade de recepção dos destinos e otimização dos recursos, evitando o desperdício dos mesmos e melhorando sua relação custo-benefício;
- A possibilidade de elevar o índice de atendimento das expectativas dos turistas, empreendedores do turismo e população local;
- A minimização dos efeitos de sazonalidade.

Encerrando as observações que dizem respeito à teoria da segmentação do turismo, é válido frisar que essa é uma estratégia mercadológica, e que não existem critérios homogêneos para o estabelecimento desses segmentos. Ao contrário, os critérios e variáveis utilizados para a definição dos segmentos turísticos seguem como uma das discussões mais polêmicas entre o meio acadêmico, empresarial e público. É recorrente a observação de que “novas denominações surgem a cada tempo, em decorrência da incessante e dinâmica busca de novas experiên-

cias, aliada às inovações tecnológicas e à criatividade dos operadores de mercado”¹⁷ (Ministério do Turismo, 2004). Ou seja: do ponto de vista comercial, esses segmentos são descompromissados com o estabelecimento de planos governamentais de desenvolvimento turístico. Por isso, no mercado turístico, é possível encontrar segmentos turísticos como “Turismo Indígena”, “Turismo Arqueológico”, entre outras definições “exóticas” de segmentos turísticos.

Os tipos de turismo são freqüentemente associados aos segmentos turísticos, sendo essa uma das correlações teóricas mais usuais na literatura específica dessa área. Todavia, os tipos de turismo se diferem dos segmentos, uma vez que aqueles não são estabelecidos apenas para fins mercadológicos. Outra diferença é que para se conceber um tipo de turismo é necessário a combinação de critérios da demanda e oferta turística, não sendo possível definir tipos de turismo apenas pelos critérios de motivação ou referentes à demanda turística. Todo tipo de turismo pode ser considerado um segmento mercadológico, mas a situação inversa não é possível. Como ilustração, os referidos “Turismo Indígena” e “Turismo Arqueológico” apenas poderiam ser entendidos como segmentos turísticos. O reconhecimento dessas expressões como “tipos de turismo” não procede, uma vez que não existe coerência técnica dos critérios que vieram a definir esses segmentos. Os tipos de turismo, em geral, subsidiam, de forma mais eficiente, a formulação de políticas públicas para o turismo, uma vez que eles transcendem a esfera mercadológica e reservam uma conceituação técnica mais elaborada.

Já o termo “modalidade” enquanto uma dimensão teórica referente aos estudos do turismo reserva outro significado diferente dos termos “tipo” e “segmento turístico”. Apesar de utilizados como sinônimos, do ponto de vista técnico “as modalidades turísticas constituem o modo particular de fazer turismo” (TULIK, 2006). A título de referência, se a característica preponderante para a definição das modalidades turísticas é o modo como os visitantes fazem turismo, a partir dessa conceituação técnica é possível citar a instituição de modalidades como: “Turismo Familiar”, “Turismo Individual”, “Turismo Aéreo”, “Turismo Rodoviário”, entre outros. A principal diferença entre modalidade, tipo e segmento turístico é que a primeira somente pode ser definida a partir da demanda turística (esta totalmente atrelada ao turista) e a definição dos tipos e segmentos turísticos tanto poderão ser definidos com a combinação

¹⁷ Citação reproduzida do documento *Segmentação do Mercado Turístico, Marcos Conceituais*, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo. Esse documento faz parte dos instrumentos técnicos utilizados para o planejamento e gestão do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil/Ministério do Turismo (2004).

entre demanda e oferta turística, como o somatório de outros critérios. Outra questão é que para a definição de uma modalidade turística basta apenas uma informação — modo como o turista viaja, ao passo que a definição dos segmentos e tipos de turismo deve envolver uma série de critérios geográficos, psicológicos, comportamentais, financeiros etc. Tendo em vista as conclusões aqui pautadas, é possível afirmar que os segmentos e os tipos de turismo devem constituir informações mais complexas e úteis para o desenvolvimento da atividade turística que as modalidades turísticas.

Abordadas as diferenças conceituais entre *modalidade*, *tipo* e *segmento turístico*, será tratado, em seqüência, o emprego conceitual do termo “tipologia” nos estudos turísticos. Na literatura especializada da atividade turística, esse termo também é utilizado como sinônimo de segmento, tipo e modalidade. Porém o termo tipologia, segundo o Dicionário Aurélio (2005), significa, em seu sentido mais amplo, “o estudo dos tipos”. Num âmbito geral, a “tipologia do turismo” seria “o estudo dos tipos de turismo”. Seu uso como sinônimo de “tipo” de turismo é, além de um emprego equivocado desse termo, um reducionismo de seu sentido.

A associação entre modalidade e tipologia como termos semelhantes também pode ser caracterizado como um erro técnico no uso dessas expressões voltadas para o estudo turístico. A tipologia do turismo considera as modalidades turísticas como uma das informações para o entendimento desse fenômeno, mas não se restringe a identificar o modo como os turistas viajam. Assim, a tipologia do turismo busca investigar muito além dessa informação, considerando também os aspectos da oferta turística combinados a outros fatores para sua análise.

Por fim, o termo *tipologia*, como citado, também é confundido com a expressão *segmento turístico*. Entretanto, uma abordagem que esclarece a diferença entre ambos é, também, a de que o segmento turístico é um dos objetos de estudo da tipologia do turismo. Todavia, é possível associar o termo “tipologia” a um tipo de turismo, como, por exemplo, “Tipologia do Turismo Rural”. Neste sentido, a expressão designa, logicamente, “o estudo dos tipos de Turismo Rural”. E é nessa perspectiva que a resposta à indagação realizada no início dessa temática será entendida.

Os gestores públicos responsáveis pela regulamentação do Turismo Rural deveriam planejar e gerir essa atividade turística centrada em sua dimensão tipológica. Certamente que o entendi-

mento do Turismo Rural enquanto segmento turístico contribui, em muito, para a gestão pública do mesmo; esse tipo de turismo não deve ser tratado de forma descontextualizada do mercado turístico.

Entretanto, a abordagem por parte do poder público deveria ir além da dimensão mercadológica, setorial, que essa atividade turística apresenta enquanto segmento turístico. Considerando-se as diferenças sócio-culturais, econômicas, ambientais e políticas presentes nas distintas regiões de Minas Gerais, um debate sobre a “Tipologia do Turismo Rural” seria uma eficiente estratégia de planejamento público. O Turismo Rural não deve possuir a mesma face em todo o estado. A partir dessa assertiva, quais os “tipos de Turismo Rural” devem ser considerados e discutidos para o enfrentamento e adequação dos instrumentos de gestão pública do meio rural no estado de Minas Gerais? Baseado nessa pergunta, é claro o equívoco dos gestores públicos ao se voltarem para a abordagem dessa atividade como, meramente, um segmento turístico. Essa posição revela um trato puramente economicista, empresarial, da complexa realidade que tangencia o Turismo Rural no país e em Minas Gerais. Evidentemente, essa dimensão é de suma importância para o desenvolvimento do mesmo. Contudo, tratando-se do planejamento público desse tipo de turismo, considerando que a prioridade desses gestores deve ser diferenciada em relação aos interesses do *trade* turístico, é válido ressaltar que há necessidade de reajuste de foco dos programas de política pública específicos para o Turismo Rural, seja em Minas Gerais, seja no país.

Tratando-se dos programas nacionais específicos de política pública para o Turismo Rural, lamentavelmente o que se percebe é um claro enfoque mercadológico, econômico, quanto às perspectivas de desenvolvimento desse tipo de turismo. O documento *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (2004)*, de responsabilidade do Ministério do Turismo, deixa claro essa perspectiva adotada pelos gestores públicos federais ao tratar o Turismo Rural restritivamente como um segmento, um setor turístico. Esse tipo de turismo não vem sendo incorporado, empiricamente, como estratégia local e territorial capaz de estimular e gerar o desenvolvimento rural local. O binômio “geração de emprego e renda” é massivamente apontado pelo Ministério do Turismo como o principal resultado proporcionado pela implementação dos programas de Turismo Rural no país.

Outro documento que reforça o caráter empresarial da gestão pública desse turismo no Brasil é a formulação de um instrumento técnico especificamente voltado para a segmentação turís-

tica. Intitulado *Segmentação do Mercado Turístico, Marcos Conceituais*, esse documento é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo, utilizado para o planejamento e gestão do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil/Ministério do Turismo (2004). O posicionamento do Governo Lula frente ao desenvolvimento turístico nacional, via responsabilidade do Ministério do Turismo e seus parceiros institucionais, tem demonstrado, com muita clareza, a grande importância econômica atribuída à atividade turística. E uma das formas de reconhecimento dessa consideração é a análise técnica da perspectiva adotada pelo governo — a segmentação turística frente à decomposição da atividade turística em dimensões temáticas.

Daí a importância do correto emprego dos termos discutidos até o momento e, novamente, é válido reafirmar que um posicionamento adequado dos gestores públicos, em relação ao Turismo Rural, seria, assim, o tratamento desse fenômeno turístico de forma tipológica. Assumir esse posicionamento diante do estabelecimento de políticas públicas e formulação das legislações específicas é pactuar com a reflexão sobre o alcance de tal atividade como um dos profícuos vetores para o desenvolvimento local. E, assim, o enfoque do Turismo Rural, em uma perspectiva tipológica, contribuiria não apenas para sua própria expansão “setorial”, mas também para o desenvolvimento territorial do meio rural brasileiro.

Para fins dessa pesquisa, o Turismo Rural será denominado como um segmento turístico, apesar do entendimento de que a definição mais adequada para essa atividade turística seria uma abordagem tipológica. Contudo, o Turismo Rural enquanto segmento turístico se constitui o objeto de estudo dessa investigação. Ou seja, o que será analisado nesta pesquisa é a dimensão mercadológica do que vem sendo entendido como Turismo Rural no estado de Minas Gerais a partir dos estabelecimentos que se auto-intitulam pertencentes a este segmento. Porém, as características deste segmento enquanto um tipo de turismo não serão desconsideradas, levando-se em conta a importância deste enfoque para os estudos do Turismo Rural para além de sua contribuição econômica.

1.2. Formação conceitual e respectivos entraves teóricos do Turismo Rural

Se, de acordo com a revisão bibliográfica sobre os conceitos de segmentação, tipologia, tipo e modalidades do turismo, não foi possível observar uma postura consensual entre definição e uso desses termos em relação ao estudo do fenômeno turístico, quanto ao conceito de Turismo Rural a mesma problemática pode ser constatada. Na bibliografia específica sobre tal temática, tem sido unânime entre os especialistas a conclusão de que não existe um consenso teórico-conceitual sobre o que vem a ser definido como Turismo Rural, seja como segmento, modalidade ou tipo de turismo. De acordo com Calvente (2004),

inúmeras questões são suscitadas quando é necessária a delimitação teórica e metodológica do Turismo Rural, como no caso de implementação de políticas públicas a respeito. A noção ainda está adquirindo significados em seu processo de construção, passando por intersubjetividades diversas.

Por vezes, e coincidentemente fora do âmbito acadêmico, a pesquisa científica voltada para as investigações teóricas padece de críticas devido à errônea impressão de que ela pouco contribui para solucionar os atuais desafios da sociedade pós-moderna. Entretanto, Granger (1985) faz notar uma importante contribuição sobre a apreensão conceitual nos processos de pesquisa ao explicitar que “um conceito, certamente, não é uma coisa, mas não é tampouco somente a consciência de um conceito. Um conceito é um instrumento e uma história, isto é, um feixe de possibilidades e de obstáculos envolvido num mundo vivido”. Desse modo, em conivência com a citação de Granger, o levantamento e o estudo das terminologias, expressões e conceitos teóricos sobre o Turismo Rural, de origem acadêmica e técnica, são discutidos a fim de contribuir para o avanço teórico da pesquisa científica relacionada a essa temática, assim como favorecer a construção de um conceito de Turismo Rural que venha atender à complexidade sócio-cultural já mencionada de nosso país.

O documento *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (Ministério do Turismo, 2003) traz alguns tipos de manifestações terminológicas usuais para o Turismo Rural nas regiões brasileiras: “Agroturismo, Ecoturismo, Turismo de Interior, Turismo no Espaço Rural, Alternativo, Endógeno, Verde, Campestre, Ecoagroturismo.” Outros neologismos também são encontrados na produção acadêmica específica: “Eqüestre e de caça” (CALAVATRA E RUIZ, 1993), “Agroecoturismo” (TRONCOSO, 1996), “Turismo no Meio Rural” (TULIK, 1997), “Eco-rural” (RODRIGUES, 1998), “Turismo Rural para Agricultura Famili-

ar” (PRONAF 2003). Contudo, as terminologias mais empregadas como sinônimas do Turismo Rural são “Agroturismo” e “Turismo no Espaço Rural”.

Primeiramente será realizado um esforço conceitual de contextualizar as principais definições, acadêmicas e técnicas, que tratam do Turismo Rural. Ao cabo dessa discussão, serão analisados os outros dois conceitos mais usuais — *Agroturismo* e *Turismo no Espaço Rural* — com intuito de inter-relacioná-los teoricamente com o Turismo Rural, buscando esclarecer a aproximação e distanciamento teórico presentes entre os mesmos.

A complexidade de definir o Turismo Rural é refletida na diversidade de definições adotadas no âmbito internacional. Segundo Tulik (2000), que busca sistematizar as diversas expressões internacionais do Turismo Rural, as seguintes definições podem ser consideradas:

- Turismo Verde: praticado em áreas que sofreram pouca interferência do homem, possibilitando aos turistas a oportunidade de aproveitar a natureza, a cultura e o modo de produção da sociedade;
- Turismo Campestre: que ganhou destaque na França, onde é praticado em pequenas propriedades familiares ou pequenos hotéis, e consiste na valorização da cultura camponesa;
- Turismo de Habitação: modalidade muito praticada em Portugal e, como o próprio nome diz, está vinculada ao patrimônio arquitetônico dos solares e outras edificações (nesta atividade também se valoriza o contato com os usos e costumes da população local e com a natureza);
- Turismo de Retorno: praticado por pessoas que saíram do campo por motivos diversos, porém retornam a este nos fins de semana e nas férias com intuito de descansar, visitar parentes, amigos (originado na Espanha, mas também usual na Argentina e outros países);
- Turismo de Estância: modalidade tipicamente praticada na Argentina e caracterizada pelo alojamento em construções senhoriais de grandes estabelecimentos agropecuários, onde o turista pode participar da lida diária, e que — fato interessante — propiciou o desenvolvimento do setor de hotelaria, já que é baixo o número de vagas para hospedagem ofertadas pelas fazendas;
- Turismo de Granja: o qual ocorre principalmente na Europa, nos EUA, na Nova Zelândia, África do Sul e no Uruguai, consistindo na convivência de famílias de proprie-

tários rurais com turistas e na participação destes nas atividades cotidianas durante um período de férias;

- Turismo Naturalista: vinculado ao contato do turista com a natureza, na forma de interação deste com o meio, visando minimizar o impacto do turista sobre a natureza e, ao mesmo tempo, conscientizá-lo da importância da preservação ambiental;
- Agroturismo: modalidade originada na Itália, década de 1960, ganhou destaque no mundo inteiro, e consiste no conjunto de relações humanas decorrentes da presença do turista pelo seu aproveitamento e desfrute do ambiente, seus valores culturais e sócio-produtivos.¹⁸

Esse panorama conceitual revela que as definições variam desde teorias que tratam do “tipo Turismo Rural”, com definições mais amplas, a exemplo do Turismo Verde, Turismo de Granja, Turismo Naturalista e Agroturismo; até o recorte do mesmo como uma atividade mais segmentada: Turismo de Retorno, Turismo de Habitação e Turismo de Estância. É notável que, nos segmentos de turismo, a oferta turística é precisada com recortes marcados pelo tipo de hospedagem (característica da oferta turística) — casas senhoriais e solares; pelas motivações da demanda — descansar, visitar parentes, amigos; pela localização — em área verde, em áreas agropecuárias. Outra consideração pertinente é a variação da valorização entre o patrimônio natural e cultural, ora priorizado um em detrimento do outro,¹⁹ ora igualmente.

Assim como já citado nos procedimentos metodológicos, de acordo com a Comissão das Comunidades Europeias, citada por Zarga (*apud* BRICALLI, 2006), para que uma iniciativa turística seja enquadrada como pertencente ao Turismo Rural, a mesma deve possuir as seguintes atribuições:

- Que a atividade se realize no mundo rural;
- Que haja uma oferta integrada de recursos e atividades turísticas rurais;
- Que exista relação entre os participantes e o entorno autóctone²⁰
- Que se produza uma inter-relação com a sociedade local.

¹⁸ No contexto brasileiro, o conceito de Agroturismo recebe outra definição que será abordada, posteriormente.

¹⁹ Como por exemplo, o Turismo Naturalista, citado por Tulik (2000), apresenta uma proposta turística completamente voltada para a valorização da dimensão ecológica do patrimônio a ser visitado. A valorização do modo de vida rural ou a cultura local não é citada ou induzida na descrição desse tipo de turismo.

²⁰ O entorno autóctone se refere a tudo que é próprio da região: paisagens, população, cultura local etc. (Zarga, 2001).

O posicionamento da Comissão das Comunidades Europeias se revela amplo, aberto ao diálogo com a diversidade de propostas turísticas que possam se desenvolver no contexto dos territórios rurais europeus e de outros países, sendo, por este motivo, adotado como um recurso de avaliação para a oferta de Turismo Rural nesse estudo. Como estruturação dos princípios que possam reger a política pública dessa região, essas atribuições constituem uma interessante abordagem a ser discutida. Inclusive, nesse sentido, é passível de se cogitar que essas atribuições possam servir como princípios universais para o Turismo Rural. Os critérios para validação desses princípios necessariamente seriam estabelecidos por cada país, considerando as especificidades nacionais e regionais para a gestão do Turismo Rural nas diferentes partes do mundo. Para fundamentar essa colocação, a seguir serão comentadas tais atribuições, separadamente, com o intuito de referenciar os motivos pelos quais elas possam ser adotadas, em diferentes países, como princípios para o Turismo Rural.

A menção que se faz à realização deste segmento turístico em um mundo rural pode ser reconhecida como uma lúcida atribuição frente às dificuldades atualmente evidenciadas, sejam governamentais ou privadas, em encontrar uma definição unânime para o que venha a ser denominado, efetivamente, de “espaço rural”.²¹ As transformações ocorridas durante o século XX intensificaram o redesenho das relações campo-cidade, gerando, dessa forma, a maior inter-relação entre os espaços ditos “urbano” e “rural”. Essa profusão de relações tem suscitado a gênese do que poderia ser chamado de “espaços híbridos”. Ou seja, determinadas porções espaciais que não podem ser definidas nem como urbanas, nem como rurais, ou com expressões que possam designar esse misto de relações. Na tentativa de explicar geograficamente esses espaços, algumas teorias sobre esse tema deram origem a expressões como “Rurbano”²², “Periurbano”, “Agricultura Urbana”, entre outras. Porém, é certo que alguns espaços

²¹ A respeito dessa discussão, alguns autores que podem ser citados como referência são Wanderley (1997), Carneiro (1997), Alentejano (1998), Abramovay (2000), Pérez (2001), Silva (2001), Veiga (2002), Calvente (2004).

²² O termo *Rurbano* foi cunhado por um projeto de mesmo nome, desenvolvido pelo IE/UNICAMP e que visa caracterizar a população residente no meio rural, reconstituindo as séries históricas para o período de 1992/99, a partir dos dados originais das PNADS relativos às pessoas ocupadas e suas famílias. Para Costa (1985), os espaços rurbanos são compreendidos pelos espaços periurbanos das cidades. Caracterizam-se por apresentar tanto aspectos rurais quanto urbanos. A paisagem é rural, contudo as funções são variáveis, podendo ir desde as atividades agrícolas até a redução em espaços da especulação imobiliária. Identificaram-se cinco sistemas: os espaços dedicados à moradia, os pluriativos, os espaços de lazer, a especulação imobiliária e a agricultura tradicional. De acordo com Saraceno (1994), “a teoria sobre o conceito Periurbano foi criada pelos franceses. Para eles, nessa categoria espacial estão incluídas todas as comunidades industriais com no mínimo 100 empregos industriais e uma empresa com no mínimo 20 assalariados”. E, por fim, segundo Mougeot (2000), a

ainda apresentem características tão singulares em sua inter-relação rural-urbana, campo-cidade, que a ciência contemporânea não possui teorias capazes de qualificá-los precisamente. A colocação de que o Turismo Rural se realize num mundo rural é muito oportuna ao transcender o conceito de espaço físico e apontar para a combinação de uma série de elementos que irão compor esse mundo rural. Alguns dos elementos que podem contribuir para a caracterização desse mundo são: o modo de vida das comunidades rurais, a sua forma de organização sócio-territorial, a maneira como as populações locais se apropriam dos recursos naturais e os tipos de economias locais preponderantes.

O fato de não restringir essa atividade turística a um espaço físico, mas a um conjunto de características (conceito de “mundo”) que componham os espaços adequados ao desenvolvimento do Turismo Rural permite, também para fins de política pública, que a mesma venha a ocorrer em espaços onde realmente exista vocação sócio-cultural, paisagística e territorial. Além disso, outras vantagens são: não limitar o Turismo Rural às áreas agropecuárias (o mundo rural está além dessa dimensão produtiva) e a questão de não entrar em conflito com a determinação de áreas definidas oficialmente como urbanas (ainda que sejam rurais) para a implementação dessa prática. Quanto a essa última colocação, podem ser citados os exemplos da metodologia do IBGE²³ (1996) para fins de classificação da área rural e o de “alguns decretos municipais que reconhecem áreas rurais como urbanas apenas para aumentar a arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU” (CALVENTE, 2004).²⁴

Agricultura Urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não-alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.

²³ Ainda que seja muito criticada essa metodologia de caracterização, o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) (1996) trabalha com a perspectiva teórica de que “na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. Em contrapartida a essa perspectiva político-administrativa, segundo Veiga (2002), “o rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à ‘antiquada dicotomia’ entre cidade e campo, tendo esta sido substituída por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as *aglomerações* e as *microrregiões*. Assim, é preciso considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem *menos artificializados*, ou seja, *espaços rurais*, para a definição de uma estratégia realista de desenvolvimento baseada numa articulação horizontal de intervenções”.

²⁴ O uso desse artifício é comentado por Calvente em seu livro *Turismo e Excursionismo Rural*, publicado em 2004. A autora comenta que a prática de declarar uma área como urbana, em geral, tem como objetivo desmembrá-la em lotes menores que os módulos rurais. A vantagem dessa empreitada para as prefeituras reside no sistema tributário. Desse modo, a prefeitura pode conseguir a arrecadação de IPTU em detrimento do Imposto Territorial Rural (ITR). Como o ITR é um tributo de cunho federal, apenas metade do valor arrecadado retorna às prefeituras municipais. Em contrapartida, o IPTU é um imposto integralmente municipal e de taxa-

Outro atributo que se destaca, de acordo com a proposta dessa investigação, é a relação da oferta integrada dos recursos somados às atividades turísticas. Esse posicionamento é fundamental enquanto estabelecimento de princípios para o Turismo Rural. A partir dele, potencialmente, poderá ser trabalhada a importância dos recursos locais e desses como diferenciais sócio-culturais, ambientais, econômicos, traduzidos no planejamento das atividades turísticas a serem ofertadas. O Turismo Rural depende da estruturação de vivências, experimentações, atividades interativas que permitam a troca de informação, conhecimento e emoções entre visitante, visitado e comunidade receptora. Desprovido dessa premissa de planejamento turístico, corre-se o risco desse segmento turístico se descaracterizar e passar a uma outra forma de manifestação turística que tenha o espaço rural apenas como suporte. A adoção desse princípio em muito contribui para a análise da oferta de iniciativas de Turismo Rural nesse estudo, uma vez que será, também, através das atividades turísticas voltadas para entreter os visitantes que se exercitará a avaliação de interpretar quais são os estabelecimentos mais próximos ou distantes da definição de Turismo Rural abraçada por essa pesquisa.

Encerrando o comentário dos atributos adotados para essa pesquisa como parte dos princípios que podem reger o Turismo Rural, é válido ressaltar a colocação dos autores — Zarga (2001) e Bovo (2006) — para que, diante dessa atividade turística, “exista a relação entre os participantes e o entorno autóctone” e que, através dessa vivência, “se produza a inter-relação com a sociedade local”. Esses atributos são imprescindíveis para o entendimento do Turismo Rural como potencial vetor de Desenvolvimento Rural Local. O praticante do Turismo Rural deve ter a oportunidade de se envolver sócio-culturalmente, economicamente, com o entorno comunitário onde a iniciativa turística exerça sua atuação. Esses estabelecimentos, na maioria das vezes, estão inseridos em contextos locais de rica expressão sócio-cultural, e, para o profundo entendimento desta, é necessário, também, que o visitante tenha acesso ao coletivo comunitário. As iniciativas de turismo que privam o turista de tais experiências, confinando-o aos limites da propriedade rural, fogem ao perfil dos estabelecimentos que se propõem a trabalhar com o Turismo Rural. O contato presencial com as pessoas da população local do meio rural é uma condição *sine qua non* ao reconhecimento de uma atividade turística como condizente com esse segmento turístico.

ção bastante superior ao ITR. Assim, com a declaração de áreas rurais como urbanas, poderá haver um significativo aumento da arrecadação de imposto municipal, o qual deveria ser devolvido à população local em benfeitorias públicas destinadas à melhoria da infra-estrutura básica e outras prioridades relacionadas ao bem-estar social. No entanto, o que se pode averiguar é que, em suma, os recursos provenientes dessa manobra política são desviados dos interesses sociais coletivos em meio aos gargalos da corrupção por parte do poder público.

Em perspectiva mais precisa, para Hall e Page (1999), apesar da dificuldade em precisar os princípios do Turismo Rural, é possível acenar com os critérios de classificação adotados para os empreendimentos turísticos norte-americanos que participam da oferta de Turismo Rural, sendo os mesmos expostos a seguir:

- Estar localizado em áreas rurais;
- Ser funcionalmente rural — edificado sob as características especiais do mundo rural de empresas de pequena escala, espaço aberto, contato com a natureza e com o meio rural, patrimônio, sociedades e práticas tradicionais;
- Ser rural em escala, tanto em termos de edificações e povoamentos — e, portanto, usualmente em pequena escala;
- Ser tradicional no caráter, crescendo lenta e organicamente, e conectando-se com as famílias locais;
- Apresentar diferentes tipos, representando o padrão complexo de entorno, economia, história e localização rural.

A colocação teórica desses autores pode ser considerada mais concreta quando, ao invés de princípios, estes apresentam uma leitura dessa realidade turística centrada em critérios. Os critérios elaborados por Hall e Page representam um esforço na sistematização de informações que atendam ao desafio de instituir regras de classificação para essa oferta turística. Entretanto, os critérios apontados por esses autores ainda são permeados de “fissuras técnicas” que podem comprometer um funcional emprego dos mesmos para a realidade brasileira. Por exemplo, os critérios “ser funcionalmente rural” e “ser rural em escala” não se ajustam à realidade do país. Primeiro, porque, no meio rural brasileiro, existem iniciativas de diversos portes, como referência algumas fazendas que poderiam ser aproveitadas para a estruturação de atividades de Turismo Rural. Em segundo lugar, por mais que as tradições rurais caracterizem e façam parte do imaginário urbano sobre o rural, a presença de atividades rurais tradicionais não é uma condição elementar para o desenvolvimento dessa oferta. O “Novo Rural Brasileiro”²⁵ (CAMPANHOLA E SILVA, 2000) tem se caracterizado pela multifuncionalidade²⁶ do

²⁵ Esta expressão, citada na obra de Campanhola e Silva (2000), tem como objetivo designar a incorporação de novas atividades e funções pelo meio rural brasileiro, sendo que este deixa de ser um espaço caracterizado pela predominância de atividades agropecuárias e passa a assimilar atividades do segundo e terceiro setor. Para Cerqueira (2002) “esse conceito é aplicado principalmente para as regiões mais desenvolvidas, que passaram pelo processo de modernização da agricultura baseado na Revolução Verde - processo de modernização da agropecuária, surgido nos anos 50, com o objetivo de aumentar a escala de produção utilizando novas técnicas

espaço rural, o que faz com que a associação desse espaço com as práticas tradicionais seja uma correlação parcial. Outras alternativas de atividades econômicas — agroindústria familiar, atividades de lazer, serviços de tratamento de saúde, de estética, instalação de novos centros de práticas espirituais, entre outras — são desenvolvidas no meio rural, o que permite que esse seja aproveitado para além das suas tradicionais características agropecuárias.

Exemplificados alguns princípios e critérios internacionais para o dimensionamento dessa atividade, a seguir serão elencados treze conceitos de Turismo Rural pertencentes à literatura brasileira sobre o tema. Estes foram selecionados e ordenados cronologicamente, no intuito de extrair impressões sobre a diversidade e evolução conceitual dos mesmos. A seleção dos conceitos foi baseada em dois critérios: a importância de seus autores frente aos estudos acadêmicos do Turismo Rural e, no caso dos conceitos técnicos, os documentos de maior relevância política para gestão atual dessa atividade. Assim sendo, os conceitos eleitos são:

1. “O Turismo Rural tem a particularidade de uma parte do produto turístico ser a própria ruralidade: a sua cultura, o seu modo de vida, as suas paisagens...” (MORMONT, 1980)
2. “Turismo Rural é um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com os alojamentos na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousadas) na qual o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços, quer como lazer ou aprendizado. Deve ser incluída nesta modalidade a oferta de produtos naturais de origem” (ZIMMERMANN, 1995)
3. “Atividade turística realizada em áreas rurais, composta por uma oferta integrada para o tempo livre, dirigida a uma demanda cuja motivação é o contato com o ambiente rural e que tem uma inter-relação com a sociedade local. Sugere, portanto, uma relação entre o Turismo Rural e o endógeno” (GARCIA, 1995)
4. “Turismo e ambiente: complementaridade e responsabilidade no ponto de articulação entre o moderno e o tradicional, alicerçado no consumo do simbólico de um rural reinventado, onde

de cultivo, inclusive a introdução de máquinas, insumos e equipamentos. Assim, as principais características desse “Novo rural” são: a consolidação dos complexos agroindustriais, o surgimento de novas atividades agrícolas e não-agrícolas e a combinação dessas atividades”.

²⁶ Para Shiki (1998), “a Multifuncionalidade do espaço rural pode ser caracterizada como o processo em que a dinâmica que define esse espaço deixa de ser só agricultura para se ver intrincada a rede multifuncional em que serviços ambientais, produção industrial e comercial se tornaram componentes ligados à agricultura”. Neste sentido, Neto (1997) respalda que o espaço rural passou a ganhar novas dimensões além da fornecida pelo processo produtivo; entre elas, a noção de território, as questões ambientais e as possibilidades turísticas e recreativas.

a codificação da conservação ambiental torna a diferença e a autenticidade símbolos acrescidos de prestígio” (JOAQUIM, 1997)

5. “Um conceito fundamental para se definir o Turismo Rural, além do relacionamento com a agropecuária, é que os serviços de alojamento, alimentação e outras atividades devem ser ofertados pelos produtores rurais” (BARRERA, 1998).

6. “O Turismo Rural estaria correlacionado a atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural, diferenciando-se das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade” (RODRIGUES, 2000).

7. “O Turismo Rural consiste de um subconjunto específico de atividades que têm estreita relação com o ambiente natural e cultural no meio rural, relacionando-se diretamente com a comunidade e contando com a sua participação” (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000)

8. “Em termos gerais, definimos Turismo Rural como o uso ou o aproveitamento turístico do entorno não-urbano, atendendo às premissas do desenvolvimento sustentável: gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do patrimônio, proteção do meio, etc.), ter lugar em áreas não “invasadas”, incluir os habitantes locais como atores culturais, ser minoritário e promover, por meio de encontros espontâneos e da participação, o contato cultural” (TALAVERA, 2000)

9. “Uma atividade que se realiza no mundo rural, composta por uma oferta integrada de ócio dirigida a pessoas interessadas pelo entorno autóctone, pelas atividades rurais e que tenham uma inter-relação com a sociedade local” (ZARGA, 2001).

10. “A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos” (PRONAF, 2004).

11. “A expressão Turismo Rural evoca as características do território onde ocorre. As áreas tradicionais, mais do que as técnicas, possuem força atrativa. Assim, o Turismo Rural pode ter como atrativos objetos e costumes herdados do passado, que apresentam um valor simbólico. É um turismo em paisagens naturais e paisagens agrárias, trazendo um retorno ao passado rural ou indígena; é também cultural; de pequenas igrejas e colheitas, festas, costumes e crenças tradicionais, romarias, artesanato e comidas típicas valorizando os produtos específicos do local” (CALVENTE, 2004).

12. “O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Ministério do Turismo, 2003).²⁷

13. “O Turismo Rural é a atividade turística que vem a ser um conjunto entre a natureza, a identidade local e o modo de vida no campo, elementos que caracterizam um espaço rural. Assim, quando essa modalidade é estruturada neste espaço e possui como atratividade central a busca pelo modo de vida no campo, podemos dizer que isto é Turismo Rural” (BOVO, 2006).

Devido ao procedimento de expor o conjunto dos conceitos seqüencialmente, optou-se por conceber um quadro de sistematização conceitual, disponibilizado na próxima página, servindo este como um recurso que possibilite abarcar, coletivamente, os resultados alusivos à “decodificação” dessas definições em determinados critérios. De acordo com o quadro apresentado, entre os critérios sistematizados para a caracterização do Turismo Rural, os que transpareceram maior consenso entre os autores são: *Condicionado à localização em meio rural*, *Valorização da cultura rural* e *Turismo de base local*. Tal informação permite interpretar que, para a maioria dos mesmos, o Turismo Rural não é um segmento fadado ao espaço agrário, mas que se desenvolve no meio rural. Considerar o agrário como o rural é um posicionamento teórico reducionista, obsoleto perante a realidade atual; é restringir toda diversidade do meio rural brasileiro à perspectiva produtivista. O Turismo Rural busca muito além da valorização das lidas agropecuárias; essas podem estar presentes ou não nessas iniciativas. Como bem salienta Bovo (2006) em sua definição, “o principal atrativo desse tipo de turismo é o modo de vida rural, a valorização da cultura rural”. Assim sendo, é perceptível a influência e proeminente importância dos avanços teóricos para a definição conceitual desse segmento. Porém, nos dois conceitos técnicos que norteiam a política pública específica para esse setor — Ministério do Turismo (2004) - Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar - PRONAF (2004) — o preceito de o Turismo Rural se realizar no espaço agrário configura-se de modo imperativo.

QUADRO 05

Sistematização dos Conceitos de Turismo Rural

²⁷ Os conceitos de Turismo Rural da ABRATURR e da AMETUR não foram citados uma vez que ambas as associações adotaram o conceito desenvolvido pelo Ministério do Turismo (2003). O MDA e a EMATER-MG utilizam a definição do PRONAF para o Turismo Rural (2004) como conceito norteador de suas ações. Para essas duas instituições, o enfoque principal é a prática do Turismo Rural no contexto da agricultura familiar.

Conceituações Acadêmicas e Técnicas de 1980 a 2006

AUTOR/ CONCEITO	Condicionado Local. Meio Rural	Condicionado Local. Espaço Agrário	Valorização / Resgate da Cultura	Valorização das Lidas Agropecuárias	Agropecuária Ativa como Principal Economia	Turismo como Atividade Complementar	Turismo de Base Local	Presença de Atividades relacionadas ao Modo de Vida Rural
Mormont 1980	X		X					
Zimmermann 1995	X		X	X			X	X
Garcia 1995	X		X			X	X	
Joaquim 1997	X		X			X		
Barrera 1998		X		X			X	X
Rodrigues 2000	X		X				X	
Campanhola e Graziano da Talavera, 2000	X		X				X	X
Zarga 2001	X		X				X	
PRONAF 2004		X	X	X	X	X	X	
MTur 2003	X	X	X	X		X	X	
Bovo 2006	X		X	X			X	X

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

E, por fim, a última característica mais citada — *Turismo de Base Local* — elucida o respeito dos estudiosos a uma vocação desse meio que é de suma importância: o tipo de organização social baseado nas relações locais. Jollivet²⁸ (*apud* BOVO, 2006) tece importante contribuição nesse sentido, ao relatar que o espaço rural “deve ser pensado no nível das sociedades locais, onde transformações radicais nos municípios as conduzem a assumirem novas funções que atendam suas necessidades, propiciando, assim, recomposições espaciais as quais dão origem a novas solidariedades territoriais, criando novos territórios rurais.” No contexto brasileiro, a maioria dos territórios rurais é composta por comunidades, vilas e pequenos núcleos com traços de organização sócio-culturais bastante peculiares — relações de compadrio, solidariedade, o valor da terra como patrimônio intergeracional que possa garantir a reprodução da famí-

²⁸ Citado por BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. *Turismo Rural em São Paulo: Uma semente que floresce*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

lia, entre outras. Compreender essa realidade faz parte do entendimento de que, necessariamente, o Turismo Rural também deve ser uma atividade de escala local.

Outros dados que vêm reforçar parte das considerações realizadas acima são as percentagens referentes às características: *Valorização das lidas agropecuárias* e *Agropecuária ativa como principal economia da propriedade*. A primeira obteve 50% de adesão e a segunda apenas um entre os conceitos revisados. Não se trata de desmerecer a importância sócio-cultural e econômica das atividades agropecuárias frente à conceituação do Turismo Rural, mas desmistificá-la. A valorização dessa atividade como um ofício tradicional do meio rural é uma perspectiva interessante, é fato que a mesma exerceu papel fundamental na formação das culturas populares rurais. Porém, a exigência da presença dessa atividade de forma ativa nos estabelecimentos de Turismo Rural, como já comentado, não traduz a contemporaneidade das relações do homem rural com seu meio.

A característica *Turismo como atividade econômica complementar* é uma variável que ainda possui adeptos teóricos. Certos autores deixam implícito que o Turismo Rural deve ser entendido como uma atividade econômica secundária nas iniciativas pertencentes a esse segmento. Em geral, quando consta tal discurso, pode-se associar que a primeira atividade econômica suposta seria a agropecuária. No entanto, não deve existir uma conceituação que restrinja a ordem de prioridades econômicas quanto ao desenvolvimento das atividades turística ou agropecuária; até mesmo porque essas atividades se alternam, devido à sazonalidade que as envolve. Um certo purismo perpassa esse critério ao se alertar que o turismo como a principal economia da propriedade rural pode levar a uma descaracterização social, econômica e cultural da mesma.

Calvente (2004) discute esse tradicional paradigma ao apontar que durante o trabalho de campo feito para sua pesquisa foi recorrente a identificação de “experiências nas quais as atividades de turismo passaram a ser as atividades principais (e, em alguns casos, a única) pelas razões mais diversas, incluindo-se entre essas as dificuldades estruturais em manter a produção agrícola. Eram os proprietários rurais mais empobrecidos os que tinham abandonado a produção agrícola.”

Também o técnico da EMATER-MG, Sr. Carlos Bovo, relatou, durante uma entrevista concedida para esse trabalho de pesquisa,²⁹ que, majoritariamente, as atividades turísticas superaram o retorno financeiro das ocupações agropecuárias no contexto da agricultura familiar. Em um dos projetos de viabilidade econômica de Turismo Rural para captação de recursos, no município de Conceição dos Ouros, ele constatou para um agricultor familiar que o turismo seria uma alternativa que iria gerar uma margem de retorno financeiro 30% superior à lucratividade que o mesmo obtinha com as outras lidas. Óbvio. A agricultura familiar é alvo de extrema espoliação econômica quanto à sua produção agropecuária no país. Portanto, nem se trata do turismo ser uma excepcional atividade econômica, mas de a agricultura familiar como atividade sócio-econômica representar uma condição de exploração do trabalho. Desse modo, é ponderável admitir que uma propriedade rural pode alimentar a continuidade de algumas lidas agropecuárias a título de subsistência alimentar e/ou como elemento de atratividade turística. Porém, não deve ser o fato de o turismo constituir-se, ou não, como uma economia secundária da propriedade que fará com que a mesma se caracterize como uma proposta de Turismo Rural.

E, ainda, a inclusão do turismo na diversificação sócio-econômica da propriedade, potencialmente, pode gerar a possibilidade de resgate de alguns ofícios da lida rural como fator de atratividade. O que, posteriormente, pode ser assimilado em outras instâncias (não apenas pela atratividade turística), como mais um ofício sócio-econômico na dinâmica do trabalho familiar. Assim, tal purismo de ordem econômica é mais um posicionamento conceitual retrógrado, contaminado de romantismo, perante o contexto brasileiro. Vale notar que essa observação não favorece o famoso jargão do Turismo Rural como “salvação da lavoura”. Ao contrário, as propriedades rurais não devem fazer do turismo, também, sua única fonte de renda. Quanto mais diversificadas as atividades sócio-econômicas que sustentam a propriedade, mais bem estruturada esta se encontrará para enfrentar os desafios dessa natureza.

Por fim, a característica *Presença de atividades relacionadas ao modo de vida rural* constitui outro divisor teórico. Quase a metade dos especialistas remete em seu conceito, de forma explícita, a importância das vivências/experiências que promovam o modo de vida rural junto aos visitantes. Os outros, implicitamente,

²⁹ O Sr. Carlos de Oliveira Bovo, técnico da EMATER-MG no município de Conceição dos Ouros (Região Sul de Minas) concedeu entrevista para a pesquisadora deste estudo em dezembro de 2005.

também as sugerem, mas não existe essa valorização, condição, de forma clara. Reconhecer a presença dessa variável nos conceitos, por vezes, é um exercício complexo devido ao fato de os autores denominarem o Turismo Rural como “atividade” turística (vide conceitos). Assim, tem-se a impressão de que os mesmos podem estar se referindo à necessidade de entretenimento como uma dimensão fundamental em meio à oferta do Turismo Rural, mas o emprego da nomenclatura “atividade” se refere aos serviços turísticos como um todo: alimentação, hospedagem, recreação etc.

Porém, tal critério, necessariamente, deveria encontrar maior valorização entre os conceitos formulados. Esta é uma instância teórica do conceito desse segmento que merece mais estudo e atenção. Para Montejano (2001), as vivências/atividades funcionam como um critério para identificação da segmentação do turismo. Mesmo que formalmente não haja a formatação e oferta dessas, é nas experiências proporcionadas ao visitante onde reside a essência e os diferenciais das variadas propostas de turismo.

Portanto, tomando como base a amostra dos treze conceitos em questão, pode-se dizer que os contornos teóricos do Turismo Rural foram evoluindo no desenvolvimento de critérios e princípios, porém as divergências quanto às características que o compõem são uma constante histórica. Não é evidenciado que a evolução cronológica proporcionou mais consenso teórico, e, sim, que galgou consistência. Importante é destacar que os conceitos foram incorporando as reflexões contemporâneas advindas de outras ciências, como a Geografia. Um exemplo disso é a majoritária ocorrência de conceitos que associam esse segmento ao meio rural, e não mais descrito como condicionado ao espaço agrário. Não será adotado um conceito apenas para a continuidade das reflexões que se seguem nesta pesquisa, mas a complementaridade entre eles.

Entretanto, as definições elaboradas por Zarga (2001) e Bovo (2006) são as que melhor exaltam a concepção de Turismo Rural que se ajusta à realidade brasileira. O conceito de Turismo Rural a ser utilizado para fins desta investigação é inspirado no conceito de ambos os autores, o que contribuiu para a estruturação da seguinte definição para este segmento:³⁰ “Atividade turística diretamente comprometida com a valorização do modo de vida rural local, que se realiza no mundo rural, composta por uma oferta integrada de ócio dirigida a pessoas interessadas pelo entorno autóctone, pelas atividades rurais e que tenham uma inter-relação com a sociedade local. Esse tipo de prática turística, necessariamente, deverá ser capaz de auxiliar o desenvolvimento rural local, contribuindo, assim, com as políticas territoriais de desenvolvimento rural”.

Findado o momento de conceituação do Turismo Rural e as reflexões sobre sua decodificação em critérios, será brevemente introduzida a distinção teórica entre o mesmo e as outras duas terminologias que mais lhe são remetida como sinônimos: *Agroturismo* e *Turismo no Espaço Rural*. Ao cabo dessas inter-relações, também será pontuada a diferença entre Turismo Rural, Turismo Ecológico e Ecoturismo. Apesar de esses tipos de turismo não serem inter-associados como sinônimos, do ponto de vista terminológico se observa um expressivo equívoco quanto à consideração de propostas de Turismo Rural como “Ecológicas” ou de “Ecoturismo” e vice-versa. Para esclarecer a diferença entre ambas as propostas, ao final desse tópico são tecidas algumas observações a respeito do tema.

Retomando o propósito das primeiras inter-relações — Turismo Rural/Agroturismo/Turismo no Espaço Rural, o estudo desenvolvido por Português (1999), no município de Venda Nova do Imigrante (ES), possibilitou parcial compreensão conceitual do Agroturismo. O autor coloca que “para pertencer a esta modalidade, com base na classificação europeia, os turistas deveriam participar das lidas, como força de trabalho”. Em relação à caracterização desse segmento, pôde-se distinguir claramente a diferença entre ambos — Agroturismo e Turismo Ru-

³⁰ O conceito de Turismo Rural elaborado para fins desta pesquisa foi inspirado nas citações de Bovo (2006) e Zarga (2001), mas expressa a definição conceitual concebida pela pesquisadora deste estudo.

ral: no primeiro, há “condição” da existência de práticas agropecuárias como atividades turísticas, e no segundo as lidas agropecuárias são valorizadas como atração turística sem que, necessariamente, essas tenham que ser ofertadas ou que o turista venha a servir como força de trabalho para tal.

Após os estudos de Português, Barrera (2000) busca aprimorar a definição do Agroturismo para o contexto dessa prática no Brasil ao colocar que esse “caracteriza-se pela interação do turista com a natureza e com as atividades agrícolas. A participação do visitante na execução ou apreciação³¹ nas lidas campeiras da propriedade seria uma questão fundamental embutida nesse conceito”. A contribuição mais significativa de Barrera nesse conceito é a perspectiva da admissão de que, mesmo que o visitante não sirva como força de trabalho, essa atividade poderia ser entendida como parte das propostas de Agroturismo. Culturalmente, os brasileiros não possuem o costume de investir financeiramente em uma atividade de lazer que implique na prática laboral. Condicionar o Agroturismo a essa perspectiva seria instituir uma definição de vivência turística descontextualizada de nossa cultura.

Diante disso, a conceituação de Silva *et al.* (2000) reúne e expressa mais adequadamente o posicionamento teórico admitido nesta pesquisa para o conceito deste segmento. Segundo o referido autor, o Agroturismo pode ser definido como as

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Elas devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais como a paisagem, o ar limpo, no tempo livre das famílias que ali residem (SILVA *et al.*, 2000).

Bricalli (2006) comenta que, embora a relação do turismo com a agricultura possa se estabelecer de diferentes maneiras, no conceito do Agroturismo fica claro que a característica mais importante nessa tipologia é a presença de atividades agrícolas na propriedade. Por fim, é válido clarificar que nem toda proposta de Agroturismo poderia ser considerada, num sentido mais amplo, como uma prática de Turismo Rural. O Agroturismo pode ocorrer de forma des-

³¹ Inserção de nota para destacar a flexibilidade da não participação direta do visitante nas lidas agropecuárias segundo a definição de Barrera (2000).

vinculada da valorização do modo de vida rural local.³² Dessa forma, para fins deste estudo, a característica conceitual que diferencia o Turismo Rural do Agroturismo é a estrita relação desse último com as atividades agropecuárias, o que não se verifica no primeiro.

Quanto ao emprego da expressão “Turismo no Espaço Rural” ou “Turismo em Áreas Rurais” para designar o mesmo que Turismo Rural, após discussões e pesquisas está se consolidando a opinião de que, em relação à primeira terminologia, é fato que a mesma abarca uma série de segmentos turísticos que utilizam em comum o suporte físico do meio rural para seu desenvolvimento. Ou seja: o Turismo Rural é apenas mais um dos vários segmentos que fazem parte do fenômeno Turismo no Espaço Rural. Em harmonia com essa consideração teórica, Campanhola e Silva (2000) definem que “o Turismo em Áreas Rurais consiste do conjunto de todas as atividades realizadas no meio rural e abrange varias modalidades: turismo verde, rural cultural, ecológico, de aventura.” Para sistematizar as reflexões teóricas a respeito dos segmentos turísticos discutidos neste estudo, foi elaborada uma figura que reforça as inter-relações de abrangência entre ambos:

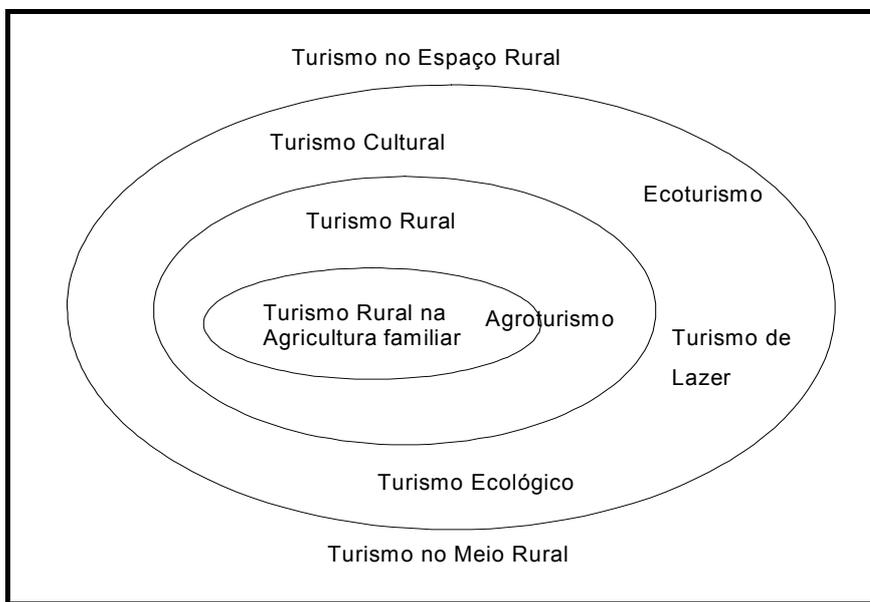


FIGURA 02: Inter-relação de abrangência entre as Tipologias e Segmentos Turísticos relacionados ao meio rural

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

³² Um exemplo dessa colocação seria uma vivência turística voltada para o reconhecimento de uma agroindústria com o objetivo de reconhecer as técnicas produtivas empregadas por tal empresa. Esta atividade poderia ser qualificada como Agroturismo, porém não atenderia aos critérios de uma experiência turística com foco no Turismo Rural.

Por fim, neste momento é abordada a inter-relação entre as propostas de Turismo Rural, Ecoturismo e Turismo Ecológico. Antes de dar prosseguimento a essa inter-relação, é necessário esclarecer a diferença conceitual que vem sendo colocada pelos especialistas entre o Ecoturismo e Turismo Ecológico. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, no Brasil, desde 1994, “Ecoturismo é definido um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (MICT/MMA, 1994). O divisor de águas dessa questão conceitual é que o primeiro segmento — Ecoturismo — vem sendo apontado como uma prática de turismo voltada para as unidades de conservação (Parques Nacionais, Reservas Ecológicas etc) e o Turismo Ecológico como segmento que valoriza a vivência dos espaços naturais num contexto de envolvimento com as comunidades locais. Assim, a diferença básica entre ambos é o espaço utilizado para as vivências turísticas — exigência ou não das unidades de conservação. Essa interpretação conceitual entre tais segmentos não se constitui uma opinião unânime entre estudiosos e gestores públicos, porém a mesma foi tratada a título de atualização das questões teóricas que circunscrevem a realidade desses segmentos. Em relação a esta pesquisa, tais diferenças conceituais não são determinantes, uma vez que os mesmos não constituem o objeto de investigação desse estudo.

Retornando à correlação entre Turismo Rural, Ecoturismo e Turismo Ecológico, apesar de terminologicamente esses não serem associados, verifica-se um expressivo equívoco quanto à estruturação das propostas turísticas nesse âmbito. Em comum, é possível assinalar quatro características entre tais segmentos de turismo. Primeira: os três segmentos podem estar sediados no meio rural, sendo entendidos, dessa maneira, como tipos de Turismo do Espaço Rural — figura acima. A segunda característica é que ambos estão vinculados ao patrimônio natural para o desenvolvimento de suas atividades. E é em relação a essa segunda característica que se observa o equívoco na formulação das propostas turísticas. A terceira e quarta é que todos valorizam a presença das comunidades locais e podem, dessa forma, significar uma alternativa sócio-econômica para as mesmas.

Em relação aos elementos pelo que devem diferir as propostas turísticas dos segmentos em questão, o especialista Carlos Bovo redigiu um artigo intitulado *O Ecoturismo não deve ser pensado como Turismo Rural, mas sim como uma opção inteligente de Turismo no Meio Rural*. Neste artigo o autor explicita, de forma clara, que

é possível diferenciar o Turismo Rural do Ecoturismo, pois ao passo que no Turismo Rural o principal produto ofertado é o modo de vida do homem do campo, para o Ecoturismo a natureza vem a ser seu principal atrativo. Porém, como já foi descrito, nos dois casos o pano de fundo é o espaço rural, além de as duas modalidades muitas vezes fazerem uso de atrativos pertencentes à outra atividade (BOVO, 2001).

Outro autor que reafirma essa lógica turística é o especialista Benevides (*apud* Bovo 2001), que procura delimitar o Turismo Rural em relação ao Turismo Ecológico. Para o autor existe um ponto importante a ser levantado, dada a confusão conceitual entre estas duas modalidades de turismo. Segundo ele, a confusão se dá a princípio por ambos serem praticados em espaço rural e, num segundo momento, pela possibilidade de uma delas utilizar, em sua prática, atividades, serviços e equipamentos pertencentes à outra modalidade, isto é, o Turismo Rural pode utilizar elementos do Turismo Ecológico e vice-versa. Esse especialista também propõe que a diferenciação seja estabelecida a partir do principal atrativo ofertado pela modalidade, isto é, o produto que caracteriza a modalidade turística como ecológica ou rural. Assim, temos no Turismo Ecológico a natureza como principal atrativo, ou, do ponto de vista econômico, o produto central da modalidade associa a idéia do contato do homem com a natureza, feito, porém, através da transferência da infra-estrutura urbana para a localidade. Já no Turismo Rural, há uma valorização maior da comunidade local e de seu modo de vida, seus costumes e valores. Neste caso, a natureza é vista como atrativo secundário que auxilia na constituição da paisagem. Trazer os marcos teóricos esboçados por Bovo (2001) e Benevides (2000) em relação a esse tema, é de suma importância para a posterior identificação dos equívocos que vêm ocorrendo em relação à estruturação de proposta de Turismo Ecológico ou Ecoturismo a título de Turismo Rural.

1.3. Turismo Rural: contemporânea panacéia para o Desenvolvimento Rural Local?

A incessante busca de modelos e estratégias que possam dar efetividade à idéia-força do desenvolvimento parece ser a tônica das sociedades ocidentais, pelo menos nos últimos 50 anos. Froehlic

O enfoque do “Desenvolvimento Rural Local”, enquanto conceito norteador dos programas de política pública no Brasil, foi utilizado, principalmente entre os anos de 1994 a 2002, referência temporal que compreende os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. A herança governamental dessa gestão ainda se reflete nos traços da política pública voltada para o meio rural no país, que, atualmente, assiste à transição de uma abordagem de base *Local* para a perspectiva *Territorial* de planejamento e gestão desse espaço, a partir de 2003, durante o vigor do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Frente ao contexto colocado, a leitura atenta dos instrumentos de planejamento público relativo ao Turismo Rural ainda acena para o entendimento de que esse segmento da atividade turística vem sendo apontado como uma das panacéias para o “Desenvolvimento Rural Local” brasileiro. Para ilustrar tal assertiva, vale reproduzir a opinião da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), quanto às benesses geradas por tal atividade:³³

O Turismo Rural pode ser considerado uma ferramenta fundamental na materialização de políticas públicas visando ao Desenvolvimento Rural Local. Assim, o Turismo Rural passa a ser vetor de profundos melhoramentos na estrutura socioeconômica das populações rurais, contribuindo, inclusive, para a valorização da cultura regional e conservação ambiental (ABRATURR, 2001).

Na ausência de uma sólida política pública que possa promover o desenvolvimento do meio rural brasileiro, a médio e longo prazo, essa lacuna vem sendo preenchida pela instituição fragmentada de programas e projetos voltados para esse meio, e, nesse cenário, os programas de Turismo Rural despontam como promissora ferramenta capaz de reverter as mazelas sócio-econômicas que configuram o contexto rural brasileiro.

Para a melhor compreensão dos contornos teóricos e políticos sobre essa postura governamental, se faz necessária breve revisão dos conceitos e das políticas públicas com vista ao desenvolvimento do meio rural, adotadas durante o fim do século XX e início do século XXI. Conforme Navarro (2001), nos anos seguintes à Segunda Guerra, em especial no período compreendido entre os anos 1950 e 1970, instigados pela polarização da Guerra Fria e seus opostos modelos de sociedade, particularmente sob impacto intenso do crescimento econômico da época, a esperança no progresso estimulou iniciativas de desenvolvimento em todos os países.

³³ Texto veiculado no site da associação: www.abraturr.com.br

O desenvolvimento rural foi um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais, inspirando um conjunto crescente de debates que discutiam os enfoques e estratégias de implementação das respostas. Nessa época, parcela significativa da população dos países, atualmente mais avançados, vivia no meio rural e se ocupava de atividades agrícolas; nos demais países, essa era ainda mais significativa. Esse quadro evidencia que o peso econômico da agricultura nas contas nacionais ainda era muito significativo, mesmo naqueles países que constituíam o grupo mais avançado.

Para Buarque (2002), o modelo de crescimento econômico do período pós-guerra, até a década de 1970 — definido como Fordismo³⁴ — parecia, tanto nos países industrializados quanto nas nações economicamente emergentes, solidamente implantados, fundamentado na abundância de recursos naturais, no aumento da produtividade do trabalho e na intervenção do estado do Bem-Estar Social.

Nessa época, a supervalorização da dimensão econômica faz com que o termo desenvolvimento seja identificado quase como um sinônimo de crescimento, e o PIB agregado, e acima deste, o PIB *per capita*, a principal medida de desenvolvimento. Isso contribuiu para consolidar a predominância de economistas nos debates sobre o tema do desenvolvimento, algo que gerou uma ótica analítica de reducionismo econômico que pouco ajudou a compreender a verdadeira natureza do fenômeno e do desenho de formas eficazes de intervenção (BOISIER, 2000).

Transpondo do contexto mundial para a realidade nacional, na visão de Gomes (1998), os modelos de desenvolvimento experimentados nos últimos cinquenta anos tiveram um mesmo objetivo: “Mudar para que não mude”. Segundo este autor, o desenvolvimento cumpre uma função essencial para o sistema capitalista: a função de controle social. Respalado por uma rede de saberes e poderes de grande penetração e difusão, o desenvolvimento consegue se impor, com sutileza, como um objetivo desejado por todos e necessário para todos, um objetivo legítimo e inquestionável.

Assim, de acordo com as idéias defendidas por esse autor, diversos modelos de desenvolvimento rural são implantados no mundo e no Brasil (*Revolução Verde, Desenvolvimento Rural Integrado, Desenvolvimento Rural de Base Local e o Desenvolvimento Territorial Rural*) e,

³⁴ O Fordismo se caracteriza pela constituição e expansão de uma “sociedade de consumo”, onde a aceleração do consumo das populações expande os mercados e a demanda por produtos das novas indústrias. Para mais detalhes, consultar Buarque (2002).

de tempos em tempos, novas terminologias são criadas no intuito de representar uma alternativa para os antigos problemas do meio rural nos países em via de desenvolvimento.

Obviamente que a temporalidade desses modelos segue cursos diferentes em relação aos países ditos desenvolvidos e às economias emergentes, bem como na assimilação das diretrizes desenvolvimentistas que regem tais modelos. Na própria nação brasileira, um fenômeno semelhante pode ser observado, guardado as devidas proporções. Ou seja: as regiões mais propensas à industrialização — Sul e Sudeste — assimilaram com mais intensidade as políticas de modernização agrícola, ao passo que, nas demais regiões, os efeitos desses modelos foram sentidos com menos rigor.³⁵

A leitura de Gomes (1998) sobre tais processos tem como fundamento uma posição marxista,³⁶ o que não traduz, de forma integral, a filosofia desta pesquisa. Entretanto, a abordagem desse especialista contribui para a reflexão crítica sobre o fracasso dos modelos de desenvolvimento voltados para o meio rural, implementados até a atualidade no Brasil, visto que esse meio continua a padecer dos piores índices de desenvolvimento humano somado à degradação do seu patrimônio ambiental.

Antes de dar prosseguimento à abordagem dos modelos que, em linhas gerais, marcam as políticas públicas adotadas para o meio rural brasileiro, vale destacar que a expressão “Desenvolvimento Rural” procede do uso de outras duas expressões que também contribuem para a evolução dos estudos sobre tal objeto de investigação: as expressões “Desenvolvimento Agrícola” e “Desenvolvimento Agrário”.

Para Navarro (2001), ainda “há um conjunto de expressões sendo atualmente utilizadas de forma intercambiável, malgrado seus distintos significados”. No intento de esclarecer essas diferentes expressões, o mesmo autor destaca que o “Desenvolvimento Agrícola” (ou Agropecuário) estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências

³⁵ De acordo com Tubaldini (2006), o desenvolvimento agrário via modernização agrícola ocorreu no país, principalmente nas regiões Sul/Sudeste do Brasil.

³⁶ O pensamento marxista, em linhas gerais, pode ser considerado como o conjunto de idéias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas primariamente por Karl Marx e Friedrich Engels e desenvolvidas mais tarde por outros seguidores. Interpreta a vida social conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo (LOWY, 2007).

em um dado período de tempo. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução — por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos.

A outra expressão correlata que engloba a primeira citada, bem mais ambiciosa analiticamente (e, assim, sujeita as enormes controvérsias!) é “Desenvolvimento Agrário”.

Normalmente, tal expressão refere-se a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola ao longo de um dado período de tempo. Sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos.

A “vida social rural” e sua evolução adentram tais análises em todos os seus aspectos.³⁷ Identificadas às expressões que precederam o uso da expressão “Desenvolvimento Rural”, e que continuam a coexistir com a mesma para designar diferentes enfoques, cada um dos modelos de Desenvolvimento Rural retrocitados será abordado a seguir, no intuito de compreender alguns dos principais reflexos de tais estratégias para o meio rural no Brasil.

³⁷ Normalmente, como são amplos painéis históricos sobre o mundo rural em um dado período, são estudos macro-sociais e pouca relevância é atribuída aos processos micro-sociais ou da vida cotidiana. Historiadores, economistas e sociólogos são seus principais autores. Entre o elenco de autores a ser citado, Navarro indica as seguintes obras: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (LENIN, 1899). Esta obra pode ser considerada como um dos primeiros exemplos de um típico estudo sobre o desenvolvimento agrário, aplicado ao caso russo da segunda metade do século XIX. No mesmo veio, outros autores, como Chonchol (1994), analisaram o desenvolvimento agrário na América Latina, desde o período pré-colonial, enquanto Veiga (1991), não obstante o título de seu livro, dedicou-se ao desenvolvimento agrário selecionando a experiência de alguns países europeus entre os séculos XIX e XX. No Brasil, nos anos 1970, até o início da década seguinte, alguns estudos perseguiram esta vertente. Entre outros, até o início da década seguinte, alguns estudos perseguiram esta vertente. Entre outros, e sem hierarquia valorativa alguma, meramente como exemplos, o artigo de Lopes (1982) sobre o desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo ou o livro *A crise agrária*, de Guimarães (1979). Outro estudo típico nesta direção, igualmente inspirado em Lenin, seria o livro *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, de Graziano da Silva (1981), também dedicado ao estudo do desenvolvimento agrário em São Paulo. Um pioneiro esforço teria sido o artigo de Goodman (1986), ao pretender analisar o Brasil agrário do final da Segunda Guerra até os anos da modernização da década de 1970 (título do artigo: *A transição incompleta. Brasil desde 1945*), enquanto Kageyama *et al.* (1990) propuseram estender sua interpretação sobre o desenvolvimento agrário tomando como ponto de partida a crise do complexo rural (na segunda metade do século XIX) até o chamado processo de industrialização da agricultura brasileira, iniciado nos anos 1950, no artigo intitulado *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*.

O primeiro deles, a Revolução Verde — proposta de modernização agrícola de base industrial dos anos 1950 e 1960 — foi promovido como uma forma de incorporar os países pobres na trilha da alta e eficiente produção agropecuária, seguindo modelos formulados nos países ricos. O discurso da Revolução Verde³⁸ estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se fosse preciso!) nos países do chamado “Terceiro Mundo”. Em consonância com a teoria da modernização que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos, a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que, em teoria, beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do Primeiro Mundo — que as beneficiavam, incrementando seu valor — como para aumentar a produção de maquinário e insumos.

Em relação aos reflexos desse modelo de desenvolvimento para o país, Carneiro (2005) expõe que “parte da explicação para a ‘Geografia da Desigualdade’ reside na modernização da agricultura que atingiu seletivamente o território brasileiro a partir da década de 1950.³⁹ O Sistema Nacional de Crédito Rural, o crescimento rápido da urbanização e das exportações e a definição de um padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado configuraram um novo modelo de desenvolvimento rural, denominado por Guilherme Delgado (1985), no Brasil, de “Modernização Conservadora”. Esse tipo de modernização foi seletivo por regiões, aquelas com possibilidades de aproveitamento em escala empresarial; por produtos, direcionada para a expansão de culturas de exportação não-tradicionais; e por produtores, voltado aos poucos e grandes produtores. Inúmeros autores defendiam que as vitórias contra a pobreza e a fome se resumiam na aplicação, em larga escala, de todos os conhecimentos científicos e tecnológicos à agricultura, visando uma produtividade maior que, então, suprimiria as necessidades de alimentação da população como um todo.

Porém, para este mesmo autor, o uso que se deu à técnica e à ciência garantiu apenas safras cada vez mais elevadas, incitadas pela exigência contínua de ampliação dos mercados, ven-

³⁸ A Revolução Verde é entendida por Porto (2005) como o modelo fordista em sua inserção rural.

³⁹ De acordo com Delgado (2001), em seu artigo *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária*, a Modernização Agrícola Conservadora se consolida no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. Apenas o estado de São Paulo, precocemente, em função da cultura cafeeira, tem indícios desse modelo de desenvolvimento a partir da década de 1950.

cendo, por vezes, as adversidades naturais dos meios mais hostis; no entanto, não resolveram o problema da fome entre a crescente população de pobres e miseráveis no conjunto da sociedade brasileira. Do ponto de vista técnico e político, a transformação na base técnica da agricultura possibilitou uma revolução na produtividade agrícola, mas acentuou a dependência do território brasileiro aos interesses das grandes empresas multinacionais produtoras de sementes, insumos e máquinas. O território nacional foi subjugado pelo capital estrangeiro que determina o que será produzido, regula as safras, os preços e o destino da produção e, ainda, subjuga as políticas governamentais. O resultado foi a substituição da produção de gêneros alimentícios básicos da sociedade brasileira pelas culturas que interessavam ao mercado internacional, revelando um uso alienado do território no que tange às necessidades nacionais e que gera conseqüências sócio-espaciais desastrosas.

Do ponto de vista ambiental, Carneiro (2005) ainda sinaliza que a política científica e tecnológica não relevou nossas características tropicais e subtropicais, pois as técnicas, sistemas e processos de produção agrícola de regiões temperadas são ineficientes e inadequadas quando transplantadas para regiões tropicais como o Brasil. As práticas de mecanização da agricultura intensiva, em condições de elevada pluviosidade e temperatura, promovem uma acelerada degradação física e biológica do solo, devido à sua compactação e destruição da matéria orgânica. Ademais, o uso indiscriminado de agrotóxicos em ecossistemas diversificados acentua os desequilíbrios biológicos e induz o surgimento de resistência dos insetos, patógenos e invasoras aos produtos químicos, a ressurgência e o aparecimento de pragas secundárias, a contaminação ambiental dos alimentos e a intoxicação dos trabalhadores rurais.

Ou seja, segundo a exposição teórica desse elenco de autores, os reflexos da Revolução Verde, também denominada como “Modernização Agrícola Conservadora” no país, foram desastrosos para o meio rural brasileiro, causando o acirramento das desigualdades sócio-econômicas e vasta degradação ambiental. Em continuidade à abordagem dos outros enfoques de desenvolvimento rural, para Gomes (1998) os fracassos e contradições da Revolução Verde, em todo o mundo, e de toda a visão explicitamente quantitativista do desenvolvimento, demandaram das instituições internacionais de controle (Banco Mundial, FMI, ONU) novas respostas, novas esperanças, enfim, algo que revigorasse a crença no desenvolvimento. No caso do meio rural, a alternativa encontrada para esse contexto foi o “Desenvolvimento Rural Integrado”, nos idos dos anos 1970 e 1980. Também para Moreira e Carmo (2004), “já na década de 1970, ficou patente o fracasso dos programas de desenvolvimento comunitário para

aliviar a pobreza e a desigualdade nos países periféricos pelo aumento da produtividade agrícola.” Tomou fôlego, então, outro intento modernizador, agora por meio de técnicas e estruturas de difusionismo mais agressivas e integradas. Era o Desenvolvimento Rural Integrado que surgia a partir de teorias sociológicas, antropológicas e econômicas da modernização agrária, com base nas seguintes premissas:

- A causa da pobreza rural nos países subdesenvolvidos era a carência de tecnologias adequadas às suas circunstâncias e a falta de capital humano para realizar a mudança tecnológica;
 - O responsável por essa carência de capital humano era a falta de investimentos em pesquisa, experimentação agrícola e educação rural;
 - A falta de investimentos devia-se às políticas nacionais que não valorizam a agricultura.
- Foi então que se constituíram, no Brasil, a partir de fins dos anos 1960 e início dos 1970, todos os aparatos estatais (crédito, pesquisa e extensão rural) para a intensificação do modelo tecnológico da Revolução Verde e a consolidação dos Complexos Agroindustriais. Tanto a estratégia de Desenvolvimento Comunitário (anos 50 e início dos 60), como o Desenvolvimento Rural Integrado (fim dos anos 60, 70 e 80) são enfoques de desenvolvimento unilinear vinculados ao pensamento econômico liberal e que deram sustentação à modernização agrária.

Em 1973, o Banco Mundial apresenta o Desenvolvimento Rural Integrado como a fórmula para duplicar a produção anual dos pequenos agricultores em um período de 15 anos. Com esse objetivo, a estratégia que se propõe é clara: transformar os pequenos agricultores, que até então apareciam como um grupo social sujeito à desapareição, absorvido pela economia urbano-industrial, em pequenos empresários. Em relação ao modelo da Modernização Conservadora, é possível observar uma inovação quanto à proposta do Desenvolvimento Rural Integrado. Pela primeira vez, o desenvolvimento se dirige à inclusão de um grupo menos favorecido, os pequenos proprietários de terra (GOMES, 1998). Ainda que os intuitos dessa inclusão versem sobre a perversa lógica do capitalismo, a inclusão econômica desses pequenos produtores aproximou os agricultores familiares de alguns benefícios providos pelo Estado.⁴⁰ Porém, a admissão desses trabalhadores também serviu como uma estratégia de controle dos movimentos sociais do campo, marginais a essa proposta de desenvolvimento industrial da agricultura.

⁴⁰ Tais mudanças afetaram o poder das oligarquias agrárias tradicionais ao promover a difusão de novas relações de produção e a desestruturação do contrato social que regia as relações sociais no interior das fazendas, além de estimular a territorialização do capital industrial e financeiro e ampliar a presença direta do Estado no campo (Marques, 2000).

Assim, a integração favoreceu a consolidação e avanço do modelo capitalista de modernização agrícola.

O período do Desenvolvimento Rural Integrado se dá no Brasil, de modo aproximado, concomitante à época da ditadura militar (1964-1985), que, através de política desenvolvimentista, reforçou o caráter de industrialização da produção agrícola brasileira. Para Marques (2000),

o poder regulador do Estado cresce durante este período devido às transformações por ele sofridas enquanto máquina administrativa. Além da maior centralização do poder daí decorrente, o Estado passa a contar com uma legislação específica para o campo — o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) — o que implica uma reordenação das relações entre os segmentos sociais aí encontrados; e impõe um novo recorte da realidade ao criar categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, como os conceitos de latifúndio, minifúndio, empresa rural etc (PALMEIRA e LEITE, 1998). São criadas instituições de pesquisa e extensão rural, além de institutos nacionais para o desenvolvimento rural e a reforma agrária, INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) e IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) respectivamente, visando apoiar as políticas de modernização e operacionalizar as propostas do Estatuto da Terra. É afirmada a inviolabilidade da empresa rural. Nos anos 1970, são elaborados o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que definem grandes obras de infra-estrutura para o país, como a construção de usinas hidrelétricas, estabelecem políticas de incentivo à expansão de atividades agropecuárias de mineração em áreas de fronteira, propõem projetos de colonização para administrar as tensões sociais no campo etc”.

Findas as observações sobre o modelo de Desenvolvimento Integrado, conclui-se que, após o vigor desse modelo, o meio rural foi redesenhado pela intervenção direta do Estado, o que possibilitou a instituição de uma legislação voltada para o campo e, conseqüentemente, a alteração das tradicionais relações sócio-produtivas entre trabalhadores rurais e proprietários de terra — fazendeiros. Posterior à modernização do campo nos moldes industriais — Revolução Verde/Modernização Conservadora — e à incorporação dos pequenos agricultores ao mercado, através do Desenvolvimento Rural Integrado, é chegada a vez de abordar os enfoques que sublinham a importância das variáveis espaciais: o Desenvolvimento Rural de Base Local e o Desenvolvimento Rural Territorial.

Porém, antes de introduzir o enfoque do Desenvolvimento Rural Local, é válido ressaltar que uma das grandes reivindicações democráticas dos anos de 1970 e 1980 consistia na descentra-

lização das políticas públicas. A avaliação unânime de que a excessiva centralização decisória do regime militar havia produzido ineficiência, corrupção e ausência de participação no processo decisório conduziu a um grande consenso que reunia, na verdade, correntes políticas à esquerda e à direita em torno das virtudes da descentralização. Esperava-se que esta última produzisse eficiência, participação, transparência, entre outras virtudes esperadas da gestão pública. No Brasil dos anos 1980, centralização e autoritarismo eram ambos encarados como filhos da ditadura, ao passo que descentralização, democratização do processo decisório e eficiência na gestão pública andariam automaticamente juntas (ARRETCHE, 2002).

Em complementaridade a esse cenário, Fiori (1990) destaca que o período da transição política⁴¹ vivida pelo país combina uma gama de fatores como as crises econômicas, fiscal e política. Esse contexto influenciou a forma de condução política em um momento de transição de um Estado autoritário para um Estado democrático, e o novo papel de suas instituições.

Na esteira desses acontecimentos, o Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, passa por determinados episódios históricos considerados fatores pressupostos para o desencadeamento das políticas de Desenvolvimento de Base Local. Entre tais marcos históricos podem ser citados, de acordo com Arretche (2002): a reconstituição do Estado Federativo — Constituição de 1988, e a descentralização das reformas das instituições políticas ao longo dos anos de 1980. Já nos anos 1990, implementou-se um extensivo programa de descentralização, particularmente na área das políticas sociais.

Neste contexto, ganham expressividade no cenário nacional, principalmente os governos municipais como novos atores no processo de implementar determinadas políticas, ainda elaboradas e concebidas no âmbito federal. A proposta de descentralização democrática, que seja ao mesmo tempo administrativa, política e financeira, sofre gradações diferentes quando colocada em prática: tem-se uma descentralização administrativa, pouco financeira e quase nada política. Entretanto, a autonomia dos estados e municípios é conquistada e vai ganhando novos e maiores espaços no quadro político da nação (TOBAR, 1991).

No seio dos programas de descentralização, é adotado o modelo de Desenvolvimento de Base Local no Brasil, ainda que mais voltado para a desconcentração administrativa do que políti-

⁴¹ José Luis Fiori define o momento de transição a partir de 1981, quando, por diversos fatores, há “um declínio da coesão interna do regime e da perda progressiva de sua capacidade de enfrentar os conflitos e gerar a crise que se avolumava ano após ano” Fiori (1990).

ca, a partir da década de 1990. Para Tubaldini (2006), o desenvolvimento local, uma expressão recente no Brasil, tem base territorial e deriva de dois grandes movimentos: o da proliferação de ONGs e de suas estratégias de ações locais — muitas vezes de enfrentamento à globalização e o processo de descentralização advindo de políticas municipalistas da Constituição de 1988. As influências da política internacional, a exemplo do programa *Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural* (LEADER) na Europa, também foram importantes para o delineamento desse modelo de desenvolvimento na instância nacional.

Assim como apontado por Martins (2002), na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Européias (COMITÊ, 1995) concebe o desenvolvimento local como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Neste caso, observa-se uma clara preocupação com a geração de emprego e renda, que tem sido a tônica na Europa, aparecendo de forma contundente também aqui no Brasil.

Dowbor (1996), por exemplo, após admitir que o desenvolvimento local não deve ser apenas pensado por uma “lógica economicista”, afirma que tal estratégia de ação de base local, na atualidade econômica e social do Brasil, deve considerar o “problema da necessidade da geração de emprego e renda”. É certo que o desenvolvimento local não constitui a única saída para a crise do desemprego, mas encerra a perspectiva do enfrentamento deste e de outros problemas sócio-econômicos. Desenvolvimento local, todavia, não equivale à geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de “desenvolvimento local”.

Para fins desta pesquisa, o conceito de *Desenvolvimento Local* é entendido como a definição proposta por Rozas (1998). De acordo com esse autor, o desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo-se, assim, em um instrumento fundamental de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Mas a superação das piores manifestações da pobreza na atualidade requer igualmente uma revisão de conceitos e, sobretudo, de

posturas. Muito apropriadamente, Yunus (1998) afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu, ou ajudou, na sua criação.

Ainda sobre o contexto dos fatores que vêm exigindo a revisão de conceitos e valores quanto aos modelos de desenvolvimento, Claval (1999) expõe que a recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de “agricultura familiar” também tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local. A comunidade é um dos elementos para o entendimento e formulação de políticas, pois é um locus territorial específico, uma coletividade de atores que partilham uma área territorial, um modelo de grupo coeso em que os membros estão ligados por relações de confiança e são capazes de apoiar elementos de transformação.

Porém, devido ao fato de a variável espacial “local” ser muito polêmica em relação a sua dimensão técnico-científica, e ainda não possuir uma clara delimitação teórica, é possível assistir múltiplas leituras sobre suas dimensões. Todavia, para Gomes (1998), em linhas gerais, diante das referências literárias sobre o tema,⁴² é possível estabelecer dois pólos entre os quais se inserem as diversas tendências do Desenvolvimento de Base Local:

- 1 - O desenvolvimento local como opção de fortalecimento de um local para concorrer, a partir, sobretudo, de recursos endógenos, com outros locais no mercado global;
- 2 - O desenvolvimento local como potenciador de uma integração diferenciada (mais humana) na dinâmica capitalista, a partir de valores comunitários.

Durante a gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), ao menos como constava no discurso oficial dos planos governamentais — como exemplo pode ser citado o PNMT, a incorporação do modelo pautado no Desenvolvimento de Base Local resultou na adoção do primeiro pólo — como opção de fortalecimento das economias locais para a sua inserção no mercado global — implicando, conseqüentemente, na segunda perspectiva — Desenvolvimento Local como alternativa de desenvolvimento potencializador de uma integração diferenciada.

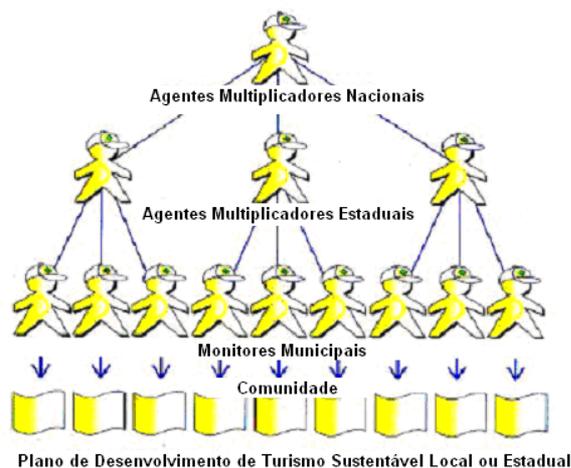
⁴² Algumas referências consideradas por Gomes em relação a esse tema: Campanhola e Graziano da Silva (1999), Vázquez Barquero (2000), Carpio Martín (2000), Buarque (2002) e Schejtman e Berdegué (2003).

Quanto ao planejamento público do turismo, a combinação desses pólos influenciou, sobremaneira, a formulação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), plano esse concebido pela EMBRATUR, em 1994.

Dessa forma, no PNMT, vigorou o seguinte princípio sobre o turismo: “O processo de planejamento, decisão e implantação de um cenário favorável ao desenvolvimento do turismo deve estar o mais próximo possível das comunidades que diretamente dele se beneficiam, para que, através da participação e co-responsabilidade, possam assegurar a perenidade de suas inúmeras vantagens sociais, econômicas e ambientais” (EMBRATUR, 1994).

Segundo a EMBRATUR, a transferência de responsabilidade do planejamento da atividade turística do Estado para a esfera municipal tem como vantagem estreitar os laços entre a população e o planejamento. Afinal, “são os munícipes que conhecem as potencialidades de seu município e, portanto, são responsáveis pelo planejamento do turismo de sua cidade” (EMBRATUR, 1994). A Figura 03 permite acompanhar a hierarquia do processo de treinamento dos Agentes Multiplicadores responsáveis, nos três níveis — nacional, estadual e federal — a partir da implementação do PNMT:

Sequencia de Treinamento de Agentes e Monitores



Fonte: OMT, 1994

FIGURA 03: Esquema de treinamento de Agentes e Monitores do PNMT

Para Endre (2001), essa nova orientação faz dos órgãos estaduais e municipais os grandes responsáveis pela adaptação dessas políticas às necessidades locais, culminando com a realização, ou não, das metas propostas pelos órgãos de atuação federal e regional. Delineia-se, assim, uma proposta de descentralização política e administrativa em que se repassa aos outros níveis estatais a decisão de seguirem, ou não, determinadas orientações.

Porém, assim como visto na estrutura hierárquica de treinamento dos agentes multiplicadores do programa, ainda que o desafio do planejamento turístico seja discutido pela base, o mesmo ainda está fortemente atrelado ao poder central — governo federal. Essa dimensão do poder político ainda impõe as diretrizes e prioridades a serem acatadas nas instâncias estaduais e municipais.

Neste sentido, outra questão que a mesma autora coloca é: na implementação de políticas, a utilização de organizações burocráticas somente como instrumentos executores de programas definidos em outras escalas pode atrapalhar a continuidade dos mesmos. Em primeiro lugar, porque são órgãos que trabalham e desenvolvem tarefas que geralmente visam como resultado ao atendimento de interesses próprios do governo que representam. Desse modo, a decisão de implementar não cabe mais ao âmbito onde os planos foram elaborados, mas ao de organismos que estão inseridos em Estados e municípios que possuem dinâmicas políticas particulares e que defendem interesses próprios. Em segundo lugar, porque essas organizações locais podem estar em situações desfavoráveis, em termos de recursos, para levar adiante determinadas políticas. Ou seja: sob o discurso da descentralização política do planejamento e gestão do turismo, desenvolveu-se o PNMT.

Entretanto, como os municípios não estavam preparados técnico e institucional-financeiramente para assumir as responsabilidades que lhes foram delegadas, e, conciliados com a dependência política frente ao governo federal, o PNMT significou a expressiva mobilização do país “pró-turismo”, o que, porém, engendrou a abissal frustração da maioria das municipalidades envolvidas. A impotência do poder municipal em relação a desafios políticos, administrativos, financeiros e técnicos a serem superados para o desenvolvimento de base local do turismo levou grande parte dos municípios a não ver consolidadas as promessas de implementação da atividade turística como alternativa de desenvolvimento de base local no país. Segundo Becker (1996), outros tipos de deficiência ainda podem ser apontadas nesse Programa. Para a autora,

Tal política, no início de sua implementação, fortaleceu os municípios como *locus* privilegiados, orientando a organização e o desenvolvimento da atividade como estruturante, em investimentos diretos. Assim, cabia, aos órgãos governamentais ligados ao planejamento e à coordenação das atividades turísticas, buscar formas de compatibilizar suas ações estratégicas com as tendências do mercado. Porém, tal política contribuiu para competições por investimentos por parte dos municípios, o que acentuou as desigualdades econômicas, sociais, e impediu aproximações por afinidades e complementaridades turísticas entre municípios próximos.

Se o PNMT fracassou enquanto modelo de turismo pautado em um suposto modelo de Desenvolvimento de Base Local, com as ações específicas voltadas para o Turismo Rural não foi diferente. Pela primeira vez no Brasil, durante a gestão do governo FHC, foi elaborado um conceito técnico, por parte do poder público, em relação ao Turismo Rural. Esse conceito foi publicado no *Manual Operacional de Turismo Rural*, elaborado pela EMBRATUR, quando esse segmento turístico foi assim definido:

Turismo Rural tem um conceito múltiplo - um turismo diferente, turismo de interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. É o turismo ‘do país’, um turismo concebido por e com habitantes desse país, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas (EMBRATUR, 1994).

Tal definição conceitual é amplamente criticada pela comunidade acadêmica, uma vez que ela, além de ser formulada isoladamente (apenas pela cúpula de dirigentes da EMBRATUR), não precisa os princípios, os critérios ou mesmo os serviços turísticos que caracterizam tal segmento turístico. Dessa forma, durante a primeira gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 -1998), muito pouco foi avançado em relação à delimitação conceitual do Turismo Rural e sua possível contribuição para os rumos do Desenvolvimento de Base Local no país. Apenas nos idos de 1998 tal conceito é novamente discutido em oficinas de planejamento turístico, para culminar em uma profunda reformulação em 2001. O novo conceito de Turismo Rural seria apresentado como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a cultura rural e com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (IPEA/EMBRATUR, 2001). Para socializar esse novo conceito e redimensionar as ações voltadas para tal segmento, a EMBRATUR cogitou, naquele mesmo ano, lançar o documento que seria intitulado: *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*.

De acordo com o conteúdo do documento *Turismo Rural: Diagnóstico*, de autoria do IPEA e da EMBRATUR (2001),⁴³ em junho de 2001, a Coordenação de Projetos Especiais da EM-

⁴³ Trabalho técnico realizado pelo IPEA, em 2001, no âmbito do Acordo de Parceria EMBRATUR/IPEA, visando à criação das condições institucionais necessárias ao desenvolvimento do Turismo Rural do país.

BRATUR, conjuntamente com o IPEA, avaliou a oportunidade e a eficácia da edição do documento dessas diretrizes e da ratificação do conceito concebido nas oficinas. Não obstante fossem apontados os principais problemas que inibem o desenvolvimento da atividade, considerou-se que tal proposta — as *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* — apresentava fragilidades técnicas, conceituais e institucionais que não recomendavam sua publicação enquanto documento oficial da EMBRATUR norteador de políticas públicas voltadas para tal fim. Entre essas fragilidades, cabe destacar:

1. Quanto ao marco conceitual

- A proposta era insuficiente para possibilitar a delimitação das fronteiras do Turismo Rural;
- A proposta era restritiva por não abrigar a diversidade de manifestações de interesse turístico próprias do meio rural;

2. Quanto às propostas de diretrizes, observou-se:

- A falta de rigor técnico na definição das ações e estratégias para o Turismo Rural;
- A não visualização de como essas diretrizes seriam traduzidas em um programa de trabalho coordenado pela EMBRATUR;
- A ausência da abordagem de um arranjo institucional para o Turismo Rural.

Dessa forma, as primeiras ações de caráter governamental específicas para o Turismo Rural, formuladas no bojo dos princípios do Desenvolvimento de Base Local, apesar de passarem a existir a partir da gestão FHC, fracassaram na missão de implementar um programa turístico capaz de contribuir para a consolidação do Desenvolvimento de Base Local almejado, também, para o meio rural brasileiro. Tal fracasso tem como pressuposto a centralização do poder em relação à discussão política que deveria tangenciar o processo de formulação de um programa de Turismo Rural como um dos possíveis vetores de Desenvolvimento Local para o país. A acusação de ineficiência do documento (*Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*), que seria o programa de governo voltado para esse segmento é um claro sintoma dessas constatações.

Em face de tais considerações, o discurso dos teóricos marxistas brasileiros sobre o Desenvolvimento Rural Local, vislumbrado no país a partir da década de 1990, não soa, de todo, como um parecer político “ufanista”. Para esses teóricos,

arranjo como instrumento para a ação, para o estabelecimento desse modelo de desenvolvimento, não se questionou que ‘Desenvolvimento era ‘esse’ ou ‘que Local era esse’. É uma ferramenta de ajuste, de reforma, não de ruptura ou de mudança estrutural, a despeito do discurso transformador e até milagreiro que emprega, em algumas ocasiões. O Desenvolvimento Rural com Base Local não acrescentou novidade ao quadro de dominação do capital. Na sua proposta, escamoteia a realidade em que se assenta: a conformação de um capitalismo baseado na precarização, flexibilização e reduzida remuneração do trabalho; a impossibilidade de uma participação equilibrada e igualitária de toda a sociedade, nas decisões, pela existência de fortes assimetrias de poder; a falta de um institucional que se coloque a serviço da melhoria da qualidade de vida geral e não só dos grupos dominantes. Uma vez mais nos deparamos com um discurso que está muito longe do que consegue alcançar. Os recursos financeiros, os estudos, as pessoas envolvidas em promover o Desenvolvimento Rural de Base Local abrem uma esperança para muitos ‘locais’ e, ao mesmo tempo, criam todo um corpo de saberes que permite a sustentação, a renovação e a continuidade da reprodução do capital, pelo menos até a próxima crise ou até a formulação de uma nova política de desenvolvimento que sirva para paliar os poucos resultados da anterior (GOMES, 1998).

Após a reprodução de parte desse discurso marxista, é evidente o radicalismo com que o mesmo trata a tentativa de implementação do modelo de Desenvolvimento de Base Local para o meio rural brasileiro. Uma leitura excessivamente centrada na força das lutas de classe e do capital induz a emissão de opiniões ortodoxas como essa afirmação: “o Desenvolvimento Rural de Base Local não acrescenta novidade ao quadro de dominação do capital”. É evidente que a discussão do poder na instância municipal e as tentativas de descentralização do mesmo possibilitaram novas articulações entre o governo federal-municipal. Se tal modelo fracassou em seu propósito de socialização do poder político-econômico para os rumos de desenvolvimento no país, o que deve ser criticado são os procedimentos adotados no Brasil para a implantação desse modelo e, não, os princípios do mesmo enquanto dimensão territorial para o desenvolvimento.

Essa é uma questão central a ser iluminada. O Desenvolvimento de Base Local pode ser uma alternativa para a superação da dicotomia presente no âmbito do Planejamento Urbano *versus* o Rural, que ainda se configura nas entrelinhas dos programas governamentais. Saraceno confirma tal assertiva e relata que

Uma das alternativas para superar essas dicotomias tradicionais, seja rural ou urbano, agrícola ou não-agrícola, é a adoção dos princípios do desenvolvimento local e regional, que considera as várias formas de integração e troca que se desenvolvem entre os segmentos espaciais e os setores de atividades (SARACENO, 1994).

Na atualidade, assim como comentado no tópico específico sobre a construção conceitual do segmento Turismo Rural, o espaço geográfico é tomado por uma profusão de inter-relações campo-cidade, o que dificulta o reconhecimento de algumas porções territoriais, como “urbana”, “rural”, “periurbana”, “rurbana”... E é no esteio dessa constatação que o “Mundo Rural” ganha expressividade. Para além das dicotomias *rural/urbano*, *tradicional/moderno*, *campo/cidade*, tal expressão invoca os atores e relações estabelecidos nessa dimensão. Para fins desta pesquisa, mais importante que a definição precisa de espaço rural — limite físico, importa as características sócio-culturais que permeiam a dimensão desse meio. Essa opção tem como fundamento as polêmicas que se acercam das definições de espaço rural e a ausência de um conceito técnico, adotado pelos órgãos competentes, que venha abarcar sua complexidade e heterogeneidade no contexto brasileiro.⁴⁴ Além disso, as características sócio-culturais desse “mundo”, ou seja o modo de vida rural, é considerado, nesse estudo, o elemento estruturante dessa oferta turística.

De acordo com Bovo (2001), três elementos podem ser destacados no esforço de caracterização do mundo rural: a natureza, a identidade local e o modo de vida. Do ponto de vista da Sociologia Rural, o rural é construído a partir de condições e circunstâncias sociais, as quais propiciam a construção de uma realidade, pelo menos no âmbito sociológico. Esta construção é fruto de um estilo de pensamento, que reproduz o modo de vida — entendido como agrupamento social que estabelece relações internas peculiares. O modo de vida é um elemento importante na caracterização do rural, pois está ligado diretamente à identidade local. No caso do rural, podemos pensar em dois enfoques. O primeiro é relacionado ao processo produtivo: vincula-se ao modo de vida num primeiro momento, às atividades primárias e, posteriormente, à crise do modelo produtivista, quando o rural passa a assumir múltiplas facetas, ganhando importância principalmente pela atividade terciária. O segundo enfoque está relacionado ao modo de vida vinculado à cultura, que pode ser expressa pelas tradições, festas, culinária, cotidiano tranqüilo. A baixa densidade demográfica e a presença de *habitat* disper-

⁴⁴ A proposta de classificação dos espaços urbanos e rurais adotada pelo IBGE, assim como já mencionado, não atende a demanda de estabelecimento de políticas públicas para o meio rural do país. Apesar dos esforços teóricos no sentido de encontrar uma definição técnica que atenda a essa demanda, parece não existir vontade política para tal concretização.

so também são características do modo de vida rural, assim como outros fatores, como a baixa mobilidade profissional, já que o lugar do pai é passado para o filho, o trabalho no meio natural, as pequenas empresas, a menor quantidade de trabalho assalariado, entre outros fatores.

Entretanto, no Brasil a expressão “Desenvolvimento Rural Local”, como vista, foi cunhada para o estabelecimento, inclusive, de políticas públicas, sendo também, amplamente empregada e discutida na literatura sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Segundo Tubaldini (2006),

no Brasil, o conceito de desenvolvimento rural local e territorial vem ganhando duas vertentes: a da multifuncionalidade, como defendem Abramovay (1999), Alentejano (2000) e Graziano da Silva (2001), que prevê outras funções pluriativas na agricultura que não a agrícola, e a outra vertente, mais agrícola, que defende a transformação da agricultura em agroecossistema e por meio da agroecologia, segundo Almeida (2001), Altieri (1996) e Weid (2001). A grande argumentação que une as duas vertentes é a crítica ao modelo produtivista e à agricultura empresarial, pois estas duas vertentes só poderão ser aplicadas com sucesso em uma agricultura de caráter familiar devido às características internas e suas relações externas, enquanto a agricultura empresarial, sozinha, dificilmente poderia ser aplicada, pois sua finalidade é atender prioritariamente as demandas externas, no caso do Brasil.

Face às considerações expostas até o momento, é desaconselhável afirmar que o modelo de Desenvolvimento de Base Local é um absoluto fracasso nas políticas governamentais do Brasil. O que pode ser afirmado é que, nos moldes como este foi implementado, o mesmo não obteve o êxito esperado. O país, efetivamente, não logrou a discussão político-institucional, administrativa e sócio-econômica necessária à implementação desse modelo de desenvolvimento, seja ele *de base local* ou *rural local*. Tal constatação foi uma das inspirações para que Veiga, especialista em estudos sócio-econômicos do meio rural brasileiro, escrevesse, em 2001, o artigo *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*.

Portanto, ao identificar, nos instrumentos de planejamento do Turismo Rural, a automática associação desse segmento turístico com o Desenvolvimento Rural Local, remetendo a essa atividade turística, entre linhas, o “extraordinário” poder e função de resolver as mazelas socioeconômicas historicamente construídas neste país, a impressão que se tem é a da perpetua-

ção de um discurso oficial desqualificado. Discurso esse que ainda propala conceitos confusos de desenvolvimento e equivocadas posições sobre as possíveis contribuições que o Turismo Rural possa dar como um dos vetores de Desenvolvimento de Base Local para o meio rural brasileiro.

Ampliando a interpretação do Turismo Rural como vetor de Desenvolvimento de Base Local, Calatrava⁴⁵ (2006) defende que o “Turismo Rural perfila-se hoje como uma das atividades de serviço suscetíveis de participar de planos de desenvolvimento, sejam locais e/ou regional; e, inclusive, em determinadas ocasiões, constituir o eixo desse processo.” A consideração de Calatrava é bem-vinda no sentido de alertar para as possibilidades de contribuição do Turismo Rural em algumas ocasiões específicas. Efetivamente, esse tipo de turismo poderá servir de eixo estruturante para o Desenvolvimento de Base Local planejado para uma determinada área. Porém, para que essa estratégia se torne exequível, a atividade turística deverá ser tratada como uma medida político-administrativa transversal a todas as instâncias do poder público necessárias à formulação e implementação desse tipo de desenvolvimento. Apenas o trato setorial da atividade turística não seria capaz de dar conta, isoladamente, da mobilização das bases imprescindíveis à discussão e implementação desse modelo.

Uma situação análoga é observada na Comunidade Européia, através da adoção, a partir de 1991, do programa de Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Os gestores desse programa trabalham com a perspectiva de modelos de Desenvolvimento Local e Territorial, valendo-se de estratégias de mobilização das comunidades locais para alcançar os objetivos propostos. Para promover a revitalização econômica dos espaços rurais europeus menos favorecidos, o LEADER estabelece, entre outras iniciativas, planos de desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural. Esses planos funcionam como uma espécie de “guarda-chuva”, onde diversos projetos, de diferentes setores do poder público, estabelecem diálogo e se interpenetram para viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento local e regional do meio rural. Obviamente, esse programa também enfrenta críticas e dificuldades, porém, diante da lógica como é estruturado, o mesmo vem obtendo êxito, principalmente, no tocante à revitalização econômica dos espaços rurais europeus menos favorecidos. Lamentavelmente, no Brasil, em seu ciclo de vida,

⁴⁵ CALAVATRA, J. *El Turismo Rural como recursos endógeno en el desarrollo local: consideraciones teóricas y comentarios sobre la Alpujarras Altas Occidentales*. Córdoba, s/d apud Blos, 2006.

A política privilegiou, sobretudo, o setor e a produção. Entretanto, outros atores fizeram a sua aparição tornando-se sujeitos ativos de direitos e deveres. A natureza deixou de ser um recipiente e um recurso para se tornar, cada vez mais, um ente jurídico com autonomia e com poderes próprios que a comunidade reconhece. O território deixou de ser espaço neutro, um recurso abundante, para se tornar um quadro de vida, uma memória coletiva ou uma vontade política organizada e com autonomia própria (TUBALDINI, 2006)

Dessa forma, cabe reconhecer que, se essa proposta não logrou êxito no país, alguns avanços de ordem sócio-cultural e ambiental foram gerados na busca pelo mesmo, assim como citou Tubaldini.

Contudo, também se faz necessário registrar que o estabelecimento de políticas públicas setoriais com enfoque supra-econômico é uma constante no país, e perdura, sobretudo, pelo fato de o Brasil participar de uma ordem mundial capitalista onde regras, limites e papéis são determinados no jogo de disputa pelo poder entre os países. E no domínio das forças estruturantes do capitalismo mundial, ao Brasil não foi concedida a vez de experimentar o modelo do Estado do Bem-Estar Social, capaz de formular políticas de médio e longo prazo para o desenvolvimento da nação. Depois da queda do regime militar (1985), passada a fase dos grandes planos desenvolvimentistas, o que se percebe hoje no país é uma seqüência de programas governamentais descontínuos, pontuais. A cada gestão presidencial é adotada uma nova “filosofia” de programas e projetos políticos, buscando, assim, apagar da memória coletiva todos os princípios da “antiga estrutura política”.

Essa constatação se traduz para o atual momento (a partir de 2003) quando, na passagem do Governo FHC para a gestão do Governo Lula, a política de Desenvolvimento de Base Local assume uma “nova perspectiva”. De acordo com Gomes (1998), “nos últimos quatro ou cinco anos, muito próximo ao Desenvolvimento Rural com Base Local, começa a aparecer outra denominação para um desenvolvimento rural de enfoque territorial: o Desenvolvimento Territorial Rural”. Desse modo, tão logo é vislumbrada a implementação de um modelo de desenvolvimento, os programas e projetos políticos já passam a receber uma nova roupagem de terminologias, princípios e estratégias com a promessa de que, a exemplo da expressão adotada nas discussões do Fórum Social Mundial no Brasil, um “Outro Rural é Possível”.

Ainda é cedo para analisar, em profundidade, o modelo de Desenvolvimento Territorial Rural, dada à contemporaneidade de implementação das suas ações. Todavia, diante dessas críticas, fica latente a busca ou adaptação de um modelo que “permita propor mudanças significativas nas estratégias de desenvolvimento rural e de superação da pobreza” (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003). No bojo dessas considerações, tais autores sugerem as seguintes propostas para o modelo de desenvolvimento rural vigente:

- 1) Incorporar a dimensão territorial nas propostas de desenvolvimento, considerando que o âmbito da ação é maior que o setor agrícola;
- 2) Introduzir nos enfoques os agentes que têm presença importante no meio rural e não só as famílias rurais pobres;
- 3) Considerar, nas propostas de aumento da produtividade, os empregos agrícolas e não-agrícolas;
- 4) Articular os setores agrícola, industrial e de serviços;
- 5) Propor como relevante a interação rural-urbano;
- 6) Considerar a relevância do componente institucional no desenvolvimento rural.

As propostas tecidas por Schejtman e Berdegué (2003) não encerram a possibilidade de que outros encaminhamentos venham a ser apontados no sentido de construir uma adequada proposta de desenvolvimento para o meio rural do país. De toda maneira, os novos apontamentos devem levar em consideração que, até o momento, o modelo de desenvolvimento no Brasil, ao qual está subordinado também o turismo, é concentrador de renda, excludente e perpetuador de desigualdades sócio-espaciais. A recente divulgação do mapa da exclusão social do Brasil, e dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, com dados de 2003, citados na revista ISTOÉ, revelam que 5 mil famílias são donas de 45% do PIB. Do total de famílias no país, 2,4% apenas respondem por 2/3 do estoque de riqueza e de renda do país; em outras palavras, os 10% mais ricos detém 45,3% da renda total do país, e o IDH de 0,766 (IBGE, 2000) está abaixo do limite aceitável para o desenvolvimento humano. E isso tem conseqüências sobre o espaço, a infra-estrutura e os serviços básicos do país... O setor turístico — conjunto de atividades econômicas diretamente relacionadas à prática social do turismo — inserido neste contexto, reproduz, como qualquer outro setor produtivo, as contradições do sistema. As possibilidades de que o turismo promova um efetivo desenvolvimento local ou regional devem ser consideradas dentro de um universo real e analisadas criteriosamente em suas origens, posto que os principais divulgadores do desenvolvimento

associado à prática do turismo são os atores hegemônicos diretamente beneficiados com o desenvolvimento turístico dos lugares (ALMEIDA, 2004).

CAPÍTULO II

AS MÚLTIPLAS FACETAS DA OFERTA DE TURISMO RURAL NO ESTADO MINEIRO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR ÁREAS DE ESTUDO

2.1. Apresentação das Áreas de Estudo

Abordar a oferta de Turismo Rural em Minas Gerais utilizando como critério a divisão do estado em Áreas de Estudo tem como objetivo contemplar as especificidades que caracterizam as amostras de iniciativas turísticas sediadas em cada um desses recortes espaciais. Iluminar as peculiaridades turísticas de cada área possibilita a visualização das múltiplas faces que tal oferta assume em resposta às distintas realidades sócio-culturais, econômicas e ambientais que se configuram no estado.

Entretanto, propor a precisa divisão do estado de Minas Gerais em áreas sócio-econômicas, culturais, constitui um complexo exercício de pesquisa, sendo que, derivado dessa questão, diversos temas são objeto de estudo de dissertações e teses relacionados à ciência geográfica e de outra natureza. Dado que esse não é o mote principal da pesquisa aqui tratada, para fins desse estudo procurou-se estabelecer um esboço das Áreas de Estudo que pudesse favorecer a abordagem, de caráter regional, dessa oferta turística.

A pesquisa de gabinete sobre os processos histórico-culturais e econômicos de formação e desenvolvimento do estado de Minas Gerais acena para aspectos fundamentais a serem considerados para a proposta de delineamento dessas áreas. Neste sentido, as obras de Moura (2000), Iglesias (1958), Carrato (1968), Guimarães (2004), Neves (1998), entre outros autores, auxiliaram o entendimento, de natureza preliminar, sobre as dinâmicas sócio-culturais que demarcaram a conformação do atual estado de Minas. Em linhas gerais, a partir desses estudos, é possível vislumbrar, num primeiro momento, quatro diferentes áreas mineiras de constituição histórico-cultural.

Destarte, grosso modo, a porção nortista do estado é reconhecida como uma área atrelada à cultura dos currais de gado, das criações pecuárias que tiveram início ao longo do rio São Francisco e que abasteceram a região mineradora, principalmente durante o século XVIII. O Norte do estado de Minas Gerais fez parte do “Caminho da Bahia” ou “Caminho dos Currais do Sertão”, um importante corredor histórico de povoamento e de escoação de mercadorias, que interligava Salvador à capitania de Vila Rica (atual Ouro Preto). O apurado relato de André João Antonil (1982) expõe que, à época,

quando o metal circulava em pó, de vez que ainda não existiam as Casas de Fundação em Vila Rica e no Rio das Velhas, muitos mineradores traziam o ouro para a Bahia, por esse caminho, onde adquiriam cabeças de gado para revenda nas Minas, movimentando um expressivo comércio nessa região.

Em complementaridade a esse fator histórico, Iglesias (1958) relata que

se a lavoura não contribuiu de modo tão significativo no devassamento de áreas, a pecuária disputa com a mineração a prioridade na faina desbravadora de terras sertanejas. Vegetação e salinas permitiram a atividade pastoril na região Norte. Fato comprovado pelas estatísticas de exportação das primeiras décadas do século XIX, quando foi a pecuária que se sobressaiu.

Tendo em vista tais relatos históricos, pode-se afirmar que, majoritariamente, a atividade pecuária foi a economia que tomou face dessa porção territorial, marcando, assim, os ofícios e a cultura desse povo.

Já a porção central do estado apresenta, em âmbito geral, suas características voltadas para o labor da mineração. As províncias de exploração aurífera mais importantes — atualmente os municípios de Ouro Preto, Mariana, Sabará, entre outros — estavam sediadas nessa área, o que atribuiu a ela distintos traços de urbanização frente aos demais territórios mineiros.

Minas Gerais na metade do século XVIII atingiu a tal grau de progresso urbano que poderia ser considerado como uma das sociedades mais evoluídas do mundo, pois o ouro havia sido descoberto em camadas superficiais de depósitos aluviais e afloramento, e, desse modo, o ouro era acessível a todos que por ele se interessassem, sobretudo favorecidos pelo interesse real. Dessa maneira o ouro atraiu um número de imigrantes sem igual na história do reino e este movimento migratório estabeleceu uma ocupação estável em pleno sertão, de proporções continentais e, em consequência dessa migração, há de se ressaltar a consolidação da economia do Estado Colonial e a influência no desenvolvimento da ocupação territorial brasileira (CARRATO, 1968).

A porção sulina do estado está vinculada historicamente à presença da mão-de-obra imigrante, à cultura cafeeira e à pecuária de leite. A proximidade e relação dessa área com os centros econômicos do estado de São Paulo contribuíram para que tal porção territorial vivenciasse processos de modernização agrícola precoces, o que faz refletir, atualmente, na independência sulina em relação à capital mineira quanto aos setores de serviço, de educação, de saúde, entre outros. Entre as cidades que se destacam, nesse sentido, é possível elencar Varginha, Pouso Alegre e Poços de Caldas. As informações veiculadas pelo Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais complementam tal contexto:

as regiões Sul e Sudoeste de Minas são compostas de aproximadamente 156 municípios, a grande maioria pequenas cidades, emolduradas em montanhas e tendo uma área considerável inundada pelo Lago de Furnas. A agricultura ainda é a atividade econômica mais forte, capitaneada pela cultura do café (30% da produção nacional, de qualidade reconhecida internacionalmente) e por uma das principais bacias leiteiras do País. A industrialização vem avançando seguindo as melhorias da rodovia Fernão Dias, que corta a região e liga São Paulo à Belo Horizonte. A posição geográfica, central em relação ao eixo SP-BH-RJ também constitui outro fator importante para o desenvolvimento (INDI, 2004).

Em vista dessas informações, é factível apontar que tal porção reserva significativa diferença entre as áreas Norte e Central do estado, dadas as características econômicas e sócio-culturais que contribuíram para sua conformação.

Por fim, quanto à extensão territorial do Triângulo Mineiro e Noroeste do estado, é observado que a mesma ocupa uma posição de vanguarda em relação aos índices de crescimento econômico estadual e de porte nacional. Parte das justificativas que contextualizam tal cenário são assinaladas por Guimarães (2004) ao expor que

a construção da capital do país e a expansão agrícola para a região Centro-Oeste podem ser apontadas como as condições primordiais de favorecimento econômico da região aqui tratada. Se, por um lado, a nova capital representava a possibilidade de colonização das regiões Centro-Oeste e Norte do país, por outro, a região constituía um grande vazio (populacional e econômico) que necessitava ser abastecido de todo o tipo de produtos - agrícolas, industriais e de infra-estrutura. É nesse aspecto que o papel do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas se torna importante, ou se-

ja, enquanto centro articulador entre a nova capital – Brasília e o centro industrial do país – São Paulo. Assim, essas regiões mineiras têm um determinismo geográfico natural, devendo ao fator localização grande parte do seu desenvolvimento.

Ainda sobre esse contexto, Diniz (2000) afirma que

no caso específico do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste, essa mudança produtiva da região Centro-Oeste que surgiu como uma área de agropecuária dinâmica, forneceu os elementos básicos para a mudança estrutural no papel dessa região, passando a mesma de entreposto comercial para um entreposto agro-industrial e de serviços especializados para toda a região Centro-Oeste

Ou seja, em vista das colocações tecidas por esses autores, a porção territorial que diz respeito às mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas pode ser entendida como um território “à parte” na configuração do estado, dada sua particular autonomia e vinculação com outros centros econômicos do país, fator que possibilita sua auto-suficiência no setor industrial, de serviços, de transporte, de saúde, de educação, entre outros.

Dessa forma, o estudo dos processos de conformação histórico-cultural do estado, ainda que de dimensão superficial, contribuiu para o primeiro esboço das Áreas de Estudo utilizadas para fins desta pesquisa. Além desse recurso, o estudo de gabinete sobre a amostra de iniciativas turísticas também auxiliou a validação desses recortes espaciais como o primeiro delineamento de uma proposta preliminar para o estudo regional da oferta reconhecida como de Turismo Rural em Minas. A análise dos descritivos comerciais desses estabelecimentos expõe, em geral, a forma como estes divulgam a sua própria localização em escala regional e local e quais são os atrativos turísticos — Cidades de Estilo Colonial, Estâncias Hidromineiras, Serras, Lagos, Unidades de Conservação, entre outros — que os identificam com a porção territorial onde estão sediados. Todos esses dados foram levados em conta, contribuindo, assim, diretamente, para o esboço do tracejo das Áreas de Estudo em questão.

Portanto, é válido frisar que a delimitação dessas Áreas de Estudo não envolveu a seleção de rigorosos critérios para seu estabelecimento, e que essas são utilizadas enquanto amplos marcos de referência do que pode vir a ser uma proposta de divisão macroregional sócio-cultural de Minas. Assim, o mapa das Áreas de Estudo da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais, na página 95, apresenta informações sobre as quatro áreas estabelecidas - Norte, Oeste, Central e Sul, as mesorregiões do estado e as respectivas municipalidades que disponibilizam atividades nesse segmento turístico, entre outras informações. Adiante, cada uma dessas Áreas de Estudo é especificamente abordada, a fim de tratar as peculiaridades que marcam

sua oferta turística. Para a caracterização da oferta de Turismo Rural nessas Áreas, são levados em conta os seis critérios de classificação dessa oferta turística, já mencionados no capítulo anterior. As impressões extraídas durante as incursões de campo⁴⁶ também são registradas nesse capítulo e contrastadas com as informações geradas em gabinete, procurando, dessa maneira, validar ou contrapor as primeiras impressões. A partir do trato e correlação entre tais elementos, considerações preliminares são tecidas a respeito das amostras de estabelecimentos

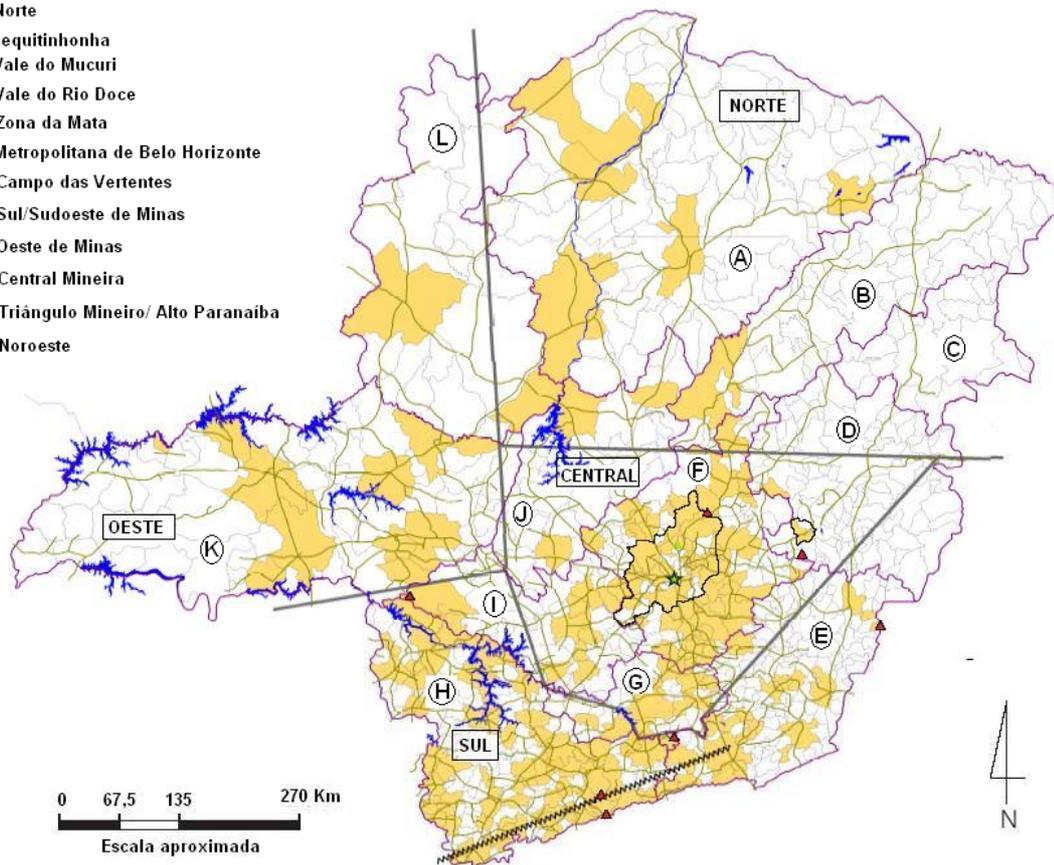
MAPA 05 - Áreas de Estudo da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais

⁴⁶ Neste capítulo são utilizados depoimentos, colhidos através de entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. O uso destes depoimentos tem como objetivo dar voz aos profissionais, empreendedores e gestores públicos vinculado ao Turismo Rural, buscando, deste modo, expor as contribuições, opiniões e demandas destes atores com relação à temática investigada nesta pesquisa. Os trabalhos de campo foram realizados nas áreas de estudo 1 – Norte, 3 – Central e 4 – Sul do estado. Os municípios, estabelecimentos e entrevistados estão elencados na descrição de cada área de estudo no item *Vozes do Campo: Impressões e depoimentos do trabalho de reconhecimento de parte da oferta turística*.

MAPA DAS ÁREAS DE ESTUDO DA OFERTA DE TURISMO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mesorregiões

- (A) Norte
- (B) Jequitinhonha
- (C) Vale do Mucuri
- (D) Vale do Rio Doce
- (E) Zona da Mata
- (F) Metropolitana de Belo Horizonte
- (G) Campo das Vertentes
- (H) Sul/Sudoeste de Minas
- (I) Oeste de Minas
- (J) Central Mineira
- (K) Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba
- (L) Noroeste



LEGENDA

- | | |
|--|---|
| Municípios com Oferta de Turismo Rural | Municípios com ausência de dados |
| Áreas de Estudo | Mesorregiões |
| Regiões Metropolitanas | Serra Mantiqueira |
| Rodovias | ★ Belo Horizonte |
| Rios | ⬇ Represa |
| Unidades de Conservação | |

Fonte: Base Cartográfica, Geominas, Municípios 1996

Autor: Leandro Maciel

Março de 2007

turísticos em cada Área, acenando, dessa forma, para uma primeira leitura sobre a relevância e possível expansão turística desse tipo de oferta no estado.

2. 2. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas

A Área de Estudo 01, denominada para fins dessa pesquisa como Norte de Minas, abrange, majoritariamente, as mesorregiões Norte, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e parte do Vale do Rio Doce. Os quatro municípios dessa amostra que não estão nessas mesorregiões — Três Marias e Augusto de Lima (Mesorregião Central de Minas), Serro (Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte) e São Gonçalo do Abaeté (Mesorregião Noroeste) — foram considerados como parte da mesma, uma vez que houve melhor identificação de seus contextos histórico, sócio-cultural, econômico e turístico com essa área do que com as demais.

Verifica-se que os municípios de Três Marias e São Gonçalo do Abaeté possuem forte identidade turística com as cidades que perfazem o eixo territorial do rio São Francisco — mesorregião Norte. Essas cidades se localizam próximas à nascente do rio e seus estabelecimentos turísticos divulgam o São Francisco como um atrativo de sua região. Já o município do Serro, ainda que localizado na mesorregião denominada Região Metropolitana de Belo Horizonte, detém o patrimônio do período colonial do século XVIII e a cultura local que o identifica melhor com a Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha, Diamantina e São Gonçalo do Rio Preto. O mapa da página 97 apresenta a localização espacial dessa amostra, destacando as mesorregiões e municípios que a compõem.

Contemporaneamente, as especificidades e vocações sócio-culturais e ambientais dessa Área têm passado por um processo de (re)conhecimento de seu valor para fins de atratividade turística. O turismo está começando a receber atenção como uma das possibilidades de alternativa econômica para tal região. Apesar da expressão de suas belezas naturais e riqueza cultural, a porção Norte do estado foi, até o final do século XX, objeto de preconceito governamental e privado para o desenvolvimento de projetos turísticos. Esse preconceito era calcado no estigma da pobreza, da seca, da desvalorização de seus ecossistemas — cerrado e caatinga, dos baixos índices de desenvolvimento social e da precariedade da infra-estrutura básica, com ênfase nas péssimas condições de acesso rodoviário.

De acordo com as informações trazidas pelo mesmo, é possível observar que as mesorregiões onde se encontram os piores índices de desenvolvimento humano — Vale do Mucuri e Jequitinhonha — quase não apresentam municípios com oferta relacionada ao Turismo Rural. No Jequitinhonha, as únicas municipalidades que ofertam iniciativas turísticas desse gênero estão localizadas em sua parte Alta, ou seja, na borda do Vale. No Vale do Mucuri, nenhum município foi constatado. Esses dados indicam as dificuldades que preponderam quanto ao desenvolvimento turístico em regiões menos favorecidas do ponto de vista econômico

Antes de dar prosseguimento à interpretação da geografia do Turismo Rural nessa área, será apresentado o perfil do universo de iniciativas que a compõe. Essa apresentação tem como finalidade alimentar de informações as próximas inter-relações a serem tecidas entre tal amostra turística e sua configuração espacial.

Apresentação Geral da Amostra de Iniciativas Turísticas na Área Norte de Minas

O estado embrionário da atividade turística dessa área também se reflete, assim como percebido no mapa de localização, em sua oferta de Turismo Rural. Entre as quatro Áreas de Estudos, a Norte de Minas é a que possui a menor expressão quantitativa de iniciativas turísticas – apenas 4% – frente ao universo total de estabelecimentos considerado para essa pesquisa – 604 iniciativas. De acordo com as informações geradas para o banco de dados, essa área é composta por um total de 13 municípios e 22 estabelecimentos classificados, por diversos meios de divulgação,⁴⁷ como ofertas de Turismo Rural. No Guia de Turismo Rural da AMETUR⁴⁸ (2006), essa comprovação de caráter quantitativo se repete: assim, dos 65 estabelecimentos divulgados pelo guia, apenas duas iniciativas estão localizadas nessa Área de Estudo. Tais estatísticas são passíveis de interpretações sócio-econômicas, culturais e turísticas que serão exploradas ao longo da caracterização na área Norte. Afinal, por que essa região possui a menor representatividade, do ponto de vista quantitativo, dessa oferta de Turismo Rural no estado?

⁴⁷ Os meios de divulgação que contribuem de forma mais significativa para a comercialização desta oferta são o Guia de Turismo Rural da AMETUR (2006) e o site 'Idas Brasil' – www.idasbrasil.com.br

⁴⁸ AMETUR – Associação Mineira de Turismo Rural, sediada em Belo Horizonte e instituída desde 1996.

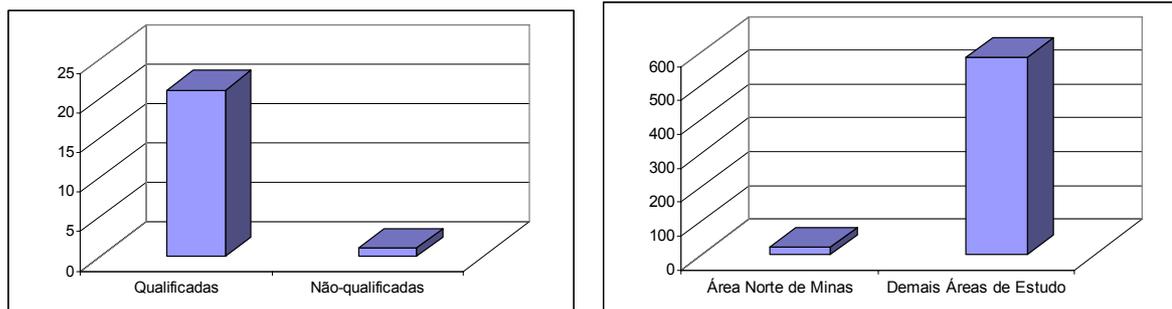


GRÁFICO 01 – Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas
 Amostra: 22 Iniciativas Turísticas.

Em continuidade à apresentação estatística dessa amostra, entre os estabelecimentos turísticos levantados, não foi possível identificar a descrição comercial de apenas uma iniciativa turística (Iniciativa Não-qualificada). A quase nulidade de “Iniciativas Não-Qualificadas” favoreceu a caracterização dessa área, o que permite o melhor entendimento turístico sobre a dinâmica do que vem sendo classificado como Turismo Rural nessa região.

Assim como exposto nos procedimentos metodológicos, uma das estratégias adotadas para a análise do perfil das iniciativas de Turismo Rural é a decomposição desse universo de iniciativas por tipos de serviços turísticos prestados – Hospedagem/H, Alimentação/AL e Atividades de Entretenimento Turístico/AT – e suas respectivas combinações. Tal estatística revela dados consistentes sobre o perfil dessa amostra, bem como o detalhamento dos serviços que são oferecidos aos visitantes. Desse modo, o gráfico 02 demonstra que quase a metade – 44%, desses estabelecimentos ofertam os três tipos de serviços turísticos (Hospedagem, Alimentação e Atividades de Entretenimento) de forma combinada – H/AL/AT.

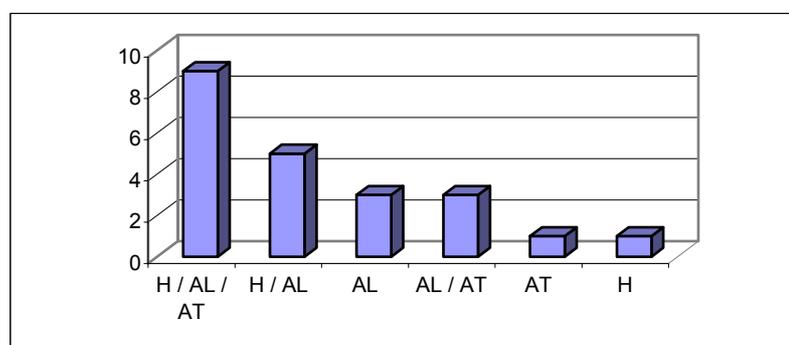


GRÁFICO 02 – Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Norte de Minas
 Amostra: 22 Iniciativas de Turismo Rural

Tal dado indica que essas iniciativas disponibilizam a maioria dos serviços turísticos no próprio estabelecimento, o que acaba por não induzir que os visitantes sejam mobilizados para visitar outros estabelecimentos e atrações turísticas do próprio município e região de entorno. Das nove iniciativas turísticas que ofertam esses três serviços de modo combinado, apenas duas possibilitam o desenvolvimento de atividades de entretenimento turístico fora da área do estabelecimento. Quase a mesma proporção se repete em relação à amostra total da área nordestina. Frente ao universo total de iniciativas turísticas – 22 estabelecimentos, apenas quatro possibilitam esse tipo de experiência ao turista. As atividades ofertadas por essas iniciativas estão relacionadas no quadro 06:

QUADRO 06

Tipos e frequência de Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas no entorno autóctone de algumas Iniciativas na Área de Estudo Norte de Minas

Atividades Ofertadas no Entorno Autóctone	Ocorrência
1. Pesca no Rio São Francisco	2
2. Passeio ao Rio São Francisco	1
3. Visita a Vila de Santa Bárbara	1
4. Visita à Fazenda	1
5. Visita à Fábrica de Tecidos	1

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora a partir de dados da pesquisa

De acordo com a tabela acima, ainda é possível observar a baixa diversidade de atividades de entretenimento turístico. Tais dados acenam para o distanciamento dessa oferta em relação a uma proposta condizente com a de Turismo Rural, visto que dois dos princípios utilizados para avaliação dos estabelecimentos, para fins dessa pesquisa, expõem a necessidade de inter-relação das iniciativas consideradas de Turismo Rural com a comunidade onde as mesmas estão localizadas. Neste sentido, os critérios mencionados são: “Que exista relação entre os participantes e o entorno autóctone” e “Que se produza uma inter-relação com a sociedade local”. Ou seja: da forma como a maioria das iniciativas estrutura suas propostas, tais critérios dificilmente poderão ser atendidos, considerando esse contexto de confinamento do visitante junto ao estabelecimento.

Neste estudo, as iniciativas responsáveis pela estatística de concentração dos serviços turísticos na área interna dos estabelecimentos são a maioria das pousadas e alguns hotéis-fazenda.

Críticas negativas a esse conceito de proposta turística são registradas através de estudos de caso publicados nos eventos acadêmicos. Tais estudos versam sobre o contexto da inter-relação dessas iniciativas e suas respectivas comunidades autóctones. Um dos autores que publicou resultados de caráter acadêmico nesse sentido é o professor e pesquisador da UNICAMP Lauro Mattei, em seu trabalho de investigação sobre a relação do Turismo Rural com a Agricultura Familiar em Santa Catarina. Mattei (2003) relata que, em Santa Catarina,

no âmbito dos hotéis-fazenda, geralmente situados em propriedades rurais de médio a grande porte, a atividade tem um baixo grau de integração, o que não conduz à formação de circuitos organizados de Turismo Rural. Assim, não se observa uma integração efetiva entre os empreendimentos, no sentido de fortalecer e alavancar o setor. Ao contrário, cada nova iniciativa é vista com restrição pelos participantes já instalados no setor.

A constatação trazida por Mattei contribui para o apontamento de parte dos prejuízos sócio-econômicos e culturais que podem ser induzidos a partir da ocorrência de atividades de Turismo Rural, reforçando, assim, a desconstrução do paradigma de que esse segmento turístico, irrestritamente, favorecerá o desenvolvimento local.

Outro dado relevante é: 72% das iniciativas turísticas da amostra trabalham com o serviço de hospedagem, de forma isolada ou combinada. A seguir, o mapa dos Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural – página 102 – e o gráfico 03 de Detalhamento da Oferta de Serviços Turísticos deixam claro a prevalência dos estabelecimentos que ofertam serviços de hospedagem frente ao universo total da amostra nortista.

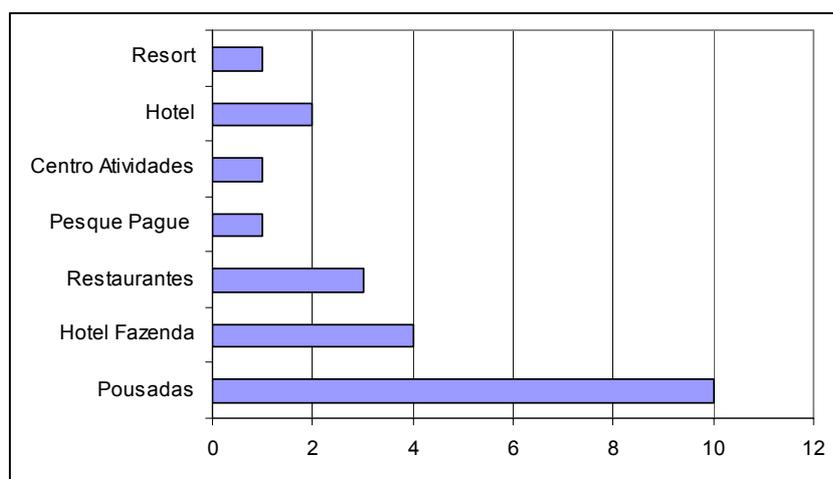


GRÁFICO 03: Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Norte de Minas

Amostra: 22 Iniciativas de Turismo Rural

MAPA 07 - Tipos de Iniciativas da oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas

Este dado contribui para a interpretação de que ainda é uma concepção tradicional sobre o turismo o ‘mito’ de que, para se trabalhar com essa atividade sócio-econômica, necessariamente o empreendedor do ramo tenha que disponibilizar serviços de alimentação e hospedagem, ou um desses. O detalhamento dos tipos de serviços desse universo de estabelecimentos retrata que a amostra Norte ainda está arraigada a essa concepção turística. De acordo com as informações presentes no mapa da página 102, apenas um estabelecimento possui o foco de atuação voltado, especificamente, para a oferta de serviços relacionados às atividades de entretenimento turístico (estabelecimento localizado no município do Serro e representado por uma estrela azul no mapa da página 102). Ainda sobre essa perspectiva, levando em conta os descritivos comerciais desses estabelecimentos, apenas quatro propriedades turísticas citaram trabalhar com a oferta de atividades de entretenimento turístico de forma independente da prestação do serviço de hospedagem. Os tipos de estabelecimentos que apresentam essas condições são: um Pesque-Pague, dois Restaurantes e uma Fazenda.

Como a diversificação da oferta turística é uma meta recente nas diretrizes do planejamento público do turismo no Brasil, ainda é constatada uma expressiva lacuna de orientações técnicas que possam incentivar os proprietários de estabelecimentos turísticos a buscar novas oportunidades de prestação de serviço. A baixa disponibilidade de iniciativas desse caráter — estabelecimentos que não ofertam serviços de hospedagem — acena para a ausência de orientações técnicas locais voltadas para a diversificação e consolidação de novas atividades de Turismo Rural nessa área. Entretanto, o SENAR-MG, o IER, a EMATER-MG e outros órgãos já possuem projetos que trabalham a perspectiva de estruturação de produtos turísticos que não requeiram a existência dos serviços de alimentação e hospedagem. Alguns exemplos são as propriedades que “abrem suas portas” para que os visitantes possam interagir com o modo de vida local das pessoas do campo e o seu saber-fazer vinculado às lidas de engenhos, alambiques, moinhos, artesanato, criações de animais e outros ofícios.⁴⁹

Dessa forma, em linhas gerais, a decomposição dessa amostra de serviços turísticos aponta um cenário pouco favorável à integração dos estabelecimentos com seu entorno comunitário, constatação essa baseada no alto índice de iniciativas que concentram a prestação de todos os

⁴⁹ Um exemplo concreto de projeto dessa natureza é a estruturação ou reativação das Casas de Farinha de Mandioca, trabalho encampado pela EMATER-MG, no estado de Minas Gerais, que tanto serve como uma iniciativa que viabiliza um espaço de trabalho para as comunidades rurais, como também pode ser aproveitado enquanto uma atração turística vinculada aos ofícios do homem do campo, ao saber-fazer das mulheres, aos espaços de convívio comunitário que influenciam a organização sócio-cultural dessas populações locais envolvidas.

serviços turísticos na própria iniciativa e pela baixa disponibilidade de estabelecimentos com foco específico no serviço de Atividades de Entretenimento. Ao se estruturar iniciativas que tenham foco na oferta dessas atividades de entretenimento, é possível combinar a prestação de serviços entre diversos estabelecimentos, de forma que os mesmos possam funcionar como uma rede de empreendedores turísticos. Sendo assim, é aconselhável que os programas de Turismo Rural que venham a se desenvolver na área Norte considerem tal informação, buscando trabalhar propostas de formação de circuitos, de roteiros de propriedades rurais voltadas para o turismo e a produção artesanal associada a tal fenômeno. Essa sugestão poderá favorecer a estruturação de novos estabelecimentos de Turismo Rural, assim como contribuir para o aumento do tempo de permanência dos que visitam as iniciativas já existentes. Validando tal consideração, é estabelecido no Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PRONAF, 2004) que

o Turismo Rural na Agricultura Familiar também ocorre nos arredores da unidade familiar. Os agricultores podem se beneficiar de atrativos culturais, naturais, tecnológicos e outros, nas comunidades ou propriedades próximas, a exemplo de festas populares e religiosas, eventos esportivos, técnicos e científicos, feiras e exposições agropecuárias, centros tecnológicos e de pesquisa, cachoeiras e rios, propriedades de Turismo Rural já consolidadas, outras unidades familiares que podem ser visitadas para aumentar o tempo de permanência do turista.

O Norte do estado possui uma extraordinária cultura associativista no meio rural, traduzida nas dezenas de associações comunitárias de pequenos produtores rurais registradas nos municípios. Durante o trabalho de campo realizado nessa área, foi recorrente observar que alguns municípios com menos de 6.000 habitantes apresentavam em torno de 40 associações dessa natureza, número esse muito significativo. Entretanto, é válido ressaltar que as iniciativas de turismo levantadas para essa amostra não apresentam organização de caráter associativista entre elas. Também não foram identificadas na área Norte de Minas associações comunitárias ou comerciais que atuassem com foco voltado para o Turismo Rural. Um dos poucos órgãos públicos que responde diretamente pela assistência técnica dessa atividade na área em questão é a EMATER-MG – organizada em escritórios regionais e locais.

Sendo assim, em geral, no Norte de Minas as ações voltadas para esse segmento são desenvolvidas de forma pontual e sem a articulação entre os proprietários das iniciativas de turismo, gestores públicos e representantes da sociedade civil organizada. Uma das poucas medidas de caráter associativista que começaram a vigorar nessa região, a partir de 2004, é a certificação

de alguns circuitos e pólos de desenvolvimento turístico, através do programa de regionalização da oferta turística encampada pela Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais.⁵⁰ Porém, o vigor desse programa ainda não foi capaz de gerar as condições necessárias à estruturação turística regional, uma vez que a certificação dos circuitos não assegura o arcabouço de políticas públicas, imperativo à consolidação dessa atividade na área de estudo em questão.

Diante do exposto, aproveitar esse potencial comunitário de organização sócio-cultural próprio do meio rural nortista para a mobilização das associações em relação aos benefícios e custos trazidos pelo Turismo Rural pode significar uma exitosa medida rumo ao desenvolvimento local para algumas comunidades dessa região. Discutir com os pequenos produtores rurais o potencial de inserção dos mesmos na estruturação de planos de Turismo Rural que venham também a contemplar roteiros turísticos — combinando o conforto dos hotéis-fazenda e pousadas com a diversidade produtiva, cultural e a hospitalidade dessas pequenas propriedades rurais — poderá representar uma estratégia em benefício da construção de diferenciais turísticos para as distintas regiões do estado. Desvinculado desse contexto de integração sócio-cultural, de formação de redes de diversos atores sociais, o que se pode evidenciar é a propagação de um alienado discurso político sobre a unanimidade do Turismo Rural como “infalível” vetor de “Desenvolvimento Rural Local”; discurso esse que não se vale de bases empíricas do conhecimento, tampouco de comprovações estatísticas, para afirmar as reais conseqüências do Turismo Rural para as comunidades que o sediam.

Para finalizar o perfil geral das iniciativas de turismo que compõe essa amostra, outra informação que contribui para a caracterização das mesmas é a decomposição da oferta de atividades de entretenimento turístico apresentadas por esses estabelecimentos. De acordo com o gráfico 04, é possível observar que as atividades que se destacam no conjunto da oferta de entretenimento são: Passeio a Cavalo, com 24%; Passeio a cachoeiras e Passeio de Barco, ambos com 10%. Segundo a forma como são descritas as ofertas de tais atividades, é possível concluir que as mesmas estão voltadas, em sua maioria, para a valorização do lazer e do contato com a natureza. Essa constatação tem como fundamento o fato destas iniciativas, de forma geral, não mencionarem qualquer relação entre essas atividades e o contexto do modo de

⁵⁰ Para obter mais informações sobre o programa de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, de responsabilidade da Secretaria Estadual de Turismo, acessar o site desse órgão através do endereço eletrônico: www.turismo.mg.gov.br.

vida rural nas localidades onde são desenvolvidas. Dessa forma, a natureza é colocada como o pano de fundo para todas as atividades, onde ora esta é privilegiada como uma atração (atividades voltadas para a dimensão ecológica), ora como mero “suporte físico” (atividades voltadas para o lazer).

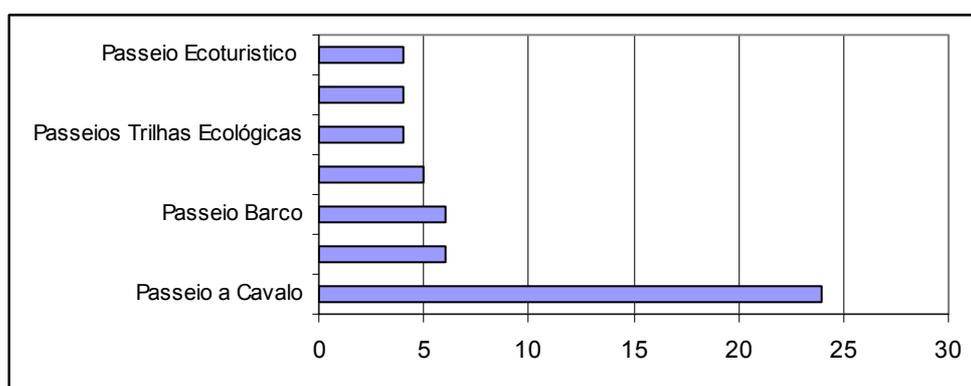


GRÁFICO 04 – Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas pelas Iniciativas de Turismo Rural na Área Norte de Minas

Amostra: 67 Ocorrências de Oferta de Atividades Turísticas

O gráfico 04 não expõe todas as atividades ofertadas nessa amostra visto que essas totalizam 13 tipos diferentes de atividades e algumas não apresentam um percentual significativo. Contudo, ao considerar as atividades de entretenimento que respondem pela maioria das opções ofertadas por essas iniciativas, tem-se a primeira impressão sobre o perfil dos estabelecimentos que compõe a Área de Estudo Norte de Minas. Neste momento, é pertinente lembrar que frente aos critérios utilizados para avaliação das iniciativas que se aproximam ou se distanciam de uma coerente proposta de Turismo Rural, o quesito *Que haja uma oferta integrada de recursos e atividades turísticas rurais* é de suma importância para o entendimento das amostras consideradas desse segmento turístico. Afinal, é a partir do cruzamento das informações entre os tipos de serviços (Hospedagem, Alimentação e Atividades de Entretenimento), os tipos de Atividades de Entretenimento (Passeio a Cavalo, Oficina de Doces Típicos, Colheita de Frutas, entre outras) e a forma como ambos são descritos comercialmente que se avalia, principalmente, nessa pesquisa, a proposta turística desses estabelecimentos. Bovo (2004) relata a esse respeito que

a diferenciação, portanto, nos fornece algumas informações preciosas para identificar o Turismo Rural, pois através do atrativo central, das atividades, dos serviços e dos equipamentos, podemos identificar qual é o provável tipo de modalidade turística.

O pacto de uma iniciativa turística com a estruturação de atividades de entretenimento que visem à valorização do modo de vida rural é uma das condições *sine qua non* da aproximação com esse segmento.

Desse modo, em harmonia com a observação de Bovo (2004), essas atividades acabam por funcionar como uma “radiografia” da essência turística dos estabelecimentos, ou seja: a partir das mesmas, é possível avaliar, de certo modo, o foco de proposta turística que a iniciativa possui. Ao levar em conta essas considerações, é factível avaliar que, num primeiro olhar, essa amostra de estabelecimentos turísticos mais se distancia do que se aproxima das características que definem o Turismo Rural. Isto porque, recapitulando, no perfil traçado da amostra em questão, a maioria dos estabelecimentos turísticos concentram os três tipos de serviços, não desenvolvendo atividades em rede e em seu entorno autóctone. Assim, a inter-relação entre tais iniciativas turísticas e a comunidade onde estão sediadas não é expressa em suas propostas turísticas através da oferta de atividades que promovam tal integração. Outro ponto importante que anuncia o distanciamento dessa amostra frente ao cerne do Turismo Rural é a análise dos tipos de atividade ofertada somadas à forma como são desenvolvidas. Destarte, foi observado que os recursos naturais não são considerados como um atrativo complementar a essa oferta, mas como atrativo principal, ou como suporte físico para atividades de lazer. Por fim, é evidente a ausência de atividades que tenham como foco a valorização do modo de vida rural.

Se, num primeiro momento, as impressões preliminares são essas, ao analisar tal oferta turística a partir de Eixos e Áreas de Oferta turística correlacionados a suas respectivas configurações espaciais, outras interpretações sobre tal amostra são sucitadas.

Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Norte de Minas

Para melhor apreciação das especificidades turísticas que caracterizam essa amostra, é apresentado, na página 108, o mapa de População Rural e Concentração da oferta turística a respeito dessa amostra. Em consonância com as informações desse mapa, é perceptível que a distribuição da oferta ocorre de forma irregular, sendo que os municípios com maior índice de oferta estão concentrados ao sul da Área de Estudo Norte de Minas. Nesta área, a mesorregião que oferta a maior quantidade de municípios e iniciativas de Turismo Rural é a Norte, totali

MAPA 08 - População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas

zando 10 estabelecimentos dessa natureza. Entretanto, a região do Jequitinhonha, em função das cidades de Diamantina e Serro, também acusa uma significativa concentração da oferta em relação à realidade nessa área de estudo. Ainda relacionado a esse contexto, pode ser identificado que os municípios que apresentam as maiores concentrações de iniciativas são também os que possuem destaque econômico, combinado às municipalidades mais populosas: Diamantina, Serro, Montes Claros e Buritizeiro. Ou seja: tais centros econômicos acabam por representar um público consumidor, em potencial, para as atividades de Turismo Rural.

Entretanto, vale considerar que não bastam tais variáveis — população e expressão econômica — para a existência de um público-alvo efetivamente consumidor dessas atividades. Neste sentido, outras condicionantes devem ser levadas em conta para uma avaliação holística da possível demanda turística por esse segmento. Os dados relativos à concentração da população rural em cada município contribuem para a interpretação desse cenário. Assim, como pode ser observado, a concentração da oferta turística em geral coincide com os municípios que apresentam baixo índice de população rural – menos de 40% dos residentes. Exceto no município do Serro, também pode ser observado tal fenômeno com as concentrações de oferta mais expressivas. A priori, o que se pode extrair da inter-relação dessas informações é que a oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Norte de Minas não apresenta uma relação orgânica com o espaço rural onde a mesma se manifesta. Em outras palavras: tal oferta não é determinada pela vocação do Mundo Rural que se configura no espaço geográfico dessa área, mas em função de outros condicionantes, como, por exemplo, o apelo turístico do patrimônio colonial e o poderio econômico das municipalidades onde está sediada. O fator *localização das iniciativas* é outro dado que auxilia a interpretação do perfil dessa oferta.

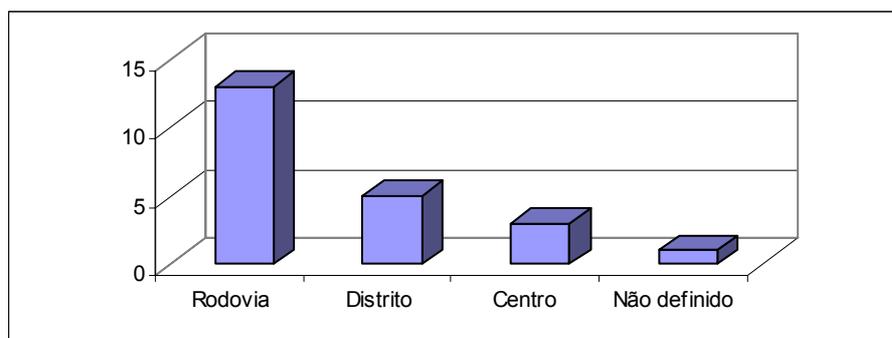


GRÁFICO 05 – Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Norte de Minas
Amostra: 22 iniciativas turísticas

No âmbito total, é possível observar que mais da metade da amostra se localiza junto às rodovias Federais (BRs) e Estaduais (MGs) que cortam os municípios, dado que não permite concluir que esses estabelecimentos, necessariamente, estejam localizados no meio rural. Contudo, tal dado aponta que a localização dessas iniciativas está atrelada à captação dos fluxos de passageiros que transitam por essas rodovias, e que as mesmas não estão inseridas em um contexto de relações sócio-culturais característico do Mundo Rural. Em geral, esses estabelecimentos localizados às margens de rodovias assumem uma localização pontual, descontextualizados da presença de comunidades ou povoados em seu entorno. Apenas quatro das iniciativas estão inseridas em um contexto sócio-cultural local mais favorável ao desenvolvimento de atividades do Turismo Rural: os distritos. Todavia, se essa localização é mais favorável, tal informação não deve ser interpretada como determinante. Tanto existem distritos e povoados com características eminentemente urbanas, quanto também há estabelecimentos localizados em distritos de caráter rural e que não aproveitam os recursos locais para a estruturação de propostas turísticas. Dessa forma, a localização é entendida como um dos fatores que contribuem para a interpretação da oferta.

Retornando à caracterização geral do perfil desses estabelecimentos, deduz-se que, possivelmente, a localização da maioria das iniciativas na margem das rodovias permite aos proprietários das mesmas entenderem que estão sediados junto ao meio rural pelo fato de não se encontrarem situados na cidade — delimitação do perímetro urbano da sede municipal. Ou seja: nessa linha de raciocínio, o espaço rural é reconhecido como o “não-urbano” e, a partir dessa noção de espaço, é caracterizada a oferta turística como Turismo Rural, qual seja: o fenômeno turístico que ocorre fora dos limites da cidade.

Esse dado ilustra a falta de informação técnica a respeito das propostas de segmentação do turismo tanto por parte dos proprietários, como dos gestores públicos locais, sendo, assim, uma outra dedução a não distinção entre Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural, por parte desses atores.

inda sobre o gráfico 05, é pertinente ressaltar que mesmo alguns estabelecimentos localizados no centro dos municípios são divulgados pela mídia como propostas de Turismo Rural. Em relação a este contexto, o que se observa é o entendimento da proposta turística do estabelecimento a partir das atividades de entretenimento (passeio a cavalo, pescaria, leite ao pé da vaca, entre outras). O Hotel Canoeiros, em Pirapora é um exemplo dessa constatação. Devido ao fato de o mesmo, apesar de localizado no bairro do centro da sede municipal de Pirapora, ofertar a atividade de pescaria e passeio de barco no rio São Francisco, esse hotel é divulgado,

pelo site de hospedagem turística denominado “Idas Brasil”, como uma iniciativa que atende à proposta de Turismo Rural.

Outra informação constatada a partir da correlação entre as propostas turísticas das iniciativas, a concentração dessa oferta e sua configuração espacial, é a interpretação de que existe integração turística entre municipalidades e estabelecimentos em função de alguns recursos naturais e culturais próprios dessa área, além da influência específica de uma rodovia que corta sua extensão territorial. Assim, ao contrário da perspectiva de decomposição da oferta de serviços turísticos, analisada anteriormente, do ponto de vista de sua configuração espacial, a amostra Norte de Minas apresenta indícios de integração espacial verificados a partir da relação dessa oferta com os recursos citados.

Levando em conta essa constatação, é identificado que a variação da concentração municipal da oferta de Turismo Rural, nessa área, está atrelada a três dimensões primordiais: a presença do rio São Francisco, as tradicionais cidades turísticas do período colonial no Alto Jequitinhonha – Diamantina e Serro, e a presença da BR 251 – importante via de comunicação entre essa região e outros centros econômicos. Desse modo, a verificação espacial desses condicionantes, somada à avaliação dos descritivos comerciais das iniciativas, gerou a identificação dos Eixos e Área Turística de concentração da oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas. Essa informação pode ser observada no mapa da página 113.

Uma das informações que decorrem dessa estratégia de avaliação turística é a percepção isolada de algumas iniciativas que acabam por sobressair em relação às propostas identificadas em um Eixo ou Área Turística. Assim, a identificação de tais eixos e Área de oferta turística é de suma importância para a contextualização dessa amostra, porque os mesmos reservam diferenças expressivas em relação a suas propostas de turismo – observe o mapa de Eixos e Áreas do Norte de Minas na página 113. A coerência dessa informação pode ser identificada, num primeiro momento, pelas imagens veiculadas, por sites de turismo,⁵¹ para divulgação do Eixo e da Área de oferta mais expressivos dessa amostra. O mosaico de fotos da página 112 busca retratar, em imagens, as especificidades da oferta de cada um.

⁵¹ Sites acessados para elaboração da figura 04: www.estanciadosalitre.com.br, www.circuitodosdiamantes.com.br; www.valedosaofrancisco.com.br e www.hotelcanoairos.com.br.

FIGURA 04 - Mosaico de imagens que retrata a diferença entre oferta de Turismo Rural no Eixo Turístico Rio São Francisco e na Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Como pode ser observado, o eixo de oferta turística do rio São Francisco concentra suas atividades de entretenimento voltadas, principalmente, para a Pesca, o Lazer e as atividades de caráter ecológico. Parte das iniciativas desse eixo oferta pescarias, passeios de barco, caminhadas e cavalgadas ao longo da margem do rio como opções complementares a suas atividades de lazer. Outra dimensão turística do rio, além do lazer e da pesca, utilizada para a divulgação dessas iniciativas, é seu valor paisagístico. Seja nos sites das cidades de Três Marias, Pirapora, Buritizeiro, Januária, São Francisco ou nos sites das iniciativas de turismo, a paisagem do rio São Francisco é onipresente. Esse valor paisagístico também é ressaltado como um diferencial turístico pelos estabelecimentos que se encontram a sua margem ou possuem alcance visual do rio. Dessa forma, é possível considerar que o “Velho Chico” é incorporado enquanto identidade geográfica desse eixo.

MAPA 09 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Norte de Minas

Se a dimensão natural do rio como espaço turístico de balneabilidade, de pesca, de passeio de barco, de contato com a natureza é valorizada e utilizada pelos estabelecimentos turísticos como fator de atratividade, a dimensão cultural do São Francisco não tem sido reconhecida para a estruturação de atividades turísticas no tocante à amostra de iniciativas de Turismo Rural dessa área.

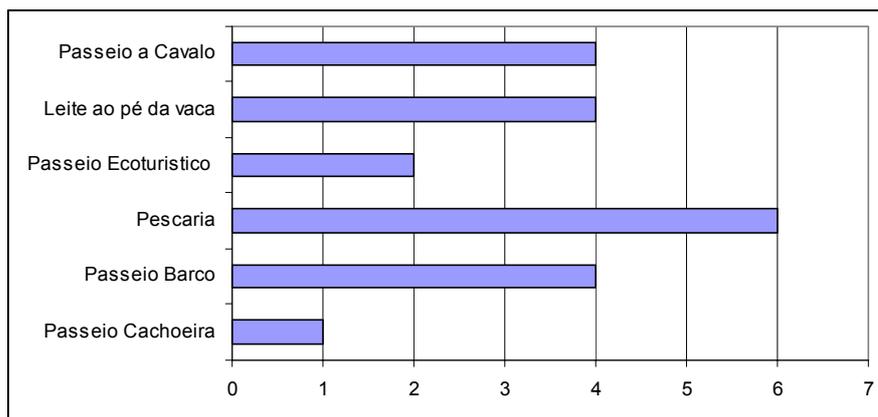


GRÁFICO 06 - Distribuição das Atividades de Entretenimento no Eixo São Francisco
Amostra: 21 Ocorrências de Atividades de Entretenimento Turístico

Segundo as informações representadas no gráfico 06, a diversidade de atividades turísticas de entretenimento no Eixo São Francisco também é restrita. Esse é o maior eixo de oferta, em extensão territorial de toda a Área de Estudo nortista, somando um total de 7 municípios e 10 estabelecimentos considerados de Turismo Rural. A metade da oferta está centrada nesse eixo e o mesmo disponibiliza apenas 06 tipos de atividades de entretenimento. Além disso, dos 10 estabelecimentos, 03 não ofertam atividades de entretenimento a seus visitantes. No espectro dos estabelecimentos que disponibilizam essa opção, 50% das atividades são oportunidades de pescaria ou passeios de barco, uma estatística que confirma a predominância da atividade de pesca nessa região, sendo, assim, o rio São Francisco a atração turística mais expressiva desse eixo.

E seguido das atividades de pesca, preponderam outras atividades de lazer e vinculadas ao apelo ecológico: passeios a cavalo, passeios ecoturísticos, passeio à cachoeira e “leite ao pé da vaca”. A oferta das atividades “ditas” rurais também acusa um caráter de lazer, pois são oferecidas, segundo o descritivo comercial dos estabelecimentos, desprovidas de qualquer contextualização cultural referente ao modo de vida das comunidades rurais do local.

De acordo com a literatura histórica dessa região, o rio São Francisco é um “divisor de águas” na formação cultural da região em evidência. Suas margens direita e esquerda pertenceram a diferentes estados — Bahia e Pernambuco, fator histórico que influenciou identidades culturais diferentes para essas municipalidades da região. A expressão sócio-cultural do São Francisco é reconhecida nacionalmente e merece a sua valorização histórico-cultural por parte das iniciativas turísticas que o aproveitam.

O ofício da pesca artesanal, o artesanato de carrancas, a arte de confeccionar as canoas, o modo de vida das comunidades ribeirinhas, os pratos típicos, a religiosidade, as lendas e crendices sobre o rio, a musicalidade, a cultura da cachaça, nenhum desses aspectos foi sobressaltado na divulgação das atividades dos estabelecimentos turísticos desse eixo turístico. O “Velho Chico”, como é carinhosamente chamado na região, ainda está adormecido como sujeito da história e estórias a serem (re)contadas para os visitantes que buscam, para além da sua beleza natural, uma vivência sócio-cultural, interativa, com os costumes, tradições e comunidades rurais dessa região. Assim, é passível apontar um descompasso entre a valorização, generalista, do rio São Francisco, como um expressivo, singular atrativo turístico, e a decodificação desses valores percebidos para a estruturação de propostas de turismo voltadas para o Turismo Rural ou outro segmento. Tais dificuldades poderiam ser vencidas com o auxílio de projetos técnicos que visassem — de forma participativa a partir da articulação das bases locais — discutir soluções para a decodificação desses valores sócio-culturais para as propostas de turismo deste eixo. Em suma, sobre tal recorte territorial, o que se extrai das impressões de gabinete é que o mesmo apresenta uma unidade de proposta turística baseada, principalmente, na oferta de atividades que tem como apelo principal o lazer e de dimensão ecológica.

A outra concentração da oferta, a Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha, composta por Serro, Diamantina e São Gonçalo do Rio Preto, aproveita a visibilidade do seu patrimônio arquitetônico colonial, do século XVIII e XIX, para associar a imagem a seus produtos turísticos. A cidade de Diamantina é percebida, nos meios de divulgação, como a força-motriz da captação de visitantes para as iniciativas de Turismo Rural dessa região. As cidades do período colonial ainda são consideradas um dos principais atrativos do estado mineiro. Devido à opulência de seu patrimônio histórico-cultural e a sua representatividade histórica e simbólica na formação do país, essas cidades são para Minas um importante fator de atração turística, induzindo à ocorrência de fluxos nacionais e internacionais para os municí-

pios de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes e Diamantina. Diversificar a imagem turística do estado é um desafio que requer a superação desta tradição da oferta do turismo mineiro. E transpor essa “mono-imagem” turística envolve o enfrentamento de forças políticas e empresariais que se interessam por essa clássica imagem de Minas, mesmo diante do seu diversificado patrimônio histórico-cultural.

Uma outra observação quanto à amostra de estabelecimentos da Área das Cidades de Estilo Colonial, foi a citação de uma das iniciativas em relação a seu pertencimento ao *Circuito Estrada Real*. Essa informação foi colocada pelo site do Hotel Fazenda Estância do Salitre,⁵² localizado no município de Diamantina, para reforçar o caráter colonial do patrimônio desse território e, também, no sentido de receber maior credibilidade turística por estar sediado junto à área de atuação do Circuito Estrada Real. Esse projeto estruturador do governo estadual, em parceria com o Ministério do Turismo, levou expressivas somas de recursos financeiros para a cidade de Diamantina. O marketing dessa ação contribuiu para a projeção diamantinense e, devido a sua estrutura de divulgação e dotação orçamentária, participar do Circuito Estrada Real pode ser considerado algo similar a receber uma “chancela turística” por parte do governo. Dessa forma, a oferta turística das cidades de estilo colonial vem sendo requalificada por tal projeto governamental, que tem como um de seus objetivos diversificar a estruturação das atividades e serviços de turismo nesse circuito.

Entretanto, como foi colocado, trabalhar com a diversificação da oferta de atividades turísticas no pólo das Cidades de Estilo Colonial ainda é uma incógnita. A título de referência, nenhum dos estabelecimentos, entre as oito iniciativas de Turismo Rural dos três municípios, descreveu, por exemplo, o Parque Estadual do Rio Preto, em São Gonçalo do Rio Preto, como uma atração a ser visitada. A Serra do Espinhaço foi citada por apenas uma iniciativa como um atrativo paisagístico da região. E também não é claro nos descritivos comerciais desses estabelecimentos se estes oferecem alguma atividade de lazer, esporte de aventura, turismo ecológico ou rural nessa serra.

O valor do Espinhaço é deslocado para um segundo plano para dar lugar central à valorização das cachoeiras e das chapadas como os maiores atrativos dessa área turística. Esse tipo de divulgação acena para a falta de conhecimento e valorização da Serra do Espinhaço como um

⁵² Para acessar o site desse Hotel Fazenda, consultar www.estanciadosalitre.com.br.

espaço turístico singular para o desenvolvimento de atividades voltadas para o contato com a natureza, os esportes de aventura e a valorização da cultura do homem do campo. As vilas, povoados, fazendas e propriedades rurais que se encontram localizados junto a essa serra poderiam servir como atrativos e apoio turístico para tais iniciativas. As cachoeiras, as serras, a flora, as manifestações culturais, os ofícios, o saber-fazer, a religiosidade, a gastronomia, enfim, os modos de vida das comunidades rurais que habitam esse espaço constituem uma dimensão patrimonial de significativo valor para o desenvolvimento turístico dessa região.

FIGURA 05 - Fotos da Expedição Desafio Espinhaço



Foto 01



Foto 02

Crédito: Marcelo André / Fonte: desafiodoespinhaco.blogspot.com

A primeira foto retrata parte do modo de vida das populações tradicionais que habitam o alto da Serra do Espinhaço. O transporte ainda é feito no lombo de burros e a distância entre as vilas e povoados é vencida, em geral, a pé ou a cavalo. A segunda foto mostra a equipe de expedição “Desafio Espinhaço” cruzando áreas de cerrado, em meio à beleza natural das montanhas dessa formação geológica.

Em contraponto ao Eixo do Rio São Francisco, a Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha é menor, composto por 3 municípios, 8 iniciativas, e, apesar disso, oferta maior diversidade de atividades. Não apenas oferta maior diversidade como quase a mesma frequência de opções de lazer. Porém, quanto à diversidade de atividades dessa amostra, uma ressalva deve ser colocada. Essa diversidade de propostas de entretenimento é garantida principalmente por um hotel-fazenda que oferta as opções de atividades voltadas para a aventura e o ecológico, e pelas propriedades Fazenda Engenho da Serra e Pousada Rural Recanto do Vale, que buscam trabalhar com a valorização do modo de vida rural.

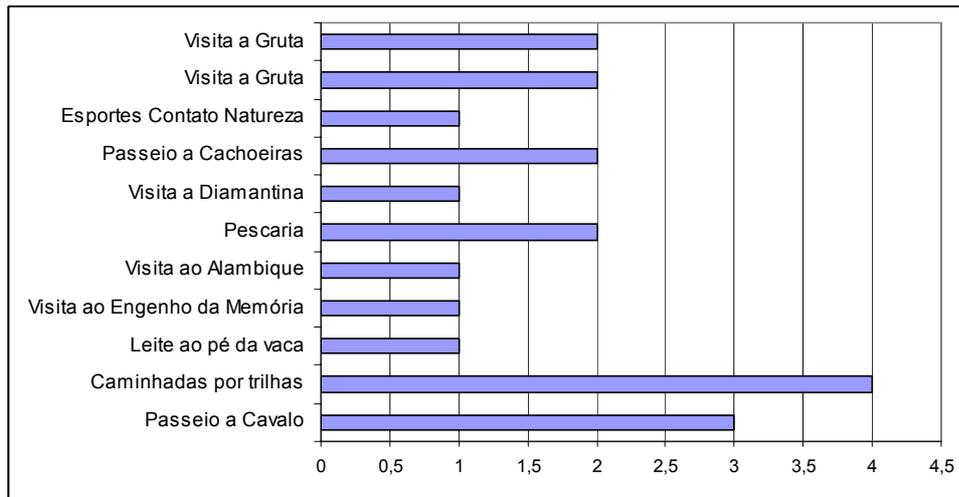


GRÁFICO 07 - Distribuição das Atividades de Entretenimento na Área Turística das Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha
Amostra: 19 Ocorrências de Atividades de Entretenimento

De acordo com as informações do gráfico 09, é possível identificar a relevância das atividades de lazer, de caráter ecológico e, ainda que em menor ocorrência, as de expressão rural para a amostra em questão. A beleza do patrimônio natural da região é responsável pelo incentivo às atividades de caminhadas, passeios a cachoeiras, esportes de contato com a natureza, que totalizam 40% das opções de atividades de entretenimento ofertadas. A região de Diamantina apresenta um forte apelo paisagístico para a estruturação de produtos voltados para o Turismo Ecológico e esse segmento está começando a ganhar expressão, com algumas agências de receptivo turístico. Entretanto, frente a seu potencial, esse segmento ainda é pouco valorizado nos programas de desenvolvimento turístico para a região.

Já as atividades de lazer vêm em segundo lugar, com 32%, e são representadas pelas atividades de Pescaria e Passeios a Cavalo. Uma vez mais, tais opções de entretenimento foram consideradas atividades de lazer por se tratarem de propostas desvinculadas do contexto sócio-cultural do mundo rural nas localidades onde são desenvolvidas. Por fim, as atividades de expressão rural, ainda que em menor frequência, são identificadas como ofertas de entretenimento nesse pólo. Os únicos estabelecimentos, de toda a amostra da Área de Estudo 01, que apresentam, de acordo com os princípios utilizados por essa pesquisa, um foco de atuação que se aproxima da proposta de Turismo Rural, são as propriedades Fazenda Engenho da Serra, no município do Serro, e a Pousada Rural Recanto do Vale, em Diamantina.

Assim, essas iniciativas são responsáveis nessa amostra pelas atividades de entretenimento turístico que se comprometem com a valorização do modo de vida rural. Através da oferta integrada de recursos culturais com a estruturação das atividades turísticas vinculadas aos ofícios de caráter rural — visita ao Engenho da Memória, o acompanhamento do processo de produção do Queijo do Serro, a degustação de cachaça e os casos do Sr. Jorge como “aperitivo”, a visita à horta e o conhecimento do uso das plantas medicinais, a roda de “causos” à beira da fogueira durante a noite — essas iniciativas respondem pela oferta turística caracterizada como mais próxima de uma oferta condizente de Turismo Rural.

Por fim, o Eixo Turístico da Rodovia BR 251 é composto pelos municípios de Montes Claros e Salinas. A oferta turística dessas municipalidades é toda localizada às margens da BR 251. Pela análise de gabinete da proposta comercial de seus estabelecimentos, essa pôde ser caracterizada, de forma clara, pela oferta de atividades de lazer em espaço rural. Essas iniciativas aproveitam a demanda dos cidadãos que habitam o meio urbano desses municípios e região por esse tipo de demanda. Montes Claros e Salinas contam, segundo o Censo do IBGE de 2005, respectivamente, com as populações de 342.586 e 37.766 habitantes. Em comum, os dois municípios apresentam a minoria de sua população residindo em espaço rural, assim como pode ser acompanhado no mapa de População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Norte de Minas.

Montes Claros, até meados da década de 1970, possuía uma população eminentemente rural. O êxodo da maioria dessas populações para o meio urbano, em busca de melhores condições de trabalho, causou uma inversão demográfica municipal que acarretou o inchaço das sedes municipais e a queda da qualidade de vida em função dos índices de violência, desemprego, falta de infra-estrutura básica e equipamentos de lazer urbano. Para compensar o estresse da vida citadina, fenômeno recorrente na maioria das cidades de médio e grande porte do estado mineiro, os residentes da área urbana têm buscado no meio rural alternativas de lazer e contato com a natureza (Rodrigues, 2000). Alguns estabelecimentos de turismo são implementados na área rural, conciliando sua oferta de lazer para a população local e de turismo para os visitantes da região.

Em Montes Claros, a Estância Vista Alegre Hotel Fazenda é um exemplo dessa interpretação mercadológica. A mesma se encontra à margem da BR 251, responsável pela interligação do

município com outras cidades, e com a BR 116, que permite acesso ao estado da Bahia. Assim, o estabelecimento oferta a proposta de *Day Use* (Serviço cobrado para o visitante passar o dia em uma iniciativa de turismo), cobrando uma taxa de R\$10,00 reais por pessoa, como uma opção de lazer, para a população de Montes Claros. Os cidadãos podem aproveitar a estrutura de piscina, sauna, cavalos e pesque-pague para se distrair. Esse Hotel Fazenda também direciona a oferta de hospedagem e as suas atividades de entretenimento para os turistas da região que se dirigem ao estado da Bahia ou que vêm da Bahia com destino a Minas.

A cidade de Salinas, como anunciado no site oficial do município,⁵³ é reconhecida como a “Capital Mundial da Cachaça”. Em função dessa economia local, os produtores de cachaça da cidade são filiados à ASPAQ — Associações dos Produtores de Aguardente de Qualidade, entidade que tem como potencial de comercialização mais de 2.000.000 de litros/ano de aguardente. A busca pela qualidade do produto possibilitou o reconhecimento internacional dessa produção. Além de tal dado, até o recenseamento de 1996 do IBGE, o município contava com a existência de 43 povoados e vilas rurais. Porém, no levantamento da oferta de Turismo Rural para essa pesquisa, não foi identificado nenhum estabelecimento produtor de aguardente que recebesse visita de turistas.

Assim, o município de Salinas, de acordo com o banco de dados, possui apenas uma iniciativa de Turismo Rural, o que o coloca em uma situação semelhante à de Montes Claros. O foco da proposta desse único estabelecimento também é voltado para os turistas que se deslocam pela BR 251, entre os estados de Minas e Bahia. Desse modo, o Valley Hills Hotel é divulgado da seguinte forma pelo site de hospedagem www.hoteis.com.br: “O Hotel Valley Hills é um excelente apoio aos turistas e viajantes que vão conhecer as praias nordestinas, também pessoas nordestinas que vão para o Centro-Sul do País usando a BR-251, Km 313. Grande área verde, Piscina, Hidromassagem, Sauna e Parque Infantil”.

Portanto, a oferta turística considerada de Turismo Rural desses dois municípios pode ser caracterizada pela presença de atividades de lazer e hospedagem voltadas para seus cidadãos e turistas regionais. Já a pesquisa de gabinete sobre a amostra total da Área de Estudo Norte de Minas permitiu observar que a oferta considerada de Turismo Rural se divide, em âmbito ge-

⁵³ Para acessar o site oficial da cidade de Salinas, acessar www.salinas.mg.gov.br

ral, em três segmentos de atividades de entretenimento turístico: o de Lazer, o Ecológico e o Rural. Tal percepção não implica que as atividades que melhor caracterizam um eixo turístico ou município não ocorram de forma pontual em outras regiões. O esforço que se faz nesse momento é o de, constatadas as distorções das propostas anunciadas como de Turismo Rural nessa Área de Estudo, compreender qual é a característica da oferta turística que, numa macro-perspectiva, diz respeito aos Eixos e Área Turística da amostra Norte de Minas.

Em síntese, a Área Turística das Cidades de Estilo Colonial tem sua oferta turística predominantemente voltada para as atividades de lazer e de caráter ecológico. Um ponto forte desse pólo foi a identificação de duas iniciativas de turismo que, segundo os princípios adotados para essa pesquisa, se aproximam de uma coerente proposta de Turismo Rural. Inclusive, uma dessas iniciativas, a Fazenda Engenho da Serra, não trabalha com serviços de hospedagem; é uma fazenda produtiva que recebe os clientes, em regime de agendamento prévio, e proporciona a inserção cultural dos seus visitantes através de vivências da cultura rural desenvolvidas em harmonia com os atrativos da fazenda. Em suma, fica clara a predominância das atividades de outro caráter de entretenimento, que não o rural, nos eixos e área analisados.

“Vozes do Campo”: impressões e depoimentos do trabalho de reconhecimento de parte da oferta turística na Área de Estudo Norte de Minas

Com intuito de contrastar as impressões de gabinete com a realidade da oferta turística da área nortista, em outubro de 2006 foi realizado um trabalho de campo, com 12 dias de duração, o que permitiu a verificação da inserção sócio-cultural e ambiental de parte das iniciativas consideradas de Turismo Rural em relação a seu entorno autóctone e região. Devido à baixa disponibilidade de recursos e à extensão territorial da área Norte de Minas, esse trabalho de campo foi desenvolvido em um dos eixos e na única área turística dessa amostra. Para a realização do mesmo, foi aproveitada a logística de um trabalho de campo do grupo de pesquisa do Centro de Pesquisa-Ação em Planejamento Turístico (CEPLANTUR), do Instituto de Geociências da UFMG, para essa região, permitindo, assim, o contato presencial com alguns estabelecimentos, proprietários de iniciativas e gestores públicos. O eixo e área turística visitada foram: Área Turística Cidades de Estilo Colonial do Alto Jequitinhonha e o Eixo Rodovia BR 251 — município de Montes Claros. Além da incursão por esse eixo e área de oferta, foi possível reconhecer o potencial turístico de parte de outros municípios dessa Área de Es-

tudo, em função do acompanhamento do trabalho de campo realizado pelos pesquisadores do CEPLANTUR-IGC/UFMG.

Como procedimento metodológico, durante a visita aos estabelecimentos o pesquisador não se identificou como tal. A postura de se comportar como um visitante que buscava conhecer essas iniciativas a título de curiosidade foi uma estratégia fundamental para garantir maior espontaneidade das respostas. Adiante serão formalizadas as contribuições desse trabalho de campo para a validação crítica dos resultados de gabinete. Um total de sete estabelecimentos turísticos foi visitado. De acordo com as pesquisas de gabinete, as únicas iniciativas que, inter-relacionadas com os princípios de avaliação para fins dessa pesquisa, se aproximavam da proposta de Turismo Rural eram a Fazenda Engenho da Serra e a Pousada Rural Recanto do Vale.

A pesquisa de campo no município do Serro, junto à Fazenda Engenho, permitiu verificar que essa iniciativa efetivamente tem sua proposta de trabalho voltada para parte das características do segmento em questão. Os pontos fortes dessa iniciativa são o atendimento familiar, a estruturação de suas atividades de entretenimento contextualizadas com a cultura rural local, valorizando o modo de vida das pessoas do campo, e a interação sócio-cultural com as pessoas da fazenda. Ainda na cidade do Serro, as pousadas Refúgio dos Amigos e Capão também foram visitadas. Essas iniciativas estão localizadas em São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito do Serro, que ainda conserva características do meio rural e atraem visitantes pela beleza do seu casario colonial, das cachoeiras, o clima ameno, a tranquilidade e sua gente hospitaleira. A primeira iniciativa possui uma característica interessante. Sua proprietária desenvolve trabalho de resgate cultural com os adolescentes da região através da musicalidade. Os hóspedes que freqüentam o local desfrutam de maior oportunidade de contato com a comunidade local. Apesar dessa interação sócio-cultural, a iniciativa não possui atividades turísticas rurais voltadas para os hóspedes. A pousada Capão tem seu acesso mais reservado e prima pela privacidade dos seus visitantes. Sua proprietária se dispõe a indicar locais para passeios e caminhadas. Entretanto, não existe atividade de interação sócio-cultural, de forma programada, proporcionada pelos serviços ofertados por esse estabelecimento.

Nesse distrito do Serro também foi visitado um projeto comunitário que não estava contemplado no banco de dados da pesquisa. O motivo de visita a esse projeto foi o fato de o mesmo

ser indicado localmente como um atrativo potencial para o Turismo Rural. Essa iniciativa é a Associação Pró-Fundação Universitária do Vale do Jequitinhonha, da Universidade Livre, Experimental e Comunitária – FUNIVALE, que tem como objetivo fundamental a tentativa de evitar o êxodo rural e a migração da população do Vale do Jequitinhonha. O projeto-modelo, situado em São Gonçalo do Rio das Pedras, abrange:

- O projeto agrário *Terra Mãe*;
- Um centro comunitário, com uma creche, uma escola infantil de instrução primária, uma cozinha, um refeitório, uma biblioteca e uma sala de reuniões;
- Uma tapeçaria para a produção de cortinas e tapetes que são vendidos no mercado;
- Duas pousadas como centro regional para Turismo Ecológico.

As lidas de artesanato, o cultivo da horta comunitária, a tradição oral dos membros das comunidades rurais que freqüentam o projeto, a arte culinária, o conhecimento sobre usos das plantas medicinais, todo esse potencial possibilitaria a estruturação de atividades voltadas para o Turismo Rural no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, no Serro. Ou seja: a interação sócio-cultural com os membros do projeto, de forma estruturada, poderia gerar diversas atividades turísticas ligadas às tradições gastronômicas, orais, as crenças e lendas que caracterizam a cultura dessa região. O espaço físico onde funciona o projeto tem capacidade para receber os visitantes e o Turismo Ecológico começou a ser desenvolvido através de trabalhos de condução local e atividades de educação ambiental.

FIGURA 06: Fotos das Atividades da FUNIVALE



Foto 01
Fonte: www.turismosolidário.com.br



Foto 02

A primeira foto da figura 06 ilustra um dos encontros comunitários sediados na FUNIVALE, em outubro de 2006, quando membros da comunidade rural se reuniram para discutir as ações de educação ambiental que seriam trabalhadas com seus filhos no horário extra-escolar. A segunda foto mostra um dos aprendizes do projeto agrário Terra Mãe colhendo as hortaliças da horta orgânica, que é uma das ações do projeto.

Desse modo, ao verificar em campo como as atividades turísticas eram desempenhadas, pôde-se compreender que havia, na maioria das iniciativas, uma distância empírica entre a forma de divulgação e a oferta desses serviços turísticos, na maioria dos estabelecimentos visitados. As ditas “atividades turísticas rurais” eram atividades de lazer — caminhadas e andar a cavalo, que, em geral, o visitante realizava sozinho, dentro da própria iniciativa. Essa forma de conduta das atividades também compromete o aproveitamento dos recursos naturais e culturais para fins de valorização do modo de vida rural local. Os recursos acabam por ser aproveitados apenas como cenários para as atividades de lazer, desprovidos de qualquer agregação de valor sócio-cultural para o visitante.

Nas demais cidades da Área Turística Cidades de Estilo Colonial, os estabelecimentos visitados também não apresentaram, em sua maioria, coerência entre sua qualificação como iniciativas de Turismo Rural e suas respectivas propostas de trabalho. Em Diamantina, a única iniciativa que se destacou foi a Pousada Rural Recanto do Vale. O que aproxima esse estabelecimento de uma proposta voltada para esse segmento turístico é a forma como a mesma estrutura suas atividades de vivência turística. O visitante, além do contato com um ambiente natural, tem a oportunidade de conhecer na fazenda o sistema de plantio da horta, de interagir com os conhecimentos locais sobre o uso de plantas medicinais e, à noite, se reunir à beira da fogueira pra ouvir casos e lendas da região.

Outra iniciativa visitada foi a Pousada F. Mil Oitavas, em Diamantina. O dono da mesma colocou que, além dessa iniciativa, a família também acompanha as atividades comerciais de um hotel no centro de Belo Horizonte, o que vem dificultando o atendimento mais personalizado ao visitante. Ultimamente o estabelecimento tem voltado seu foco para o atendimento de grupos de igreja que desejam locar o espaço para fins de retiro espiritual ou para escolas que procuram espaços para desenvolver atividades de lazer com os alunos.

Já a Pousada Canto das Águas, em São Gonçalo do Rio Preto, distante 11 Km da sede municipal, é uma fazenda do século XIX. Apesar de sua estrutura rural, suas atividades turísticas também foram constatadas como voltadas para o lazer e o contato com a natureza. O atendimento familiar e personalizado remonta à hospedagem rural das antigas fazendas mineiras, entretanto a ausência de contato com o modo de vida rural local também não permitiu reco-

nhecer, nessa iniciativa, uma proposta voltada para o segmento turístico em análise. Em vista das impressões extraídas do trabalho de campo por esse Eixo, pôde-se concluir que os resultados levantados na pesquisa de gabinete foram confirmados. Apenas a Fazenda Engenho da Serra e a Pousada Rural Recanto do Vale apresentaram uma proposta próxima da proposta de Turismo Rural; as demais iniciativas têm uma concepção de trabalho voltada para as vivências do lazer e do contato com a natureza. Uma informação que inovou os resultados levantados para essa área foi a verificação do potencial turístico da FUNIVALE para a estruturação de atividades turísticas rurais para as cidades dessa amostra.

No eixo da Rodovia BR 251, o único município visitado foi Montes Claros. Em relação a sua oferta de Turismo Rural, o proprietário do Hotel Fazenda Estância Vista Alegre relatou: “os meus clientes vêm aqui para descansar, relaxar. O visitante gosta de ter privacidade, de caminhar em paz e sair sem rumo. Temos infra-estrutura e espaço para que ele possa circular livremente, sem ter a preocupação de alguém ficar acompanhando. Aqui nós orientamos os funcionários para estabelecerem contato com os hóspedes, caso eles solicitem atenção. De resto, não é aconselhável incomodá-los”.

A fala desse proprietário retratou, claramente, a essência da proposta turística desse estabelecimento. Assim como foi observado pelo levantamento de dados secundários, a oferta desse Eixo é voltada para o lazer, uma vez que as atividades de entretenimento ofertadas não possuem contextualização sócio-cultural em relação ao mundo rural onde estão sediadas.

FIGURA 07: Fotos das atividades turísticas ofertadas na Estância Vista Alegre Hotel
Fazenda – Montes Claros/MG



Curral onde é servido o ‘leite ao pé da vaca’
Fonte: Trabalho de Campo



Passeio de carroça

Já o Pesque-Pague Malhada Alegre era uma pousada rural que possuía a pescaria entre suas atividades turísticas. Depois do falecimento do proprietário, em 1999, a viúva do mesmo resolveu encerrar as atividades de hospedagem e um dos capatazes da fazenda arrendou a área dos tanques de piscicultura para abrir um pesque-pague. No local são comercializadas refeições e o atual responsável disse não investir mais nessa iniciativa porque a propriedade rural está à venda. A iniciativa está localizada a 5 Km da sede municipal de Montes Claros e é freqüentada por famílias de baixa renda com o intuito de lazer. De acordo com o atual gestor do local, existem muitos pesque-pagues no entorno da cidade, em torno de 10 estabelecimentos, porém a maioria deles funciona informalmente.

O depoimento da gerente de turismo e eventos, da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Sra. Kênia Torres Ribeiro, contribui para entender o estado em que se encontra o Turismo no Espaço Rural no município. Ao perguntar para essa gestora sobre a realidade do Turismo Rural no município e região, ela colocou, em linhas gerais, que

esse segmento turístico não é prioridade para a nossa secretaria. O foco de nossas ações está voltado para o Turismo de Eventos, que é a verdadeira vocação do município. Temos muitas empresas em Montes Claros e estamos batalhando para consolidar o turismo de eventos e convenções nessa cidade. Talvez você consiga alguma informação sobre isso na EMATER ou Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

O depoimento da Sra. Kênia evidenciou o descaso com que o turismo no espaço rural é tratado em Montes Claros por essa secretaria. Essa falta de incentivo também foi considerada pelo proprietário do Hotel Fazenda Vista Alegre. O descaso de parte do poder público com o meio rural pode ser explicado, parcialmente, pelo fato da remodelação do foco econômico da cidade a partir da década de 1970. A transformação de Montes Claros em um pólo industrial deixou sua vocação agropecuária em segundo plano. A zona rural da cidade é marcada por baixos índices de desenvolvimento humano, o que reforça a desvalorização sócio-econômica desse espaço para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Entretanto, ao visitar o Centro de Agricultura Alternativa (CAA),⁵⁴ nesse município, foi possível acompanhar o trabalho do projeto *Saberes da Terra*, uma parceria entre a Secretaria Estadual e Municipal de Educação e o SENAR. O projeto tem como objetivo formar técnicos

⁵⁴ Assim como a FUNIVALE, o CAA também era uma iniciativa que não pertencia aos dados levantados para essa pesquisa.

em Agroecologia e trabalha com o público do meio rural que não possui o ensino médio completo. Diversos jovens das comunidades rurais de Montes Claros frequentam esse centro pelo período de quinze dias e depois retornam a suas comunidades para a aplicação dos recursos técnicos aprendidos. Esse projeto reserva um significativo potencial para o desenvolvimento de atividades de Turismo Rural, uma vez que o Centro de Agricultura Alternativa é uma área de preservação ambiental que concilia técnicas agrícolas alternativas com a preservação do meio ambiente. Um projeto de Turismo Rural que reunisse a vivência rural junto aos alunos desse centro e a visita às comunidades rurais de origem dos mesmos poderia representar para o município mais uma alternativa de desenvolvimento rural local. A partir dessas constatações, identificou-se que, efetivamente, a exemplo de Montes Claros, a oferta de turismo do Eixo das Rodovias é predominantemente estruturada para o lazer.

Para não Concluir...

Encerrados os comentários parciais sobre os eixos e municípios reconhecidos durante a incursão de campo, é possível verificar que as impressões extraídas através desse deslocamento contribuíram para o entendimento da dinâmica do que vem sendo qualificado como Turismo Rural em parte dessa Área de Estudo. O trabalho de campo validou as observações de gabinete, reafirmando a constatação de que, a título de Turismo Rural, estão sendo divulgadas propostas que possuem seu foco de atuação segmentado para outras propostas de entretenimento turístico como o lazer, o ecológico, entre outros. A oferta turística dessa área é fortemente condicionada à presença do rio São Francisco, da BR251 e ao apelo turístico das cidades de Diamantina e Serro.

Um outro dado que reafirma o distanciamento dessa amostra em relação ao Turismo Rural é o percentual de estabelecimentos turísticos que não ofertam atividades de entretenimento turístico, centrando a prestação de serviço turístico voltado apenas para a alimentação (AL), a hospedagem (H) ou a combinação de ambos (H/AL). Essas informações são apresentadas no gráfico de distribuição de serviços turísticos e comprovaram que 9 dentre as 22 iniciativas dessa área de estudo não disponibilizam qualquer opção programada de vivência sócio-cultural para seus visitantes. Ou seja: a partir desse dado é possível afirmar que quase a metade da oferta turística em questão, efetivamente, não corresponde a uma proposta de Turismo Rural! Assim como foi avaliado nos procedimentos metodológicos, é incompatível o reconhe-

cimento de uma iniciativa como condizente com esse segmento turístico se a mesma não oportuniza aos visitantes momentos de vivência, interatividade, entretenimento e aprendizado voltados para a valorização do modo de vida rural. Essas iniciativas correspondem a uma oferta turística convencional, pautada apenas pelos serviços de alimentação e hospedagem, não correspondendo aos anseios do turista contemporâneo.

Outra constatação, frente à realidade da Área nortista, é que a maioria dessas iniciativas é divulgada como propostas de Turismo Rural pelo fato de se autoconsiderarem localizadas no meio rural, ocorrendo, desse modo, a segmentação do turismo a partir do critério de localização das iniciativas turísticas. Os proprietários dos estabelecimentos ou responsáveis pelos meios de divulgação dessas iniciativas acabam por interpretar o meio rural como o “não-urbano”. Esta antiga acepção de espaço rural é criticada por diversos estudiosos como Veiga (2001) e Wanderlei (1999), que apontam a necessidade de superação da dicotomia rural-urbano. Outra evidência relevante é que, apesar de parte dos estabelecimentos dessa amostra ofertarem atividades de entretenimento turístico voltadas estritamente para o lazer, o fato de essas utilizarem seus recursos naturais como suporte físico, também pode ser reconhecido como um dos fatores que induz a esse tipo de autoclassificação. Tal constatação ilustra a falta de esclarecimento técnico em relação aos critérios de segmentação turística, acenando ainda para a similitude entre um suposto “Turismo Ecológico” e o Turismo Rural. Quanto a essa situação, Bovo (2004) e Benevides (1999) ressaltam que, apesar de não serem confundidos quanto ao uso da sua terminologia, tais segmentos turísticos são confundidos em relação à estruturação de suas propostas. Ainda não é claro para muitos dos gestores turísticos e proprietários de iniciativas o que difere um segmento do outro, entendimento esse dificultado pelo fato de ambos segmentos estarem vinculados ao contato com a natureza.

Em linhas gerais, também é verificada a falta de incentivo para o desenvolvimento de projetos turísticos voltados para o meio rural nessa Área, e, em especial, para o Turismo Rural. O des-caso com essa atividade se reflete na baixa oferta de iniciativas turísticas identificadas na Área Norte de Minas. E não apenas um número reduzido de estabelecimentos turísticos foi identificado como comprometida com a diversidade de suas propostas de turismo, se comparada essa área com as demais Áreas de Estudos, e, com sua proporção territorial, beleza paisagística, importância e expressão sócio-cultural de seu patrimônio. Parte desse contexto pode ser justificado pelo contemporâneo processo de valorização do meio rural nessa área, visto que, até o final do século XX, essa região foi estigmatizada pela imagem da miséria, inclusive fortemente atrelada à economia de base rural de seus municípios.

Outros condicionantes de caráter econômico que não favorecem a atual prosperidade do Turismo Rural nessa área de estudo são a proliferação da monocultura do eucalipto e a manutenção das áreas de criação de gado em regime extensivo. Ambas as atividades comprometem a diversidade da paisagem rural na área de estudo em questão, um dos principais atrativos para o Turismo Rural. Além disso, tais atividades também são responsáveis pela expressiva degradação ambiental dos recursos naturais e culturais, o que compromete a estruturação de atividades e serviços turísticos pautados nos recursos locais. Como alternativa de desenvolvimento econômico, o que se pode constatar é que tais economias acabam por gerar baixos índices de emprego e renda, tendo em vista os custos de ordem social, ambiental e cultural que as mesmas exigem.

Portanto, a área nortista, assim como verificado, apresenta reduzida oferta turística frente às demais áreas de estudo, o que é justificado, entre outros fatores, pela recente valorização dessa área de estudo para o desenvolvimento de atividades turísticas — com ênfase para as atividades sediadas no meio rural, pelo incipiente processo de valorização da cultura rural nortista, pela ausência de orientações técnicas capazes de estimular a consolidação do Turismo Rural como uma das alternativas sócio-econômicas de desenvolvimento local, pelo conflito do uso do espaço entre atividades sócio-econômicas de caráter insustentável (monocultura do eucalipto e criação extensiva de gado *versus* Atividade Turística) que geram a descaracterização da paisagem e a degradação dos recursos, comprometendo, assim, o potencial turístico dessa área.

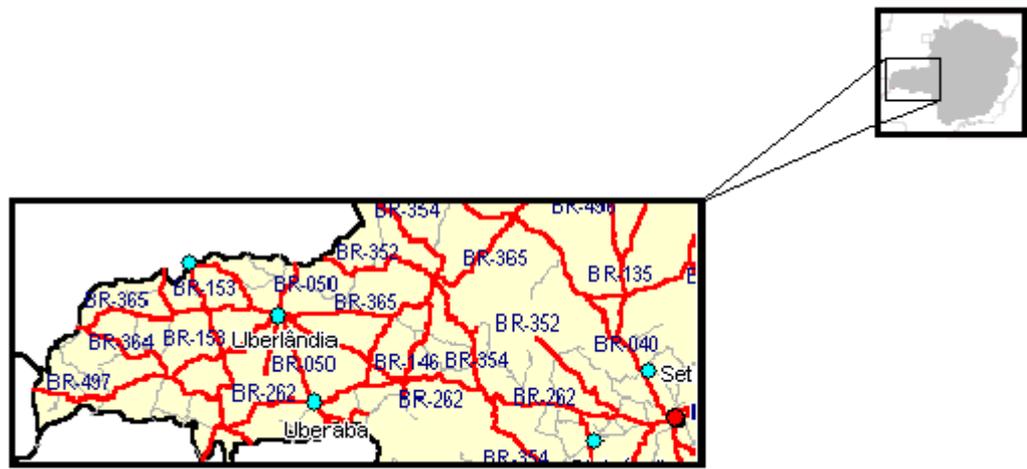
2.3. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Oeste de Minas

A Área de Estudo 02, para efeito desta pesquisa, é composta pelas mesorregiões Noroeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba — TMAP. Essa última mesorregião é dotada de expressivo poderio econômico, condição também influenciada por sua estratégica posição geográfica entre os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal – Brasília. Ou seja: num âmbito geral, como área de intermediação da economia paulista com o Centro-Oeste,

a mesorregião do Triângulo mineiro pôde atrelar-se, dinamicamente, aos impulsos advindos do novo padrão agrícola brasileiro, processo que continua promovendo uma grande reestruturação espacial da agropecuária e da agroindústria, comandada pela lógica da interpenetração de capitais, própria dos Complexos Agro-industriais. Esta histórica inserção complementar à economia paulista imprimiu uma singulari-

dade na estruturação espacial desta atípica região mineira, cujos desdobramentos recentes indicam uma forte tendência à diversificação econômica com peso representativo do setor agroindustrial, do comércio atacadista e dos serviços modernos, muito distintos da típica industrialização da região central mineira (GUIMARÃES, 2004).

Outro fator de ordem natural, além da localização, que enseja as justificativas para a consolidação do crescimento econômico dessa área é sua excelente infra-estrutura de acesso, representada pela cobertura de sua malha viária e presença de três aeroportos – Araxá, Uberlândia e Uberaba.



MAPA 10 - Malha Rodoviária das BRs da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Fonte: www.ambientebrasil.com.br

A princípio, ao considerar o histórico e propensão da atividade agropecuária triangulina, a beleza das paisagens rurais na região do Alto Paranaíba, a intensa presença dos recursos hídricos e sua posição estratégica entre significativos centros econômicos do país, é possível especular que tal Área de Estudo possua uma expressiva oferta de Turismo Rural. O mapa da página 131 apresenta a localização dessa oferta, contribuindo com parte da resposta para essa suposição ao indicar as municipalidades onde este tipo de oferta se faz presente. De acordo com as informações expostas, é verificado que a mesorregião Noroeste possui um baixo índice de ocorrência, contando apenas com o município de Paracatu. Essa porção territorial de Minas, apesar de possuir identidade histórico-cultural com a mesorregião TMAP, por razões vinculadas a sua localização menos estratégica, menor propensão agrícola e economia local pouco expressiva do ponto de vista industrial e da prestação de serviços, o Noroeste apresenta baixos índices de crescimento econômico e é entendido como uma mesorregião menos favorecida do ponto de vista econômico e social; apesar de que os IDH-M dos seus municípios sejam melhores que os da Área de Estudo Norte de Minas frente à realidade do estado.

MAPA 11 - Localização da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas

Assim, o que se pode perceber é que, novamente, o Turismo Rural está atrelado às áreas mais desenvolvidas do ponto de vista sócio-econômico, ainda não representando uma alternativa dessa natureza para as regiões menos favorecidas do estado, assim como propalado no discurso oficial dos documentos de gestão pública⁵⁵ direcionada para a atividade turística no meio rural. Em contraponto, a mesorregião TMAP concentra a maior parte das municipalidades com oferta turística voltada para o Turismo Rural. Outro dado observado no mapa é que a localização de metade da oferta de Turismo Rural, em toda Área de Estudo, coincide com a delimitação municipal, em geral, das cidades que possuem maior expressão populacional e econômica – Uberlândia, Uberaba, Araxá, Patos de Minas e Paracatu.

O processo de desenvolvimento turístico da Área de Estudo 02, como atividade econômica moderna, teve início “na década de 40, quando Araxá se transformou em pólo turístico regional e nacional, com a inauguração do complexo turístico formado pelo Grande Hotel e Balneário⁵⁶ (mais conhecido por termas), que ainda hoje figura como um dos mais belos projetos arquitetônicos do Brasil” (Diagnóstico SEBRAE, 2003). Esse empreendimento turístico possibilitou que o município passasse a ser reconhecido como uma das maiores estâncias hidroclimáticas do Brasil, o que projetou tal mesorregião para todo país. A partir de então, devido ao luxo e imponência das estruturas do complexo do Grande Hotel, Araxá tornou-se palco de eventos para as mais diversas finalidades: política, lazer, cultura, entre outras. De toda essa Área de Estudo, essa estância hidroclimática é uma das poucas cidades que possui o turismo como um dos sustentáculos da sua base econômica.⁵⁷

Durante as análises da oferta turística dessa Área de Estudo será possível verificar como a tradição turística araxense contribuiu para o desenvolvimento do Turismo Rural no próprio município e região.

Antes de dar continuidade à interpretação da geografia do Turismo Rural nessa área, serão apresentados os dados relativos à totalidade da amostra de iniciativas turísticas que a com-

⁵⁵ Alguns exemplos de documentos são: as *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (MTur, 2003), os *Marcos Conceituais – Segmentação do Turismo* (Ministério do Turismo, 2005) e o *Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo Rural em MG* (Emater, 2004).

⁵⁶ A inauguração do complexo do Grande Hotel de Araxá ocorreu precisamente em 1945, segundo informações veiculadas pelo site oficial do município: www.araxa.mg.gov.br

⁵⁷ Apesar de o turismo, a partir da década de 1940, representar uma alternativa econômica para o município, o mesmo passou por um processo de decadência na década de 1990, conseguindo resgatar sua importância como atividade econômica no início do século XXI. De acordo com o estudo do SEBRAE, isso ocorreu porque “o fechamento do Grande Hotel para reforma, em 1994, foi a gota d’água na trajetória de decadência pela qual a cidade passava. Em 2000, com a posse da nova gestão municipal e diante da expectativa da reinauguração do Grande Hotel, o desafio era criar um ambiente adequado à expansão do turismo como alternativa para incrementar a economia e gerar ocupação e renda para a população local”.

õem. Essa apresentação tem como finalidade subsidiar com informações as próximas inter-relações a serem tecidas entre tal universo turístico e sua configuração espacial.

Apresentação Geral da Amostra de Iniciativas Turísticas na Área Oeste de Minas

Tratando-se desse segmento, a Área de Estudo 02 conta, na totalidade, com 56 estabelecimentos considerados de Turismo Rural, distribuídos por 11 municípios. Esse número de estabelecimentos representa, aproximadamente, 10% da amostra total de iniciativas turísticas que compõem este estudo (ver gráfico 08). Em vista das características sócio-econômicas e culturais que marcam essa Área de Estudo, tal número de iniciativas pode ser considerado uma discreta oferta de Turismo Rural. Um dado que auxilia a interpretação dessa realidade é o descritivo comercial das iniciativas; dado esse que apontará qual o tipo de leitura turística é realizada sobre as dinâmicas e potencialidades dessa oferta na Área do Oeste de Minas. Devido ao fato da maioria dos estabelecimentos divulgados possuírem sua respectiva descrição comercial (Iniciativas Qualificadas), a caracterização do Turismo Rural nessa área de estudo é privilegiada em informações.

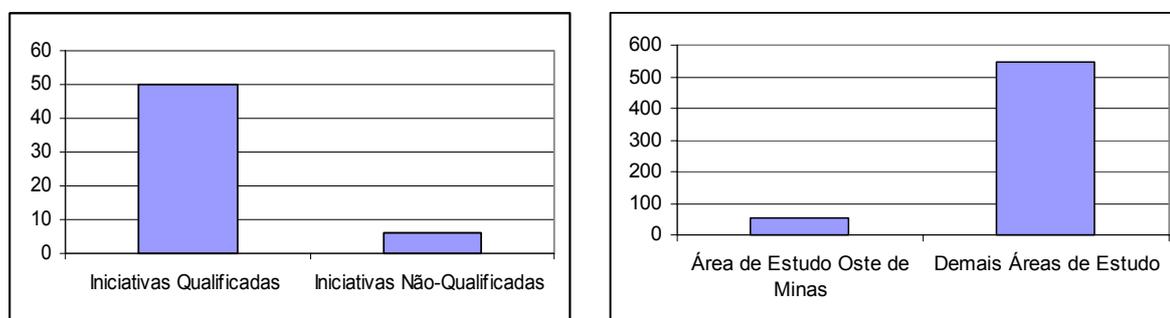


GRÁFICO 08 – Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo

Rural na Área Oeste de Minas

Amostra: 56 Iniciativas Turísticas

De acordo com os critérios de classificação da oferta turística, para fins desta investigação, uma das estratégias adotadas para a análise do perfil dos estabelecimentos de Turismo Rural é a decomposição dessa amostra de iniciativas por tipos de serviços turísticos. Assim sendo, o gráfico 08 demonstra que, em linhas gerais, a oferta turística da amostra Oeste é equilibrada em relação à distribuição desses estabelecimentos entre as sete categorias de combinação de serviços turísticos.⁵⁸ Tal dado aponta que essa amostra é menos convencional que a Área de

⁵⁸ Assim como citado na Introdução deste trabalho (vide Trajetória da Pesquisa), as sete categorias de serviços turísticos concebidas para fins dessa pesquisa são: 1. Alimentação (AL); 2. Hospedagem (H); 3. Atividades de

Estudo Norte de Minas, uma vez que existe maior diversidade de serviços ofertados e menor concentração dos percentuais relativos às categorias de serviços “H/AL/AT”, “H”, “AL” e “H/AL”. O agrupamento de estabelecimentos apenas nessas categorias, exceto a “H/AL/AT”, indicaria a prestação dos serviços básicos da atividade turística — hospedagem e alimentação.

Porém, ao somar as colunas que dizem respeito às categorias de serviços turísticos que não ofertam atividades de entretenimento turístico, essa amostra acusa um índice de 50% de iniciativas que não disponibilizam essa oportunidade a seus turistas, dado esse já criticado em relação ao perfil da amostra da Área Norte de Minas. Recapitulando, ao tratar de uma oferta turística relacionada ao segmento do Turismo Rural, é possível ponderar a exigência da oferta de atividades de entretenimento turístico em meio a tais propostas. Tal observação não implica que essa opção de prestação de serviço turístico tenha que ser ofertada por todos os estabelecimentos, situação essa que faria recair sobre a tendência de concentração dos três tipos de serviços. Essa ponderação caminharia no sentido de avaliar que as iniciativas turísticas trabalhassem com a possibilidade de vivências de valorização da cultura rural, de base local, combinando diversos tipos de prestação de serviços entre si — formação de redes e/ou rotas de oferta turística.

Outra informação quanto a essa amostra é o expressivo índice de serviços relativos à oferta específica de Atividades de Entretenimento Turístico – “AT” e de Alimentação/Atividades de Entretenimento – “AL/AT”.

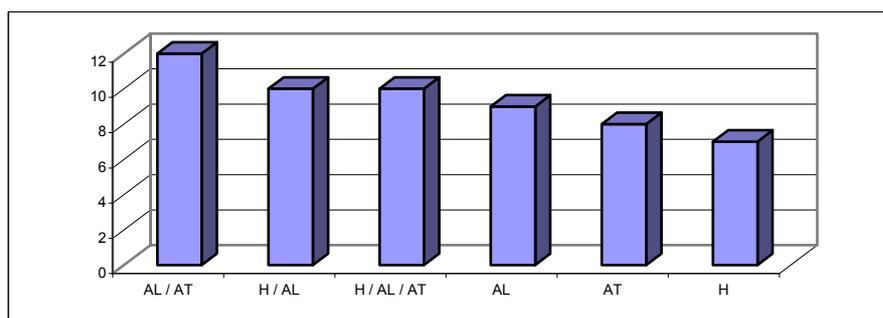


GRÁFICO 09 – Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Oeste de Minas

Amostra: 56 Iniciativas de Turismo Rural

A presença desses serviços favorece a estruturação de roteiros e circuitos turísticos, permitindo que os estabelecimentos que trabalham com serviços de hospedagem diversifiquem a própria oferta turística ao combinar seus serviços com a proposta dessas iniciativas. Ainda que

Entretenimento Turístico (AT); 4. Alimentação e Hospedagem (AL/H); 5. Alimentação e Atividades de Entretenimento Turístico (AL/AT); 6. Hospedagem e Atividades de Entretenimento Turístico (H/AT); 7. Hospedagem, Alimentação e Atividades de Entretenimento Turístico (H/AL/AT).

não haja a combinação de serviços entre esses estabelecimentos, o fato de uma amostra de iniciativas turísticas apresentar significativo índice de estabelecimentos com oferta de atividades dessa natureza já representa certa evolução frente aos demais contextos de turismo convencional. Um dos fatores que justifica a evolução do perfil da oferta turística em questão é a presença de uma associação de turismo sediada em Araxá e também atuante na região — a Associação Cerrado dos Arachás. Além da mesma, a região ainda conta com o trabalho encampado pelo Programa Empreender (que mantém o Núcleo Setorial de Turismo Rural do SEBRAE), a Associação do Circuito da Canastra e a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. Ou seja: a presença e atuação integrada das institucionalidades contribuem para o que pode ser descrito como o “amadurecimento” dessa oferta turística. Tal fenômeno pode ser apreciado, também, no detalhamento dos tipos de serviços turísticos da Área Oeste:

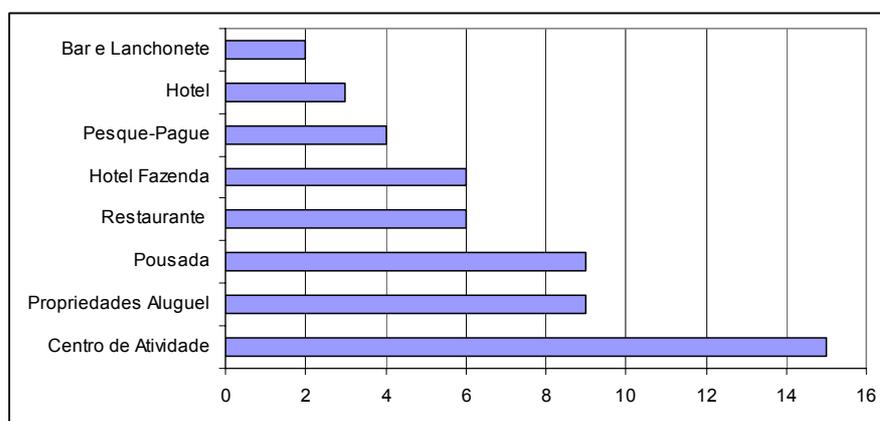


GRÁFICO 10 – Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Oeste de Minas

Amostra: 56 Iniciativas de Turismo Rural

Em relação à área de estudo anterior — Norte de Minas, os estabelecimentos que se sobressaíram quantitativamente foram as pousadas e os hotéis-fazenda. Em contrapartida, assim como pode ser observado no gráfico 10 e no mapa da página 136, nesta área as iniciativas turísticas que se destacam são os Centros de Atividade e as Propriedades de Aluguel. A expressividade do percentual de propriedades de aluguel é garantida, também, em função da quantidade de ranchos e sítios (9 estabelecimentos) que são alugados para pescaria na região de Tupaciguara, Patrocínio e Uberlândia. Os restaurantes também assumem uma posição de visibilidade devido à estruturação de propostas sediadas em sítios que combinam os serviços de entretenimento e de alimentação, simultaneamente.

MAPA 12 - Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas

Quanto à oferta de atividades turísticas, ao contrário do evidenciado na área nortista, a atividade de entretenimento predominante é a pescaria. A abundância de recursos hídricos nessa região e a valorização atribuída à presença dos mesmos constituem parte dos motivos que explicam essa constatação. Segundo a revista *Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar*⁵⁹ — Ministério do Desenvolvimento Agrário, MTur e Rede TRAF, o roteiro turístico *Rota do Tucunaré* (ver a localização dessa rota na reprodução da reportagem na próxima página 138) é um dos destinos mais importantes na região. A Rota do Tucunaré é conhecida nacionalmente pelos amantes da pesca esportiva e é composta pelos municípios de Tupaciguara, Monte Alegre de Minas e Uberlândia. Essas cidades se localizam às margens do lago de Furnas III, chamado pela população local de lago de Tupaciguara, que é considerado um dos dez maiores lagos artificiais do mundo. A Rota do Tucunaré, enquanto produto turístico, representou o Circuito Turístico Triângulo Mineiro no Salão do Turismo da EMBRATUR/MTur de 2005, no estado de São Paulo.

Porém, apesar de a pesca esportiva assumir tal representatividade frente a esse elenco de atividades, o “passeio a cavalo” ainda é uma tradição entre a oferta de lazer das propriedades turísticas, também nessa área. Apesar de tais atividades de entretenimento possibilitar o contato com a natureza, da forma como essas são divulgadas nos descritivos comerciais das iniciativas turísticas, é possível concluir que as mesmas estão voltadas, em sua maioria, para a valorização do lazer.

Essa verificação tem como embasamento o fato de essas iniciativas, em sua maioria, não mencionarem declarada relação entre essas atividades e a valorização da dimensão ecológica dos recursos naturais. E, dessa forma, novamente, o que se observa é que a natureza é colocada como o pano de fundo para essas atividades, onde ela é privilegiada ora como uma atração (atividades voltadas para a dimensão ecológica), ora como mero suporte físico (atividades voltadas para o lazer). Além dessas informações, outra observação que decorre com relação a esse quesito é a harmonia entre a expressão de iniciativas dessa amostra que não ofertam atividades de entretenimento turístico e a baixa frequência notada dessas atividades em relação à totalidade dessa amostra — 56 estabelecimentos. Apesar de ofertar 21 tipos diferentes de atividades de entretenimento, a frequência dessas é muito baixa.

⁵⁹ Material institucional, de cunho promocional, lançado durante o Salão do Turismo em São Paulo, no ano de 2006. *Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar* - Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Reportagem da Revista Panorama do Turismo Rural e da Agricultura Familiar

– REDE TRAF

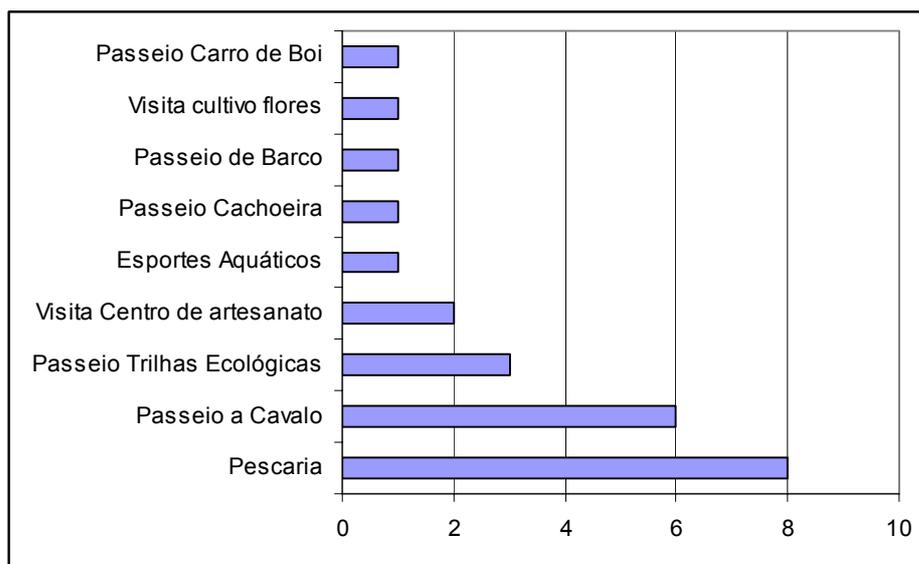


GRÁFICO 11 – Atividades de Entretenimento Turístico ofertada pelas Iniciativas de Turismo Rural na Área Oeste de Minas

Amostra: 36 Ocorrências de Oferta de Atividades Turísticas

Inclusive em relação às atividades de entretenimento que, dependendo da forma como são programadas, melhor poderiam caracterizar uma oferta de Turismo Rural, essas também apresentam inexpressivo apelo turístico no universo total em questão. Dos 33 estabelecimentos que ofertam alguma atividade de entretenimento, apenas 14 disponibilizam algum desses tipos de vivência ao turista. O quadro 07 elenca essas atividades e as respectivas frequências:

QUADRO 07

Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para o Turismo Rural na Área Oeste de Minas

Atividades de Entretenimento Turístico	Frequência
Visita Centro de artesanato	2
Visita cultivo flores	1
Passeio Carro de Boi	1
Ordenhar vacas	1
Visitar fabricação de queijos	1
Visitar produção de rapadura	1
Conhecer o História Familiar	1
Forró	1
Degustação garapa / cachaça	1
Visitar produção cachaça	1
Visitar exposições	1
Visita Guiada ao Museu	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

Em relação à baixa frequência de atividades desse caráter em meio às divulgadas ofertas de Turismo Rural, Solsona (1999) esclarece, de acordo com o contexto do Turismo no Espaço Rural espanhol, que

se ha puesto de manifiesto que en algunos casos el hecho de pasar las vacaciones en el campo tiene que ver con otras consideraciones, como la proximidad al domicilio habitual o el precio del alojamiento, razones que, si no van unidas a alguna motivación de las anteriormente señaladas en relación al ámbito rural, implicarían la existencia de un turista de alojamiento rural que poco tiene que ver con un turismo de naturaleza, integrado en el ámbito rural, respetuoso con el medio ambiente y favorecedor del intercambio entre la cultura urbana y la rural, aspectos todos ellos que constituyen algunos de los objetivos iniciales buscados por esta tipología de turismo. Por ello, es importante estudiar las motivaciones que originan el viaje al medio rural con objeto de identificar diferentes tipologías de turistas rurales (SOLSONA, 1999).

Dessa maneira, fica exposta a necessidade de mais investigações científicas no sentido de identificar as motivações dos turistas em relação ao espaço rural e ao Turismo Rural. Efetivamente, existirá expressiva demanda turística, no contexto mineiro, pelas atividades de Turismo Rural? Essa questão é de suma importância para o norteamento da estruturação de programas, seja com finalidades mercadológicas, seja visando objetivos comuns ao estabelecimento de políticas públicas. A seguir, as informações a respeito dos Eixos e Áreas Turísticas dessa oferta dão continuidade às reflexões sobre o entendimento da dinâmica do que vem intitulado como Turismo Rural na Área Oeste de Minas.

Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Oeste de Minas

O mapa de População Rural e Concentração da oferta turística a respeito dessa amostra, apresentado na página 142, contribui para o entendimento das peculiaridades que a circunscrevem. De acordo com as informações desse mapa, é perceptível que a distribuição da oferta ocorre de forma irregular, sendo que os municípios com maior índice de oferta estão concentrados na mesorregião do TMAP. Assim, apesar de Paracatu, município da mesorregião Noroeste, apresentar uma expressiva concentração de iniciativas, tal porção territorial do estado conta com apenas uma municipalidade. Na mesorregião TMAP, os municípios que ofertam maior concentração de atividades voltadas para o Turismo Rural são Araxá e Uberaba, destinos turísti-

cos com destaque na economia regional, combinado ao fato de serem uma das municipalidades mais populosas.

Ou seja: tais centros econômicos acabam por representar um público consumidor em potencial para as atividades de Turismo Rural. O município de Araxá, também por se tratar de um tradicional destino turístico, vivenciou a evolução do perfil da demanda turística e, com isso, o município apresenta melhores condições para a estruturação da sua oferta turística, o que se reflete em sua concentração. Além dessa constatação, o fato de a cidade ter sediado o 6º Fórum de Turismo Rural,⁶⁰ em 2004, e possuir uma associação voltada para esses fins, são condições que contribuem para que tanto os empreendedores do ramo, como os gestores públicos, se valham de informações e discussões contemporâneas sobre as tendências do turismo no espaço rural mineiro. Inclusive, desse fórum resultou a “Carta de Araxá”, um dos documentos de referência para o desenvolvimento sustentável do Turismo Rural no estado de Minas Gerais.

A cidade também é servida por dois vôos diários para Belo Horizonte e viu o turismo renascer após a reinauguração de seu principal cartão postal, o Grande Hotel, em 2001. O complexo, que representa um patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico, é o maior hotel da América Latina em área construída, com 33 mil metros quadrados, além dos 17 mil metros quadrados das termas. O fluxo anual de hóspedes varia entre 30 mil e 50 mil. A cidade, que tem aproximadamente 84.000 mil habitantes, recebeu, em 2004, 105 mil visitantes; número esse que foi quintuplicado desde o ano de 2000 devido à consolidação do Turismo de Eventos. Outra cidade que tem seu movimento turístico baseado nos eventos é a cidade de Patos de Minas, com a realização da Festa Nacional do Milho, que, em 2006, teve um público estimado de 350.000 visitantes.

Uma das principais iniciativas para a consolidação do turismo em Araxá e na região do Alto Paranaíba foi à criação da Associação de Turismo Rural, Ecológico e de Aventura de Araxá e Região, denominada *Associação de Turismo Cerrado dos Arachás*, em 2002, o que vem pos-

⁶⁰ Único evento de porte estadual voltado para o Turismo Rural. Nessa edição, o fórum foi promovido pela Associação Mineira das Empresas de Turismo Rural (AMETUR), com apoio da Secretaria de Estado de Turismo e do SEBRAE-MG, reunindo personalidades nacionais e internacionais que mostraram novas oportunidades de negócios aos empreendedores já estabelecidos e para aqueles que procuravam incrementar suas atividades.

sibilitando a diversificação da oferta turística. Essa iniciativa conta com o apoio da ACIA — Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá, do Programa Empreender — Núcleo Setorial de Turismo Rural/SEBRAE, a Associação do Circuito da Canastra e Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer de Araxá. Inicialmente, a

MAPA 13 - População Rural da Oferta de Turismo Rural na Área Oeste de Minas

proposta da associação era trabalhar apenas com o foco no Turismo Rural. Entretanto, era observado, entre os associados, que a maioria trabalhava com outras atividades de turismo além do Rural. Assim, a presidente dessa associação, Sra. Dalva Lima, decidiu, em conjunto com os demais proprietários, ampliar o horizonte de atuação da associação, o que veio a fortalecer sua representatividade.

Atualmente, o crescimento dos maiores segmentos turísticos, em parte dessa Área de Estudo, é estreitamente vinculado à sua dinâmica econômica empresarial. De acordo com as informações veiculadas por meios de comunicação oficiais — portais eletrônicos dos municípios, agência de notícia do governo estadual de Minas Gerais e, também, por revistas de mercado, os segmentos turísticos de maior destaque na macrorregião do Triângulo Mineiro são o Turismo de Negócios e Eventos. Assim como referido na abordagem dos aspectos do atual cenário econômico triangulino, a presença de empresas e indústrias na região de Uberlândia e Uberaba, somada ao bom acesso rodoviário e posição estratégica que essa macrorregião possui em relação aos estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, proporcionou um ambiente favorável à consolidação desses segmentos turísticos. O comércio atacadista, a ampla rede de prestadores de serviços, combinados às atividades industriais, movimentam um significativo fluxo de profissionais responsáveis pela demanda turística.

Ainda em relação à concentração da oferta turística na região de Araxá, o Circuito da Canastra (criado pela Secretaria de Estado de Turismo), iniciativa da qual essa municipalidade também faz parte, possui municípios em evidência com uma outra medida para promoção do tu-

rismo nessa região, denominada “Roteiro Turístico Caminhos da Canastra”. Essa última ação é de responsabilidade do Ministério do Turismo, que, através do Programa Regionalização do Turismo, identificou 87 roteiros turísticos prioritários no país que contemplam 116 regiões turísticas e 474 municípios, com o intuito de investir na consolidação efetiva desses destinos turísticos. Segundo dados da Revista Fator Brasil⁶¹

em Minas Gerais, três roteiros terão prioridade, entre eles o Circuito da Serra da Canastra, o roteiro Serra do Cipó/Diamantes e o Caminhos Reais nas Grutas e Cidades Históricas. O maior volume de recursos, no entanto, deverá beneficiar o ‘Caminhos da Canastra’, que congrega os municípios de Araxá (São João da Serra da Canastra), Tapira, Sacramento (Desemboque) e São Roque de Minas. São diversas obras de infra-estrutura básica e turística para essa região, entre elas: pavimentação da BR-146 (trecho de Tapira a São João Batista do Glória) e da estrada parque Serra da Canastra; obras de saneamento básico nos distritos de São João Batista do Glória e Sacramento; a criação de trecho de ferrovia para tráfego de trem turístico para passageiros entre Araxá e o distrito de Itaipu; construção de Centro de Informações Turísticas e de um portal de entrada para a região do Circuito da Canastra e dos portais nas cidades de Sacramento, Araxá e Tapira; reforma e implantação de melhorias no centro de eventos Expominas-Araxá; estruturação dos atrativos do Parque Nacional da Serra da Canastra envolvendo os cinco municípios (Sacramento, São Roque de Minas, Tapira, São João Batista do Glória e Delfinópolis) com área no parque e recuperação da Gruta dos Palhares, em Sacramento.

Ou seja, o município de Araxá e sua região de entorno vêm recebendo atenção e investimentos públicos voltados para a consolidação da atividade turística. A existência de instituições locais e regionais voltadas para esse interesse, combinada com injeção de recursos públicos, vem garantindo a prosperidade e revitalização do turismo araxense.

Já o município de Uberaba tem recebido um número expressivo de visitantes e turistas que o procuram com objetivos diversos: a Expozebu, maior exposição de gado zebu do mundo,⁶² realizada anualmente, atraindo milhares de pessoas de várias partes do país e do exterior; o turismo religioso, impulsionado por Chico Xavier, grande líder espírita do Brasil; o Sítio Paleontológico de Pirinópolis. No guia de Turismo Rural da AMETUR, edição 2006, esse é o município que possui o maior número de iniciativas divulgadas. As quatro iniciativas dizem respeito a um Engenho (visita ao Alambique), uma associação de produtoras rurais, um hotel-fazenda e ao Museu do gado Zebu. Entre essas iniciativas, a proposta que apresenta uma relação orgânica com o meio onde está sediada é a AMUR – Associação das Mulheres Rurais de Uberaba. Essa associação possibilita que seus visitantes, caso desejem, possam vir a conhecer a casa das artesãs. O contato com a comunidade local onde as residências estão localizadas é

⁶¹ Revista eletrônica disponível pelo site [www.revistafatorbrasil](http://www.revistafatorbrasil.com.br), acessada em 03/05/2006.

⁶² Dado extraído do site oficial da Prefeitura de Uberaba – www.uberaba.mg.gov.br, acessado em 12/11/06.

uma oportunidade de conhecer melhor a cultura rural de base local. Tupaciguara e Patrocínio são as outras municipalidades que apresentam ofertas expressivas frente à realidade dessa amostra. Neste caso, ambas as ofertas, assim como já referido, estão voltadas para a atividade da pesca esportiva, sendo que a região é considerada um dos melhores destinos turísticos para a pesca do peixe Tucunaré. Dos 11 estabelecimentos que compõem a oferta dessas municipalidades, 8 são propriedades de aluguel voltadas para a pesca.

O mapa de concentração turística também apresenta a relação dessa oferta com sua respectiva expressão quantitativa de população rural. De acordo com as informações expostas no mapa, todos os municípios que ofertam atividades turísticas apresentam uma baixa concentração de população rural — menor que 40% dos residentes. Na visão de Pessôa (1982), parte do contexto que explica as condições do êxodo rural nessa Área de Estudo tem relação com o seguinte contexto:

a inserção da agricultura uberlandense em um novo padrão agrícola, resultando em um desenvolvimento econômico do espaço rural, através da adoção de tecnologia e, conseqüentemente, da modernização agrícola, não resultou necessariamente em um desenvolvimento rural. Os benefícios dessa modernização agrícola como insumos, máquinas e créditos só foram alcançados pelos produtores rurais que tinham acesso a crédito ou possuíam bens. Os pequenos proprietários, os trabalhadores rurais, os arrendatários e parceiros não tiveram acesso a esses bens e, diante das precárias condições de trabalho e da baixa renda que obtinham, muitos desistiram da atividade rural e acabaram vendendo suas propriedades para os empresários rurais, contribuindo para a concentração de terras no município e inchaço das cidades. Houve, portanto, uma acentuação dos desequilíbrios internos na organização do espaço rural e ainda falta muito a ser feito para proporcionar melhores condições de vida, saúde e educação aos habitantes do espaço rural do município.

Dessa forma, é possível entender, parcialmente, porque as propostas divulgadas como Turismo Rural, sediadas na mesorregião TMAP, possuem uma relação menos orgânica com o espaço onde estão sediadas. A aquisição das terras por empresários de fora dificulta a estruturação de propostas que possuam maior vínculo com a cultura rural de base local. Além disso, a concentração de grandes extensões de terra também altera as relações sócio-produtivas que caracterizam o espaço rural e acabam por não favorecer esta atividade turística, uma vez que, nessa região, o destino desses latifúndios são as paisagens monótonas recriadas pela cultura do agronegócio. Essas características de organização do meio rural nessa Área de Estudo acabam por se refletir na localização da oferta turística. Dada a falta de vocação sócio-cultural de parte dos espaços rurais, uma parte significativa dos empreendimentos se localiza a margem das rodovias. Evidentemente que essa estatística também está atrelada à excelente malha rodoviária que recobre a região e à localização estratégica dessa área em relação aos grandes centros

econômicos. Apenas a BR262, na altura do município de Araxá, concentra 6 estabelecimentos turísticos.

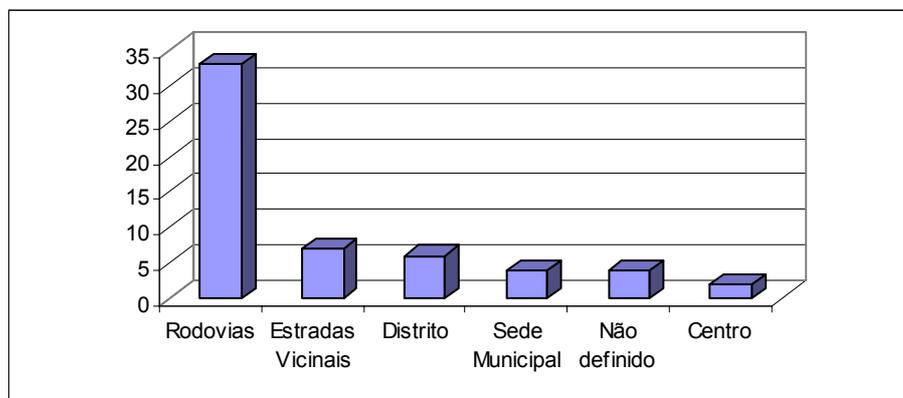


GRÁFICO 12 – Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Oeste de Minas
Amostra: 56 iniciativas turísticas

Entretanto, os comentários anteriores procedem, visto que na região do Triângulo Mineiro não há iniciativas localizadas junto a povoados ou distritos rurais, ao passo que todas, ainda que poucas, as iniciativas desse gênero estão localizadas em Araxá e Tapira.

Colocado parte do panorama de aspectos gerais que caracterizam as atuais ações de caráter público e privado voltado para o turismo em relação a essa Área de Estudo, é possível observar que o conjunto de municípios que a compõe apresenta vocação turística para o desenvolvimento de vários tipos de turismo — de Eventos e Negócios, Ecológico, de Pesca Esportiva, Rural. Ao verificar o conjunto de descritivos das iniciativas turísticas e sua respectiva configuração espacial, é possível identificar que, na porção Oeste de Minas, estão sediadas três Áreas Turísticas e um Eixo. O mapa da página 147 expõe essa informação e possibilita o apontamento de algumas observações a esse respeito.

Assim como pode ser observado, o único eixo existente nessa área é estruturado em função das represas de Tupaciguara e Patrocínio, possuindo seu foco de atuação voltado para a oferta de atividades de entretenimento turístico que valorizam o lazer. A pesca esportiva é a atividade que justifica o fluxo turístico nesse eixo. A Área Turística Noroeste também tem o foco da sua proposta turística voltada para o lazer. É notório que, em geral, as ofertas que se estruturam em função da presença de rodovias de expressivo fluxo turístico tenham sua proposta de trabalho voltada para essa dimensão de entretenimento. No caso da oferta desse eixo, quatro dos seis estabelecimentos estão localizados a margem das rodovias MG188 e BR354. Via de

regra, é observado, de acordo com a amostra de estabelecimentos levantados para esta pesquisa, que as iniciativas turísticas localizadas nas rodovias têm uma atuação pontual e não se inter-relacionam com as comunidades do seu entorno. No caso dos estabelecimentos de Paracatu, um deles, o Hotel Fazenda Traíras, oferta os três tipos de serviços e não desenvolve atividades fora da propriedade. Os demais estabelecimentos trabalham apenas com a oferta de serviços voltados para a alimentação, não disponibilizando, assim, alternativas de entretenimento aos turistas, o que confirma as afirmações quanto às ofertas que se estruturam em função do movimento turístico das rodovias.

Em relação às outras Áreas Turísticas – Arachás e Agronegócio – ambas reservam diferenças entre a proposta turística do seu conjunto de iniciativas. A oferta da área dos Arachás indica a porção territorial de maior potencial turístico para o desenvolvimento de atividades voltadas para o Turismo Rural nessa área de estudo, devido aos motivos expostos até esse momento.

MAPA 14 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Oeste de Minas

Tais características favoreceram a presença de uma oferta de estabelecimentos que possuem o foco de atuação voltado para a valorização do modo de vida rural e do apelo ecológico. Entretanto, quanto às atividades vinculadas à valorização da cultura rural, ainda é identificado que existe um déficit nessa oferta turística de atividades que sejam desenvolvidas junto ao entorno das propriedades. A estruturação das atividades ainda valoriza o patrimônio particular das propriedades rurais e não ofertam, de forma programada, oportunidades de interação sócio-cultural com as comunidades de base local em seu entorno.

A Área Turística do Agronegócio recebeu essa denominação pela forte influência dessa economia na área em questão — Uberlândia e Uberaba — e pelo caráter de valorização dessa cultura rural presente na estruturação das propostas de entretenimento turístico ofertadas. Entre essas propostas, figuram visita a um alambique de fabricação de cachaça em moldes industrializados — Engenho Santa Fé — e visita ao Museu do gado Zebu, que também valoriza tal conotação da face rural. O estabelecimento que se destaca entre essas propostas em tal área turística é a AMUR, uma vez que possibilita o reconhecimento das comunidades onde as artesãs produzem os artefatos. Porém, essa atividade é uma possibilidade e não um conceito de visita ao centro de artesanato.

Mesmo porque esse centro se encontra na sede municipal de Uberaba e apenas os visitantes que façam questão poderão se deslocar até a zona rural com o intuito de ter contato com a cultura local. As demais iniciativas que fazem parte dessa amostra dizem respeito aos estabelecimentos que trabalham com serviços de hospedagem, e alguns — no caso os hotéis-fazenda — com atividades de entretenimento voltadas para o lazer e o contato com a natureza. Quanto às práticas voltadas para o apelo ecológico, essas em geral são denominadas comercialmente como “Ecoturismo”. Porém, o tipo de contato com a natureza, divulgado pelos sites dos municípios, a título de Turismo Ecológico, se aproxima melhor das propostas de lazer em um ambiente menos antropizado. Tal consideração é embasada pela constatação de que os elementos ressaltados quanto a essa oferta são o apelo estético dos recursos hidrológicos e suas potencialidades de lazer. As informações sobre o meio visitado são pouco divulgadas no contexto de ofertas de atividades relacionadas a esse segmento turístico.

Desse modo, a Área Turística do Agronegócio pode ser entendida como uma extensão territorial menos propensa ao desenvolvimento da oferta de Turismo Rural, apesar de apresentar atividades que tenham como foco a valorização de alguns aspectos ligados à cultura rural. O que foi evidenciado em relação a essa área aponta para uma tendência que, possivelmente, venha a se repetir em relação ao universo total de iniciativas analisadas nesta pesquisa: a predominância das atividades de entretenimento turístico voltadas para o Turismo Rural em detrimento da representatividade de estabelecimentos turísticos que atendam aos princípios desse segmento.

Para não Concluir...

Findas as considerações sobre os eixos e áreas reconhecidos no Oeste de Minas para fins desta pesquisa, é possível verificar que as impressões de gabinete extraídas apontam as distintas características dessa oferta em relação às demais áreas de estudo.

Entretanto, a inviabilidade do trabalho de campo para essa área limitou que outras impressões pudessem ser extraídas a respeito da mesma. Contudo, é possível destacar que a característica marcante dessa amostra de iniciativas turísticas é a evolução do seu processo de diversificação de serviços turísticos.

De acordo com os dados analisados, o universo de estabelecimentos do Oeste de Minas apresenta discreta concentração dos três tipos de serviços turísticos — H/AL/AT (18% da amostra) e expressiva presença de iniciativas que ofertam propostas de entretenimento turístico, de forma isolada ou combinada. Tal constatação é justificada pela presença de instituições — SEBRAE/Prefeitura Municipal/Associação Cerrado dos Arachás, de caráter público e privado, que, ao trabalharem em parceria, favorecem a formatação de novos produtos turísticos e influenciam a forma de organização da oferta turística na região de Araxá.

Até o momento nessa área, foi a única ocorrência de um roteiro rural de propriedades e de constatação de uma associação voltada com o foco para o Turismo Rural. A Área Turística dos Arachás é responsável pela dimensão inovadora que o Oeste de Minas apresenta. Ainda neste sentido, a tabela abaixo também demonstra que existe uma diversidade de atividades de

entretenimento turístico dedicada à valorização de aspectos ligados ao meio rural, ainda que a frequência dessas seja de pouca expressividade.

QUADRO 08

Atividades de Entretenimento Turístico na Área Oeste de Minas

Atividades de Entretenimento	Frequência
Visita ao centro de artesanato	2
Visita ao cultivo de flores	1
Passeio de carro de boi	1
Visita à fabricação de queijo	1
Visita à produção de rapadura	1
Conhecer a história da família	1
Visitar produção de cachaça	1
Visita guiada ao museu	1
Roda de viola	1
Conhecer a casa das artesãs	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa.

Entretanto, se é possível apontar tais peculiaridades em relação a tal recorte espacial, um dado sobre essa oferta turística que ainda denuncia a demanda da intensificação das orientações técnicas quanto a sua estruturação voltada para o Turismo Rural, são as estatísticas relativas à estruturação de atividades de entretenimento turístico no entorno autóctone dos estabelecimentos. Das 56 iniciativas, apenas 02 estabelecimentos turísticos disponibilizam atividades desse caráter. O quadro a seguir apresenta as atividades e a frequência com que as mesmas são disponibilizadas.

QUADRO 09

Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas no Entorno Autóctone de algumas iniciativas na Área de Estudo Oeste de Minas

Tipos de Atividades	Frequência
Pescaria Represa Nova Ponte	1
Visita à casa de artesãs	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

Os estabelecimentos responsáveis por essas atividades são uma Pousada em Patrocínio — que oferta a atividade de pescaria — e a Associação de Mulheres Rurais de Uberaba e Região — que possibilita ao visitante conhecer a casa das artesãs da associação, local onde as mesmas desenvolvem um dos seus ofícios. Esse dado acusa a baixa inserção sócio-cultural dessas propostas de turismo em relação a seu respectivo meio comunitário. Frente às inúmeras possibilidades de estruturação de atividades com o aproveitamento dos recursos locais que envolvam o entorno das comunidades onde parte desses estabelecimentos está sediada, a diversidade e frequência dessas opções de entretenimento constituem um dado alarmante.

Parte das justificativas que ensejam as razões pelas quais se dá esse tipo de constatação é o fator de localização da maioria dessas iniciativas turísticas. Aproximadamente 53% dessa oferta turística (33 estabelecimentos) estão localizadas às margens das rodovias – BRs e MGs. Assim como observado na Área de Estudo Norte de Minas, os eixos de oferta turística estruturados em função de rodovias têm se voltado para propostas com foco específico para o lazer. Em função de se estruturarem pela presença das rodovias MG188 e BR040, as iniciativas turísticas de Paracatu, num primeiro olhar, também trabalham voltadas para o lazer ou apenas funcionam como apoio turístico dos serviços de alimentação e hospedagem. Dessa maneira, é observado, numa primeira instância (impressões de gabinete), que esses estabelecimentos são desenraizados, desprovidos de inserção sócio-cultural e ambiental em relação ao meio onde se encontram.

A onipresença da cultura do agronegócio e a desvalorização da cultura rural de base local também podem ser apontadas como condicionantes das características que influenciam a formação dessa oferta turística. Principalmente a macrorregião do Triângulo Mineiro, assim como descrito no início da caracterização dessa área, é uma região onde há supervalorização dos processos de industrialização da agricultura; as atividades de natureza industrial e de prestação de serviço tomaram a face econômica dessa região, imprimindo novos valores sócio-culturais. De acordo com Pêsoa (1982), o padrão de tecnologia dos complexos agroindustriais alterara, substancialmente, as relações campo-cidade nessa região. Um estudo que vem a corroborar essa constatação é o de autoria do professor Roosevelt Santos, professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que desenvolve trabalhos na área da Geografia

Cultural e sua interface com a atividade turística. De acordo com Santos e Botelho (2002),⁶³ em pesquisa desenvolvida sobre a potencialidade turística das festas religiosas populares de Uberlândia, apenas o Congado da cidade atrai aproximadamente 2 mil pessoas no mesmo dia. Os autores da pesquisa salientaram os conflitos de ordem sócio-cultural ocorridos em torno desse tipo de manifestação, que tem como seus precursores a população vinda da zona rural. A falta de entendimento dos urbelandenses sobre o significado dos rituais e simbolismo dessa festa acaba por provocar a falta de tolerância em relação à mesma. A título de referência, apenas nessa cidade foram mapeados 14 grupos de Ternos de Congado. Dessa forma, a cultura rural, de base local, é relegada pelos cidadãos urbelandenses, o que não estimula a formatação de produtos turísticos voltados para esse mote.

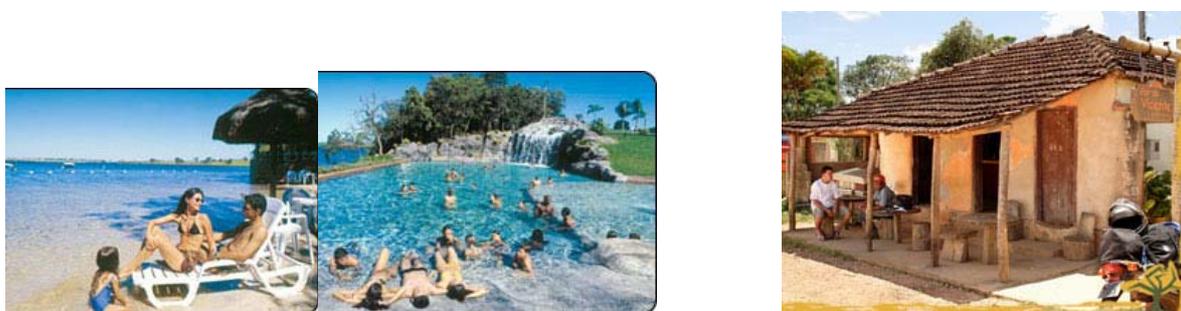
Outros fatores que mostram a menor disposição dessa porção para o Turismo Rural são a expressiva extensão territorial de grande parte dos municípios e a representatividade da população rural, tornando a região menos propícia ao desenvolvimento de atividades dessa natureza. Assim, observou-se que o Eixo e a Área Turística dessa macrorregião são voltados para as dimensões do lazer, do ecológico e da aventura. Já a macrorregião do Alto Paranaíba é mais propensa ao desenvolvimento de atividades voltadas para o Turismo Rural e Ecológico devido à menor influência da cultura do agronegócio, ao apelo de paisagens rurais de algumas municipalidades e à articulação presente nas bases institucionais de base local. A proximidade ao Parque Nacional da Serra da Canastra também é um fator que condiciona a captação de fluxos de visitantes que se interessam por essa atividade, impulsionando a demanda regional de turistas. Essas características se refletem na proposta identificada na Área Turística dos Arachás, recorte espacial identificado com atividades focadas para a valorização dos aspectos ecológicos e da cultura rural.

Em relação à totalidade da oferta turística levantada nessa área, verificou-se que os elementos que incidem quanto à presença da mesma são: os grandes centros econômicos, Uberaba e Uberlândia, a represa de Tupaciguara, o Parque Nacional da Canastra, o apelo turístico da cidade de Araxá e o fluxo das rodovias MG188 e BR040.

⁶³ ROSSELVELT, José Santos e BOTELHO, Wedsley. (2002) Artigo: *Levantamento e Mapeamento do Potencial Turístico-Cultural do Município de Uberlândia-MG* - Laboratório de Geografia Cultural e Turismo - Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia.

Por fim, a título de Turismo Rural nesse recorte espacial, são divulgadas as mais diversas iniciativas turísticas. Esta informação pode ser ilustrada a partir do contraste entre a imagem de divulgação do Ubatã Termas Parque, situado no município de Conceição das Alagoas, e o bar do Vicente, localizado em São João Batista do Glória.

FIGURA 08 – Fotos do contraste entre as propostas turísticas divulgadas como ofertas de Turismo Rural no Oeste de Minas



Fonte: www.cerradodosarachas e www.descubraminas.com.br

Fotos da direita divulgam a infra-estrutura do Ubatã Termas Parque e a imagem da esquerda apresenta a fachada do bar do Vicente, um dos estabelecimentos reconhecidos pela Associação Cerrados dos Arachás, localizado no Arraial de São João Batista do Glória, Serra da Canastra. O crédito das imagens utilizadas são dos sites desse Termas e da Associação.

A divulgação de ambos os estabelecimentos como propostas de Turismo Rural acena para a ausência do poder público como agente regulamentador das regras que devem incidir sobre os princípios de divulgação desse segmento turístico no mercado. Se, por uma questão de desconhecimento técnico das características do Turismo Rural, ou por interesses empresariais, o site Idas Brasil divulga o Ubatã Parque como um estabelecimento condizente com o segmento do Turismo Rural, essa postura deveria conclamar a atenção do poder público e das associações de mercado. A apatia frente a esse tipo de divulgação significa a conivência com o desgaste da imagem de um segmento turístico que possui características próprias e que devem ser respeitadas. Tendo em vista essas condições, identificou-se que o Eixo e as Áreas Turísticas do Oeste de Minas estão voltados, em linhas gerais, para propostas turísticas que possuem como foco as dimensões do lazer, de valorização do patrimônio ecológico e, em menor intensidade, de alguns aspectos rurais. Em suma, o estudo da amostra turística da porção Oeste indica que o Turismo Rural ocorre predominantemente atrelada às áreas mais favorecidas do ponto de vista econômico, o que é comprovado pela inexpressividade dessa oferta na área Noroeste e pela concentração da mesma na mesorregião TMAP.

Outra constatação é que essa atividade turística segue como uma realidade ainda não consolidada nesse recorte espacial, mas um fenômeno turístico em transição. As primeiras propostas começaram a ser estruturadas a partir do final da década de 1990 e ainda carecem de orientação técnica para que possam se inserir, com maior intensidade, no contexto sócio-cultural das comunidades de base, passando a estabelecer, desse modo, uma relação mais orgânica com o local onde estão sediadas.

2. 4. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Central de Minas

A Área de Estudo 03, nesta pesquisa, é composta, majoritariamente, pelas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Central de Minas, Campos das Vertentes, Vale do Rio Doce e Oeste de Minas. O município de Piranga, na mesorregião Zona da Mata, foi considerado como parte integrante desta área devido ao fato de o mesmo pertencer ao Circuito do Ouro (circuito turístico localizado nesta área). Outras duas delimitações, de caráter regional, presentes na Área Central são a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)⁶⁴ e a Região Metropolitana do Vale do Aço, composta pelos municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo. Esta última delimitação regional representa, do ponto de vista técnico, uma aglomeração urbana com aproximadamente 450 mil habitantes, mas foi definida, pela legislação estadual, em 2006, como Região Metropolitana.

A expressividade econômica desta Área de Estudo está centrada na presença dessas regiões metropolitanas, com ênfase para a RMBH. O fator locacional desta Região Metropolitana é estratégico, uma vez que a coloca junto ao maior eixo de produção industrial do país — Rio de Janeiro/São Paulo. Neste recorte espacial, onde convivem 4,9 milhões de pessoas em cidades de diversos portes, se, por um lado, há melhores índices econômicos, de outra parte os

⁶⁴ A Região Metropolitana de Belo Horizonte é a terceira maior aglomeração urbana do Brasil com 4,9 milhões de habitantes (IBGE/2006) e a sétima maior da América Latina. Além desse porte, é considerada o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais, representando em torno de 40% da economia e 25% da população do estado. A RMBH é constituída por 34 municípios, entre eles: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

problemas mais comuns, relacionados às desigualdades sociais e ao estresse da vida moderna, se fazem presentes. Assim, condições vinculadas a esses fatores motivam a demanda turística nessa região por opções de descanso, de recomposição físico-mental e de entretenimento em lugares seguros, de contato com a natureza e possibilidades de vivências permeadas de valores sócio-culturais que as distinguem do tipo de convívio das grandes cidades. O exemplo da Sra. Tânia Van Damme, que possui um Hotel-Fazenda, há três anos, no município de Itabirito (55 Km da capital mineira) confirma essa tendência. Contando com a ajuda de cinco pessoas do próprio município, ela oferece serviços terapêuticos com óleos essenciais, argila e plantas. Além disso, vende aos hóspedes geléias, queijos e mel, todos produzidos em Minas. “Estou começando a desenvolver o turismo em minha fazenda, que tenho há oito anos. As pessoas que vêm para cá estão fugindo do estresse da cidade, porque aqui é muito tranquilo. Para quem procura sossego, é ideal”, explica ela. Segundo relato da Sra. Clea Venina, turismóloga e responsável técnica, atualmente, pela coordenação do setor de Artesanato da EMATER-MG,

a Sra. Tânia se encaixa no perfil de novos empreendedores do Turismo Rural no estado, atividade que cresce 18% por ano – de acordo com o levantamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. Esses dados também indicam que 92% destes negócios são administrados por mulheres e que 69% dos empreendedores usam mão-de-obra local. Para incentivar a atividade, a EMATER-MG promove cursos de capacitação voltados aos pequenos produtores. A demanda de assistência nessa área tem aumentado muito e, por isso, resolvemos criar um setor específico para esta atividade em 1999. Abordamos aspectos básicos do turismo, como as questões de preservação do meio ambiente, saneamento básico e higiene na produção de queijos, doces, licores e outros.

As considerações tecidas anteriormente também estão correlacionadas ao objeto de estudo de um trabalho acadêmico desenvolvido pela professora Heloísa Soares de Moura Costa, do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG. Ela é a organizadora do livro *Novas periferias metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*, lançado em 2006. Essa obra aborda o fenômeno de expansão, no chamado Eixo Sul e em outras regiões periféricas da capital mineira, de famílias de alta renda. A situação envolve questões complexas, como a recente regulação ambiental nas serras do Curral e Rola-Moça, a construção de condomínios semifechados e fechados, as antigas empresas de mineração que atuam como empreendedoras imobiliárias e as famílias ricas e influentes de Minas que, pouco a pouco, deixam Belo Horizonte em busca de espaços naturais. Em complementaridade aos apontamentos de Costa (2006), Ortega expõe que, em relação ao Eixo Sul da RMBH, Nova

Lima e Brumadinho constituem os principais municípios do Vetor Sul,⁶⁵ caracterizado pela expansão de condomínios de classe média e alta. A expansão deste Vetor foi induzida pela construção do BH Shopping, na década de 1970, e pelo conseqüente desenvolvimento do entorno da avenida Nossa Senhora do Carmo e da rodovia BR-040.

O mapa de localização das municipalidades com oferta turística nesta área — página 156 — permite identificar outras características próprias dela: a presença de duas unidades de conservação — Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Estadual do Rio Doce, o aeroporto de

MAPA 15 - Localização da Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas

⁶⁴ Segundo o trabalho de Ortega (2003), os municípios que formam o Eixo Sul de expansão da RMBH são: Raposos, Nova Lima, Rio Acima, Brumadinho, Itaguara, Rio Manso.

Confins, a presença de municípios dos circuitos turísticos tradicionais,⁶⁶ como o do Ouro, das Grutas e da Trilha dos Inconfidentes. Essas delimitações turísticas — os circuitos — abarcam as atrações turísticas do estado — grutas (Maquiné, Rei do Mato, Lapinha) e cidades de estilo colonial (Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei e Tiradentes), que o projetaram para o cenário nacional e internacional. Deste modo, a primeira constatação sobre esta área é a sobreposição desta oferta de Turismo Rural com, basicamente, municipalidades da RMBH, dos circuitos turísticos tradicionais e com os municípios de abrangência do Parque Nacional Serra do Cipó (números 5, 6 e 7 do mapa página 156). No decorrer da interpretação desta área é verificado como estas condicionantes da oferta influenciam o perfil turístico da amostra da Área Central de Minas. Entretanto, antes de prosseguir com a interpretação da geografia do Turismo Rural nesta área, são apresentados, a seguir, os dados relativos à totalidade da amostra de iniciativas turísticas que a compõe.

Apresentação Geral da Amostra de Iniciativas Turísticas na Área Central de Minas

A Área de Estudo 03 possui 237 estabelecimentos considerados como ofertas de Turismo Rural, distribuídos em 74 municípios. Esse número de estabelecimentos representa mais de 30% da amostra total de iniciativas turísticas que compõe este estudo (ver gráfico 13). Levando em

⁶⁶ As cidades que compõem esses circuitos estão citadas, respectivamente, a seguir. *Circuito do Ouro*: Barão de Cocais, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Itabirito, Mariana, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Piranga, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo. *Circuito das Grutas*: Caetanópolis, Capim Branco, Confins, Cordisburgo, Funilândia, Inhaúma, Jequitibá, Lagoa Santa, Matozinhos, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Santana do Pirapama e Sete Lagoas. *Circuito Trilha dos Inconfidentes*: Antonio Carlos, Barbacena, Barrosos, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campo, Entre Rios de Minas, Ibituruna, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São João Del Rei, São Tiago, Tiradentes.

consideração os fatores que influenciam a oferta de Turismo Rural nesta área, é possível deduzir que o número de iniciativas identificado está correlacionado à tradição turística já existente na porção central do estado. Os vínculos entre esses estabelecimentos e a tradição dessa oferta turística são investigados nos descritivos comerciais dessas iniciativas, dados esses que confirmam tal condicionamento dessa oferta em função de tais fatores. A caracterização do Turismo Rural nesta área de estudo é, proporcionalmente, menos privilegiada em informações do que outras áreas, como a Norte e a Oeste, uma vez que 25% dos estabelecimentos divulgados não possuem sua respectiva descrição comercial (Iniciativas Não-Qualificadas).

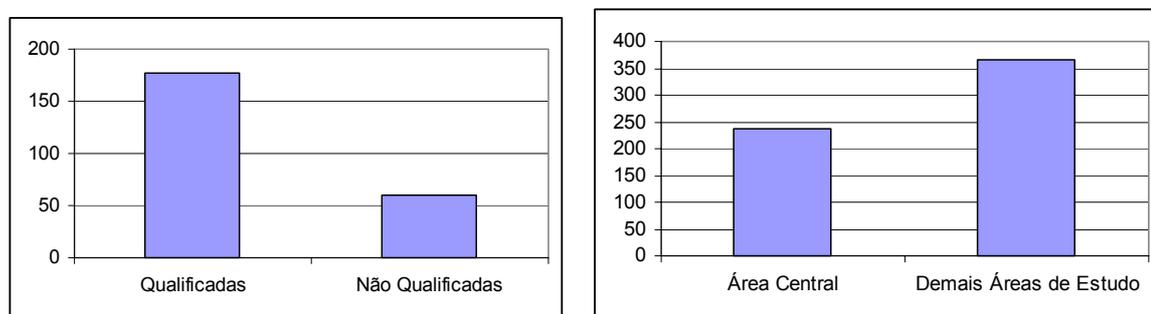


GRÁFICO 13 – Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo Rural Área Central de Minas

Amostra: 237 Iniciativas Turísticas

Apesar de menos privilegiada, essa condição não impede que as 177 iniciativas turísticas descritas forneçam um espectro de informações necessárias para a caracterização desta área. Quanto à distribuição desta oferta em relação às sete categorias de combinação de serviços turísticos, é possível observar, de acordo com o gráfico 14, que esta ocorre de forma desproporcional. As categorias de serviços “H/AL/AT” e “H/AL” são as mais representativas, respectivamente 42% e 31%, indicando o perfil turístico convencional desta amostra.

Outra informação que contribui para a validação dessa assertiva é a expressão quantitativa — 44%, das categorias que não ofertam atividades de entretenimento turístico, dado que indica apenas a prestação dos serviços básicos da atividade turística — hospedagem e alimentação — por parte de quase metade da amostra. Em face dos princípios já trabalhados até o momento para caracterização desta oferta, é dedutível, para fins desta pesquisa, que tal percentual de iniciativas, num primeiro momento, se distancia da proposta de Turismo Rural. E mais: dos 177 estabelecimentos turísticos descritos, apenas 11 trabalham, isoladamente, com a prestação de serviços turísticos direcionados para a oferta de atividades de entretenimento turístico. Se

essa característica da amostra aponta sua propensão para integração entre as iniciativas turísticas, favorecendo a formatação de circuitos e rotas temáticas, neste aspecto a realidade desta área é muito pouco expressiva. Sendo assim, em relação ao contexto da Área Central, pode ser evidenciado que, quanto à distribuição dos serviços, esta oferta é considerada como convencional; e menos favorável a trabalhar de forma integrada, devido ao alto percentual de iniciativas com a concentração de todos os tipos de serviços — 44% — e que não ofertam atividades de entretenimento turístico — 44%, bem como o baixo percentual de iniciativas que ofertam apenas atividades de entretenimento turístico — 5%.

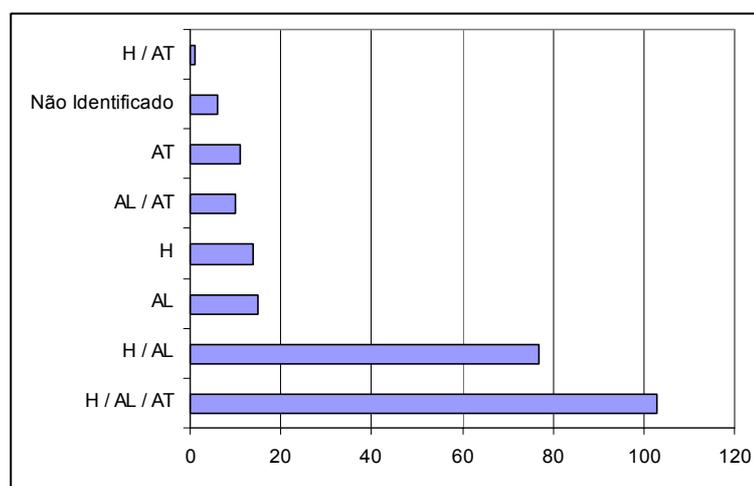


GRÁFICO 14 – Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Central de Minas
Amostra: 237 Iniciativas de Turismo Rural

O detalhamento da distribuição desta oferta de serviços turísticos também é um dado que corrobora o perfil convencional da oferta turística, intitulada de Turismo Rural, em questão. Entretanto, a partir da observação do gráfico 15 e do mapa dos Tipos de Iniciativas Turísticas - página 160, alguns apontamentos distintos podem ser tecidos. De acordo com a informação do gráfico 15, é possível observar que os estabelecimentos predominantes são os que ofertam serviços de hospedagem — pousadas e hotéis-fazenda (responsáveis por 66% da amostra) e alimentação — (7% dos estabelecimentos). De acordo com impressões extraídas da incursão em campo, os proprietários de hotéis-fazenda visitados, relataram que muitas famílias trocaram a opção de ter uma chácara, um sítio, por frequentar estes tipos de estabelecimentos regularmente. É comum, nesta área, uma freqüente demanda turística de famílias que saem a mai-

or parte dos fins de semana por mês, com destino a essas propriedades rurais, em busca de descanso e lazer.

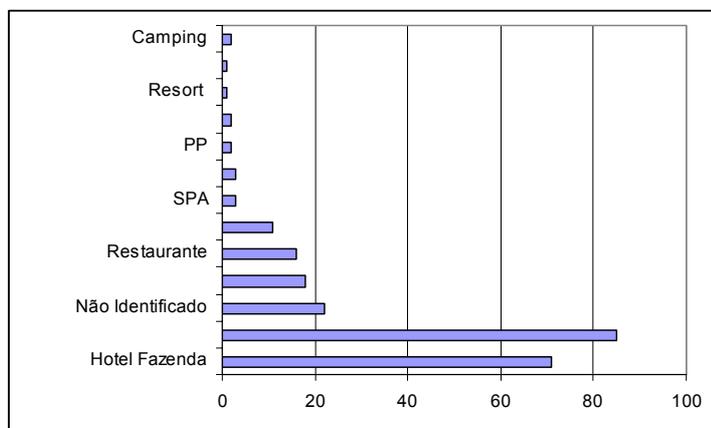


GRÁFICO 15 – Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Central de Minas
Amostra: 237 Iniciativas de Turismo Rural

MAPA 16 - Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas

Quanto ao mapa, apesar de identificar a predominância destes tipos de iniciativas — pousadas e hotéis-fazenda, inclusive apontando para a predominância proporcional dos hotéis-fazenda frente à realidade desta amostra, é possível observar que alguns municípios apresentam maior diversidade de iniciativas turísticas (municípios com o maior número de estrelas).

Entre eles estão: Caeté, Jaboticatubas, Itabirito, Itabira e Itaúna. Os motivos que ensejam parte das justificativas para essa constatação são a atenção do poder público e privado municipal — prefeitura, secretarias, associação comercial, ONGs, associações de mercado — voltada para a viabilidade da atividade turística como alternativa sócio-econômica, somada à intervenção de outras institucionalidades ligadas ao fomento do Turismo — SEBRAE, IER, SENAC, entre outros.

Assim, a atuação dessas instituições tem orientado o aproveitamento dos recursos naturais e culturais para a estruturação de estabelecimentos turísticos como campings, balneários, SPAS e centros de atividades de entretenimento turístico. Todavia, nem sempre a intervenção dessas institucionalidades ocorre de acordo com as metodologias de planejamento turístico. Essas metodologias colocam a importância das etapas de sensibilização, mobilização e participação comunitária como pré-requisitos para a implementação de programas turísticos. Entretanto, de acordo com alguns depoimentos a seguir sobre o projeto Estrada Real, um dos programas estruturadores da atividade turística no estado durante a gestão do governo Aécio Neves e implantado pelo instituto IER, é possível observar que mesmo instituições e programas renomados ainda cometem falhas básicas no que se refere a tais pré-requisitos.

Assim, de acordo com informações extraídas do boletim de notícias do SEBRAE, do mês de junho de 2004,

nas cidades-vedetes do circuito histórico mineiro (Ouro Preto, Mariana, São João Del Rey, Tiradentes, Diamantina etc.), a marca Estrada Real encimada por uma coroa e ladeada pela Cruz de Malta aparece em folders e cartazes, pendurados em pousadas, restaurantes, cafés e lojas. Mas, nos rincões da área de abrangência, principalmente em distritos, a maioria das pessoas desconhece o programa Estrada Real. ‘Só me lembro que fincaram esse marco aí na minha calçada’, conta Maria Luiza

Marillac Duque Thomaz, 64 anos, que oferece ‘pouso’ em sua casa, em Córregos, distrito de Conceição do Mato Dentro, no Caminho dos Diamantes. Edemir Simião, 41 anos, praticante de ecoturismo, pedalou da Serra do Cipó a Diamantina relatou que ‘as pessoas nos lugares não sabem o que é Estrada Real’, espanta-se, ‘mas conhecem as direções das cidades, o que nos ajuda’.

Segundo Edemir, faltam informações específicas para ciclistas. “Todos os mapas que tenho visto foram feitos por jipeiros, com planilhas de GPS. Mas ciclistas precisam de dados como relevos e nascentes de água”.

Outro dado possível de se inferir, a partir das informações trazidas pelo mapa — página 160 é que a oferta de iniciativas junto a cidades de estilo colonial é voltada para a hospedagem, de modo que essas aproveitam as atrações turísticas já existentes nestas municipalidades para se promoverem. Esse dado permite concluir que a oferta de estabelecimentos desta amostra, vinculada às cidades de estilo colonial, constitui um universo de estabelecimentos que se distancia da proposta de Turismo Rural, sendo que a mesma não existe em função das vocações do mundo rural presente nesses municípios, mas em função das atrações turísticas tradicionais (visita às igrejas, casario colonial, centro histórico, aquisição de artesanato) já ofertadas nessas municipalidades. Essa mesma observação procede em relação ao Circuito das Grutas, onde parte dos municípios tem sua amostra turística centrada na oferta de pousadas e hotéis-fazenda, estando os mesmos vinculados à atratividade das grutas nesta região e ao fluxo turístico presente ao longo da BR 040 (sentido Belo Horizonte - Brasília).

Diante do exposto, o depoimento da proprietária do Hotel Fazenda Casa Grande, localizado no município de Caetanópolis, ilustra essas considerações. A Sra. Beatriz Campos relata que sua demanda turística é composta por famílias que se deslocam de Brasília e região para a capital mineira e por turistas que desejam conhecer a gruta de Maquiné, em Cordisburgo, município vizinho a Caetanópolis. Essa senhora coloca que “os turistas vêm por causa da infraestrutura de descanso e lazer da fazenda. Quem vem conhecer as grutas, aumenta o passeio ao ficar aqui conosco. Os que vêm de cidades mais distantes param aqui pra conhecer nossos serviços e descansar um pouco antes de chegar a BH. Nossa localização próxima da BR 040 é fundamental para contar com este tipo de cliente”.

Para finalizar a apresentação da amostra de iniciativas da Área Central de Minas, é abordado o perfil das atividades de entretenimento turístico correspondente a esta área. A partir do gráfico 16, é possível observar que quase a metade das opções de entretenimento ofertadas ao turista é o passeio a cavalo e a pescaria — 48% da frequência de atividades desta amostra. Em seguida, as atividades de entretenimento de maior destaque são os passeios em trilhas ecológicas (13%), as práticas de esporte de aventura (9%), as caminhadas (7%) e o leite ao pé da vaca (6%).

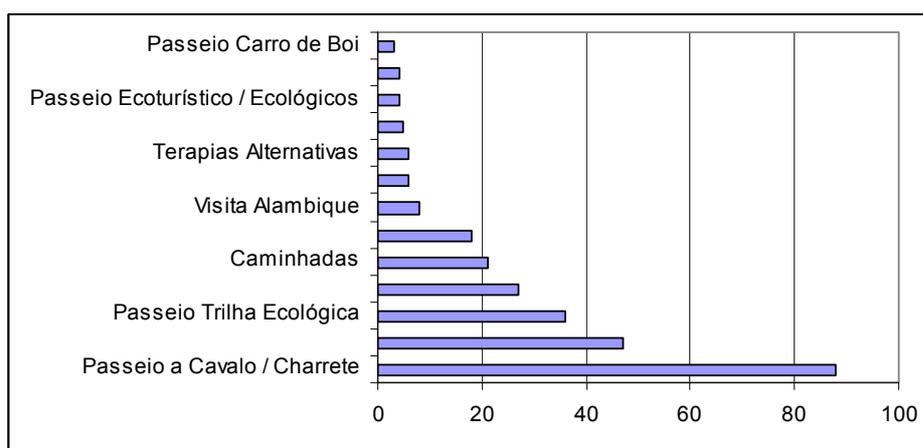


GRÁFICO 16 – Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas pelas Iniciativas na Área Central de Minas

Amostra: 340 Ocorrências de Oferta de Atividades Turísticas

Interpretadas de outro modo, essas atividades se dividem basicamente em opções de entretenimento voltadas para o contato com a natureza e a aventura (Trilhas Ecológicas, as Práticas de Esporte de Aventura e Caminhadas) e, em potencial, atividades voltadas à valorização do modo de vida rural (Passeio a cavalo, Pescaria e Leite ao Pé da Vaca). Porém, de acordo com o descritivo dessas atividades, a maioria delas está voltada para a dimensão do lazer e não para a valorização dos ofícios e do modo de vida presentes na cultura rural de base local. Uma das poucas exceções é uma iniciativa turística sediada em São João Del Rei. A “Cavalgada Cultural” é uma atividade de entretenimento turístico ofertada por uma família desta região que tem como proposta o reconhecimento e interpretação de aspectos sociais, culturais e históricos das rotas de passeio a cavalo programadas por eles. Além de a família explicar sobre parte das informações que caracterizam a região, os proprietários dessa iniciativa contratam um historiador para contextualizar o processo de ocupação histórica deste território, bem como inter-relacionar as características de sua fundação com a realidade hoje constatada. Todavia, esse tipo de proposta turística é uma raridade entre as iniciativas e estabelecimentos

identificados nesta amostra. Outras opções de entretenimento que visam à valorização da cultura rural ocorrem, principalmente, nas Áreas Turísticas Ciclo do Ouro e da AMETUR. Porém, a baixa diversidade e frequência dessas atividades ainda é um sintoma de que tal oferta turística, efetivamente, não se aproxima de uma proposta de Turismo Rural. Assim sendo, em linhas gerais, as opções de entretenimento que melhor caracterizam esta amostra são a oferta de atividades voltadas para o lazer e para valorização do contato com a natureza. Antes de dar seqüência à caracterização dos Eixos e Áreas Turísticas pertencentes a esta área, será abordada a relação entre a concentração da oferta nesta área e o respectivo percentual de populações rurais nestas municipalidades.

Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas

O mapa Concentração da Oferta Turística e População Rural — página 165 — da Área Central de Minas expõe que a maior parte da concentração turística desta oferta está localizada nos municípios com população rural menor que 40%. Entre as maiores concentrações da oferta, apenas Jaboticatubas apresenta um percentual entre 40 e 50% de habitantes residentes em áreas rurais. Contudo, a concentração dessa oferta não se dá em função de sua vocação rural; ela é condicionada pelo Parque Nacional Serra do Cipó e, em geral, está voltada para a oferta de serviços básicos de alimentação e hospedagem. Levando em consideração o contexto geral de tais colocações, é possível apontar, num primeiro momento, a desvinculação da ocorrência da oferta de Turismo Rural em função da cultura rural, de base local ou regional, nesta área. Seguindo esta lógica, é fato que, entre os municípios com oferta de Turismo Rural, os que possuem o maior percentual de população rural (Dores de Guanhões, Santana do Riacho, Piranga, São Sebastião do Oeste, Senhora dos Remédios, Casa Grande, Queluzito, Itaverava, Nova União, entre outros) são os que apresentam a menor oferta de estabelecimentos (apenas 1 iniciativa). Estes dados reafirmam que tal amostra possui uma relação pouco orgânica quanto às localidades onde estão sediadas.

Ainda segundo este mapa, as especulações colocadas no início deste texto continuam a ganhar consistência. As áreas de maior concentração da oferta são a RMBH, o entorno do Parque Nacional da Serra do Cipó, a Área do Ciclo do Ouro, das Grutas e da Trilha dos Inconfidentes. Assim, é confirmado que essas iniciativas de Turismo Rural estão atreladas às atrações turísticas tradicionais desses circuitos e, assim como observado no mapa de detalhamento dos

tipos de iniciativas turísticas, muitas das municipalidades apenas apresentam estabelecimentos voltados para a hospedagem e alimentação, sem ofertar opções de entretenimento. Tal contexto impele à constatação de que a maior parte desta oferta turística não condiz com a proposta de Turismo Rural, senão com a oferta convencional de serviços turísticos, possivelmente no espaço rural.

O gráfico 17 – página 166 - contribui para o apontamento de outras percepções. Como pode ser apreciado, as possibilidades de localização desta oferta que se destacam estão a margem das rodovias (Federais – BRs e Estaduais – MGs) ou em distritos e povoados. Estas duas op

MAPA 17 - População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas

ções somam mais de 60% da frequência de localização desta amostra. Um fenômeno observado em relação ao universo de empreendimentos é que, na RMBH e nos municípios do Circuito do Ouro, existe maior concentração de iniciativas em “Distritos e Povoados” ou em “Estradas Vicinais”.

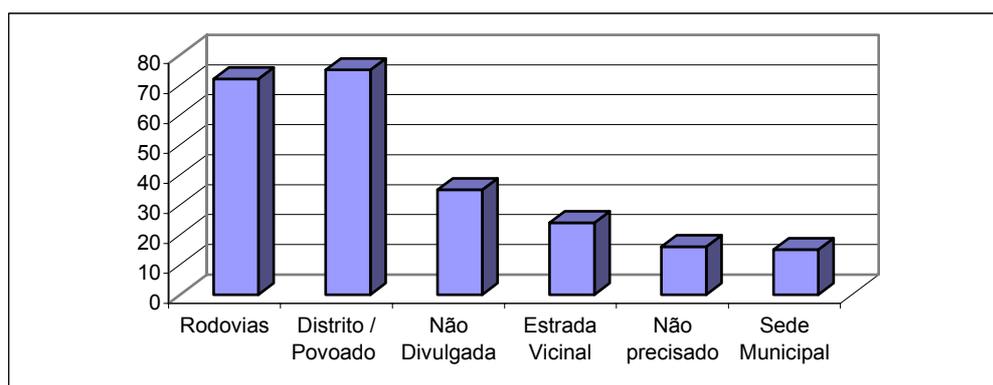


GRÁFICO 17 – Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Central de Minas

Amostra: 237 iniciativas turísticas

Nas demais áreas turísticas, essa oferta já se manifesta, com maior predominância, às margens de rodovias. Tal observação condiz com o fato de que, na RMBH e em parte das cidades do Circuito do Ouro, as sedes municipais possuem características eminentemente urbanas, o que não seria condizente com a instalação de iniciativas de turismo para oferta de descanso, lazer e contato com a natureza. Os distritos e povoados, nestes casos, representam o maior potencial turístico para abrigar tais tipos de estabelecimentos.

Outra questão que se coloca é: devido à extensão territorial da maioria dessas municipalidades e às condições de acesso dos distritos e povoados, tais localidades acabam por não ficar tão isoladas, o que permite a viabilidade da sua atividade turística. A localização das iniciativas turísticas dos municípios de Santa Bárbara e Ouro Preto são exemplos neste sentido. De acordo com o levantamento desta pesquisa, a primeira municipalidade tem suas três iniciativas localizadas no distrito de Brumal e os estabelecimentos do segundo município estão concentrados, em sua maioria, no distrito de Santo Antônio do Leite. O mapa dos Eixos e Áreas Turísticas, página 167, contribui para as demais contextualizações sobre a dinâmica desta oferta. A Área Turística dos Inconfidentes é a principal delimitação da oferta responsável pelas iniciativas que se localizam junto à sede municipal. Diversas iniciativas localizadas nas municipa-

lidades de São João Del Rei e Tiradentes possuem esta característica. As demais Áreas — Centro Oeste, Vilas e Fazendas e Cidade das Grutas, estão vinculadas à sua localização a margem de rodovias ou próximo a elas. O fato de estarem mais distantes dos grandes centros

MAPA 18 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural na Área Central de Minas

econômicos e serem entrecortadas por BRs e MGs é uma condição que favorece a localização destes estabelecimentos ao longo de tais corredores de fluxo turístico.

Após as considerações tecidas, é possível abordar, especificamente, o escopo da configuração espacial desta oferta dividida em Áreas Turísticas. Assim, na Área Central, são identificadas 07 Áreas Turísticas, indicando, portanto, a ausência de Eixos em relação a esta amostra. As Áreas Turísticas Cidades das Grutas (02), Centro Oeste de Minas (05), Vilas e Fazendas (06) e dos Inconfidentes (07) indicam a predominância de atividades voltadas para a valorização do lazer e do contato com a natureza. Vale salientar que o apontamento da predominância destas atividades em uma área turística não quer dizer, necessariamente, a ausência de opções de lazer com outro foco, mas, sim, a menor frequência dessas. Este esforço é realizado no sentido de buscar identificar o que é predominante como opção de entretenimento em uma área; caso contrário, ao considerar todas as ocorrências, a maioria destas áreas receberia a mesma classificação. Uma ressalva interessante quanto à identificação de tais áreas, com este perfil — predominância de atividades de entretenimento voltadas para o lazer e contato com a natureza — é a classificação da Área Vilas e Fazendas, um dos circuitos turísticos apontados pela Secretaria de Estado de Turismo de MG com o maior potencial para o desenvolvimento de iniciativas de Turismo Rural. Contudo, de acordo com o banco de dados desta amostra, essa não é a realidade verificada. As únicas atividades identificadas em relação a essa Área Turística, voltadas para a valorização da cultura rural, entre 18 tipos de atividades e 38 frequências, são:

QUADRO 10

Opções de Entretenimento Turístico voltadas para a valorização do Modo de Vida Rural na Área Vilas e Fazendas

Atividades	Frequência
Fabricação de cachaça	1
Degustação de cachaça	1
Tropeada	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

Estruturada por um hotel-fazenda do município de Casa Grande, a última atividade do quadro 09 é uma opção de entretenimento de referência. Este estabelecimento oportuniza a seus hós-

pedes a vivência da cultura tropeira, um ofício também característico das Minas Gerais e que passou a representar, mais do que um labor, um modo de vida rural. Este estabelecimento reúne grupos de turistas para ir visitar uma fazenda mais distante e, ao longo do caminho, é realizada uma parada, onde todos participam de um acampamento tropeiro. Tal atividade, além de proporcionar um tipo de entretenimento contextualizado com a cultura rural local, ainda envolve o entorno autóctone (visita a outra fazenda) para a estruturação da mesma. Segundo uma das recriadoras deste hotel-fazenda, a Sra. Manuela Gonçalves, a atividade tem sido muito requisitada pelos grupos de hóspedes que frequentam essa iniciativa turística, constituindo uma opção de entretenimento que mescla lazer e cultura na mesma atividade, além de servir como um diferencial em relação ao habitual cardápio de atividades de recreação oferecido no mercado de hotéis-fazenda.

Quanto à Área Turística Serra do Cipó, considerando-se que a maioria desta oferta turística está voltada para o Parque Nacional da Serra do Cipó, essa também não possui um perfil turístico de iniciativas turísticas voltadas para o Turismo Rural. A maioria dos estabelecimentos levantados oferta, em sua maioria, os serviços básicos de alimentação e hospedagem e uma pequena parte dispõe de opções de entretenimento turístico. O fato de estarem próximas a esta unidade de conservação parece não suscitar a necessidade de estruturação de atividades desse cunho. Assim, as atividades presentes nesta Área foram reconhecidas como voltadas para a valorização do lazer, do contato com a natureza e da prática de esportes de aventura.

As únicas Áreas que apresentam maior representatividade de atividades de entretenimento de interface com o Turismo Rural são as delimitações turísticas do Ciclo do Ouro e da AMETUR. Nestas duas áreas é válido ressaltar que a presença das associações de mercado, voltadas, também, para a atuação em prol do desenvolvimento deste segmento turístico, influencia, sobremaneira, o perfil das iniciativas turísticas e opções de entretenimento. A atuação da AMETUR — junto às municipalidades que compõem a área de mesmo nome, e da ASSITUR (Associação Itabiritense de Turismo Rural) — no município de Itabirito, contribuem para a identificação dessas Áreas Turísticas como ofertantes também de opções de entretenimento (ainda que em pouca quantidade e diversidade) direcionadas para a valorização da cultura rural. Apesar de ambas as associações se denominarem “atuantes”, especificamente, segundo este segmento turístico, na realidade, ao verificar o perfil de seus associados, conclui-se que essas estão voltadas para o Turismo no Espaço Rural e outras derivantes. Entretanto, a pre-

sença das mesmas é um estímulo para a estruturação de novos estabelecimentos turísticos, ainda que não direcionados, especificamente, para o Turismo Rural.

A partir da verificação dessas características, pode-se inferir que, tomando como base o resultado das pesquisas de gabinete, a Área de Estudo Central de Minas, apesar de contar com um elevado número de iniciativas turísticas, não tem o Turismo Rural como um segmento turístico consolidado. Mais uma vez, o que é identificado são atividades de entretenimento turístico direcionadas para a valorização do modo de vida rural, em detrimento de estabelecimentos turísticos que possuam todo o seu foco de atuação com esse objetivo. Parte das explicações que contextualizam o perfil turístico de iniciativas desta amostra são as próprias demandas turísticas colocadas pelos visitantes que provêm dos grandes centros econômicos. Em geral, assim como relatado pelos proprietários de estabelecimentos durante os trabalhos de campo, a maioria dos turistas deseja conforto, segurança, opções de lazer e descanso junto a propriedades turísticas que possuam áreas verdes e ao ar livre. Deste modo, necessariamente, estes hóspedes não demandam atividades voltadas para a valorização da cultura do mundo rural. Outra questão é: dada a proximidade dessa oferta turística com esses centros econômicos, tem se tornado cada vez mais usual a adaptação da infra-estrutura destes estabelecimentos para atender à prestação de serviços turísticos direcionados para o mercado de eventos. Esta adaptação das propriedades é uma resposta mercadológica à necessidade de sobrevivência e manutenção desses negócios. Algumas propriedades atendem às demandas por realização de eventos durante a semana e, aos fins de semana, voltam sua atenção para os hóspedes que demandam, em geral, os serviços de hospedagem, alimentação e lazer.

Diante dessas perspectivas, algumas propostas turísticas em potencial passam a coexistir dentro do mesmo estabelecimento turístico; dito de outra forma, a prestação de serviços turísticos passa a ser direcionada para atividades de lazer, realização de eventos e valorização da cultura rural. Outras combinações de propostas turísticas coexistentes nestes estabelecimentos também são verificadas, como: a oferta de atividades de entretenimento que valorizam o contato com a natureza, as práticas de esporte de aventura, os serviços voltados para o treinamento empresarial, para o atendimento do turismo pedagógico, entre outras possibilidades. Essa nova tendência de combinação de propostas e até segmentos turísticos num mesmo estabelecimento redimensiona o perfil das propostas de segmentação e classificação da oferta turística. Assim, tal fenômeno merece ser mais bem investigado, a fim de subsidiar de informações

embasadas, teórica e empiricamente, outras alternativas e enfoques de abordagem segmentada para a oferta turística em questão.

“Vozes do Campo” - Impressões e depoimentos do trabalho de reconhecimento de parte da oferta turística na Área de Estudo Central de Minas

De agosto de 2006 a janeiro de 2007, foram realizados três trabalhos de campo nesta área de estudo com o objetivo de contrastar as impressões adquiridas em gabinete com a realidade turística voltada para o Turismo Rural, das municipalidades de parte desta amostra. Foram visitadas iniciativas turísticas e órgãos competentes nos municípios de Paraopeba, Caetanópolis, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Congonhas, Casa Grande, Esmeraldas, Jaboticatubas, Catas Altas, Contagem e Senhora dos Remédios. A escolha desses municípios se deu de forma aleatória, buscando aproveitar as facilidades de deslocamento rodoviário junto à equipe de pesquisa do CEPLANTUR/IGC. Ao todo, dezoito iniciativas turísticas e cinco instituições foram reconhecidas nesses municípios. A seguir vão algumas considerações a respeito do trabalho de campo, uma vez que, devido ao número de iniciativas visitadas, não caberia, neste momento, o comentário isolado de cada iniciativa.

No âmbito geral, as percepções extraídas de campo validaram as impressões consolidadas em gabinete, quais sejam: não foram identificados estabelecimentos de Turismo Rural, mas confirmada a presença de atividades de entretenimento turístico voltadas para a valorização da cultura rural. Ao visitar alguns estabelecimentos é possível observar a transição pela qual estes passam em relação a sua proposta de trabalho, frente às necessidades de sobrevivência econômica. Um desses exemplos é a Pousada do Rasgão. D. Lourdinha, responsável pela pousada, conta que, atualmente, o que sustenta a iniciativa turística é o movimento do Turismo de Negócios da cidade (em função das empresas localizadas junto à sede municipal) e alguns hóspedes que residem no estabelecimento por determinado tempo. O Turismo Rural, em função da restrita demanda e menor lucratividade, deixou de ser uma proposta turística do estabelecimento para dar lugar ao serviço de hospedagem convencional. Outra iniciativa turística que ampliou o foco de trabalho para atender às diversas demandas turísticas, assegurando, dessa forma, a viabilidade econômica do estabelecimento, foi o Hotel-Fazenda Casa Grande, em Caetanópolis. A atual proprietária relata que a gestora anterior do estabelecimento era uma turismóloga que tinha como propósito trabalhar com o segmento do Turismo Rural. Devido às

dificuldades de articulação interinstitucional no nível municipal, de pagamento dos custos da propriedade e manutenção da mesma (a patrolagem da estrada vicinal de acesso ao estabelecimento, após as chuvas, é custeada pelos proprietários, sem o apoio do poder municipal), à sazonalidade e à concorrência, entre outros fatores, a primeira proprietária desistiu de continuar atuando no ramo. Ela arrendou o empreendimento para a cunhada (atual proprietária) que, ao assumir a iniciativa turística, ampliou o foco de atuação do estabelecimento.

Hoje o hotel-fazenda atende a um público que demanda serviços de lazer, descanso e eventos. Segundo a Sra. Beatriz, as dificuldades continuam e o retorno financeiro é razoável. Para aumentar a lucratividade e aproveitar os recursos da fazenda, ela mesma faz massa de pão de queijo, geléias e doces de compota para vender aos turistas. Essa proprietária conclui: “Eu continuo no ramo porque isso me permite viver na fazenda. Adoro criar meus filhos aqui, mas os custos de manutenção de uma propriedade rural são muito altos. O turismo possibilita que a gente pague algumas contas e tenha maior capital de giro pelo menos...”

Em Matozinhos, o Sr. Evode, técnico agropecuário da EMATER-MG, relatou que a atividade turística deste caráter, no município, está localizada no distrito de Mocambeiro. Ele ressalta que existem três empreendimentos consolidados e que outras iniciativas abriram suas portas, mas encerraram as atividades devido à falta de apoio do poder público municipal. O próprio Sr. Evode foi um dos primeiros técnicos a estruturar um projeto para o PRONAF Turismo Rural em Minas Gerais. O projeto foi destinado a um pequeno agricultor que resolveu abrir uma pousada e um restaurante, já que sua propriedade é entrecortada por um rio, o que contribui para atrair um público menos favorecido economicamente, oriundo da região, interessado em passar o dia na propriedade. O Sr. Evode relatou que este estabelecimento deu certo e que outras iniciativas do gênero também poderiam ter êxito. “Porém, o que se observa na área rural é que o pequeno agricultor vem sendo, aos poucos, expulso da sua região. Aqui em Mocambeiro a gente tem muita propriedade de gado leiteiro. Os pequenos agricultores não conseguem acompanhar as exigências das cooperativas de leite e, tampouco, sobreviver da agricultura”, relatou o técnico da EMATER-MG. Assim, os latifundiários da região acabam por pressionar esse agricultor para que o mesmo venda suas terras e passe a trabalhar para eles. Dessa forma, a agricultura familiar de pequeno porte está comprometida na região. O Sr. Evode já procurou os agricultores para propor alternativas de renda agrícolas e não-agrícolas, mas esses produtores são muito desconfiados e não costumam se arriscar em novas alternativas econômicas que não sejam do domínio do seu conhecimento. Assim, a realidade do Tu-

rismo no Espaço Rural em Matozinhos está voltada para as grandes fazendas, não sendo viável para a agricultura de pequeno porte, diante deste contexto, a inserção nesta atividade como uma forma de viabilizar outra possibilidade de fonte de renda e a permanência destas famílias no campo.

Outro fator que vem preocupando o Sr. Evode é o projeto do Aeroporto Industrial de Confins,⁶⁷ iniciativa essa que prevê altos índices de crescimento econômico, o que irá gerar expressivo adensamento urbano-industrial dos municípios envolvidos. Durante o trabalho de campo, já foi possível observar, no meio rural de Matozinhos, Sete Lagoas e Pedro Leopoldo, dezenas de loteamentos destinados à população de baixa renda e projetados sem os pré-requisitos infra-estruturais (acesso, água, luz, transporte, áreas de lazer e convívio social). Este técnico ressentido sobre qual será o futuro das áreas rurais desta região frente a este projeto. “O pessoal não tem discutido as implicações deste projeto de expansão e muitos latifundiários aqui não são da região e possuem menor vínculo com o município. As ações são divulgadas de uma forma e acontecem de outra. A Linha Verde é um exemplo... Estou muito preocupado com o destino da nossa zona rural. Não é nada contra o pobre, mas não é possível consentir com a favelização deste meio a partir de loteamentos de baixo custo. É ruim pra todo mundo e pior ainda para quem vai viver lá. O projeto prevê que, a partir do crescimento econômico induzido, apenas neste Eixo Norte da RMBH, seis milhões de pessoas passarão a conviver por aqui. Vocês já imaginaram que caos será isso?” Confirmando as considerações do Sr. Evode, o jornal eletrônico do Projeto Manuelzão (05/07/2005) esclarece,

um outro impacto positivo esperado pela implementação da ‘Linha Verde’ é de criar uma onda de desenvolvimento ao longo do eixo norte da RMBH, com geração de oportunidades e de novos empregos. Entretanto, os impactos negativos oriundos desse desenvolvimento merecem estudos e planejamento mais aprofundados. Preocupa-nos a gestão sustentável, principalmente da ocupação da área cárstica, sensível à expansão urbana desordenada. Essa região merece uma ordenação urbana especial com visão de bacia hidrográfica e conservação dos seus ecossistemas que possa, principalmente, proteger as áreas de recarga dos seus aquíferos subterrâneos e seu acervo histórico arqueológico.

Assim, as incursões em campo confirmam a relevância do Turismo no Espaço Rural como alternativa econômica para as propriedades rurais desta amostra. Contudo, não foram identifi-

⁶⁷ Quatro anos depois da regulamentação do regime especial pela Secretaria da Receita Federal (SRF), o primeiro projeto de aeroporto industrial do país foi homologado. Três indústrias do setor eletroeletrônico começam a produzir para exportação, a partir de março de 2006, instaladas dentro do aeroporto internacional Tancredo Neves, em Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte. As empresas instaladas na área do aeroporto internacional terão suspensão de impostos federais sobre importações e exportações e também do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na compra de insumos no mercado interno. Este projeto prevê o redesenho urbano-industrial do eixo Norte da RMBH, implicando em expressivos índices de crescimento econômico e impactos negativos de ordem sócio-ambiental (*Agência de Notícias do Governo do Estado*, janeiro de 2006).

cadadas iniciativas de Turismo Rural, ao passo que são reconhecidas algumas atividades de entretenimento turístico voltadas para a valorização da cultura rural. Um desses exemplos foi comentado em outra parte deste texto sobre a opção de entretenimento Tropeada, ofertada pelo Hotel-Fazenda Estalagem, município de Casa Grande. Em geral, foi notória a predominância das opções de entretenimento que valorizam o lazer em relação a esta amostra.

Para não Concluir...

Encerradas, parcialmente, as considerações que dizem respeito a esta amostra, verificou-se que os elementos que incidem sobre a presença e concentração da mesma são: a presença dos centros econômicos da RMBH, a atratividade do Parque Nacional da Serra do Cipó, as atrações das Áreas Turísticas, reconhecidas neste estudo como Ciclo do Ouro, Cidade das Grutas e dos Inconfidentes, e a BR040 (sentido Brasília – Belo Horizonte) enquanto corredor de fluxo turístico regional e interestadual.

Desse modo, infere-se que a existência dessas iniciativas turísticas é atrelada, majoritariamente, à presença de uma oferta turística tradicional (grutas, cidades de estilo colonial) do estado de Minas Gerais, sendo que tais estabelecimentos se aproveitam da projeção desses atrativos para se associar a estas imagens. Um exemplo de referência é a oferta turística no município de Tiradentes. Essa municipalidade recebeu ainda mais visibilidade nacional após sua promoção junto à Rede Globo de Televisão, estratégia de marketing impulsionada pelo ex-diretor desta cadeia televisiva, o Sr. Yves, o que atraiu um expressivo número de investidores e recursos para o município. Atualmente, Tiradentes é a municipalidade não-metropolitana com mais pousos e decolagens de helicópteros no Brasil.

As iniciativas divulgadas como pertencentes à oferta de Turismo Rural em Tiradentes são, na realidade, pousadas e restaurantes localizados na sede municipal e desvinculados da cultura rural desta região. Os estabelecimentos localizados nesta área são pontuais, isolados, representados por hotéis-fazenda que ofertam todos os serviços e que oportunizam tanto uma opção de lazer para a demanda local de melhor poder aquisitivo, quanto uma possibilidade de prestação de serviços básicos — hospedagem e alimentação — para os turistas que se deslocam entre a região da represa de Furnas e a capital mineira.

Ainda sobre essas constatações, outro dado que atesta essas impressões é a baixa relação orgânica entre esta oferta turística e a vocação rural destas municipalidades. De acordo com as

informações do mapa de população rural e concentração da oferta, é constatado que não existe uma lógica entre a concentração desta oferta em função dos maiores percentuais desta população. Ao contrário, exceto o município de Jaboticatubas, as maiores concentrações desta oferta estão em municípios com o percentual menor que 25% de residentes no meio rural (menor índice) e as menores concentrações de estabelecimentos turísticos são as que apresentam os maiores índices de população rural. Esta inversão de proporções contribui para o apontamento de que, em relação a esta oferta, a vocação dos espaços rurais não é um fator determinante de concentração turística.

Por fim, esse mosaico de informações se completa com a verificação sobre a distribuição desta amostra de iniciativas quanto aos serviços turísticos e o perfil das atividades de entretenimento turístico que a caracterizam. Em relação ao primeiro dado, é observado que aproximadamente a metade desta oferta não dispõe de atividades de entretenimento, a outra metade oferta todos os serviços turísticos de forma concentrada e poucos estabelecimentos turísticos trabalham, isoladamente, com a prestação de serviços direcionada para as opções de entretenimento. Em complementaridade, quanto ao perfil das atividades de entretenimento que caracterizam esta amostra, a predominância está centrada na oferta de opções de entretenimento que valorizam as práticas de lazer e de contato com a natureza. As atividades de entretenimento direcionadas para a valorização da cultura rural são pontuais e presentes, em linhas gerais, junto a estabelecimentos que trabalham com opções de entretenimento voltadas para o lazer. Esse panorama da oferta turística identificada como de “Turismo Rural na Área Central” é fortemente condicionado pela demanda turística dos grandes centros econômicos. Assim como exposto por empresários do ramo, as atividades de lazer, oportunidades de descanso e contato com a natureza são as maiores demandas destes turistas consumidores do espaço rural; em contrapartida, a presença das atividades de valorização do mundo rural não é uma exigência desse público.

Uma característica que diferencia esta Área de Estudo das demais tratadas até o momento é, além da expressiva oferta de iniciativas, mais de 30% da amostra total, a atuação de duas associações de mercado intituladas como especificamente voltadas para o Turismo Rural. A AMETUR e a ASSITUR, apesar de se autopoicionarem com esse fim, são percebidas, na realidade, como iniciativas atuantes em favor do Turismo no Espaço Rural. Todavia, é perceptível que as Áreas Turísticas de atuação de ambas foram as delimitações turísticas que apresentaram maior expressividade quanto à presença de atividades de entretenimento dire-

cionadas para o Turismo Rural. Assim, decorre dessa observação que essas associações estimulam tanto a estruturação de estabelecimentos e serviços voltados para o Turismo Rural, quanto abarcam as propostas de turismo que estejam sediadas junto ao espaço rural. Como foi visto em relação à Associação dos Arachás, essas associações de mercado encontram grandes dificuldades em trabalhar especificamente com o Turismo Rural, seja pela inexpressividade dos estabelecimentos que efetivamente possuem apenas este foco, seja porque, em geral, os fundadores e membros dessas associações têm suas propriedades rurais com enfoque de atuação mais amplo.

Assim, essas associações acabam por incentivar ações em ambos os sentidos: as voltadas para o Turismo Rural e as iniciativas voltadas para o Turismo no Espaço Rural. Contudo, a atuação dessas associações ainda não vem proporcionando condições de orientações técnicas capazes de incentivar, expressivamente, a estruturação dessas atividades de entretenimento turístico voltadas para a valorização da cultura rural de base local. Dito de outra maneira, as poucas opções de entretenimento desse caráter não possuem identidade local, estão voltadas para a valorização do modo de vida rural num âmbito geral. Tal condição acaba por atribuir menor identidade cultural a essas atividades turísticas que, deste modo, supostamente, “poderiam estar localizadas em qualquer meio rural do estado”.

E essa concentração da oferta turística, independente de voltada ou não para o Turismo Rural, vem sendo garantida pelos maciços investimentos nos destinos turísticos já consolidados — circuito das Grutas, do Ouro e da Trilha dos Inconfidentes. Essa tem sido a estratégia tanto do governo federal, como estadual: investir recursos em destinos já consolidados, procurando, assim, otimizar a prestação de serviços nessas áreas e polarizar um raio maior de municípios em seu entorno. A reprodução da notícia a seguir valida essa consideração: “Segundo dados do Ministério do Turismo, o turista que visita Minas Gerais tem uma média de permanência de cerca de 2 dias, enquanto que na Bahia esse percentual sobe para 10. Buscando prolongar a estada dos turistas em Minas, alcançar uma média superior a três dias e aumentar o faturamento turístico mineiro, a Associação das Cidades Históricas do Estado, através de recursos do MTur, vai investir cerca de R\$ 6 milhões no projeto.

Qualificação, Estruturação e Promoção das Cidades Históricas de Minas Gerais. Foram criados 160 produtos que envolvem várias áreas do turismo. Amantes do Ecoturismo, do Turismo Cultural ou de Aventura poderão escolher atividades e montar passeios personalizados. Os produtos estão divididos em seis roteiros que passam por algumas das mais famosas cidades mineiras, como São João Del Rey, Tiraden-

tes, Ouro Preto, Diamantina e Sabará, entre outras (*Agência de Notícia do Governo do Estado de Minas Gerais*, 2007).

A veiculação desta notícia aponta não somente a prioridade de investimento dos recursos nos destinos consolidados como, ainda, a menor importância atribuída ao Turismo Rural frente à implementação das ações deste projeto. Ao que parece, para as autoridades competentes a Área de Estudo Central de Minas tem sua vocação turística voltada para estes tipos de segmentos e o Turismo Rural não apresentaria forte apelo em relação ao entorno das cidades históricas. Porém, o trabalho de campo realizado em alguns distritos de Ouro Preto aponta que essa visão dos gestores públicos se apresenta equivocada, uma vez que foi identificada uma série de propriedades rurais que possuem potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas a esse segmento turístico, favorecendo, ainda mais, as possibilidades de diversificação da oferta turística nessas áreas.

Entretanto, por vezes, o Turismo Cultural acaba por assumir esta feição para a estruturação de atividades e serviços junto aos distritos e povoados no entorno das cidades de estilo colonial. Este já é um avanço no caminho da evolução do perfil turístico das atividades turísticas ofertadas nessas áreas. Todavia, não priorizar o Turismo Rural como mais um dos segmentos turísticos possíveis de serem contemplados em relação à diversificação dessa oferta, visto a representatividade do potencial rural destas áreas, é um sintoma das dificuldades que as instituições competentes têm em decodificar o potencial desse patrimônio turístico para a estruturação de iniciativas voltadas para o Turismo Rural. Ainda que o discurso oficial de valorização da dimensão da cultura rural se faça presente, constata-se o entrave em reconhecê-la, na prática, como um atrativo viável e singular para a construção de diferenciais turísticos de base local e regional.

2.5. Caracterização da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Sul de Minas

A Área de Estudo 04 é composta, majoritariamente, pelas mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata, e por uma pequena porção da mesorregião Campo das Vertentes. A exemplo dos outros recortes espaciais, esta Área de Estudo também apresenta suas especificidades histórico-culturais e econômicas. Parte dos aspectos históricos que contextualizam essas peculiaridades são relatados por Moura (2000). De acordo com este autor,

o que caracteriza a economia desenvolvida na região é a policultura, a diversificação da produção adotada na época colonial e mantida no período monárquico. Um estudo do final do século XIX revela essa antiga tendência da agropecuária do Sul de Minas: os terrenos a leste da Mantiqueira, a começar pelo Mar de Espanha até o registro da Bocaina da Aiuruoca, produzem com abundância café, cana-de-açúcar e arroz. Já os terrenos que partem do Rio Grande até os altos da Mantiqueira ao Sul abundam em milho e feijão. Trigo e batata inglesa aclimatam-se bem em Aiuruoca e Baependi. O chá da Índia aclimata-se bem em Jaguari, Pouso Alegre e em todo o Vale do Sapucaí até Jacuí. Algodão e cana-de-açúcar são produzidos em grande quantidade em todas as vertentes do Rio Grande, mas nenhum agricultor deixa de plantar milho, arroz, feijão e mandioca. Os políticos da região tiveram expressiva participação na 'política dos governadores' durante a República Velha, especialmente na chamada 'política do café com leite', o mais notável desdobramento da política dos governadores. Do lado paulista, tinha-se a intenção de privilegiar a monocultura do café e, do lado mineiro, tendia-se para a diversificação.

Em complementaridade à contextualização desse autor, Albino (1956) discorre sobre aspectos da inserção deste território diante do estado ao relatar que,

penetrando fundo no território mineiro, vamos ter o Sul de Minas sem ligações muito fortes com a parte extrema da Zona Metalúrgica, sobretudo a partir do ponto em que o Rio Grande, como acidente geográfico importante, as vai separar. Sua maior relação de identidade é com a região limítrofe do Estado do Rio, e pelo território paulista se expande em termos da civilização tradicional do Vale do Paraíba. Notando-se que a zona sul tem grande profundidade, vamos encontrar uma parte das características intermediárias entre o extremo sul, com influência acentuada, e a Zona do Oeste. Também em razão mesmo dessa profundidade, os pontos centrais de irradiação interna da zona sul têm importância, assim como vão criando outras áreas de ligação. E como já aí nos encontramos em região mais profunda do próprio território brasileiro, agora uma economia interiorana, de cores cada vez mais acentuadas, se vai definindo. Ora a força de irradiação econômica vem do produto, como o café, o leite, as frutas decorrentes do clima; ora da principal atividade, como as estâncias hidrominerais; ora se prende ao sentido de irradiação comercial mais acentuado. À proporção que se vai avançando no sentido do Sudoeste, as influências do Rio Grande vão substituindo as do Sapucaí que havia penetrado em profundidade a região e que deixara Varginha em ponto de especial destaque. E a reentrância do território mineiro acentua influências paulistas, porém muito diferentes das que se faziam sentir a Leste.

A soma destes relatos históricos contribui para parte do entendimento das faces econômicas que hoje predominam nessa Área de Estudo e como se dá sua relação com a porção central de Minas Gerais e os estados-limítrofes do Rio de Janeiro e São Paulo. Desse modo, as características marcantes desta área de estudo, do ponto de vista sócio-econômico, são a policultura presente na agricultura (o que também contribuiu para determinar a extensão territorial dos municípios, notadamente a porção do estado com municípios de menor extensão neste sentido), a expressiva produção de leite (a mesorregião Sul/Sudoeste é a maior bacia leiteira do

estado e considerada uma das maiores do país), de café, a identidade sócio-cultural desta área com o Vale do Paraíba / SP e com parte do Rio de Janeiro.

Além disso, o precoce processo de industrialização vivenciado por essa região, em função da cultura cafeeira, permitiu sua maior independência em relação ao centro econômico do estado, o que possibilitou o desenvolvimento de cidades de porte médio como referências na prestação de serviços, desenvolvimento industrial e infra-estrutura para esta região. Uma outra peculiaridade sobre esta Área de Estudo são as municipalidades que possuem sua economia baseada na atividade turística. Esses municípios são parte das estâncias hidrominerais que compõem o Circuito das Águas, entre eles: São Lourenço, Caxambu, Cambuquira, Lambari, Bependi. Outras municipalidades que se destacam neste mesmo sentido são Caldas, Carrancas, Poços de Caldas, Camanducaia, Itamonte e Passa Quatro.

O mapa de localização desta Área de Estudo — página 180 — contribui para a visualização de outros fatores que incidem sobre a oferta turística nesta Área de Estudo. Assim, é possível observar que as municipalidades com esta oferta turística coincidem com a área de influência do Parque Nacional da Serra da Canastra (unidade de conservação próxima dos números 92 e 93), do Parque Estadual da Serra do Papagaio (unidade de conservação próxima dos números 39 e 31), do Parque Estadual do Ibitipoca (unidade de conservação próxima dos números 19 e 20), do Parque Nacional Serra do Caparaó (unidade de conservação próxima dos números 1, 2 e 3), da delimitação do Circuito das Águas (correspondente aos números 32, 37, 38, 40), do Circuito das Malhas (correspondente aos números 68, 69 e 70), do Circuito Caminhos das Gerais (correspondente aos números 71, 72 e 73), da represa de Furnas, (correspondente aos números 74, 75, 76, 79, 80, 88, 89 e 89) e da Serra da Mantiqueira (correspondente à localização do número 55 até o ponto do número 16). Em suma, a partir desse elenco de condicionantes de oferta, é possível resumir que, em linhas gerais, de acordo com o mapa de localização, essa amostra turística está atrelada, de forma mais significativa, ao apelo das atrações turísticas baseadas em recursos naturais — serra da Mantiqueira, Unidades de Conservação e a represa de Furnas. De outra parte, essa oferta também se vincula à delimitação dos circuitos turísticos citados — das Águas, das Malhas, dos Caminhos Gerais — com destaque para o apelo turístico das estâncias hidrominerais. E, por fim, as estâncias climáticas como Camanducaia, Maria da Fé, Itamonte e Passa Quatro. Tais constatações incidem com diferenciada intensidade sobre a concentração e perfil da amostra turística em questão. Antes de prosseguir

com a interpretação dessas relações de causa e efeito em relação às atrações turísticas citadas — relações essas que favorecem a interpretação de parte da geografia do Turismo Rural na Área de Estudo Sul de Minas — são apresentadas, a seguir, as características gerais desta amostra de estabelecimentos.

MAPA 19 - Localização da Oferta de Turismo Rural no Sul de Minas

Apresentação Geral da Amostra de Iniciativas Turísticas na Área Sul de Minas

A Área 04 possui, no todo, 289 estabelecimentos considerados de Turismo Rural, distribuídos por 94 municípios. Este dado indica que a amostra sulina representa, aproximadamente, 50% das iniciativas turísticas do universo total da pesquisa. Em vista das características sócio-econômicas e culturais que marcam essa Área de Estudo, a mesma é apontada como o recorte espacial mais propenso ao desenvolvimento deste segmento turístico, ou seja, a importância e o modo como as atividades primárias se desenvolveram ali favoreceram a formação de identidades sócio-culturais e a composição de paisagens rurais expressivamente favoráveis ao desenvolvimento do Turismo Rural, inclusive como vetor de desenvolvimento de base local. É passível considerar que tal número de iniciativas é condizente com sua vocação rural ou mesmo um pouco aquém do seu potencial turístico. Quanto à natureza do cadastramento dessas iniciativas, 19% das mesmas não dispunham de descritivo comercial. Mas, essa condição, como observado na Área Central, não impede que a amostra possa ser caracterizada.

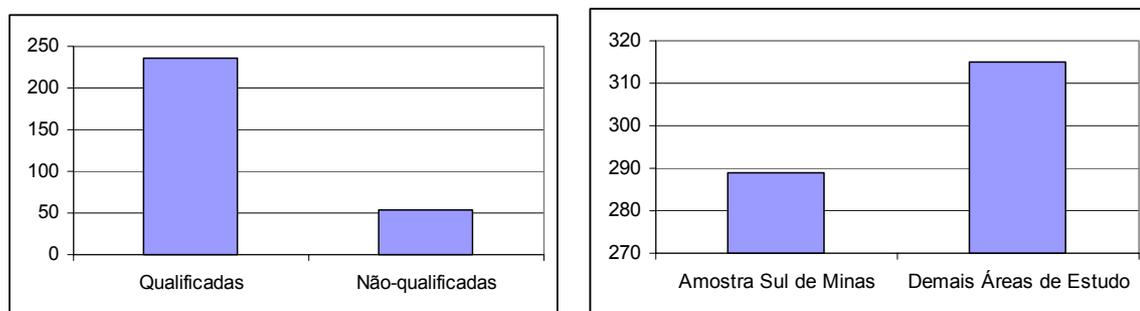


GRÁFICO 18 – Situação Cadastral e de Representatividade Quantitativa da Oferta de Turismo

Rural na Área Sul de Minas

Amostra: 289 Iniciativas Turísticas

Considerando-se a distribuição desta oferta em relação às sete categorias de combinação de serviços turísticos, evidenciou-se que esta ocorre de forma irregular, assim como pode ser verificado no gráfico 19 — página 183. As categorias de serviços “H/AL” e “H/AL/AT” são as mais expressivas, indicando, assim como observado na Área Central, o perfil convencional turístico dessa amostra. Um outro dado que corrobora esta constatação é a expressão quantitativa — 54%, das categorias que não ofertam atividades de entretenimento turístico, ou seja,

um dado que indica apenas a prestação dos serviços básicos da atividade turística — hospedagem e alimentação — por parte de mais da metade do universo de estabelecimentos em questão. Frente aos princípios utilizados para caracterização desta oferta turística, este dado aponta, a princípio, a menor propensão do conjunto desta amostra como condizente com uma proposta de Turismo Rural.

Entre as Iniciativas Qualificadas, somente 09 trabalham, exclusivamente, com serviços turísticos voltados para oferta de atividades de entretenimento. Tal informação acusa a baixa vocação das iniciativas desta Área de Estudo para a formatação de circuitos e rotas temáticas. Esta constatação, a priori, não condiz com a realidade do meio rural da porção Sul de Minas, uma vez que foi observado, durante os trabalhos de campo, que a zona rural desta área possui diversas iniciativas de caráter associativista, sejam voltadas para dimensão agrícola ou não. A influência do imigrante europeu nesta região favoreceu a cultura do trabalho coletivo, da ajuda mútua para dar conta dos desafios enfrentados pela policultura. As relações de compadrio, proximidade e solidariedade comunitária são características significativas de muitas comunidades e bairros rurais desses municípios. Em relação à situação da Área Sul de Minas, pode ser percebido que, quanto à distribuição dos serviços turísticos, esta oferta é entendida, a partir dos dados gerados para esta pesquisa, como uma amostra turística de caráter convencional e menos favorável a trabalhar de forma integrada; isso, tendo em vista do expressivo percentual de estabelecimentos com concentração dos três serviços — 38% — e de iniciativas que não oportunizam opções de entretenimento — 54%, assim como seu inexpressivo percentual de estabelecimentos que ofertam apenas atividades de entretenimento turístico — 3%, ou seja, nove iniciativas turísticas.

Ao levar em conta o perfil traçado para esta amostra, é válido salientar que o mesmo tem como subsídio básico de informações o descritivo comercial destas propostas turísticas. Assim, é admissível que este perfil possa se alterar em face de como, na realidade, tal prestação de serviço turístico venha a acontecer. Diante de tal hipótese, o panorama traçado para esta Área de Estudo poderia estar equivocado por uma questão da forma de divulgação desta oferta.

Porém, o trabalho de campo contribuiu para a verificação de parte desta realidade e, diante do pequeno número de iniciativas visitadas, o que se percebe é que os dados aferidos em gabinete expressam, em linhas gerais, o perfil desta amostra.

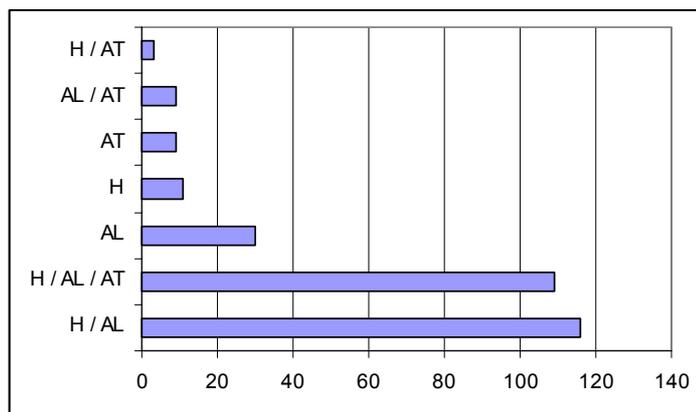


GRÁFICO 19 – Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Sul de Minas

Amostra: 289 Iniciativas de Turismo Rural

Outra informação que vem a confirmar o perfil convencional do universo de estabelecimentos intitulados de Turismo Rural em questão é o resultado sobre o detalhamento da distribuição dessa oferta de serviços turísticos. A observação das informações no gráfico a seguir e do mapa dos Tipos de Iniciativas Turísticas — página 184 — traz dados relevantes sobre este contexto. Segundo as informações do gráfico 20, os estabelecimentos predominantes são, assim como na Área Central, os que ofertam serviços de hospedagem — pousada e hotéis-fazenda (responsáveis por 73% da amostra). Os estabelecimentos voltados para a prestação de serviços de alimentação aparecem logo em seguida, com 10% de representatividade. Um dos diferenciais desta amostra em relação às demais áreas de estudo é a presença de pesque-pagues, que, até então, não configuravam como um tipo de estabelecimento representativo. Este tipo de situação também foi evidenciado por Bricalli (2006) no Rio Grande do Sul que relata

no caso dos pesque-pagues, é identificado que esta atividade vem sendo desenvolvida principalmente em propriedades relativamente próximas aos centros urbanos, caracterizando um lazer de baixo custo para residentes urbanos. Em virtude dos investimentos relativamente baixos se comparados com os hotéis-fazenda, os pesque-pagues se constituíram em atividades complementares de propriedades rurais pequenas e médias.

Em relação a esta amostra, a maior parte destes estabelecimentos está situada em Andradas e, ao observar a localização dos mesmos, é constatado que todas estas iniciativas se localizam às margens das rodovias, representando, dessa forma, tanto uma opção de lazer para os naturais

de Andradas, como uma opção de entretenimento para os turistas oriundos da região de Poços de Caldas e Caldas, assim como atestado por Bricalli (2006). Outra informação que pode ser observada no mapa é que as regiões dos circuitos turísticos apresentam, além da maior diver

MAPA 20 - Tipos de Iniciativas da Oferta de Turismo Rural no Sul de Minas

sidade de tipos de iniciativas turísticas, uma das maiores concentrações da oferta turística. As outras concentrações turísticas de maior expressividade, assim como comentado em relação ao mapa da localização desta oferta turística, coincidem, exatamente, com alguns dos condicionantes apontados: o Parque Nacional da Serra da Canastra, o Parque Estadual da Serra do Papagaio, a Represa de Furnas, a Serra da Mantiqueira e as estâncias climáticas Camanducaia, Extrema e Gonçalves, localizadas no extremo sul do estado. Essas informações permitem inferir que a sobreposição da concentração desta oferta em relação a estes atrativos turísticos, somada ao perfil dos serviços e tipos de iniciativas turísticas, não aponta que o universo de estabelecimentos em questão venha a condizer com uma oferta direcionada para o Turismo Rural.

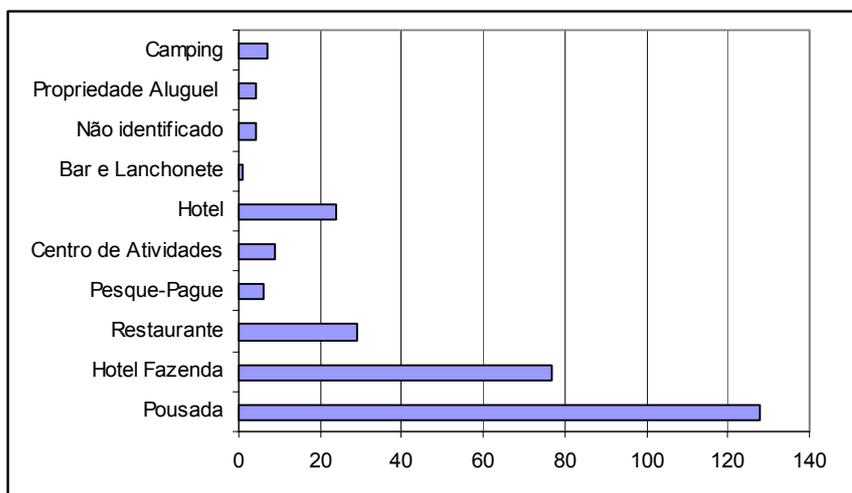


GRÁFICO 20 – Detalhamento dos Serviços Turísticos na Área Sul de Minas

Amostra: 289 Iniciativas de Turismo Rural

A concentração e diversidade destes estabelecimentos em relação a algumas condicionantes têm interface, assim como é uma constante nas outras áreas, com a intervenção do poder público e demais instituições. O Informativo do SEBRAE-MG de 2001 contribuiu para contextualização de parte das ações de fomento ao desenvolvimento da atividade do turismo que ocorreram, neste sentido, voltadas para esta área. Segundo este boletim, na

área do Turismo Rural, o Sebrae Minas Gerais, através do Programa Sebrae de Turismo, incentivou projetos como o de Maria da Fé, no sul de Minas. Este município, com as temperaturas mais baixas do Estado, e cuja principal atividade econômica era o cultivo da batata, entrou em crise em 1996. Seu clima frio favoreceu o desenvolvimento do Turismo Rural como alternativa à monocultura da batata. Hoje já são 33 municípios beneficiados por aquele Programa, com 88 empreendimentos implanta-

dos, e a previsão da incorporação de outros 30 municípios até o final de 2001. Em regiões mineiras de ocupações mais antigas, velhas fazendas vêm adotando atividades turísticas para resguardar o meio rural dos perigos da degradação ambiental, arquitetônica, cultural e dos baixos rendimentos. Exemplo disso são as antigas fazendas na Serra de Carrancas, microrregião dos Campos das Vertentes ao sul de Belo Horizonte.

Também como registra um artigo jornalístico da revista *Globo Rural* de seu número de setembro de 2001:

o bom das principais fazendas de Carrancas que aderiram ao Turismo Rural é que elas funcionam de fato como fazendas. Mais de 90% do que se come e se bebe no café da manhã, no almoço e na janta são colhidos, criados e preparados ali mesmo. O milho para os tradicionais biscoitos, pães, broas e bolos, o leite dos variados queijos e da manteiga, as frutas, as geléias, os famosos doces mineiros, o arroz, o feijão, os legumes, alguma verdura, a cana das cachaças artesanais, o frango para se comer com quiabo e ao molho pardo, as carnes de porco e de boi. Tudo feito, obviamente, no fogão a lenha.

Por fim, nesta região de Minas, conclui Roque (2001),

as propriedades que aderiram ao turismo começaram com baixos investimentos e ainda são administradas pelas próprias famílias, com importante participação da mulher. Mantêm-se, nesse caso, as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas fazendas, até porque isso significa um dos atrativos para o visitante urbano.

Segundo esses depoimentos, é evidente a atuação do SEBRAE junto aos municípios do Sul de Minas na tentativa de induzir a formatação de produtos turísticos voltados para o Turismo Rural e o Turismo no Espaço Rural. Um detalhe que chama atenção no boletim do SEBRAE é a colocação de que o clima frio de Maria da Fé favorece a estruturação de propostas turísticas voltadas para este segmento turístico. Em relação ao programa *Turismo Competente* do SEBRAE (o mesmo mencionado neste boletim), em Maria da Fé, Almeida (2006) constatou que, apesar dos esforços centrados para a estruturação desta oferta, não houve demanda turística para a oferta induzida por este programa. Assim, devido ao apelo climático do município, as iniciativas turísticas de Maria da Fé receberam uma demanda turística com o perfil do que é popularmente designado como “Turismo de Estâncias”. O perfil desta demanda é a procura de atividades turísticas voltadas para o lazer, o conforto e o descanso. Em Maria da Fé foi observado um descompasso entre a proposta de estruturação da oferta e a demanda turística real para este segmento. Ao entrevistar um dos donos da Fazenda Pomária, um dos estabelecimentos que aderiram a este programa do SEBRAE, o Sr. Zeca relatou que atualmente a fazenda

tem seu foco de atuação turística voltada para o lazer, as atividades de cunho pedagógico e ecológico e a realização de eventos. Este gestor ainda comenta que, assim como ocorreu com a fazenda Pomária, restou às demais iniciativas a ampliação do seu foco de atuação para garantir o retorno dos investimentos realizados.

Outra ação de fomento à atividade turística nesta Área de Estudo é o Projeto Piloto Circuito Turístico Serras Verdes,⁶⁸ que integra o Programa Estadual de Desenvolvimento do Turismo Rural (PEDTUR) de Minas Gerais, cujas ações foram reconhecidas no programa Minas Excelência em Agricultura, realizado em 18 de abril de 2005. São parceiros nesse programa a Secretaria de Agricultura (SEAPA), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Turismo (SETUR), Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Secretaria da Fazenda (SEF), além da Associação Mineira de Turismo Rural (AMETUR), da Assembléia Legislativa e da Associação Mineira de Municípios (AMM). As intervenções voltadas para este circuito já começaram a demonstrar efeito, visto que, em relação ao segmento turístico em questão, três municipalidades desta proposta turística são as maiores concentrações da oferta de Turismo Rural no estado, segundo este estudo. Os municípios de Camanducaia, Gonçalves e Extrema possuem, respectivamente, 22, 19 e 9 estabelecimentos turísticos divulgados com este fim.

Além dessas ações, assim como mencionado durante a caracterização da Área Oeste de Minas, o Circuito da Canastra também tem sido alvo de significativos investimentos econômicos tanto por parte do Ministério do Turismo, como do governo estadual. Este circuito foi priorizado dentro do programa ministerial *Roteiros do Brasil*, como um dos três roteiros prioritários do estado a ser consolidado. Tal condição favoreceu que este circuito venha a receber investimentos voltados para a infra-estrutura básica e turística. Desse modo, após a colocação deste

⁶⁸ Dezoito municípios compõem este circuito, a saber: Bom Repouso, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Cambuí, Camanducaia, Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Gonçalves, Inconfidentes, Itapeva, Munhoz, Paraisópolis, Pouso Alegre, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Tocos do Mogi e Toledo.

breve panorama de ações voltadas para esta Área de Estudo, é possível compreender, em parte, por que tal recorte espacial apresenta uma expressiva oferta turística.

Para finalizar a apresentação da amostra de iniciativas da Área Central de Minas, é contemplado, a seguir, o perfil das atividades de entretenimento turístico relativo a esta amostra. A partir do gráfico 21, é possível observar que 30% das opções de entretenimento ofertadas ao turista é o passeio a cavalo. Em seguida, com 17%, estão os Esportes de Aventura e, em terceira posição, a Pescaria — 14%. Estes percentuais anunciam mais uma das especificidades quanto a tal Área Central de Minas. Os Esportes de Aventura assumem, frente ao universo desta amostra, uma posição de destaque até então não observada nas demais áreas. Este percentual está atrelado ao peso dos apelos turísticos relacionados aos recursos naturais nessa área. As unidades de conservação, a represa de Furnas e a serra da Mantiqueira são identificadas como atrações turísticas responsáveis por esse dado. Quanto às outras opções de entretenimento que despontam em primeiro e terceiro lugar — o passeio a cavalo e a pescaria, estas atividades de entretenimento estão voltadas para a valorização do lazer e do contato com a natureza. Ora o espaço natural é utilizado como suporte físico, ora como atrativo. Porém, as opções de entretenimento, estruturadas a partir do reconhecimento da cultura rural de base local, assumem um percentual quase ínfimo diante da frequência das outras atividades. Em face dessas constatações, pode ser observado que, mesmo que esta seja a Área de Estudo com maior vocação para o desenvolvimento do segmento Turismo Rural, as iniciativas desta amostra divulgadas a este título, em suma, não condizem com a proposta de tal segmento. Novamente, o que se identifica é a presença de atividades voltadas para esta proposta de turismo em detrimento do reconhecimento de iniciativas ou estabelecimentos totalmente focados para o mesmo.

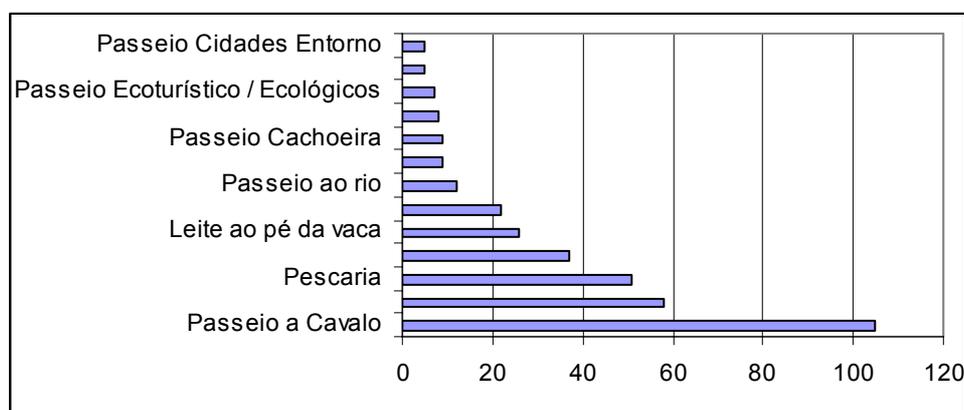


GRÁFICO 21 – Atividades de Entretenimento Turístico ofertadas pelas Iniciativas de

Turismo Rural na Área Sul de Minas

Amostra: 421 Ocorrências de Oferta de Atividades Turísticas

Uma outra informação decorrente destas considerações é que os resultados aferidos até o momento não apontam, a princípio, para a total ausência desse tipo de oferta nesta área, mas, ao menos, para a falta de divulgação de iniciativas que efetivamente sejam condizentes com a proposta de Turismo Rural. Também é oportuno salientar que é admissível o fato de que, nesta amostra analisada, possam vir a existir propostas condizentes com este segmento, entretanto, da forma como se descrevem comercialmente, elas não se fazem entender com este propósito de atuação. Durante toda a pesquisa, é notória a dificuldade dos estabelecimentos em comunicar, de forma clara, seu foco de trabalho. A título de ilustração, uma das informações menos veiculadas e de maior complexidade para seu entendimento é a divulgação, quando existente, de atividades de entretenimento no entorno autóctone da propriedade. Ainda neste sentido, também, em geral, é difícil identificar, apenas através do descritivo comercial, se as opções de entretenimento envolvem, ou não, o acompanhamento de algum responsável por elas. Tais ruídos de comunicação presentes nos recursos de divulgação turística revelam, para além do desconhecimento técnico dos segmentos turísticos existentes, a dificuldade que os proprietários apresentam em precisar e valorizar sua proposta de trabalho, ressaltando elementos que podem ser identificados com seu diferencial turístico.

Assim, de acordo com a análise da oferta de atividades de entretenimento turístico, foram identificadas opções de entretenimento turístico voltadas para o Turismo Rural em três áreas de oferta turística, identificadas a seguir, no próximo tópico.

Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural na Área Sul de Minas

Antes de abordar os Eixos e Áreas Turísticas próprios desta área, é apresentado o mapa de Concentração da Oferta Turística e População Rural da Área Sul de Minas — página 190. Assim, de acordo com as informações trazidas pelo mesmo, é possível considerar que, em vista das outras áreas de estudo, a Sul de Minas é a que apresenta uma relação orgânica mais significativa com a vocação rural das municipalidades que a compõem. Esta consideração tem como fundamento a constatação de que cinco municípios com expressiva concentração da oferta turística possuem um percentual de população rural acima de 40%, sendo eles: Carran-

cas, Aiuruoca, Alagoa, Gonçalves, Caldas. Porém, apesar de, em relação à amostra total, este recorte espacial assumir tal posicionamento, ao retornar para a análise individual desta área, ainda é considerável que, no âmbito geral, a maioria desta oferta turística não ocorre em função da vocação turística dos seus espaços rurais, tendo como parâmetro o quesito do percentual de população rural.

Diante dessa perspectiva, é observado que a condição das outras áreas se repete em relação a essa Área de Estudo, ou seja: a maior parte das concentrações turísticas expressivas não está

MAPA 21 - População Rural na Oferta de Turismo Rural na Área Sul de Minas

atrelada aos maiores percentuais de população rural, ao passo que altos índices de população rural possuem baixa concentração de oferta. Tais dados vêm a confirmar que a maior parte desta amostra de iniciativas não é estruturada a partir da aptidão da cultura rural das municipalidades onde se encontram sediadas. Esta verificação ainda é corroborada pelo fato de mesmo os estabelecimentos turísticos situados nos municípios com maior concentração de população rural não apresentarem uma proposta turística condizente com esse segmento.

O gráfico 22 indica o perfil de localização dessa oferta turística. Ao contrário do que se verifica na área Central de Minas, nesta amostra predominam as iniciativas localizadas à margem das rodovias. Apesar de não diferir tanto a predominância entre a primeira e a segunda categoria de localização, é observado que nas menores concentrações turísticas está situado o maior percentual de iniciativas relacionadas a esta categoria.

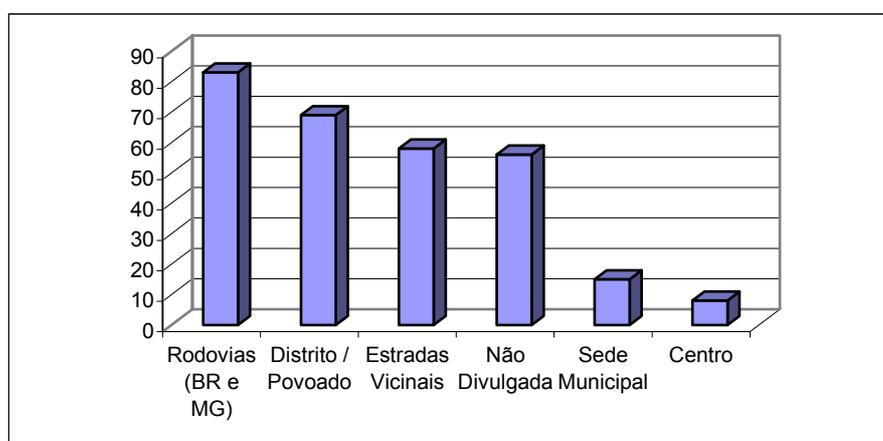


GRÁFICO 22 – Localização das Iniciativas da Oferta de Turismo Rural na Área de Estudo Sul de Minas
Amostra: 289 iniciativas turísticas

Adiante, as impressões advindas dessas condições são inter-relacionadas com a configuração espacial dos Eixos e Áreas Turísticas esboçados neste recorte espacial, que podem ser acompanhados no mapa da página 192. Frente à realidade desta amostra, foram identificados 4 Eixos e 9 Áreas Turísticas.

Ao considerar a classificação dessas delimitações turísticas, é possível observar que existe a distribuição, aproximadamente, regular entre tais categorias. Entretanto, as áreas turísticas que

apresentam, entre outras opções de entretenimento, atividades condizentes com o segmento turístico em questão são as áreas: Serra do Papagaio (9), do Café (3) e Caminhos do Sul de

MAPA 22 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no Sul de Minas

Minas (7). Os Eixos Turísticos estruturados em função das BRs 040 (10) e BR116 (11) apresentam distintos perfis.

Apesar de voltados para o fluxo de turistas presente nesses corredores de deslocamento, a maior concentração e diversidade de estabelecimentos no Eixo da BR 040 garantem aos mesmos estabelecimentos propostas turísticas diversificadas de atendimento ao turista. Os outros dois eixos — Caparaó (12) e Terras Altas da Mantiqueira, identificados a partir do apelo turístico de atrações baseadas em recursos naturais — têm um perfil parecido quanto à proposta de suas atividades de entretenimento turístico.

O apelo ecológico em função da presença dos recursos naturais é expressivo e as atividades de lazer complementam a variedade das opções de entretenimento para os turistas que buscam desfrutar do contato com a natureza de outra forma. Outras delimitações turísticas identificadas como de expressivo apelo ecológico são as áreas turísticas da Canastra (1) e Serra do Papagaio (9). Ambas as áreas têm como maior atração as unidades de conservação que dão nome às mesmas.

Entretanto, a área da Canastra não dispõe de apenas uma atividade voltada para a valorização da cultura rural, ao passo que a área Serra do Papagaio oferta mais atividades dessa natureza. Interessante é evidenciar a pouca expressividade de opções de atividades de entretenimento turístico desse caráter na área da Canastra, uma vez que a mesma é assistida pela Associação Cerrado dos Arachás, que também tem seu foco voltado para o Turismo Rural.

A única atividade neste sentido identificada nesta área foi a vivência de acompanhamento do processo de fabricação do queijo canastra, uma atividade ofertada pela Fazenda Agroserra situada em São Roque de Minas. A maior presença de atividades de entretenimento turístico desse cunho, na Área Turística Serra do Papagaio, ocorre nos municípios de Cruzília (Pousada do Barão) e Aiuruoca (Fazenda São Pedro e camping Morro do Sol). E entre as atividades e frequências identificadas estão:

QUADRO 11

Atividades de Entretenimento Turístico de Valorização da Cultura Rural na Área Sul de Minas

Atividades Valorização Cultura Rural	Frequência
Caminhada pelo cafezal	1
Cavalgada no cafezal	1
Extração de Mel	1
Passeio nas Fazendas Vizinhas	1
Acompanhar as lidas dos animais	1
Passeio até o povoado de Campina	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

Assim como pode ser observado, a diversidade e frequência das mesmas ainda são muito pequenas em relação às possibilidades de opções de entretenimento que podem ser formatadas para esta região. Um outro comentário que cabe neste momento é a ausência do município de Carrancas diante dessa oferta.

Em relação às atividades de entretenimento turístico divulgadas pelos estabelecimentos dessa municipalidade, não foram identificadas oportunidades desse caráter em meio à oferta municipal. Ressalta-se esta condição frente a tal município, visto que, na reportagem da Revista Globo Rural, as fazendas de Carrancas foram citadas como autênticas ofertas de Turismo Rural.

Entretanto, as possibilidades que podem contextualizar essa situação são: a não-divulgação dessas fazendas como ofertas de Turismo Rural ou a reestruturação do foco dessas iniciativas, assim como verificado em relação à oferta turística de Maria da Fé. As outras áreas que apresentaram atividades de valorização da cultura rural — do Café e Caminhos do Sul de Minas, apresentam as condições a seguir:

QUADRO 12

Atividades de Entretenimento Turístico nas Áreas Turísticas do Café e dos Caminhos do Sul de Minas

Área Turística do Café	
Atividades	Frequência
Café colonial com danças típicas	1
Visita ao Museu do Café	1
Vivência da rotina da fazenda	1
Visita Guiada ao cafezal	1
Área Turística Caminhos do Sul de Minas	
Atividades	Frequência
Trilha do café colonial	1
Colheita no pomar	1
Vivência da rotina da fazenda	1
Acompanhar produção de doces típicos	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

A relação dessas atividades também aponta a baixa diversidade e frequência de oferta de opções de lazer nesse sentido. Outra observação que procede é a vinculação das atividades estruturadas com esse fim ainda baseadas, em sua maioria, de acordo com os ofícios agrícolas das propriedades. Ou seja: a cultura rural ainda é encarada como a cultura agrícola e outras dimensões do Mundo Rural ainda não são aproveitadas para a oferta de atividades nesse sentido, tais como: a musicalidade, a religiosidade, a tradição oral, as credences, o tipo de organização social, o ofício do artesanato, entre outras possibilidades. Por fim, na área Turística 04 — Caminhos das Gerais, ainda que este não seja o perfil identificado das atividades que caracterizam essa delimitação turística — duas atividades voltadas para a valorização da cultura rural são desenvolvidas em Andradas. Uma diz respeito ao conhecimento da rotina de uma fazenda através da estruturação de uma atividade pedagógica, ofertada pela Pousada Pedra do Elefante. A outra atividade é ofertada também por uma pousada, a dos Sauás — que oportuniza a seus hóspedes a possibilidade de visitar o centro de artesanato Tramas da Terra (uma iniciativa da qual este estabelecimento é fundador e mantém parceria). A visita tem como objetivo conhecer o modo como as agricultoras da região aproveitam a matéria-prima local para

produzir manualmente peças artesanais de taboa, argila, palha e outras matérias-primas. E, em última instância, também é identificado um passeio às fazendas vizinhas promovido por uma pousada em Gonçalves, município da Área Turística Serra Verde (13).

Dado o volume de informações a ser comentado nesta Área de Estudo, não será contemplada, com maior detalhamento, a descrição dos resultados aferidos durante as incursões de campo para esta área. Entretanto, serão citadas as cidades visitadas e um parecer geral sobre as impressões extraídas de campo. As municipalidades que tiveram parte de sua oferta reconhecida foram: Andradas, Poços de Caldas, Três Pontas, Guapé, Maria da Fé, Camanducaia, Extrema e Gonçalves. Estes municípios foram visitados aleatoriamente em função de facilidades obtidas com trabalhos de campo realizados para as disciplinas da pós-graduação e outras incursões de campo do CEPLANTUR.

As percepções extraídas durante esses trabalhos de campo vieram a confirmar tanto as considerações preliminares aferidas a partir da pesquisa de gabinete, quanto corroborar a colocação de que esta é, entre as quatro áreas de estudo estabelecidas para esta pesquisa, o recorte espacial mais propenso ao desenvolvimento do Turismo Rural no estado. A diversidade das paisagens rurais (mosaicos de plantações, cabeceiras de matas, recursos hídricos, edificações histórico-culturais, entre outros elementos), a proximidade dos distritos com as sedes municipais, as boas condições de acesso das estradas vicinais, a riqueza do patrimônio sócio-cultural vinculada às lidas agropecuárias (material e imaterial), a cultura associativista. Esses, e outros fatores, colocam essa área de estudo em uma condição potencial privilegiada para a estruturação de iniciativas e atividades direcionadas para o Turismo Rural.

Para não Concluir...

Findadas, parcialmente, as considerações que dizem respeito à totalidade desta amostra, é possível discorrer sobre alguns apontamentos que contextualizam, de forma geral, a oferta turística sulina. Em relação à totalidade da oferta turística levantada nessa área, verificou-se que os elementos que incidem sobre a presença e concentração da mesma são, com maior expressividade, as atrações turísticas voltadas para os recursos naturais. Além disso, outros fatores condicionantes da presença desta oferta são o apelo turístico dos circuitos das Águas e dos Caminhos Gerais, e as BRs 040 e 116.

O fato de a maior parte dessa oferta estar voltada para estes tipos de apelo turístico — os recursos naturais e as unidades de conservação — tem como consequência a alteração do perfil das atividades de entretenimento turístico encontradas nesta amostra. Ou seja: a Área Sul de Minas é a única a apresentar oferta de esportes de aventura como segunda atividade de entretenimento turístico mais freqüente. Outra especificidade desta oferta é que, apesar da baixa diversidade e freqüência, esta é a área onde mais foram identificadas tanto Áreas Turísticas como municipalidades com opções de entretenimento turístico voltadas para o Turismo Rural. Credita-se este resultado às intervenções realizadas por órgãos de fomento à atividade turística em relação a esta amostra, o que pode, num primeiro momento, não ter gerado, diretamente, a formatação dessas opções de entretenimento. Contudo, as intervenções desses atores contribuíram para a maior disseminação de informações a respeito desse segmento turístico no Sul de Minas, fato que vem a influenciar, de modo geral, a caracterização do perfil da oferta.

Apesar de constatar algumas das intervenções realizadas neste sentido, na Área Sul de Minas não foram identificadas associações de turismo que trabalhem com o foco isolado em relação a esse segmento turístico. A ausência de identificação de uma oferta turística de estabelecimentos voltada para esse segmento pode ser a explicação para a falta de tais associações.

Quanto ao perfil convencional turístico desta amostra, tal dado acusa que, apesar das intervenções técnicas realizadas desde o final do século XX em prol da evolução do perfil dessa oferta, essas ações e esforços ainda são insuficientes para induzir à estruturação de estabelecimentos turísticos desvinculados da oferta tradicional de hospedagem e alimentação, ou à concentração dos três tipos de serviços — H/AL/AT. Assim como pôde ser observado, frente a esse universo de estabelecimentos não é identificada a existência de roteiros, circuitos ou rotas temáticas que privilegiem o Turismo Rural. A combinação dessa oferta com os demais segmentos turísticos dá origem a diversos circuitos turísticos nesta região, contudo, voltadas especificamente para o Turismo Rural não são verificadas iniciativas nesse sentido.

Outra informação colocada que expõe a carência de orientações técnicas e a insuficiência dos projetos e programas executados com tal finalidade em relação a esta amostra, é a diversidade e freqüência das atividades de entretenimento turístico voltadas para a valorização da cultura rural. Assim como citado, a maioria dessas atividades está voltada para a valorização da cultura agrícola. Apesar da representatividade dela para a cultura rural, esta não pode ser reconhe-

cida apenas neste âmbito. Ainda falta assistência técnica para os proprietários desses estabelecimentos, incentivando, assim, que outras leituras possam ser realizadas sobre as culturas rurais, de base local e regional, estimulando, desse modo, a estruturação de atividade de entretenimento turístico que contemple a riqueza dos elementos a ser reconhecidos nas ruralidades dos espaços que sediam esses estabelecimentos.

Por fim, foi ressaltado, em relação a esta amostra, que a mesma constitui quase a metade de iniciativas turísticas divulgadas como propostas de Turismo Rural no estado. E que, diante do verificado em relação aos critérios e recursos utilizados para a avaliação da mesma, não foram identificados estabelecimentos, senão opções de entretenimento turístico com as respectivas propostas em favor do segmento turístico em questão. Dessa constatação, decorre que os resultados aferidos neste estudo não pressupõem a total ausência de estabelecimentos turísticos condizentes com o Turismo Rural nesta área de estudo. O que se coloca é que, da forma como tais iniciativas descrevem comercialmente suas propostas, não foi possível reconhecer entre elas um estabelecimento que tivesse seu foco de atuação para o Turismo Rural especificamente. Entretanto, tal resultado está atrelado a possíveis ruídos de comunicação que possam estar presentes na forma de divulgação adotada por tais iniciativas. Também é válido ressaltar que tanto pode haver iniciativas turísticas que se encaixam neste perfil, mas não se divulgam como tal, bem como outras propostas que se classificam como estabelecimentos condizentes com essa proposta, mas que não figuraram entre os meios de divulgação consultados para esta pesquisa. Um exemplo da primeira hipótese colocada é uma iniciativa que se desenvolve ao longo de alguns municípios no Sul de Minas e não se intitula como uma proposta deste gênero. A reprodução do texto jornalístico a seguir, retrata essa colocação:

“Um programa de televisão, mostrando um local chamado ‘Estrada Bonita’, em Santa Catarina, inspirou a artesã Flora Maria Mello a criar o ‘Caminho do Artesanato’ em São Lourenço, com o mesmo objetivo: levar o turista à casa do artesão para conhecer sua arte, o uso da matéria-prima e resgatar o valor cultural da produção artesanal da região. A idéia surgiu em 1995 e, no ano seguinte, o caminho já era uma realidade, unindo diversos artesãos da zona rural e urbana. Hoje, o Caminho do Artesanato reúne produtos como tapetes feitos em tear manual, artesanato em papel reciclado, flores secas, papel machê, frutas em madeira, bonecos de pano, cerâmica utilitária, pintura barroca, além de produtores de queijos, doces, mel e hortaliças. Parte dessa produção fica exposta na loja do Caminho do Artesanato, na Aldeia Vila Verde, centro de São Lourenço. Outros

produtos são vendidos na Parada Ramon, uma antiga estação ferroviária localizada na saída para Caxambu, em frente ao Hotel-Fazenda Ramon. O Caminho do Artesanato ainda passa por sítios ao longo do Anel Rodoviário e os bairros Cafundó, Estação, Porta do Céu, Vale dos Pinheiros e a vizinha cidade de Carmo de Minas. (...) Como diria Flora Mello, uma porta foi aberta para receber apoio, assim como as portas dos artesãos que se abrem aos turistas: ‘a idéia do Caminho do Artesanato é justamente abrir a porta ao visitante, o que para mim, que sou do Rio de Janeiro, foi um desafio, pois no Rio a gente não abre a porta pra ninguém’. Em Minas, com certeza, a história é bem diferente”.

Assim, a ilustração desta situação a partir do “Caminho do Artesanato” é uma referência do que pode ocorrer frente à constatação dos resultados aferidos nesse estudo. Esse exemplo também expõe a desarticulação do poder público municipal e outras instituições competentes de proporcionar que iniciativas como essa venham a se consolidar como referências de produtos turísticos voltados para o Turismo Rural. Outro tipo de iniciativa que pode inaugurar uma nova formatação de produtos turísticos voltados para o Turismo Rural, e pautados na cultura local, é a instalação do Museu do Morango, em Estiva — Minas Gerais lidera o ranking nacional de produção de morangos. De acordo com o projeto arquitetônico criado por Vinícius Brasil Gamarano, do Departamento de Engenharia Civil da EMATER-MG, o museu contará com um espaço para a memória do cultivo, outro para a tecnologia e produção e um terceiro para degustação, além de uma sala de vídeo. Haverá mostra permanente de equipamentos, peças, acessórios, fotos e outros objetos relativos à produção do morango nos municípios pertencentes ao Circuito Turístico Serras Verdes. Os recursos estimados para a construção do Museu do Morango somam R\$147.460, parte originada do governo federal e a contrapartida de R\$52.200 pela Prefeitura de Estiva. A construção é a primeira meta de um conjunto de quatro ações que serão buscadas simultaneamente. A segunda meta, sob a responsabilidade da EMATER-MG, será o programa de capacitação dos produtores de morango nos diversos segmentos da cadeia do fruto. Também cabe à EMATER-MG a coordenação do programa incluído na terceira meta, capacitação dos produtores rurais em Turismo Rural. Haverá, finalmente, a capacitação dos empreendedores da atividade de turismo, sob a coordenação da Diretoria Municipal de Turismo e Circuito Serras Verdes do Sul de Minas. A previsão da construção deste museu era para o início de dezembro de 2006, devido a problemas burocráticos para liberação dos recursos até o museu não teve suas obras iniciadas.

Todavia, são projetos com essa concepção turística que devem nortear as ações de desenvolvimento do Turismo Rural nesta Área de Estudo. Projetos integradores, com várias frentes de ação, pautados nas vocações rurais locais e regionais, contemplando as especificidades que distinguem essa região do restante do estado e do país, por fim, projetos e programas que privilegiem o coletivo e possa se desdobrar na estruturação de outras ações e iniciativas turísticas complementares a eles.

CAPÍTULO III

GEOGRAFIAS DO TURISMO RURAL EM MINAS GERAIS

O capítulo anterior privilegiou o enfoque voltado para as especificidades presente em cada área de estudo, explorando, desse modo, particularidades do caráter regional desta oferta turística, para que, neste momento, estas informações geradas possam dar suporte a reflexões que abordem a totalidade da oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais. Levando em consideração o volume de informações a ser tratado neste momento, optou-se por dividir o capítulo em três partes, assim intituladas: “Primeiras Impressões”, “Eixos e Áreas Turísticas: vestígios de expansão do Turismo Rural mineiro?” e “A Guisa de uma Conclusão”.

Assim, o capítulo III tem início com as primeiras impressões sobre a totalidade desta oferta turística. Para dar conta da descrição das informações e dinâmicas que caracterizam o universo de iniciativas turísticas no estado de Minas Gerais, a abordagem dessa amostra compreenderá dois momentos distintos: um primeiro relacionado às informações sobre a repartição espacial da mesma, ou seja, a contemplação dos dados e informações que tratam da distribuição e concentração espaciais. E o momento seguinte é destinado ao trato das informações que caracterizam a prestação dos serviços turísticos próprios dessa amostra.

Posterior à abordagem desses aspectos, é dada prioridade ao tratamento da informação que melhor detalha a forma de inscrição dessa oferta turística no espaço, ou seja, a contemplação das informações turísticas direcionadas para os Eixos e Áreas Turísticas identificadas em relação a essa oferta de Turismo Rural. Uma vez que essa informação permite a análise sobre as possíveis áreas de ocorrência e propensão às atividades desse segmento turístico, o tópico que anuncia essa fase de trato da informação turística é intitulado como “Eixos e Áreas Turísticas: vestígios de expansão do Turismo Rural mineiro?”

E, ao cabo dessas análises, o arcabouço de informações discutido favorece a formalização de apontamentos e reflexões sobre a dinâmica dessa atividade no estado e suas respectivas implicações para o próprio segmento turístico, para o espaço e as pessoas onde esta se inscreve. Tratar da geografia deste fenômeno turístico no domínio estadual é um complexo desafio, tendo-se em vista a gama de informações que são inter-relacionadas para que se cumpra tal finalidade. O estudo em questão não almeja dar conta, e tampouco seria capaz de contemplar

toda a complexidade de condicionantes, fatores e elementos sócio-culturais, ambientais, políticos, entre outros, que circunscrevem a inscrição dessa atividade turística no espaço geográfico. O que se busca neste momento é refletir sobre as características e dinâmicas espaciais assumidas por essa oferta e inter-relacionar esse contexto com as perspectivas de consolidação e expansão de tal segmento turístico no âmbito do estado.

3.1. Primeiras Impressões

Repartição e concentração espacial da oferta de Turismo Rural

Recapitulando, a amostra total da oferta de Turismo Rural de Minas Gerais é composta por 604 iniciativas que se intitulam, ou assim são divulgadas, como ofertas condizentes com esse segmento turístico. O banco de dados total dessa pesquisa apresenta 483 estabelecimentos turísticos “qualificados” e 121 iniciativas “não-qualificadas”, dado representado no gráfico 24. Apesar de aproximadamente 25% dessa amostra não precisar sua descrição comercial, tal condição não comprometeu, de modo expressivo, a caracterização da oferta de Turismo Rural levantada para este estudo.

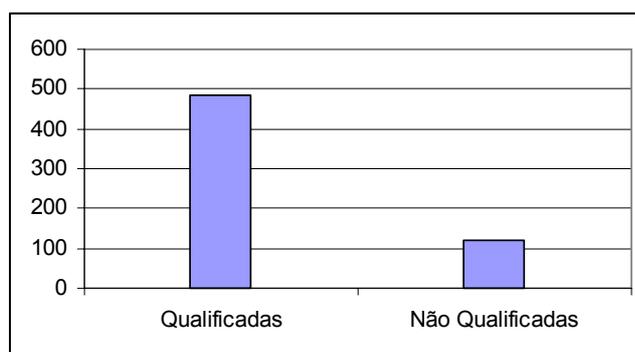


GRÁFICO 23 - Situação Cadastral da Amostra Total de Iniciativas de Turismo Rural no estado de Minas Gerais

Amostra: 604 Iniciativas

Também vale salientar que esta amostra de iniciativas identificadas não representa a totalidade da oferta de Turismo Rural do estado, considerando que o critério de levantamento da oferta adotado para fins desta pesquisa possibilita tanto que estabelecimentos que sejam efetivamente voltados para o Turismo Rural não estejam contemplados neste banco de dados (estabelecimentos que, por diversos motivos, não se divulgam como propostas de Turismo Ru-

ral), assim como propostas turísticas que têm foco dirigido a outros segmentos (desde que essas iniciativas turísticas estejam divulgadas como oferta de Turismo Rural). Deste modo, mais do que contribuir para a caracterização do Turismo Rural de Minas Gerais, este estudo busca contribuir com a reflexão sobre o que vem sendo interpretado mercadologicamente como tal segmento, as implicações deste contexto e como este fenômeno manifesta-se no espaço geográfico.

Assim as informações trazidas no mapa da página 204 permitem concluir que a oferta de iniciativas se distribui de forma desproporcional em relação à extensão territorial do estado de Minas Gerais, sendo que a concentração de municipalidades dessa natureza aumenta no sentido norte-sul, ou seja: quanto mais ao Sul do estado, maior é o número de municípios com a presença de atividades relativa a tal segmento turístico. Outra informação decorrente é: apesar de verificado o aumento de municípios com atividades turísticas dessa natureza, as Áreas de Estudo Central (letra B) e Sul (letra D) do estado apresentam, aparentemente, a mesma proporção de municipalidades com tal característica. O gráfico 25 precisa, com maior rigor, esta afirmativa:

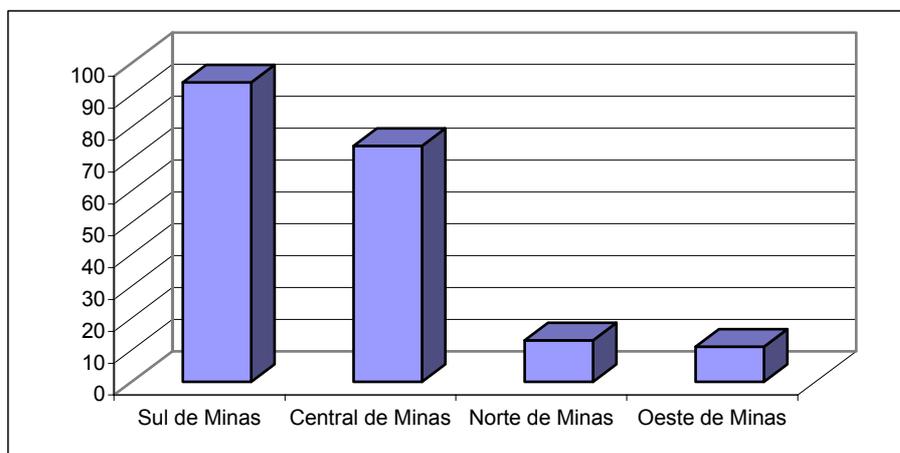


GRÁFICO 24 - Distribuição dos Municípios com Oferta de Turismo Rural por Área de Estudo no estado de Minas Gerais

Amostra: 192 Municípios

De acordo com os dados veiculados, ainda que a Área Sul, supostamente (para obter a noção exata a este respeito, há que se considerar o número de municipalidades com oferta de turismo *versus* o número total de municípios de cada Área de Estudo), concentre o maior número de municipalidades com oferta de Turismo Rural, esta área de estudo e a Central de Minas apresentam equilíbrio entre si; o que já não é observado em relação às demais áreas de estudo — Norte e Oeste de Minas. Todavia, com relação à Área Norte de Minas é notória a ausência

Mapa 23 - Localização da Oferta de Turismo Rural no Estado de Minas Gerais

de oferta em uma de suas mesorregiões — o Vale do Mucuri — e que a maior parte das municipalidades turísticas ocupam o limite sul desta área ou estão ao longo do rio São Francisco.

O mapa de localização permite algumas inferências, mas antes de dar voz a interpretação das constatações supracitadas, é válido lembrar que, para fins desta investigação, um dado mais importante do que a localização dos municípios é a concentração de iniciativas por municipalidade. Diante do exposto, questiona-se: se a distribuição desta oferta se dá de forma irregular no tocante ao número de municípios por Área, considerando o sentido Norte-Sul, é possível afirmar que o mesmo fenômeno ocorre no âmbito da concentração dos empreendimentos de Turismo Rural em dimensão estadual? Observe o mapa de Concentração da Oferta de Turismo Rural no Estado de Minas Gerais - página 206 e o gráfico 25.

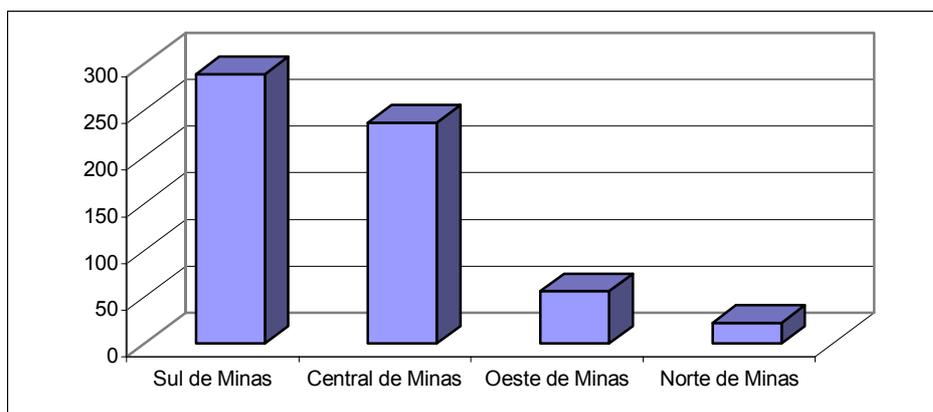


GRÁFICO 25 - Distribuição das Iniciativas de Turismo Rural por Área de Estudo no estado de Minas Gerais

Amostra: 604 Iniciativas

De acordo com a observação atenta destes recursos, é possível inferir que a proporcionalidade da concentração de iniciativas de Turismo Rural por Área de Estudo se repete em relação à quantidade de municípios entre as Áreas de Estudo Sul e Central de Minas. Porém, em relação às áreas Oeste e Norte de Minas, o mesmo fenômeno não é observado. A área Oeste de Minas, apesar de ter um número de municipalidades próximo ao da oferta da área nortista, respectivamente 13 e 11 municípios com oferta turística, possui mais que o dobro de estabelecimentos turísticos em relação a essa mesma área, sendo, respectivamente, 56 iniciativas (Oeste) e 22 estabelecimentos (Norte). Entre as razões que explicam tal fato estão: a infraestrutura de acesso, que coloca a área Oeste em uma situação privilegiada frente à porção ter

MAPA 24 - Concetração da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais

ritorial nortista, as diferentes realidades sócio-econômicas, além da presença de instituições voltadas para o desenvolvimento do Turismo Rural no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Tendo em vista esse rol de colocações, ao avaliar que a “demanda turística, responsável pelo consumo dos serviços da oferta turística do Turismo Rural tem um caráter regional e concentra a maior parte do seu deslocamento durante os fins de semana ou feriados de curta duração” (BRICALLI, 2006), a região Norte de Minas apresentaria, dessa forma, maior fragilidade turística, sob a ótica da perspectiva econômica, para o desenvolvimento de atividades relativas ao Turismo Rural. Tal conclusão, parcial, tem como fundamento a condição de que essa área, *a priori*, haveria de contar com as condições sócio-econômicas de sua própria demanda regional para suprir as necessidades dessa oferta no decorrer do ano, o que poderia inviabilizar a auto-suficiência no âmbito regional.

Com relação ao contexto histórico-cultural que caracteriza o processo de desenvolvimento do Norte de Minas, Iglesias (1958) relata que: “ainda em 1925, a lavoura, a criação de gado e a agroindústria estavam em poder de coronéis, o equivalendo a dizer: o tipo tradicional de gestão econômica. Essa é uma das razões pela qual a região apresenta um acentuado índice de subdesenvolvimento econômico”. As marcas do “coronelismo”, da “política de cabresto”, do assistencialismo político, sempre favoreceram a formação de um povo analfabeto, com carências de formação técnica, desfavorecido financeiramente e privado do acesso a melhores condições de vida. Ao contrário do que se propagou por décadas, o problema da pobreza do Norte do estado não é circunscrito, apenas, por características de ordem climática, mas, sobretudo, uma pobreza econômica construída socialmente através de perversos mecanismos políticos locais e pela omissão do governo do Estado.

Atualmente, em face das dificuldades que essa área apresenta para a captação de investimentos econômicos, uma das alternativas de geração de emprego e renda que a tem assolado é o reflorestamento artificial, com destaque para a monocultura do eucalipto. Esta atividade tem ganhado expressão desde a década de 1970, colocando o Vale do Jequitinhonha como um dos maiores maciços desse cultivo no mundo.

Tal atividade tem sido responsável por muitos conflitos sócio-ambientais⁶⁹ entre os pequenos agricultores, posseiros e as empresas reflorestadoras. O que vem acontecendo em relação a essa monocultura no Vale do Jequitinhonha é passível de ser qualificado como “topocídio” (AMORIM FILHO, 1999), qual seja: os gestores públicos locais têm sido coniventes com a destruição da paisagem, das heranças culturais que estão expressas nesse habitat. Além da problemática sócio-cultural, severos comprometimentos de ordem ecológica são apontados pelos ambientalistas que militam na região, a exemplo do comprometimento dos lençóis freáticos, da alteração da fauna local, da perda de qualidade do solo, entre outros.

Essa dívida pública, de dimensões sócio-econômicas, tem sido paga através do estabelecimento de políticas públicas específicas para a retomada do desenvolvimento sócio-econômico na região a partir do final do século XX. Assim, esse estigma da pobreza vem sendo desconstruído, principalmente, através de programas que possuem como foco a valorização da cultura nortista, de bases local e regional. Uma dessas ações, de caráter governamental, foi a criação da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas — SEDVAN, em janeiro de 2003. A proposta de trabalho dessa secretaria extraordinária foi sensibilizar as demais secretarias de estado para compor uma agenda específica de programas sócio-econômicos voltada para tal região. Os programas “Artesanato em Movimento” e “Turismo Solidário”,⁷⁰ além de ações na área de alfabetização, nutrição, combate à pobreza rural, são algumas das atuações desenvolvidas pela SEDVAN. Apesar dessas iniciativas, ainda persiste a desarticulação de inúmeras ações voltadas para essa área e os índices de desenvolvimento humano têm melhorado lentamente. Desse modo, a lentidão desses reflexos pode ser traduzida, em parte, pela inexpressividade desta oferta turística levantada nesta área — assim como pode ser averiguado no mapa de concentração da oferta,

⁶⁹ A notícia veiculada pelo Boletim de Notícias da Assembléia Legislativa de Minas Gerais retrata parte desses conflitos. A seguir uma reprodução de parte dessa reportagem: “Depois de 30 anos de monocultura de eucalipto, a região de Rio Pardo de Minas (Mesorregião Norte) volta a conhecer áreas de agricultura familiar e de extrativismo vegetal. Baixadas antes ressecadas pelo reflorestamento extensivo voltam a produzir água, mandioca, abacaxi, arroz e feijão. O melhor exemplo de reconversão agroextrativista vem da localidade de Vereda Funda, uma área retomada por 250 pequenos agricultores, após o fim do contrato de arrendamento da empresa Florestaminas, no final de 2004. Mas o conflito fundiário está latente devido a demandas judiciais e corre o risco de degenerar em violência. Este foi o quadro encontrado pela Comissão de Agropecuária e Política Agroindustrial em Rio Pardo de Minas, na audiência pública realizada na Câmara Municipal, nesta quinta-feira (24/8/06). Mais de vinte representantes dos pequenos agricultores se sucederam ao microfone, compondo um quadro de injustiças e arbitrariedades sofridas por eles, seus pais e avós desde a década de 70, quando se instalaram na região Norte do Estado 17 empresas de reflorestamento beneficiárias de incentivos fiscais para produzir combustível destinado a abastecer as siderurgias mineiras em expansão”. Notícia acessada pelo site: www.almg.gov.br, acessado em 02/11/06.

⁷⁰ Informações completas sobre esses programas no site www.turismosolidario.com.br.

as mesorregiões do Vale do Mucuri e na maior parte do Jequitinhonha não há dados sobre a presença de iniciativas de Turismo Rural.

Ainda uma outra questão que favorece a disparidade da oferta de iniciativas entre essas áreas é a localização estratégica da área Oeste de Minas, combinada a sua infra-estrutura de acesso rodoviário. Neste sentido, Bertolucci (2006) salienta que a

Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MTMAP é central em relação à área de maior expansão econômico-financeira do país: o estado de São Paulo e os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, com economias agro-industriais em expansão, bem como em relação ao centro político - Distrito Federal, sua localização representa importante fator logístico de desenvolvimento. A localização geográfica e a vocação agropecuária regional beneficiaram positivamente a MTMAP, minimizando, inclusive as suas desvantagens locacionais por estar fora do triângulo formado pelas áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, em cujo interior concentra-se o que há de mais forte em infra-estrutura produtiva no Brasil (JÚNIOR BERTOLUCCI, 2006).

Ainda sobre esta área, um adendo a ser comentado é: apesar de a mesorregião Noroeste possuir identidade histórico-cultural com a mesorregião TMAP, compondo, assim, a mesma área de estudo, por razões vinculadas a sua localização menos estratégica, a menor propensão agrícola e economia pouco expressiva do ponto de vista industrial e de prestação de serviço, essa apresenta baixos índices de crescimento econômico e é entendida como uma região menos favorecida do ponto de vista econômico e social, frente à realidade do estado, apesar de que o IDH-M de seus municípios seja melhor que o da Área de Estudo Norte de Minas. Assim, o que se pode perceber é que, novamente, em face da realidade observada nesta área de estudo, o Turismo Rural está atrelado às áreas mais desenvolvidas do ponto de vista sócio-econômico, ainda não representando uma alternativa dessa natureza para as regiões menos favorecidas, assim como propalado no discurso oficial dos documentos de gestão pública.

Por fim, cabe ressaltar que, ainda com relação à concentração da oferta nas Áreas de Estudo Central e Sul, onde os biomas cerrado e caatinga (Letras B e D) não são predominantes, a oferta de Turismo Rural é bem mais expressiva. Ou seja: estes biomas ainda são pouco valorizados para o desenvolvimento de atividades deste gênero. A imagem da seca, da falta de recursos hídricos, da miséria atribuída à caatinga, somado à falta de conhecimento sobre o domínio do cerrado, ainda são entraves que imperam sobre a expansão da atividade turística num âmbito geral nesta região.

Segundo a Sra. Kátia, bióloga e técnica do IBAMA da Serra do Cipó, “somente a partir do final da década de 1990, quando houve a consolidação da expansão da oferta turística na Serra do Cipó, o bioma do cerrado passou a ser reconhecido e divulgado pelos meios de comunicação, tornando-se menos desconhecido entre os habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Todavia, a caatinga continua sendo um tipo de cobertura vegetal considerado, no senso comum, como um domínio vegetacional inóspito para o desfrute turístico. Para a reversão deste quadro, ainda serão necessárias intensas campanhas de educação ambiental focando a valorização destes biomas ainda ‘exóticos’ para a maioria dos mineiros”.

Tratando das primeiras impressões sobre as áreas de maior concentração dessa oferta — Central e Sul de Minas, pode ser destacado que um dos fatores determinantes dessa concentração na Área de Estudo Central de Minas é a presença da Região Metropolitana de Belo Horizonte que, enquanto principal centro econômico e mercado consumidor do estado, dado o adensamento da sua população urbana, a ausência de equipamentos públicos de lazer e áreas ao ar livre, de convívio social, a insegurança, as condições de estresse gerado pela violência e excesso de trabalho nos grandes centros econômicos, entre outras razões, favorecem a formação de uma potencial demanda turística para o consumo de atividades de entretenimento turístico no meio rural.

Seguindo essa lógica, pode ser observado que significativa parte das maiores concentrações de oferta turística no estado estão correlacionadas aos limites ou proximidade das cidades de médio e grande porte, além da influência dos centros de expressão econômica e densidade populacional. Nesse sentido, a professora Heloisa Costa esclarece que os vetores de expansão da capital, no sentido centro-sul, têm redesenhado as relações de consumo dos espaços de lazer no entorno da capital, favorecendo a oferta de iniciativas do gênero na área de Itabirito, por exemplo. Além desse contexto, outros fatores que condicionam, sobremaneira, a concentração turística desta oferta, nesta área, são: o Parque Nacional da Serra do Cipó, as cidades de estilo colonial (popularmente denominadas como “cidades históricas”⁷¹) — Ouro Preto, Sabará e Mariana, Tiradentes e São João Del Rei, as cidades do Circuito das Grutas — Sete Lagoas, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Cordisburgo. Tendo em vista esses fatores que influenciam a expressividade da oferta turística na área Central, pode-se notar que, a princípio, a presença

⁷¹ A expressão “cidades históricas” deve ser utilizada para a designação, apenas popular, das cidades coloniais ou de estilo colonial. Tal assertiva tem como fundamento o fato de toda cidade ser “histórica”, ou seja: toda cidade possui uma história. A expressão “cidade colonial” precisa de modo mais adequado a expressão histórico-cultural característica dessas cidades.

de maior parte das iniciativas de Turismo Rural é condicionada aos tradicionais atrativos mineiros, com destaque para as de estilo colonial e as grutas.

Em contrapartida, a concentração desta oferta na área Sul de Minas está relacionada, primordialmente, ao apelo dos atrativos ecológicos, do clima, das estâncias hidrominerais. Assim, pode-se inferir que os fatores que condicionam a oferta neste recorte espacial são: o apelo ecológico da Serra da Mantiqueira; a atração turística das estâncias climáticas de Caldas, Poços de Caldas, Extrema, Camanducaia, Gonçalves, a tradição das estâncias hidrominerais de Araxá, São Lourenço e Caxambu; a exuberância dos recursos naturais das unidades de conservação Parque Nacional Serra da Canastra e o Parque Estadual Serra dos Papagaios; o apelo paisagístico da represa de Furnas e a presença das cachoeiras na região de Carrancas. Ou seja: num primeiro olhar, esta oferta não é condicionada, de forma expressiva, a dimensões que tenham correlação direta com a expressividade da vocação cultura e rural dos espaços rurais sulinos.

Com relação a esta última consideração — proporção da oferta *versus* vocação rural das municipalidades, neste momento, após constatar os padrões de distribuição e concentração dessa oferta turística no estado, uma outra informação a ser relacionada com os fatores condicionantes da oferta pautados até agora é a apresentação dos dados relativos à expressão quantitativa da população rural nas municipalidades com essa oferta turística. A inter-relação entre as informações da concentração dessas iniciativas turísticas com o percentual da população rural nos municípios constitui um recurso fundamental para a reflexão sobre a presença dessa oferta em função, ou não, das vocações sócio-culturais que o espaço rural apresenta nessa amostra. Tratando-se da oferta de Turismo Rural, o contato com pessoas e comunidades dos destinos turísticos constitui condição fundamental de estruturação das atividades deste segmento. Como seria possível possibilitar ao turista as vivências da cultura rural local sem o contato humano entre anfitriões e visitantes? Daí a importância do percentual da população rural frente aos municípios que possuem tal oferta: quanto maior é a população rural de um município, maior potencial o mesmo reserva para o desenvolvimento do Turismo Rural. O mapa da página 212 traz essa informação, o que possibilita, em outras palavras, um apontamento possível sobre a intensidade da relação orgânica que essa amostra assume em razão de sua correlação com o percentual da população rural dessas municipalidades.

MAPA 25 - População Rural na Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais

De acordo com as informações trazidas pelo mapa, no âmbito geral no estado a maior parte das concentrações de iniciativas turísticas ocorre em municípios que possuem um pequeno percentual de população rural, como é o caso das concentrações das Áreas de Estudo Oeste, Central de Minas e parte da porção nortista. Esta informação vem a confirmar que, realmente, a oferta turística nestas Áreas de Estudo é condicionada pela presença de atrativos que não possuem vínculo direto com a valorização da cultura rural, de base local ou regional, presente nessas regiões.

E, de outra parte, considerado o universo de municipalidades investigadas, o Sul de Minas é a Área de Estudo que reserva a maior correlação entre as municipalidades de alta concentração da oferta com o percentual de população rural significativo (acima de 40% de predominância de população rural). Nesse sentido, os municípios de Gonçalves, Aiuruoca e Alagoa podem ser citados como exemplos. A extensão territorial da maior parte dos municípios do Sul de Minas favorece esta ocorrência, uma vez que esta pode ser considerada de menor porte, o que implica na aproximação do meio rural com as sedes municipais. Assim, a população que reside nesse meio é mais bem assistida pelos serviços de urbanização, dada sua proximidade com a sede administrativa das prefeituras. Tal condição contribui para a permanência da população rural no campo, visto que não é preciso “mudar pra cidade em busca de melhor qualidade de vida” (frase do Sr. Pedro Santos, agricultor do município de Andradas, residente da comunidade rural Bairro dos Limas II, entrevistado para essa pesquisa).

Desse modo, apesar de algumas inter-corrências na área Sul de Minas, pode ser verificado que, no domínio estadual, essa oferta turística não apresenta, no âmbito geral, uma relação de caráter orgânico quanto às áreas onde ocorre, ou seja: essa oferta turística não é condicionada à vocação dos espaços rurais de maior expressividade — tomando como parâmetro os dados relativos à questão populacional. Tal colocação pode ser respaldada pelos dados analisados nas áreas de estudo relativos ao modo como essas iniciativas aproveitam, ou não, os recursos culturais de base local. É evidenciado que, além de aproximadamente 50% dessa oferta de iniciativas não disponibilizar a oportunidade de vivências sócio-culturais junto ao meio onde está sediada, a maioria dessa oferta também não estrutura serviços ou atividades turísticas pautados pelas características culturais locais ou regionais. Desse modo, os estabelecimentos não possuem identidade cultural e, indiferentes ao espaço onde estão sediados, esses poderiam ser entendidos como uma oferta turística de qualquer município de Minas ou do país.

Outra inferência que pode vir a complementar essa linha de raciocínio é que, além dessa oferta turística não se dar em função da propensão cultural dos espaços rurais dessas municipalidades, esse fenômeno do turismo no espaço rural ainda se aproveita do esvaziamento populacional dos espaços rurais para o desenvolvimento de suas atividades. Ou seja: ao invés de estar atrelado à dinamização e fortalecimento enquanto atividade sócio-econômica que atribui vitalidade aos espaços rurais, essa atividade turística parece estar direcionada para a prestação de serviços de lazer enquanto uma atividade econômica desenraizada do âmbito onde ocorre.

Porém, quanto a esses apontamentos, é necessário, evidentemente, que outros dados e informações sejam verificados a fim de assegurar as suposições ora tecidas; entretanto, as considerações realizadas sobre essa questão podem ser admitidas, ao menos num primeiro momento, como indicações, “pistas” a respeito do perfil da oferta turística em análise. Em complementaridade ao enfoque priorizado nesse momento, é apresentado o gráfico 27, que trata da concentração da localização dessas atividades dentro da delimitação do espaço municipal. Assim, é possível notar a expressiva quantidade de iniciativas, aproximadamente 30% dessa amostra, que se localizam a margem das rodovias estaduais e federais que cortam o estado. Em segundo lugar, os distritos são os espaços mais receptores de propostas desse gênero. Um dado relevante sobre tais informações é o percentual de estabelecimentos que não divulgam sua localização de forma precisa. Neste caso, os estabelecimentos, em geral, disponibilizam um mapa ilustrativo, mas não fornecem, por escrito, as informações relativas a esse quesito.

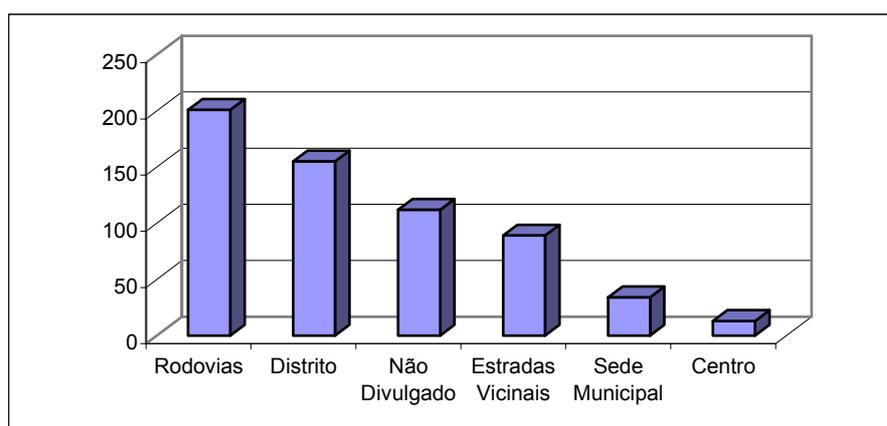


GRÁFICO 26 - **Localização da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais**
Amostra: 604 Iniciativas Turísticas

Durante o capítulo II, na abordagem separada por área de estudo, foi quase unânime a percepção de que os serviços turísticos dos Eixos estruturados em função das rodovias — BR 251, 040 e 116, eram voltados para a oferta de atividades de lazer ou para prestação de serviços

convencionais como alimentação e hospedagem. Dessa forma, ao ponderar que a maioria dessa oferta turística se relaciona com a presença dessas rodovias, enquanto corredores de deslocamento de fluxos turísticos, esta acaba por se instalar, na maioria das vezes, de forma pontual, desprovida de inserção sócio-cultural em relação ao espaço onde se inscreve.

No trabalho de Andrade (2006), intitulado *Do Pão com Lingüiça ao Hotel Fazenda: trajetória isolada ou caminho para a construção de um desenvolvimento do espaço turístico em zona rural?*, parte dessas considerações é verificada ao se constatar que as relações estabelecidas por parte desses estabelecimentos com suas comunidades de entorno ainda estão direcionadas para a dimensão econômica. As iniciativas turísticas chegam a contratar funcionários dessas localidades e, às vezes, adquirir produtos da mesma (revenda de artesanato, laticínios, hortaliças, entre outros), mas a identidade cultural do entorno autóctone não é aproveitada para a estruturação de atividades que possibilitem o reconhecimento e valorização da cultura local, promovendo, dessa forma, a inserção dessas iniciativas frente aos espaços onde elas estão sediadas.

O segundo tipo de localização mais observado são os distritos e povoados, e é nesse tipo de ocorrência que, potencialmente, estão as melhores condições de inserção sócio-cultural desses estabelecimentos, uma vez que as características de identidade cultural e coesão social que marcam, em linhas gerais, estes locais são mais intensas que em relação às demais possibilidades de localização dos estabelecimentos identificada neste estudo.

Contudo, assim como assinalado, essas condições não são comuns a todos os distritos e povoados; há ocorrências de recortes territoriais dessa natureza que não apresentam tais qualidades e que possuem a organização sócio-cultural distinta das características condizentes com o meio rural. Dada a importância desse tipo de localização — distritos e povoados — para a avaliação dessa oferta, foi gerado um gráfico a seguir, no sentido de perceber a variação das amostras de iniciativas nas municipalidades que se encontram nessa situação, por Área de Estudo.

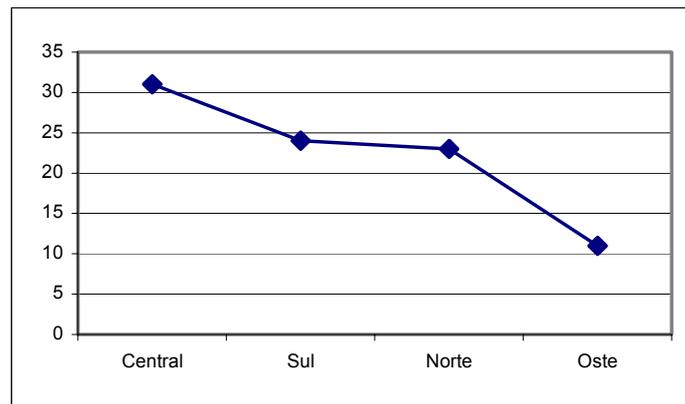


GRÁFICO 27 – Percentual da Oferta de Turismo Rural localizada nos Distritos e Povoados por Área de Estudo em Minas Gerais
 Amostra: 155 Iniciativas Turísticas

Das 155 iniciativas que, no total, se localizam nos distritos e povoados em Minas, a região que apresenta a oferta desses estabelecimentos mais expressiva, em relação a essa ocorrência, é a área Central de Minas. Esse dado acusa a maior demanda por esses espaços nessa área, visto que, de acordo com o porte dessas cidades e as características da sede municipal — pouca presença dos recursos naturais, intenso adensamento urbano — os locais que reservam maior potencial para sediar as propostas de lazer e turismo são essas localidades. Como exemplo dessa interpretação é possível citar exemplos de oferta turística que se desenvolveram nos distritos de Casa Branca (Brumadinho) e São Sebastião das Águas Claras (Nova Lima), atendendo a demanda de turistas oriundos de Belo Horizonte e região por espaços e estabelecimentos voltados para serviços de alimentação e de lazer.

Quanto à menor ocorrência desse tipo de localização das iniciativas na área Oeste, esse dado pode ser contextualizado frente à infra-estrutura da malha rodoviária que corta o estado, atraindo, assim, a maioria das iniciativas para estes locais de expressivo fluxo de movimento turístico. Também faz parte do contexto em questão a extensão territorial de algumas municipalidades com oferta turística — consideradas de grande porte, sendo que, dessa maneira, parte dos povoados e distritos desses municípios acaba ficando isolada das principais vias de comunicação e em relação à sede municipal.

Ainda sobre a localização nesse tipo de recorte espacial, um comentário que procede é a contradição entre o potencial turístico muitas vezes apresentado por essas localidades e a atenção político-administrativa recebida pelos mesmos, no tocante à postura das prefeituras municipais. Diante da constatação da baixa representatividade desses povoados e distritos, em ter-

mos de arrecadação de impostos, em virtude da informalidade das atividades econômicas que imperam nesses espaços, resta aos distritos sua dimensão política enquanto reduto de votos. Assim, a atenção atribuída aos mesmos varia de acordo com essa relação entre o povoado e a gestão municipal em vigor. Esse tipo de postura das prefeituras quanto a essas comunidades tem prejudicado tanto o desenvolvimento da atividade turística de forma planejada, como o desenvolvimento sócio-econômico das mesmas. É recorrente a percepção da concorrência político-administrativa, e até econômica, entre ambas as instâncias, no interior do estado.

O Sr. Gegê, proprietário de um restaurante no distrito de Mocambeiro, município de Matozinhos, comentou que a situação de abandono desse distrito é histórica, o que provocou uma postura de independência dos habitantes dessa área em relação à sede municipal. O mesmo colocou que os residentes de Mocambeiro possuem mais relação de afinidade sócio-econômica com o município de Belo Horizonte do que com Matozinhos. Entretanto, se a expressão econômica dessas localidades não lhes garante suficiente atenção política, em geral, assim como observado, são estas, geralmente, as áreas de maior expressão turística dentro dos municípios. Seja porque apresentam um patrimônio histórico-cultural mais bem preservado, o tipo de organização social atraente, seja pela representatividade dos seus recursos naturais. Diante do exposto, as colocações referidas nesse momento têm representado um dos maiores entraves à consolidação das atividades turísticas para esses locais, inibindo que essa representatividade venha a ser mais expressiva.

Portanto, no tocante às primeiras impressões sobre a repartição espacial e concentração dessa oferta turística, pôde ser apreciado que a distribuição das iniciativas no estado se dá de forma desproporcional em função de condicionantes como a presença dos centros econômicos, de unidades e conservação, de atrativos turísticos tradicionais (cidades históricas, estâncias hidrominerais e grutas), serras, recursos hídricos, entre outros fatores. Além de identificar e comentar tais condicionantes, também é verificado que, segundo os dados utilizados para esta pesquisa, tal segmento se manifesta, com maior expressividade, nas regiões mais favorecidas do ponto de vista sócio-econômico, não podendo ser aludida como uma estratégia de desenvolvimento rural para as áreas menos favorecidas do estado.

Além disso, é observado que, no âmbito geral, essa oferta não se estabelece em função das vocações dos espaços rurais de mineiros, tendo como um dos parâmetros o percentual da população rural nessas municipalidades. E mais: assim como não é apreciada a relação orgânica

da maioria dessa oferta, especula-se ainda que esta se aproveite do esvaziamento populacional dos meios rurais para seu estabelecimento enquanto atividade econômica desenraizada do contexto onde se inscreve. A abordagem desta amostra sob tal perspectiva coloca que as características dessa oferta vão de encontro ao que é propalado por gestores públicos e empresários como virtudes desse segmento turístico enquanto estratégia de desenvolvimento para o meio rural. Outras faces da geografia do Turismo Rural no estado de Minas serão apontadas durante a abordagem dos Eixos e Áreas Turísticas, após a descrição e reflexões sobre os serviços turísticos que também caracterizam o universo dos estabelecimentos em questão.

Atividades e Serviços Turísticos da oferta de Turismo Rural

Expor o detalhamento, a combinação e a distribuição destes serviços e atividades turísticas em relação ao universo total desta amostra, tem como objetivo favorecer o entendimento do perfil dessas propostas de turismo que vêm se configurando no estado a título de “Turismo Rural”. A seguir, durante a exposição dos dados, é notado que as amostras dos gráficos variam em função da alternância entre os grupos de iniciativas Qualificadas e Não-Qualificadas.

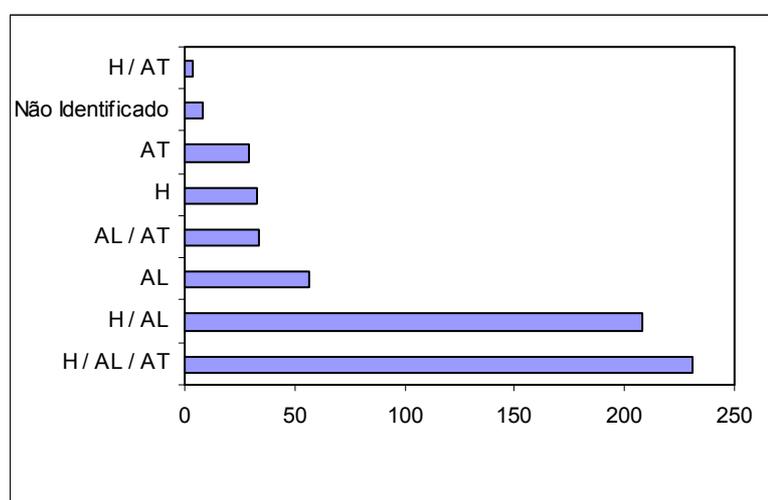


GRÁFICO 28 – Distribuição da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais por Tipos de Serviços
Amostra: 604 Iniciativas Turísticas

A partir da análise do gráfico 28, pode-se evidenciar que mais de um terço dessa amostra, 39%, está centrado junto à categoria de serviços turísticos que concentra todas as ofertas — “H/AL/AT” em um mesmo estabelecimento. Essa constatação contribui para contextualizar que a maioria destas iniciativas de turismo no espaço rural não desenvolve ações de caráter

integrador, ou seja, a combinação da prestação de serviços diferenciados, de forma que a oferta de um venha a complementar a proposta do outro. Assim, o fato de haver um expressivo universo de iniciativas que ofertam todos os tipos de serviços, em um mesmo estabelecimento, dificulta a formação de redes, circuitos e roteiros de natureza sócio-culturais entre si. Essas iniciativas poderiam gerar e distribuir melhor os benefícios socioeconômicos advindos da prestação de tais serviços turísticos. Essa condição de concentração dos serviços também prejudica a estruturação de um número mais representativo de rotas temáticas, pautadas na dimensão da cultura de base local, o que colaboraria para a diversificação da oferta de produtos turísticos e a ampliação do espectro de imagens e signos que possam identificar as distintas realidades culturais presentes nas Áreas de Estudo no estado.

Posteriormente, observa-se também que a categoria de serviço “H/AL” concentra um percentual próximo ao da primeira, com 34% das prestações de serviço. Tal dado acusa que esta parte da oferta de iniciativas não dispõe de atividades programadas, vivências sócio-culturais, no sentido de proporcionar aos turistas oportunidades de compreender melhor o contexto social, cultural e ambiental em que essa iniciativa está inserida. Diante dessa colocação, fica evidente a importância desse indicador para a caracterização do perfil da oferta em evidência. Assim, a análise dessas categorias de serviços e atividades auxilia o entendimento sobre qual percentual dessa oferta que se aproxima e que se distancia frente à proposta turística condizente com os preceitos do segmento do Turismo Rural.

Desse modo, ao somar as categorias de serviços turísticos que não envolvem a oferta de atividades de entretenimento turístico, é observado que 46% desse universo de oferta turística mais se distancia do que se aproxima de uma proposta direcionada para o Turismo Rural. Ou seja, quase a metade dessas iniciativas presta os serviços turísticos de forma convencional, ou seja, ofertam apenas serviços de alimentação, de hospedagem ou a combinação entre ambos, representando, dessa forma, iniciativas de Turismo no Espaço Rural. Assim como assinalado, essa concepção de oferta não atende ao perfil da demanda turística contemporânea, que busca, nas práticas turísticas, oportunidades de interação cultural, interatividade social e experienciar novas sensações e aprendizados. O gráfico 30 apresenta a expressão dessa característica por Área de Estudo, o que demonstra, num primeiro olhar, que entre 40% e 50% das iniciativas turísticas de cada área não correspondem ao segmento turístico como são divulgadas.

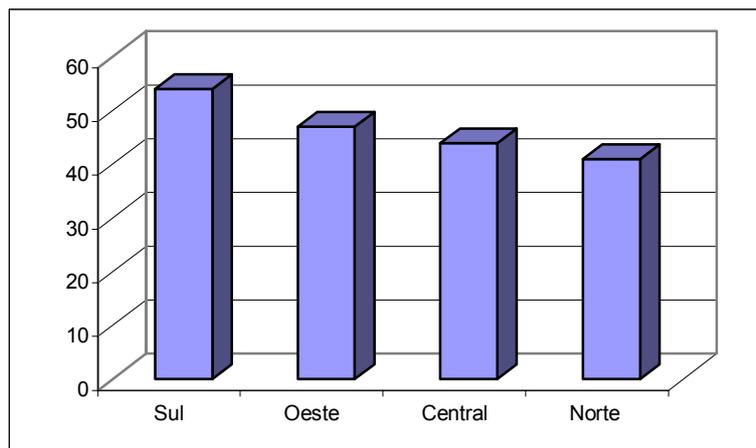
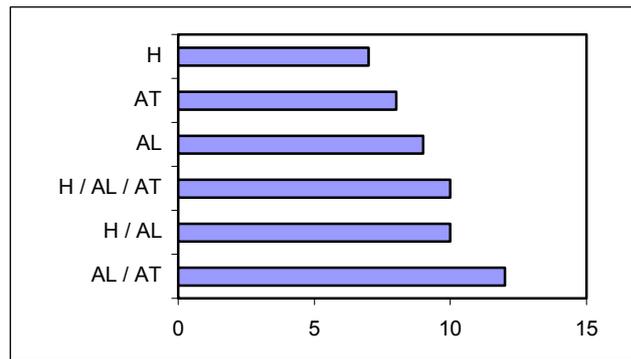


GRÁFICO 29 - Percentual de Iniciativas Turísticas que não ofertam Atividades de Entretenimento Turístico por Área Estudo

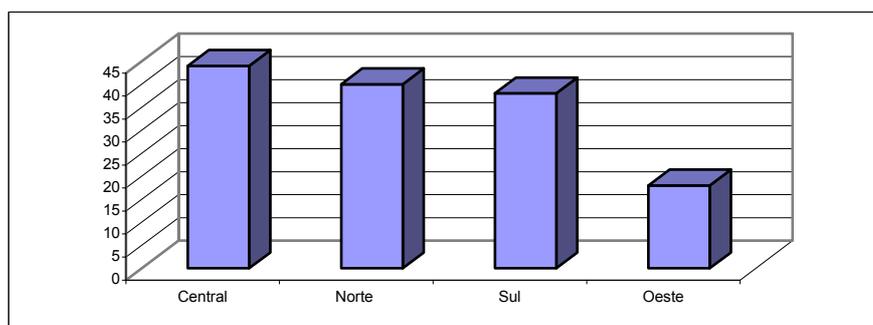
Amostra: 298 Iniciativas Turísticas

Em complementaridade a esses dados, é percebido que, de toda a oferta turística qualificada — 483 estabelecimentos, apenas 29 iniciativas trabalham com a perspectiva de ofertar, isoladamente, os serviços de Atividades de Entretenimento Turístico — “AT”. Essa estatística, além de corroborar a baixa propensão desta oferta à formação de circuitos e redes de propriedades, é um dado que aponta a imaturidade turística do universo de estabelecimentos em questão. Em outras palavras: assim como foi discutido em relação ao perfil da oferta turística da Área de Estudo Oeste de Minas, quanto mais equilibrada é a distribuição da oferta entre essas categorias, mais evoluído é o perfil turístico da amostra observada. O contraponto entre o gráfico da amostra total e o gráfico da Área de Estudo Oeste de Minas ilustra, com precisão, a diferença entre o perfil de uma oferta turística convencional, com o maior percentual de serviços concentrados nas categorias de serviços básicos “H”, “AL”, “H/AL” e na contração dos três serviços em uma só iniciativa “H/AL/AT”; e uma oferta turística evoluída, que apresenta equilíbrio entre as categorias, possuindo representatividade dos estabelecimentos turísticos que trabalham com serviços de Atividades de Entretenimento, independente dos serviços de alimentação e hospedagem, binômio que marca a oferta tradicional do Turismo. A ponderação dessas observações caminha, nesse momento, na direção de avaliar a necessidade de iniciativas turísticas que trabalhem com a possibilidade de vivências de valorização da cultura rural, de base local, combinando diversos tipos de prestação de serviços entre si — formação de redes e/ou rotas de oferta turística.



**GRÁFICO 30 – Exemplo de uma evoluída Oferta Turística:
Distribuição dos Tipos de Serviços Turísticos da Área de Estudo
Oeste de Minas**
Amostra: 56 Iniciativas Turísticas

Desse modo, em relação à exposição desse gráfico, ainda que não haja a combinação de serviços entre esses estabelecimentos, o fato de uma amostra de iniciativas turísticas apresentar significativo índice de estabelecimentos com oferta de atividades dessa natureza já representa certa evolução frente aos demais contextos do turismo convencional. Entretanto, para que uma oferta de serviços tradicionais possa caminhar nesse sentido, em geral, faz-se necessária a assistência e orientação técnicas dos empreendedores para que novas perspectivas de prestação de serviços possam ser vislumbradas. Assim, no caso da Área de Estudo Oeste, um dos fatores que ensejam as justificativas para a evolução do perfil turístico dessa oferta é a presença de uma associação de turismo, sediada em Araxá, e, também, atuante na região — a Associação Cerrado dos Arachás. Desse modo, diante do contexto geral desse segmento turístico no estado, a Área Oeste é o recorte espacial de estudo que possui um perfil diferenciado em função de tais características comentadas. Os gráficos 32 e 33 ilustram tais diferenças ao apontar o contraste entre essas áreas no tocante ao percentual de oferta de todos os serviços turísticos em um mesmo estabelecimento e à representatividade dos estabelecimentos que ofertam apenas serviços de Atividades de Entretenimento Turístico.



**GRÁFICO 31 – Percentual da Oferta dos Serviços Turísticos H/AL/AT
por Área de Estudo em Minas Gerais**

Amostra: 231 Iniciativas Turísticas

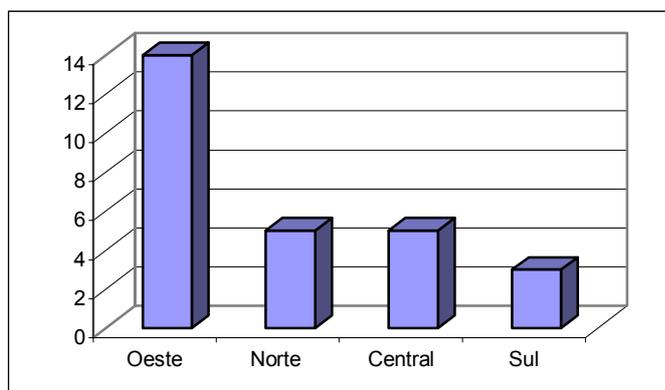


GRÁFICO 32 - Percentual de Iniciativas Turísticas que ofertam apenas Atividades de Entretenimento Turístico - AT por Área de Estudo
Amostra: 29 Iniciativas Turísticas

Assim, a evolução do perfil da oferta da Área Oeste é refletida frente ao percentual das demais áreas que apresentam, grosso modo, certo equilíbrio entre si em ambas as dimensões. Entretanto, ao avaliar como um todo a representatividade das amostras em relação à expressividade total dos estabelecimentos que ofertam o serviço de atividades de entretenimento turístico — de forma isolada ou combinada, um certo equilíbrio entre essas áreas volta a ser verificado, assim como é apontado pelo gráfico 33. Porém, há que se considerar que a razoável média das amostras — entre 40 e 50% dos estabelecimentos — quanto a esse quesito é diretamente influenciada pela representatividade estatística dos estabelecimentos que ofertam os três tipos de serviços combinados — “H/AL/AT”.

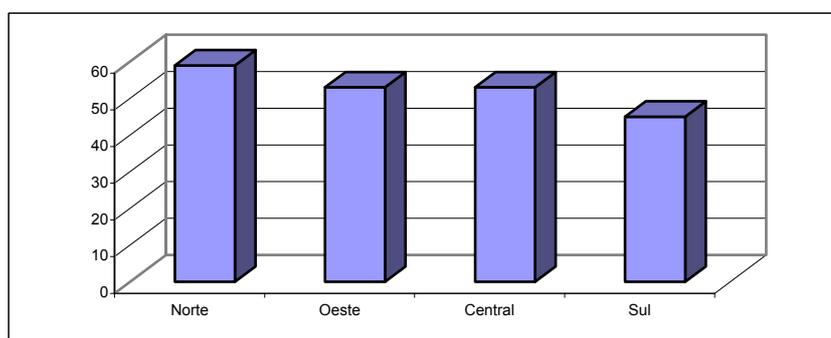


GRÁFICO 33 - Percentual de Iniciativas Turísticas que ofertam Atividades de Entretenimento Turístico por Área Estudo na Oferta de Turismo Rural de MG
Amostra: 298 Iniciativas Turísticas

Em face desses dados, é possível acenar que, em potencial, mais de 40% da oferta turística em todas as Áreas de Estudo pode estar próxima ou mesmo ser condizente com o segmento do Turismo Rural. Todavia, é preciso que outros dados e informações sejam dimensionados para que tais especulações sejam confirmadas, ou, ao menos, mais bem delineadas. Tendo em vista essa consideração, é abordado a seguir o detalhamento dos tipos de serviços turísticos, representado, de formas diferentes, pelo gráfico 35 e pelo mapa de Detalhamento da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais — página 224.

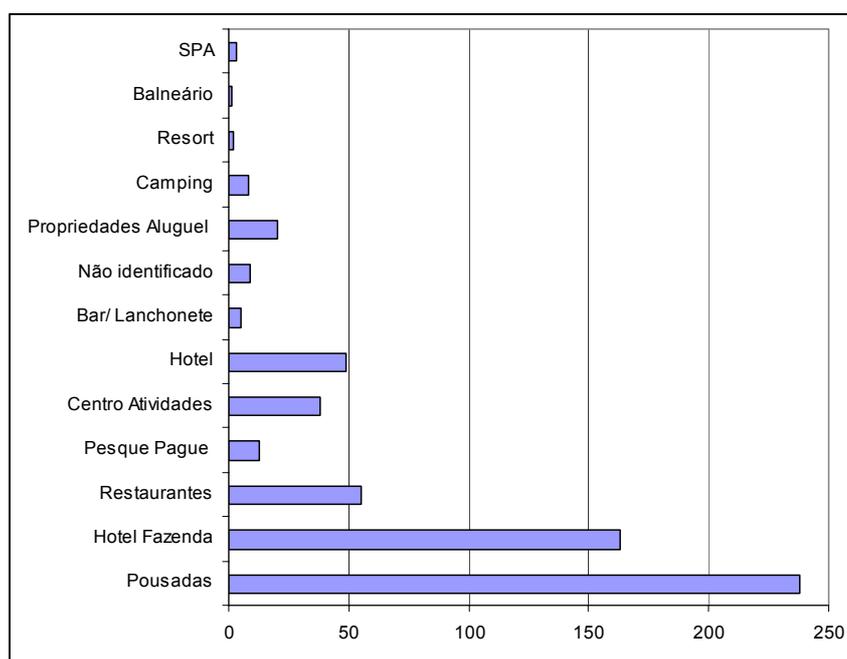


GRÁFICO 34 – Detalhamento dos tipos de Serviços Turísticos da Oferta de Turismo Rural em Minas Gerais
 Amostra: 604 Iniciativas Turísticas

De acordo com as informações apresentadas no gráfico, os principais tipos de estabelecimentos que caracterizam essa oferta são as pousadas e os hotéis-fazenda, representando, a soma de ambos, 68% dessa oferta. Os hotéis-fazenda, isoladamente, constituem 28% dessa oferta, uma das iniciativas responsáveis pela concentração de todos os serviços turísticos em um só estabelecimento. Ademais, é constatado que, em geral, grande parte dos mesmos não oportuniza vivências e atividades de entretenimento turístico fora da propriedade. Assim, a significativa ocorrência deste tipo de estabelecimento turístico nesta oferta aponta, sobremaneira, a propensão de que mais de um terço da totalidade dessas iniciativas mais se distanciam do que se aproximam de uma proposta de Turismo Rural, deduzindo-se, dessa forma, que esta é uma oferta atrelada ao Turismo no Espaço Rural. Em seguida, os hotéis e restaurantes apresentam, em linhas gerais, equilíbrio quanto a seu percentual, em torno de 10% dessa amostra cada um.

MAPA 26 - Detalhamento da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais

O percentual relativo aos hotéis denuncia uma parte de estabelecimentos que, em potencial, não é condizente com o segmento turístico em questão, dadas as características da infraestrutura e tipo de atendimento que qualificam esse tipo de empreendimento turístico. Uma outra ocorrência que desperta atenção e traduz harmonia frente aos dados expostos em relação aos Tipos de Serviços é o percentual de Centros de Atividades de Entretenimento nesta amostra, o que equivale a apenas 5% de todo universo.

Segundo as informações veiculadas no mapa de Detalhamento dessa oferta turística, novamente é possível verificar que a Área de Estudo Oeste de Minas se destaca das demais realidades que se manifestam, no âmbito dessa oferta, no estado. Além disso, é possível inferir que as pousadas e hotéis-fazenda estão atrelados como as principais iniciativas nas concentrações mais altas do estado — como nos municípios de tom mais escuro da área Sul de Minas e da Área Central de Minas. Em vista dessa constatação, é possível entender que as principais concentrações desta oferta correspondem à presença de um tipo de iniciativa turística — hotéis-fazenda — que mais se afasta do que se aproxima dos propósitos desse segmento turístico. Tal evidência vem acenar que, provavelmente, os municípios de maior expressividade em relação à concentração dessa oferta, em potencial, se caracterizam como um universo de iniciativas que mais se afastam do que se aproximam do Turismo Rural, passando a representar, dessa forma, concentrações de oferta turística que possuem mais identidade com segmento Turismo no Espaço Rural.

Contudo, não é possível dizer que esta oferta turística efetivamente seja uma manifestação turística condizente com tal segmento, visto que, em relação à totalidade da amostra dessa pesquisa, mais de um terço das iniciativas se localizam a margem de rodovias, o que não deve ser entendido como espaço rural. Dessa forma, é ventilada tal possibilidade, entretanto sem afirmar que, precisamente, essa oferta se trate de estabelecimentos que atendem aos critérios do Turismo no Espaço Rural.

Ainda sobre o mapa de detalhamento da oferta, é possível reconhecer que algumas das concentrações mais expressivas desta oferta, apesar de vinculadas à presença dos hotéis-fazenda, apresentam significativa diversidade de estabelecimentos, como são os exemplos de Jaboticatubas, Caeté, Itaúna, Sete Lagoas, Itabira, Itamonte, Uberaba, Caldas e Poços de Caldas. Entre essas municipalidades, as que apresentam maior diversidade de estabelecimentos são Jaboticatubas, Caeté e Uberaba. Nesses três municípios, é notável a presença tanto de associações

de mercado, como a atuação de outros atores como o SEBRAE-MG, o IER e o SENAC que, a partir de orientações técnicas, influenciaram a diversidade de estabelecimentos instituídos nesses municípios. Além da intervenção dessas instituições, no caso de Jaboticatubas e Caeté, a relação da atividade turística com a presença de seus recursos naturais também se constitui num fator que pode induzir a diversidade de estabelecimentos, como é o caso da oferta de campings, balneários e restaurantes que conciliam a atratividade destes recursos para a estruturação dessas iniciativas.

Mais uma decomposição dessa oferta turística que contribui para seu entendimento é a informação a respeito da diversidade e frequência de Atividades de Entretenimento Turístico. Em relação a um dos princípios adotados para esta pesquisa para avaliação das propostas turísticas, o quesito “Que haja uma oferta integrada de recursos e atividades turísticas rurais” é de suma importância para o entendimento das amostras consideradas desse segmento turístico. Afinal, é a partir do cruzamento das informações entre tipos e detalhamento dos serviços turísticos (Hospedagem, Alimentação e Atividades de Entretenimento), dos tipos de Atividades de Entretenimento (Passeio a Cavallo, Oficina de Doces Típicos, Colheita de Frutas, entre outras), da localização e da forma como ambos são descritos comercialmente que se avalia, nesta pesquisa, o perfil das iniciativas turísticas e a probabilidade delas se aproximarem ou se distanciarem do segmento turístico com o qual elas se divulgam.

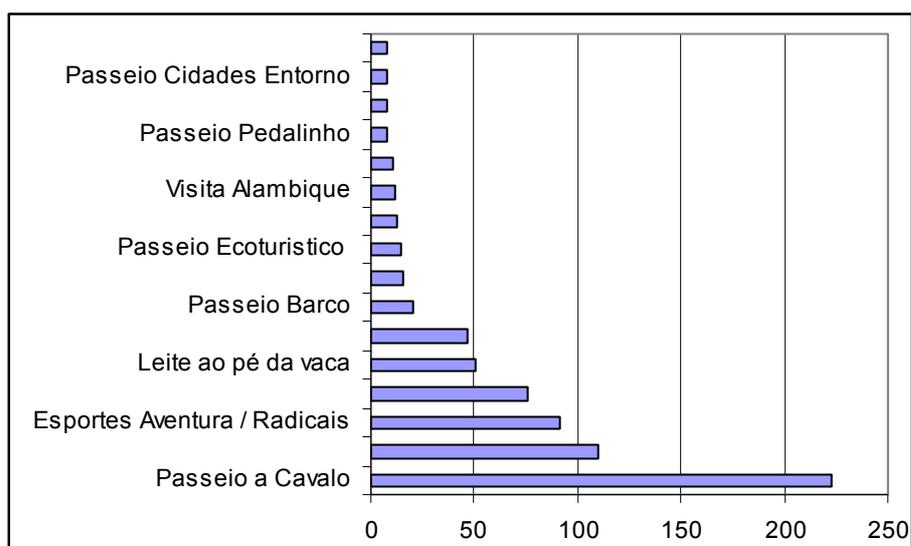


GRÁFICO 35 – Detalhamento dos tipos de Atividades de Entretenimento Turístico da Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais
Amostra: 604 Iniciativas Turísticas

Desse modo, é perceptível que, de acordo com o gráfico acima, as atividades de entretenimento predominantes são: o “Passeio a cavalo” — 40%; a “Pescaria” — 15%; os “Esportes de Aventura” — 13%; as “Trilhas Ecológicas” — 11% e o “Leite ao pé da vaca” — 7%. A observação de tais opções de entretenimento permite aferir que, a princípio, tal oferta de atividades se dividiria em dois grupos mais expressivos: um grupo, que, em potencial, representaria as atividades mais voltadas para a valorização do modo de vida rural. Nesse grupo estariam contempladas as atividades de passeio a cavalo, pescaria, trilhas ecológicas e o leite ao pé da vaca.

No outro grupo, estariam as atividades voltadas para a valorização do sentimento de aventura, da busca de práticas esportivas e contato com a natureza, sendo as atividades características desse grupo os esportes radicais. Levando-se em consideração essas informações, seria conveniente afirmar que grande parte das atividades de entretenimento turístico reforçaria a aproximação dessa oferta em relação a uma proposta condizente de Turismo Rural. Porém, essa constatação não procede em relação às atividades supostamente enquadradas no primeiro grupo, visto que, da forma como são divulgadas nos descritivos comerciais desses estabelecimentos, as mesmas representam atividades de entretenimento que possuem como foco o lazer e o contato com a natureza. Essa constatação tem como fundamento o fato de essas iniciativas, de forma geral, não mencionarem qualquer relação entre essas atividades e o contexto do modo de vida rural nas localidades onde tais atividades de entretenimento são desenvolvidas. Assim, a natureza é colocada como o pano de fundo para todas as atividades, onde ora ela é privilegiada como uma atração (atividades voltadas para a dimensão ecológica), ora como mero suporte físico (atividades voltadas para o lazer).

Outra informação importante diante deste quesito é a observação de que, além da oferta de atividades de entretenimento não possuir uma relação orgânica com o meio onde estão sediadas, poucas atividades desse gênero são desenvolvidas fora dos estabelecimentos turísticos. E mais: a maior parte das poucas atividades ofertadas fora do âmbito desses estabelecimentos não possui seu foco voltado para a valorização da cultura rural de base local. Para o reconhecimento das propostas turísticas nesta pesquisa, dois dos princípios adotados estão diretamente vinculados à necessidade de oportunizar aos turistas momentos de “inter-relação com a sociedade local” e “que exista relação entre os participantes e o entorno autóctone”. Essa constatação também influencia, sobremaneira, o reconhecimento de que essas iniciativas turísticas, como um todo, estão distantes das características que embasam o Turismo Rural.

Apesar dessas características preponderantes, algumas atividades de valorização da cultura rural têm sido estruturadas, ainda que a frequência de sua ocorrência seja baixa. Um exemplo dessas atividades são as opções de entretenimento identificadas na área Oeste de Minas. O quadro 12 expõe a diversidade e frequência das mesmas:

QUADRO 13

Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para a valorização da Cultura Rural ofertadas na Área Oeste de Minas

Atividades de Entretenimento	Frequência
Visita ao centro de artesanato	2
Visita ao cultivo de flores	1
Passeio de carro de boi	1
Visita à fabricação de queijo	1
Visita à produção de rapadura	1
Conhecer a história da família	1
Visitar produção de cachaça	1
Visita guiada ao museu	1
Roda de viola	1
Conhecer a casa das artesãs	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

Buscando retratar a diferença entre diversidade e frequência destas opções de entretenimento nas áreas de estudo, é apresentada, na página seguinte, uma seqüência de todos os gráficos relativos a essa informação. A exposição dos mesmos, em conjunto, favorece a comparação entre as áreas e destas com a oferta levantada no estado. Desse modo, ao vislumbrar esse conjunto de informações é possível apontar que as ofertas de entretenimento das áreas Central e Sul de Minas são quase idênticas entre si e repetem quase que a mesma diversidade e frequência das atividades da amostra geral. Apenas quanto às atividades relacionadas aos esportes de aventura na área central é que se observa a menor ocorrência em relação às outras duas instâncias comparativas. Entretanto, assim como verificado, a similitude entre essas ofertas não se repete em relação às áreas Norte e Oeste de Minas.

Na área Norte, é evidenciado que o passeio a cavalo é a oferta de lazer predominante, ao passo que, na área Oeste, a pescaria é a atividade de entretenimento que prepondera. Esses dados

são curiosos, uma vez que a área Norte tem como um de seus eixos de oferta turística o rio São Francisco e, proporcional a esse fato, não se verifica expressividade da atividade de pesca nessa área. Entretanto há que considerar que o eixo São Francisco apresenta uma baixa concentração de oferta, apesar de seu número de municipalidades. Já na área Oeste de Minas, tal atividade de entretenimento ganha expressão, uma vez que o número de ranchos de pescaria e a presença da represa de Patrocínio condicionam a oferta de lazer nessa área. Assim como pode ser notado, os gráficos dessas áreas de estudo não expressam toda a diversidade de atividades identificada em cada área de estudo, visto que não seria possível sua representação gráfica nessas escalas. Porém, para a formatação desse gráfico foi adotado o seguinte critério: toda atividade de entretenimento turístico que representasse mais de 10% do valor de frequência da mesma seria contemplado no gráfico. Dessa forma, a ausência das atividades voltadas para a valorização da cultura rural, constatada na maioria dos gráficos (exceto no gráfico da área Oeste de Minas), comprova a baixa frequência e representatividade de tais atividades em relação à maioria das áreas de estudo e ao universo total de iniciativas no estado.

Tendo em vista a contribuição que a análise dos serviços e atividades turísticas gera para o entendimento desta amostra de oferta divulgada como propostas de Turismo Rural, é válido ressaltar que, do ponto de vista da distribuição e detalhamento dos Tipos de Serviços Turísticos, aproximadamente a metade dessa oferta se distancia do perfil de uma proposta condizente com o Turismo Rural, visto que esse percentual de estabelecimentos turísticos se trata da oferta básica de serviços de alimentação ou de hospedagem, e da combinação de ambos; tipos de serviços que não oportunizam ao turista a possibilidade de interagir com as dimensões sócio-culturais e ambientais da localidade onde estas iniciativas estão sediadas. Assim, como as características desses estabelecimentos estão muito aquém dos princípios adotados para avaliação dessa oferta, é entendido que, seguramente, diante dos procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa para o entendimento dessa oferta, estes estabelecimentos não condizem com a proposta de Turismo Rural.

Ao tratar da outra metade de iniciativas que, em potencial, pode condizer com este segmento turístico, é observado que, devido à forma como as atividades de entretenimento turístico são descritas, tais iniciativas acabam por ofertar opções de entretenimento voltadas para a valorização do lazer e do contato com a natureza, descontextualizadas do ponto de vista sócio-cultural de onde ocorrem entretanto. Foi identificado que, diante deste contexto, e respaldado pelos princípios que são adotados para essa pesquisa no sentido de avaliar a amostra em ques-

tão, o que se conclui, *a priori*, é que, dada à coexistência de várias propostas de oferta de serviços e atividades num mesmo estabelecimento — e dentro dessa amostra ganharam destaque as propostas voltadas para a valorização do lazer e do contato com a natureza e, em menor diversidade e frequência, propostas voltadas para a valorização do modo de vida rural, é que não são identificados estabelecimentos, iniciativas de Turismo Rural nesse universo turístico, mas a oferta de atividades turísticas que se aproxima que está voltada para este segmento.

Dessa forma, ao contrário do que é divulgado em relação a essa oferta, o universo de estabelecimentos divulgado a título de Turismo Rural potencialmente pode ser condizente com o segmento do Turismo no Espaço Rural; mas, para assegurar tal assertiva, seria preciso ter certeza da localização dessas iniciativas no meio rural, informação essa que não pode ser concluída através do estudo em curso. Porém, há que se esclarecer que tal conclusão não se trata de uma verdade absoluta, incontestável, senão do resultado aferido a partir da correlação entre a forma como elas se divulgam ou são divulgadas e os princípios norteadores adotados para investigar essa amostra. Esta observação é fundamental para o entendimento dos resultados então alcançados, visto que ainda é possível que haja expressividade de estabelecimentos (e não oferta de atividades) deste segmento em meio ao universo desta oferta; contudo, esse percentual potencial de estabelecimentos pode não ter sido identificado, uma vez que sua forma de divulgação, o descritivo comercial de sua proposta, não permitiu que essa iniciativa fosse identificada como uma proposta coerente com o do segmento do Turismo Rural.

Outra informação a ser relativizada é que, dos resultados aferidos, os mesmos dizem respeito à análise, mais próxima, das Iniciativas Qualificadas, qual seja: da proposta de atendimento turístico de 483 iniciativas turísticas. Os outros 121 estabelecimentos não permitiram que sua proposta de trabalho fosse analisada, uma vez que não disponibilizavam seu descritivo comercial. Todavia, os resultados alcançados não deixam de retratar a realidade dessa amostra a partir da ótica do marketing turístico, ou seja, a partir dos esforços de comunicação empreendidos com o intuito de divulgação dessa oferta, recurso esse responsável pela veiculação de importante mensagem mercadológica acerca dos conceitos de segmentos e produtos turísticos para os consumidores. Assim, sob essa perspectiva, a da oferta de atividades de entretenimento turístico (e não de estabelecimentos), são tratados no próximo tópico as possibilidades e limitações da geografia do Turismo Rural em Minas.

3.2. Eixos e Áreas Turísticas: vestígios de expansão do Turismo Rural mineiro?

Os Eixos e Áreas Turísticas já foram detalhadamente abordados em suas características e distinções no decorrer da apresentação dessa oferta turística por Área de Estudo. Nesse momento, o esforço que se faz é refletir sobre as possíveis áreas de oferta deste segmento, sua expressão frente ao universo total da amostra e o entendimento se esta pode ser considerada em expansão. De acordo com as informações do mapa da página 232, são identificados sete Eixos e vinte Áreas desta oferta turística. Assim como mencionado na descrição da trajetória desta pesquisa, essas delimitações espaciais de oferta turística foram estabelecidas de acordo com as informações veiculadas pelos próprios estabelecimentos. Foi possível identificar que estes, independente da aproximação ou distanciamento em relação ao Turismo Rural, se divulgam segundo um conjunto de características que permitem compreender que existe certa identidade turística entre tais estabelecimentos. Como ilustração dessa colocação, pode ser citada as iniciativas da Área Turística Ciclo do Ouro, número 22 neste mapa, que, ao se divulgarem, exaltam essa identidade turística explicitamente. Levando em consideração essas informações foram estabelecidas tais propostas, preliminares, de delimitações espaciais com esse fim.

O mapa da página 232 expõe que entre as 27 delimitações espaciais identificadas em relação a esta oferta turística — Eixos e Áreas, 7 das mesmas acusam a existência de atividades de entretenimento turístico voltadas para a valorização do modo de vida rural. Entre elas podemos citar: a área do Agronegócio (7), a área dos Arachás (5), a área Caminhos do Sul de Minas (17), a área Serra do Papagaio (16), a área Ciclo do Ouro (22), a área da AMETUR (24) e a área das Cidades de Estilo Colonial do Alto do Jequitinhonha (3). Do ponto de vista estatístico, esse número de áreas indica a presença de atividades deste caráter em aproximadamente 25% da amostra em questão. Porém, mais representativo do que esse dado é a observação de que esses recortes coincidem com parte das mais altas concentrações de oferta verificadas no estado. Tal dado não quer dizer que nestas áreas existam expressividade da oferta de atividades de entretenimento voltadas para esse fim, mas uma alta concentração de iniciativas (os eixos e áreas não indicam a intensidade das atividades identificadas nos mesmos). Entretanto, pode-se observar que as concentrações da oferta mais expressivas neste sentido estão voltadas para a valorização de atrativos ligados as cidades de estilo colonial (áreas 03 e 22), para unidades de conservação (áreas 5 e 16) e ao clima (área 17), não revelando, as mesmas, como

MAPA 27 - Eixos e Áreas de Oferta de Turismo Rural no estado de Minas Gerais

ofertas turísticas voltadas para atrações que possuam vínculo direto com uma atração turística voltada para a dimensão rural.

A segunda opção de entretenimento mais evidenciada foi à opção de entretenimento voltada para o lazer. Essas somente não ocorreram nas Áreas Turísticas dos Arachás (5), da Canastra (9), do Café (27), dos Caminhos do Sul de Minas (17).

Ou seja: a partir destas constatações é possível aferir que as atividades de entretenimento turístico desse caráter somente não predominaram nas áreas que possuem como atrações turísticas principais uma unidade de conservação, a cultura do café, e apelo dos recursos naturais. Em algumas delimitações dessa oferta turística — Eixos da BR 251 (2), BR116 (18), Tucunaré (6) e Áreas Turísticas das Malhas (11), Queijos do Sul de Minas (14), Noroeste (4) — predominaram somente as atividades de lazer, acusando, deste jeito, a descontextualização das propostas turísticas predominantes nestes recortes espaciais. Assim como visto em relação ao estudo em curso, as ofertas turísticas estruturadas em função do fluxo turístico das rodovias ou sobrepostas com os tradicionais circuitos de Minas Gerais, em geral, não apresentam inserção sócio-cultural em relação aos espaços onde estas se inscrevem.

Em relação ao Eixo do Tucunaré, a mesma verificação é constatada ao observar que, apesar de ser uma delimitação turística onde prevalece a pesca como opção de entretenimento, da forma como essa é descrita, tal atividade de entretenimento assume o caráter esportivo, não se colocando como uma vivência que remeta à valorização dos ofícios do modo de vida rural.

Por fim, oito dessas delimitações turísticas apresentam a predominância de atividades de entretenimento turístico voltadas para a valorização do modo de vida rural como uma de suas opções de entretenimento. Entre elas podemos citar: a área do Agronegócio (7), a área dos

Arachás (5), a área Caminhos do Sul de Minas (17), a área Serra do Papagaio (16), a área Ciclo do Ouro (22), a área da AMETUR (24), a área das Cidades de Estilo Colonial do Alto do Jequitinhonha (3) e a do Café (27). Do ponto de vista estatístico, esse número de áreas indica a presença de atividades deste caráter em, aproximadamente, 25% da amostra em questão. Porém, mais representativo do que esse dado é a observação de que esses recortes coincidem com parte das mais altas concentrações de oferta verificadas no estado. Tal dado não quer dizer que nestas áreas exista expressividade da oferta de atividades de entretenimento voltadas para esse fim, mas uma alta concentração de iniciativas (os Eixos e Áreas não indicam a intensidade das atividades identificadas nos mesmos). Entretanto, pode-se observar que as concentrações da oferta mais expressivas, nesse sentido, estão voltadas para a valorização de atrativos ligados às cidades de estilo colonial (áreas 03 e 22), a unidades de conservação (áreas 5 e 16) e ao clima (área 17), não se revelando, a maioria, como ofertas turísticas voltadas para atrações que têm vínculo direto com uma atração turística de dimensão rural. A única exceção nesse sentido é a Área Turística do Café (27), que possui como sua maior atratividade as fazendas e o Museu do Café de Três Pontas.

Todavia, assim como colocado durante a caracterização das Áreas de Estudo, a predominância destas categorias de atividades de entretenimento nos Eixos e Áreas esboçados não indica a total ausência de opções de entretenimento com outro foco de valorização que não os verificados como predominantes em tais delimitações turísticas. Assim, fora das Áreas e Eixos já expostos com a presença dessas atividades, em outras Áreas Turísticas foram identificadas opções de entretenimento turístico voltadas para a valorização da cultura rural. As áreas e municipalidades identificadas foram:

QUADRO 14

Áreas e Municipalidades com Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para o Turismo Rural no estado de Minas Gerais

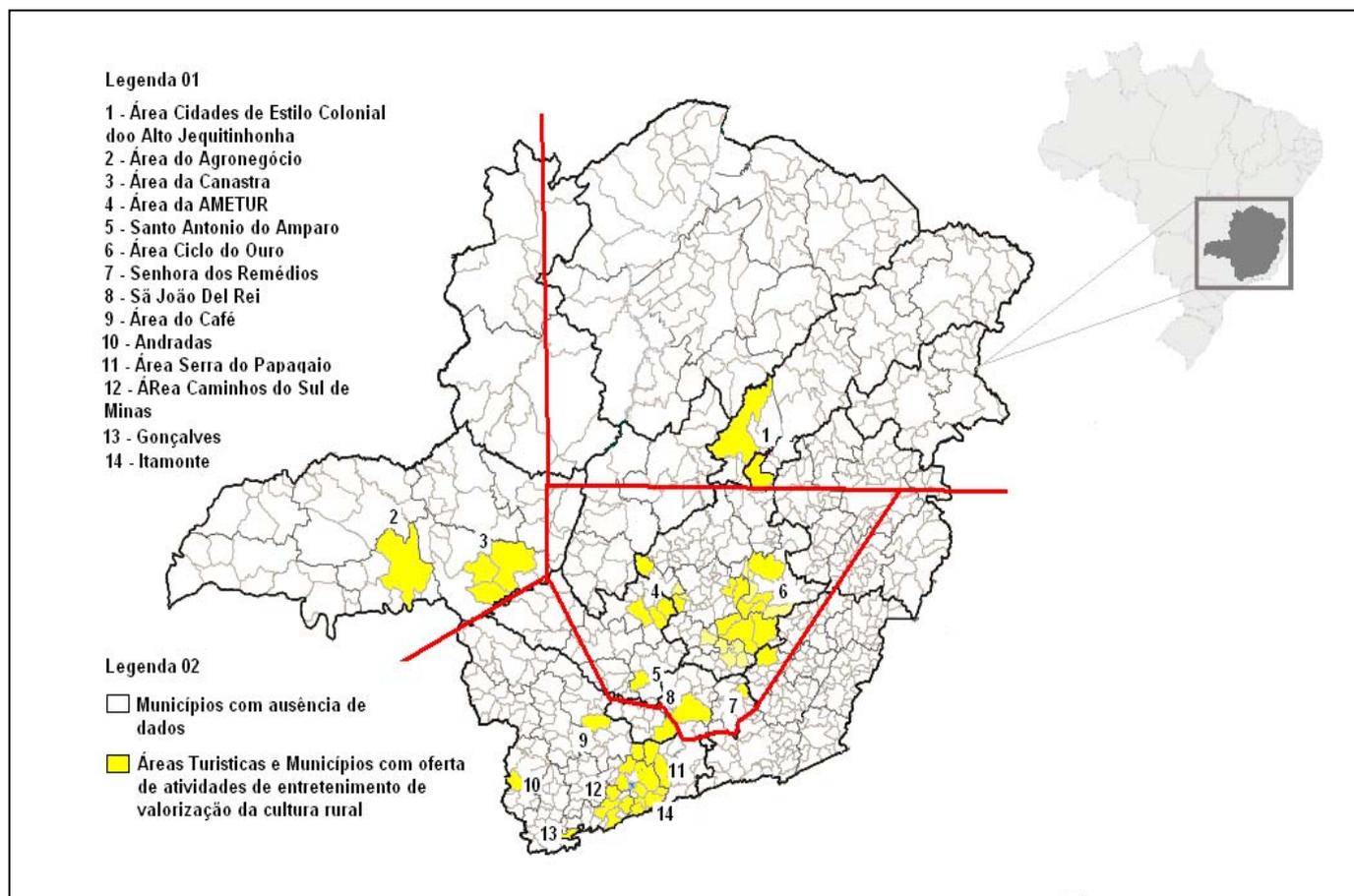
Área Turística	Município	Atividade
04 - Caminhos das Gerais	Andradas	Visita pedagógica à fazenda
04 - Caminhos das Gerais	Andradas	Visita ao centro de artesanato Tramas da Terra
08 - Vilas e Fazendas	Senhora dos Remédios	Acompanhar a produção de licor de rosas.
08 - Vilas e Fazendas	Senhora dos Remédios	Participar das lidas do campo
13 – Serra Verde	Gonçalves	Passeio a fazendas vizinhas
15 – Terras Altas da Mantiqueira	Itamonte	Vivenciar a fabricação de queijos e doces caseiros

15 – Terras Altas da Mantiqueira	Itamonte	Colheita de frutas
21 – Inconfidentes	São João Del Rei	Cavalgada Cultural
25 – Centro Oeste de Minas	Santo Antônio do Amparo	Roteiros das atividades agrícolas da fazenda.
25 – Centro Oeste de Minas	Santo Antônio do Amparo	Moda de viola ao redor da fogueira.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da pesquisa

A identificação destas atividades, mesmo que fora dos Eixos e Áreas esboçados, possibilitou a geração do mapa 28 — página 235, com as áreas de oferta de atividades de entretenimento voltadas para o Turismo Rural. Deste modo, se não é possível, neste estudo, gerar um material dessa natureza a partir da identificação de estabelecimentos com foco de atuação voltado especificamente para o Turismo Rural, buscou-se apresentar esse mapa com intuito de identificar, coletivamente, as áreas de oferta real de opções de entretenimento turístico neste sentido:

MAPA 28 - Localização da Oferta de Atividades de Entretenimento Turístico voltadas para a Valorização da Cultura Rural



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da Pesquisa

A partir da geração deste mapa observa-se que as Áreas de Estudo mais propensas ao desenvolvimento de iniciativas de Turismo Rural são a Central e a Sul de Minas. Em terceiro lugar é considerada a Área Oeste e, em última instância, a Norte de Minas. Essas informações permitem observar que existe certa proporcionalidade deste mapa com a suposta oferta de iniciativas turísticas intituladas de Turismo Rural, apresentada no mapa de localização da oferta turística anteriormente. Todavia, é válido lembrar que este mapa localiza as atividades de entretenimento e não as iniciativas condizentes com a proposta de Turismo Rural. De acordo com os princípios adotados para esta investigação, assim como evidenciado, nenhuma iniciativa foi reconhecida, integralmente, como um estabelecimento que contemplasse apenas esse segmento turístico. As razões para esse contexto estão centradas, principalmente, no perfil dos turistas que demandam esses serviços turísticos, na necessidade de sobrevivência mercadológica dessas iniciativas turísticas, na sazonalidade do movimento turístico específico do Turismo Rural, no desconhecimento técnico dos proprietários de estabelecimentos sobre as características do Turismo Rural, na dificuldade de estruturar diversas opções de atividades de entretenimento turístico a partir dos recursos da própria iniciativa, considerando seu entorno autóctone, garantindo, dessa forma, a renovação das atrações e consolidação de produtos turísticos característicos da cultura de base local. Desse modo, o que se pôde concluir é que o Turismo Rural, além de não constituir um segmento turístico consolidado, também não é entendido como um fenômeno turístico em expansão. Ao contrário, assim como mencionado, foram identificadas apenas opções de entretenimento turístico em parte dos estabelecimentos, em coexistência com atividades e serviços voltados para outros segmentos. O que se pode especular a partir deste contexto é uma possível expansão do segmento turístico Turismo no Espaço Rural.

Com relação ao mapa de localização da oferta de atividades de entretenimento, observa-se que a maior concentração dessa amostra é condizente com as áreas do estado, Central e Sul de Minas, que apresentam, também, o maior potencial turístico para o desenvolvimento deste segmento turístico. Tal afirmativa tem como pressuposto que, assim como abordado, a Área Oeste de Minas, apesar de a região do Alto Paranaíba apresentar certo potencial para as atividades de Turismo Rural, possui uma cultura econômica baseada no Agronegócio, o que a coloca como menos propensa a sediar iniciativas dessa natureza. Seja pela alteração das paisagens rurais com as monoculturas de soja, cana-de-açúcar e café, seja pelo redesenho das relações sócio-culturais decorrentes desse fenômeno desencadeado, a partir de 1970, com os programas de modernização agrícola das áreas de cerrado.

Em linhas gerais, também é verificada a falta de incentivo para o desenvolvimento de projetos turísticos voltados para o meio rural e, em especial, para o Turismo Rural na Área Norte de Minas. O descaso com essa atividade se reflete na baixa oferta de iniciativas turísticas identificadas em relação a essa Área de Estudo. E não apenas um número reduzido de opções de entretenimento turístico foi identificado, como a comprometida diversidade de suas propostas de turismo, se comparada essa área com as demais áreas de estudo, e com sua proporção territorial, beleza paisagística, importância e a expressão sócio-cultural de seu patrimônio. Parte desse contexto pode ser justificado pelo contemporâneo processo de valorização do meio rural na área Norte de Minas. Até o final do século XX, essa região foi estigmatizada pela imagem da miséria, inclusive fortemente atrelada à economia de base rural dos seus municípios.

O fato de a economia das cidades do Norte de Minas se basearem na pauta de produtos primários e não contar com relevante atividade industrial foi considerado, historicamente, um atraso econômico às políticas de crescimento econômico de Minas Gerais. O Norte era encarado como a porção pobre do estado que implicava, apenas, em gastos públicos. Essa referência da pobreza econômica do Norte mineiro foi confundida, por muito tempo, com a pobreza sócio-cultural da região. A inversão desses valores vem sendo amplamente discutida e incentivada pela comunidade acadêmica e pelos gestores públicos atuais. Contudo, esses valores de baixa-estima, gerados pelo estigma da miséria, ainda permanecem arraigados à cultura dessas localidades rurais. Essas necessitam de programas governamentais e projetos da sociedade civil organizada que possam trabalhar em favor do auto (re) conhecimento de seus valores sócio-culturais.

Outro elemento que merece ser ressaltado nessa análise é a característica da ruralidade dessa região. As economias rurais predominantes no Norte do estado foram a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, ofícios esses que determinaram parte da formação cultural das comunidades rurais dessa área. Entretanto, a atividade econômica que marcou, de forma mais expressiva, a paisagem nesse recorte espacial foi a pecuária extensiva, deixando como herança paisagística para a região extensas áreas de pasto. A pecuária extensiva é uma alternativa de geração de renda que implica na adoção de significativos custos ambientais. Essa cultura, em geral, ocupa grandes extensões territoriais de área do cerrado mineiro e causa a completa destruição desse bioma, uma vez que o pisoteio do gado compacta o solo e há uma intensa substituição das espécies nativas por áreas de pastagem. Considerando esse fator, a pecuária

extensiva não é uma atividade econômica que favorece, paisagisticamente, o desenvolvimento do turismo nessa área. A monotonia visual das áreas de pastagem, em geral, desperta menos sentimentos de curiosidade, pertencimento, incômodo ou encantamento a seu observador. Ou seja: a diversidade de elementos da paisagem é uma variável condicionante para o reconhecimento do seu valor turístico. Pires (1996), em complementação ao que foi afirmado, salienta que “entre as características da paisagem, as mais apreciadas para o turismo são: diversidade, naturalidade, singularidade, complexidade topográfica, superfície, água e atuações humanas”.

Um exemplo de referência para tal consideração é quando uma paisagem agrícola que, ao alternar diferenciadas áreas de cultivo, cursos de água, áreas antropizadas, matas preservadas, carrega maior capacidade de provocar a atenção do observador e, conseqüentemente, o reconhecimento do seu valor turístico. Desse modo, a dimensão paisagística dessa Área de Estudo, ligada à herança de suas atividades agropecuárias, é menos favorável ao desenvolvimento do Turismo Rural que outras porções do território mineiro. Se a paisagem é um dos recursos que traduzem a ruralidade correlata a um recorte espacial, outras formas de expressão das tradições rurais são as manifestações, tratos culturais pertencentes a uma porção sócio-territorial. Em relação a essa variável, as manifestações culturais oriundas da cultura pecuária também reservam expressiva riqueza em seu saber-fazer, lidas, cultura oral, religiosidade, credices, gastronomia, entre outros aspectos. Porém, é factível reconhecer que as regiões de pecuária extensiva possuem menor diversidade de manifestações culturais que as áreas agrícolas.

O comentário da agrônoma da EMATER de Andradas-MG, Sra. Maria Neuza, com experiência técnica agropecuária nas regiões Norte e Sul do estado mineiro, contribui para o entendimento dessa questão: “Eu trabalhei muitos anos no Norte de Minas, na região do baixo e médio Jequitinhonha. A gente percebe muita diferença nas tradições rurais dessa área para as tradições aqui de Andradas (município com economia baseada na viticultura da região Sul de Minas) onde eu atuo agora. A região de pecuária extensiva é mais desabitada, pouca gente dá conta do serviço, porque o gado é tratado mais solto e não exige tanta mão-de-obra como as lidas de uma lavoura. Já aqui em Andradas, a viticultura e o café movimentam muitas pessoas do meio rural; tem gente pra todo lado. As comunidades rurais são formadas por muitas casas. Como a zona rural de lavoura reúne mais gente, eles têm costume de fazer mais festas religiosas e também ligadas à cultura dos produtos plantados. Lá no Norte de Minas, na região do gado de cultura extensiva, eu via apenas algumas das festas tradicionais do calendário religioso, mas quase não tinham festas ligadas à pecuária”.

Considerando as informações desse relato, entende-se que: somados o menor número de pessoas e a baixa diversidade de culturas produzidas, é possível compreender, em parte, por que existe maior diversidade de manifestações culturais em áreas de tradição predominantemente agrícola do que em áreas de pecuária extensiva. As considerações tecidas nesse momento sobre o valor turístico da paisagem e a diversidade das manifestações culturais vinculadas à pecuária extensiva, são fatores condicionantes do Turismo Rural na Área Nortista, porém não determinantes. Tais fatores são colocados em evidência no sentido de contextualizar parte da vocação rural desse recorte espacial e, também, busca justificar, parcialmente, as causas que levam tal porção territorial a apresentar uma oferta de atividades e iniciativas turísticas menores que as outras áreas de estudo.

Todavia, as tradições rurais dessa área não se resumem às influências deixadas pela pecuária extensiva. A agricultura e pesca de subsistência sempre desempenharam um papel fundamental nas condições de sobrevivência das comunidades rurais dessa região. E foi essa profusão de influências que gerou o sincretismo da cultura popular que caracteriza a Área de Estudo Norte de Minas. Enfim, o histórico isolamento, geográfico e político, ocorrido ao longo dos séculos XIX e XX, proporcionaram uma interação entre os valores eruditos e folclóricos de modo a formar uma cultura própria e inconfundível da região. Exemplos sobre a riqueza das manifestações culturais dessa região são trazidos por Moura (2000), para quem “a cultura do vaqueiro, do remeiro e da mulher rendeira é que sintetiza o perfil estético e técnico do nortemineiro”. Essas manifestações culturais citadas por Moura são apenas um pequeno recorte frente à imensidão patrimonial, material e imaterial, que caracteriza o sincretismo da cultura mineira nortista.

E foi toda a abundância de influências culturais que permitiu que o Norte de Minas fosse reconhecido, inclusive internacionalmente, pela expressividade singular de sua cultura popular. Traduzir as especificidades da cultura mineira nortista, e demais áreas, para as vivências turísticas é um dos desafios colocados não apenas para o desenvolvimento do Turismo Rural nessa região, mas para a atividade como um todo. A cultura popular é o maior insumo das atividades econômicas que poderão contribuir para o efetivo desenvolvimento sócio-econômico dessa área de estudo.

Por fim, a Área Central, ainda que possua a Zona Metalúrgica como uma de suas principais faces econômicas e a presença de expressivos centros urbanos, ela ainda dispõe de povoados e distritos que reservam potencial turístico para o desenvolvimento deste segmento turístico. Ademais, assim como constatado neste estudo, a proximidade desta oferta em relação a sua demanda turística é um importante condicionante de viabilidade sócio-econômica para tal segmento. A maioria do público-alvo destes estabelecimentos é de origem regional e realiza viagens curtas com esta finalidade. Em face destas observações, além da vocação sócio-cultural e ambiental das áreas de estudo reconhecidas como mais propensas, essas também possuem a seu favor a localização estratégica — região próxima a importantes centros econômicos mineiros e paulistas.

3.3 - À guisa de uma conclusão

O horizonte de investigação desta pesquisa, apesar de envolver a análise de um representativo número de iniciativas — 604 estabelecimentos turísticos — é limitado frente à complexa realidade que envolve o contexto geral desta atividade turística no estado. Apesar de reconhecer tais limitações, a abordagem dessa perspectiva de investigação se faz importante à medida que suscita reflexões sobre o que vem sendo divulgado pelos meios de comunicação como oferta turística condizente com o Turismo Rural. Desse modo, os resultados aferidos nesta pesquisa não retratam a realidade do Turismo Rural *do* estado mineiro, senão *em* Minas Gerais.

Assim, de acordo com o contexto geral desse fenômeno turístico no estado, é observado que a oferta de estabelecimentos se distribui de forma irregular, com destaque para a ausência da mesma (exceto no Alto Jequitinhonha) nas mesorregiões menos favorecidas economicamente do estado — Vale do Mucuri, Jequitinhonha e Vale do Rio Doce. Esse dado infere a necessidade de proximidade dessa oferta turística com seu público-alvo, vistas as características regionais de sua demanda. Outra observação que procede nesse sentido é a não-utilização desse segmento como um dos vetores de desenvolvimento rural, de base local, nas regiões mais comprometidas do estado. Talvez uma alternativa para enfrentar a menor propensão da Área de Estudo nortista para o desenvolvimento de atividades turísticas direcionadas para este segmento seja conciliar essa atividade com a produção artesanal associada ao turismo.

Entretanto, faz-se necessário atentar para a diferença que existe entre as atividades de produção artesanal associadas ao turismo, e as atividades de Turismo Rural propriamente dito. A primeira possui seu foco centrado na comercialização desses produtos, e a segunda tem como objetivo final a valorização do modo de fazer, o saber artesanal, a tradição que esse ofício representa para a cultura rural, de base local. Assim, apesar de ambas as atividades reservarem características semelhantes, as mesmas não devem ser confundidas quanto sua finalidade. E essa lógica implica, diretamente, no estabelecimento de políticas públicas diferenciadas para tais atividades, o que sistematicamente não vem ocorrendo. O papel da EMATER-MG diante desse desafio é imprescindível para o esclarecimento e discussão dessas questões junto aos agricultores familiares e aos empresários do agronegócio voltados, por exemplo, para a comercialização da cachaça, da farinha e do artesanato em barro — produtos típicos dessa Área de Estudo. Evidente, neste sentido, tratando-se de ações que visem o desenvolvimento do Turismo Rural na porção nortista é necessário que os projetos a serem encampados valorizem as dimensões do saber-fazer, agreguem valor à produção artesanal, não oportunizando, assim, apenas a compra da mesma.

Em face dos fatores condicionantes que determinam a geografia do Turismo Rural em Minas, é perceptível que a localização e a concentração espacial dessa oferta é determinada, principalmente, em função de recursos naturais — Serra da Mantiqueira, Unidades de Conservação, Clima Ameno e Recursos Hídricos, com forte apelo turístico. Em segundo plano os fatores que condicionam a amostra turística em questão são os circuitos turísticos tradicionais de Minas — das Águas, das Grutas e do Ouro, a tradição das estâncias hidrominerais (Araxá, Poços de Caldas, Caxambu, São Lourenço), as estâncias climáticas de Monte Verde, Gonçalves, Extrema, Maria da Fé, Itamonte e Passa Quatro. De outra parte, a proximidade aos grandes centros econômicos e os fluxos turísticos de algumas rodovias (BR040, BR251 e BR116) contribui, também, para a localização e concentração dessa oferta turística.

Quanto à repartição espacial desta oferta em relação às quatro Áreas de Estudo, esta se dá em função da associação desses estabelecimentos turísticos com os principais acidentes geográficos e com relação aos atrativos culturais. Entretanto, tais iniciativas turísticas mencionam essas referências a título de localização e associação da sua imagem junto a esses recursos de apelo turístico. Todavia, não é identificada, em linhas gerais, a tradução de uma identidade sócio-cultural, geográfica ou ambiental em função dessa referência de localização e associação da imagem para suas respectivas estruturações de atividade, serviços e propostas turísti-

cas. Dito de outra forma, a repartição dessa oferta turística entre as quatro Áreas de Estudo se dá, principalmente, em função da identificação de parte dos aspectos histórico-culturais que distinguem essas áreas, somadas as referências de localização das iniciativas turísticas. Ou seja: tal repartição não decorre da percepção de que haja a inserção sócio-cultural dessas propostas turísticas, gerando, assim, uma identidade para tais estabelecimentos em relação às regiões do estado onde esses estão localizados.

Outro dado que corrobora essa inferência é a pouca relação orgânica dessa oferta turística com os espaços rurais onde ela se inscreve. No âmbito geral, é observado que as concentrações da oferta turística mais expressiva coincidem com os menores percentuais de população rural municipal, sendo que o inverso também é observado. Pode-se deduzir que, além de não manter uma relação orgânica com os espaços rurais onde essa oferta é localizada, possivelmente esses estabelecimentos turísticos se aproveitam do esvaziamento populacional do campo para estabelecer suas atividades. Dessa forma, ao invés de coexistir com alternativas econômicas presentes no meio rural, contribuindo para a revitalização econômica desses espaços e simbolizando uma alternativa de renda sócio-econômica para a população local, tal segmento turístico tem se aproveitado do êxodo rural para se estabelecer como nova alternativa econômica de reprodução das relações capitalistas no meio rural. Dessa forma, cada iniciativa que se instala nesses espaços representa uma opção de crescimento econômico — “geração de emprego e renda”, mas não de desenvolvimento rural, de base local, o que envolveria: socialização das oportunidades de trabalho, desconcentração da renda, presença de relações mais justas de trabalho, oportunidade de desenvolvimento social combinada com promoção dos valores culturais comunitários. Nesse sentido é que Yañes (1998) também destaca a importância do capital social, constituído historicamente, em cada localidade, para apreender as possibilidades de desenvolvimento local. Segundo esse autor, três são as linhas de argumentação dos autores que procuram mostrar a importância do local nas novas oportunidades para o desenvolvimento.

A primeira delas diz respeito, exatamente, ao reconhecimento das bases sociais para o desenvolvimento. A segunda argumentação diz respeito à relevância de uma identidade local na busca daquilo que Abramovay (1992) chamou de “idéia-guia” em torno da qual deve ocorrer o pacto territorial da comunidade. Ou seja, é na comunidade que se pode construir uma identidade coletiva na busca do desenvolvimento. Por último, aponta o autor, para a ação do Estado no sentido da descentralização das políticas públicas para o âmbito local.

Em continuidade à abordagem das características gerais identificadas em relação a essa amostra, ao analisar o descritivo comercial das iniciativas intituladas como pertencentes a esse segmento, é observado que alguns equívocos ocorrem no âmbito técnico, à hora de divulgação dessas propostas. Um primeiro engano é a confusão terminológica entre Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural, expressões que são entendidas como sinônimos. Um segundo é o entendimento de que, pelo fato de estar situado no espaço rural, naturalmente os estabelecimentos turísticos nessa condição são condizentes com uma proposta de Turismo Rural. Ainda, outro equívoco técnico, amplamente cometido, é a consideração de que as opções de entretenimento turístico estruturadas com o foco na valorização da dimensão do lazer, como a pesca, o passeio a cavalo e o leite ao pé da vaca, se constituem atividades de entretenimento capazes de qualificar uma proposta turística como voltada para o Turismo Rural. Por fim, neste sentido outra evidência recorrente é a dificuldade que empreendedores, técnicos e responsáveis pelos meios de divulgação apresentam em discernir entre o que venha a se caracterizar como propostas de Turismo Rural e de Turismo Ecológico.

Tal fenômeno também pode ser observado, de acordo com um contexto sócio-econômico mais amplo, por causa do contemporâneo processo de ressignificação da cultura rural vivida pela sociedade pós-industrial. Ou seja, a partir do final do século XX e início do século XXI, não somente o aspecto físico do espaço rural tem recebido outra leitura, como sua dimensão simbólica, imaterial. Desse modo, atualmente a sociedade passa por este momento e, na fase de transição, atualmente identificada, o reencontro com o “rural” ainda tem se expressado na valorização da natureza, dos aspectos relacionados à conservação e respeito ao meio ambiente, nas reivindicações por modos de produção pautados no desenvolvimento sustentável. Assim, pode-se concluir: considerando as informações extraídas da amostra desta pesquisa, apesar de todo o discurso de valorização e reconhecimento do patrimônio imaterial referente à cultura rural, o processo de assimilação, tradução e aproveitamento dos valores do modo de vida rural como insumos para a estruturação de atividades turísticas ainda não é um fato recorrente com relação a esta oferta turística.

CAPÍTULO IV

TURISMO RURAL: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Nesse sentido, deveria haver uma classificação separada pela Embratur, para que o turista saiba para onde está indo e o que vai ver e sentir nesses seus dias de lazer. Todos são hotel, fazenda, todos falam de fogão de lenha e de ambiente rural, mas nem todos podem mostrar como se vive no campo, pois para isso é preciso morar lá, vivendo lá, sofrendo e usufruindo da vida no campo

Depoimento da D. Maria Marcolini - Proprietária da Fazenda do Amargoso, município de Nossa Senhora dos Remédios – MG.

4.1. Correlação das propostas de categorização do Turismo Rural com a amostra de iniciativas: limitações e possibilidades

De acordo com os documentos de gestão pública, no âmbito do Turismo Rural vêm se desenvolvendo serviços e atividades tais como: a hospedagem, a alimentação, o turismo pedagógico para público infanto-juvenil, o conhecimento de lidas do campo, as manifestações culturais próprias da região, o conhecimento de processos de transformação artesanal, opções de lazer, de compra, de visita a propriedades rurais, entre outras. A prestação desses serviços turísticos ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades operadas, em alguns casos, exclusivamente com mão-de-obra familiar e, em outros, com uma ampla gama de especialidades profissionais em que se utilizam processos de gestão modernos. De outra parte, encontram-se tanto situações em que a atividade turística é apenas um complemento à atividade principal, como aquelas em que a atividade turística tornou-se central, podendo manter a atividade primária, inclusive, em função da turística. Nessa realidade em que coexistem diferentes possibilidades de combinação de portes de propriedade, de atividades desenvolvidas, de perfil de proprietários, entre outras características, faz-se necessária a concepção de uma proposta de categorização para o Turismo Rural que possa nortear o ordenamento e estruturação dessa atividade.

Apesar do amplo reconhecimento da necessidade de se traçar uma linha-mestra que norteie e aponte os caminhos para o desenvolvimento do Turismo Rural — tanto por parte dos órgãos

oficiais como de associações de mercado — ainda não existe uma sistematização de princípios e critérios, a nível estadual, que possa fundamentar as ações voltadas para esse segmento. Ainda que haja algumas ações isoladas no sentido de propor definições técnicas ou mercadológicas, com intuítos diversos de regulamentação, ordenamento, promoção, posicionamento e competitividade, é notória a ausência de fundamentação técnica das iniciativas, propostas e concepções atuais, o que resulta num sério entrave à consolidação desse segmento turístico.

O documento de planejamento nacional desse tipo de turismo, *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*, publicado pelo Ministério do Turismo em 2003, ressalta, com clareza, a necessidade atual de se conceber propostas de categorização conforme se pode apreciar na Diretriz de Ordenamento relativa ao estabelecimento de normas, regras, classificação e cadastramento específico para a atividade, transcrita a seguir:

DIRETRIZ 1

- Ordenamento

A singularidade da prestação de serviços no Turismo Rural deve ser considerada para a adequação da legislação vigente e criação de normas para equipamentos, produtos e serviços, a fim de valorizar as características da oferta, proporcionar segurança à demanda, eliminar os conflitos legais, assegurar a qualidade e a competitividade.

- Classificação e cadastramento dos serviços

Os governos estaduais devem responsabilizar-se pela classificação dos seus prestadores de serviços de Turismo Rural. A elaboração de um cadastro nacional desses prestadores de serviços, com base nos dados e informações levantados pelos Estados é indispensável para o ordenamento da atividade, e deve ser efetivado em articulação com associações e órgãos oficiais de turismo e áreas afins, de âmbito nacional, estadual e municipal.

Também pode ser verificado que, desde 2001, a EMBRATUR já apontava a necessidade de estabelecer critérios de classificação dessa oferta turística, assim como pode ser observado na transcrição do texto do terceiro ponto do diagnóstico sobre essa atividade:

O marco conceitual a ser instituído deve ser dotado das seguintes qualidades:

- ser operacional no sentido de permitir uma objetivação das fronteiras do Turismo Rural;
- estar dotado de parâmetros capazes de assegurar a autenticidade das atividades que contribuam para valorizar a cultura do meio rural;
- conter uma classificação das diferentes atividades segundo a natureza da oferta, de forma a facilitar o estabelecimento das condições necessárias ao seu credenciamento enquanto estabelecimento turístico;
- estar associado a um arranjo institucional que torne possível a aplicação do marco conceitual mesmo no contexto de um Estado dotado de estrutura frágil.

As associações de mercado se manifestam no mesmo sentido — ABRATURR, ABTR e a AMETUR, uma vez que estão em consonância com a política nacional e, por vezes, são mais demandadas na construção de uma proposta de categorização do que o poder público, visto a sua proximidade com a iniciativa privada. Apesar disso, no campo das políticas públicas específicas para o Turismo Rural, nacional e estadual,⁷² ainda não existe uma proposta concreta que dê subsídios a essa demanda colocada. O único direcionamento específico manifestado, por parte do governo federal, até o momento, foi a instituição do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o PRONAF Turismo Rural, junto ao Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004, buscando favorecer a inclusão do agricultor familiar nessa atividade. Entretanto, esse programa não tem como finalidade suprir uma proposta de categorização para as propriedades de Turismo Rural, mas se constitui em mais uma ação voltada para o âmbito da política direcionada para Agricultura Familiar; política essa que pode ser considerada a “menina dos olhos” do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) durante a gestão do governo Lula. Levando em consideração o objetivo do PRONAF Turismo Rural, essa iniciativa não será analisada, neste estudo, como uma proposta de categorização para o segmento turístico em questão.

Em relação à realidade das associações de mercado, apesar de também reconhecerem a ampla necessidade de propostas que caminhe na direção dessa demanda apontada, a única iniciativa de cunho nacional identificada é a proposta da Associação Brasileira de Turismo Rural — ABTR, organização fundada em 1993, sediada em São Paulo.

Diante dos resultados aferidos no levantamento de propostas de categorização do Turismo Rural, por parte do poder público, para esta pesquisa, apenas uma proposta foi identificada, indicando, assim, a expressiva demanda por iniciativas nesse sentido. Assim, optou-se por buscar outras referências de propostas de categorização, de natureza acadêmica e no domínio do poder público de outros países, com o intuito de investigar as contribuições que possam vir

⁷² Minas Gerais não dispõe de um plano, programa ou projeto específico para o Turismo Rural de âmbito estadual, que oriente, de forma unânime, as instituições competentes, a organização e estruturação desse segmento turístico. O Plano de Desenvolvimento Estadual do Turismo Rural de Minas Gerais - PEDTUR-MG, concebido pela EMATER-MG em 2002 para vigorar até 2004, não é reconhecido, oficialmente, pela Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais. Dessa forma, o PEDTUR-MG passou a servir como instrumento interno de orientações institucionais para a EMATER-MG no que diz respeito às ações necessárias ao desenvolvimento do Turismo Rural no estado.

a auxiliar a construção de uma proposta para o cenário desse segmento turístico em Minas Gerais.

No conteúdo deste capítulo são analisadas cinco proposições de categorização da oferta de Turismo Rural, sendo: duas de cunho internacional, propostas por associações de mercado e reconhecidas pelo poder público dos respectivos países; e três propostas nacionais — uma referente à associação de mercado e duas de origem acadêmica. Essas dizem respeito aos estudos concebidos pelos especialistas Balastreri (2001) e Beni (1999), e pela associação de mercado ABTR. No âmbito internacional são tomadas as experiências da Assembléia Permanente das Câmaras Agrárias — A.P.C.A, da França, e a proposta da Comunidade Autônoma de Galícia, na Espanha. A análise dessas cinco propostas tem como objetivo compreender qual a aplicabilidade e contribuição das mesmas para a realidade do Turismo Rural em Minas Gerais.

A partir dos estudos dessas propostas, é possível apreender que as proposições de categorização do Turismo Rural no Brasil são pautadas, essencialmente, pelas características da oferta turística. Ou seja: os autores dessas propostas levaram em conta as características das iniciativas turísticas já existentes e, *a priori*, não consideraram, como informação essencial para o estabelecimento das mesmas, as demandas reconhecidas em relação a essa oferta. Embora todas as propostas de cunho nacional sejam baseadas nas características da oferta turística, é possível observar uma divisão quanto à natureza dessas propostas concebidas.

As propostas formuladas pela Associação Brasileira de Turismo Rural e pelo especialista Beni (1999) possuem seu foco de categorização direcionado para a diversidade de empreendimentos dessa natureza – Hotéis, Pousadas, Camping, Restaurantes. Já a proposta concebida pela professora Adyr Balastreri (2001) é pautada pela combinação de informações que procedem tanto dos tipos de estabelecimentos turísticos, como da denominação de “sub-segmentos”⁷³ advindos do Turismo Rural, buscando, assim, criar categorias que atendam a diversidade de realidades constatadas frente à dinâmica do Turismo Rural brasileiro. A seguir, cada proposta

⁷³ Esta expressão foi utilizada para expressar novos segmento turísticos instituídos por essa autora, relacionados a especialização da oferta turística derivada do segmento do Turismo Rural, como por exemplo: “Turismo Rural Tradicional de Origem Agropecuária”, entre outras referencias que podem ser acompanhadas durante a exposição da proposta dessa autora.

será contemplada individualmente, para que, ao cabo dessas análises, seja possível refletir sobre o conjunto das mesmas.

1. Proposta de Categorização do Turismo Rural concebida pela ABTR

A ABTR - Associação Brasileira de Turismo Rural é uma entidade de duração ilimitada e pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo, Brasil. Apesar de, em sua denominação, constar sua atuação voltada apenas para o Turismo Rural, essa associação também se dedica a atividades relacionadas ao Ecoturismo. De acordo com os preceitos adotados por essa associação, o Turismo Rural no Brasil baseia-se em 4 conceitos: Incremento de Receita, Geração de Empregos, Preservação do Meio Ambiente e Preservação do Patrimônio Rural. Baseada nesses conceitos, a ABTR estabelece como seus objetivos:

- Desenvolver o Turismo Rural no Brasil;
- Desenvolver o Ecoturismo e lutar pela preservação da ecologia como fonte de vida;
- Divulgar o Turismo Rural junto às operadoras e agências de turismo, órgãos de classe, sindicatos e imprensa em geral;
- Promover o intercâmbio junto às entidades internacionais congêneres e operadoras estrangeiras;
- Defender a preservação da memória rural do Brasil, pela organização de museus regionais e estaduais, com finalidades também turísticas;
- Defender e desenvolver o turismo ecológico nos parques nacionais e estaduais

Segundo a edição do jornal⁷⁴ comemorativo de 11 anos de existência dessa associação,

uma comprovação da variedade de opções e do potencial do Turismo Rural no Brasil pode ser observada pela diversidade e pelo número de estabelecimentos no país. A ABTR considera a existência de 14 tipos de estabelecimentos, definidos segundo suas características principais – de acampamentos a hotéis-fazenda, passando por restaurantes típicos, pesque-pague e pousadas. No total, são 1.658 estabelecimentos cadastrados, abrangendo todas as regiões do Brasil.

⁷⁴ Jornal publicado em 2004 e disponível no site www.abtr.com.br.

Ou seja, de acordo com a visão dessa associação nacional de mercado, o Turismo Rural apresenta um expressivo número de iniciativas, com vasta diversidade e já cadastradas. Entretanto, a mesma não cita nem disponibiliza a fonte de cadastramento desses dados. Outra informação pertinente à atuação dessa associação é que, apesar de se prontificar, desde o ano de 2004, a cadastrar iniciativas de Turismo Rural no Brasil, até o momento não há informações dessa natureza relacionadas à atuação da ABTR, a não ser um quadro com o número de estabelecimentos por categorias estabelecidas por essa associação. Não há informações sobre quais os critérios técnicos utilizados para este levantamento, assim como não é esclarecida a fonte sobre os dados que geraram essa tabela.

Contudo, de acordo com as informações veiculadas em seu site, “baseando-se em experiências e exemplos obtidos de entidades internacionais e nacionais” (ABTR, 2004), essa associação sugere as seguintes características para a classificação desses empreendimentos no contexto brasileiro e informa, também, a expressividade quantitativa de cada categoria gerada:

QUADRO 15
Proposta de Categorização de Empreendimentos Turísticos da
Associação Brasileira de Turismo Rural – ABTR

Tipos	Nº	Características
Acampamento Rural	60	Hospedagem em alojamento
Camping Rural	63	Chalés/Barracas/Traillers
Fazenda cultural-dia de campo	32	Sem hospedagem
Fazenda de pesca	75	Com hospedagem
Fazenda Histórica	15	Com hospedagem
Hotel ecológico	44	-
Hotel Fazenda	216	Mais de 30 apartamentos
Outros	19	-
Pesque-pague	44	Sem hospedagem
Pousada Rural	961	Menos de 30 apartamentos
Restaurantes típicos rurais	5	
Spa rural	20	
Turismo Equestre c/ Hospedagem	17	
Turismo Equestre – dia-campo	15	Sem hospedagem
Total	1.658	

Além de tal classificação, essa mesma associação também instituiu o uso do símbolo de um galo (logomarca da associação), em substituição às estrelas — símbolo recomendado habitualmente pela EMBRATUR, adotado para classificar o padrão de qualidade dos empreendimentos. Assim, essa associação propõe o uso do “galo” como símbolo classificatório dos filiados à ABTR, caracterizando e diferenciando os estabelecimentos vinculados ao Turismo Rural. A seguir, as informações correspondentes a sua proposição.

QUADRO 16

Símbolos utilizados para categorização de empreendimentos turísticos pela Associação Brasileira de Turismo Rural – ABTR

☞ ☞ ☞ ☞ ☞	=	Excepcional/Luxo
☞ ☞ ☞ ☞	=	Excelente/Muito confortável
☞ ☞ ☞	=	Boa qualidade/Confortável
☞ ☞	=	Agradável/Médio conforto
☞	=	Simples/Baixo preço

Fonte: www.abtr.com.br

De acordo com as informações veiculadas no site, numa primeira etapa os estabelecimentos serão classificados por comparação entre eles, podendo, no futuro, adotar outros métodos classificatórios. E depois, anualmente, os técnicos ou colaboradores da ABTR visitarão anonimamente os empreendimentos e, a exemplo dos principais guias nacionais e internacionais, irão aferir a classificação, podendo o estabelecimento ter sua classificação elevada ou rebaixada. Essa medida foi instituída pela ABTR desde 2004, todavia ainda não é possível, como mencionado, atestar resultados concretos.

Indiferente à publicação de estatísticas nesse sentido, as propostas colocadas por essa associação não possuem fundamentação técnica, constituindo, basicamente, sugestão de nomes de categorias voltadas para tipos de hospedagem e padrão de qualidade. Ao citar essas sugestões, não são precisados, tampouco, de modo básico, um mínimo de critérios que deveria funda-

mentar a instituição das categorias. A título de referência, essa proposta traz como diferença entre um hotel-fazenda e uma pousada rural, apenas o número de unidades habitacionais. A utilização apenas desse critério, para a diferenciação entre ambas as propostas, deixa clara a falta de embasamento técnico do corpo de profissionais que respaldaram a proposição da categorização em questão. Desse modo, em face do insucesso das medidas adotadas por essa associação para tal propósito, tal proposta não recebeu adesão por parte do empresariado e do poder público.

Ao que parece, essa associação não dispõe de conhecimento técnico suficiente para a estruturação de uma proposta dessa natureza. E, pior, além de não dispor desse conhecimento, ainda divulga uma proposta sem fundamentos, o que colabora para reforçar as estatísticas desqualificadas sobre a representatividade da oferta de Turismo Rural em âmbito nacional. Dessa forma, a proposta sugerida pela ABTR, nos moldes como é colocada, em nada contribui para a estruturação de uma proposta de categorização para o Turismo Rural em Minas.

2. Proposta de Categorização concebida pela especialista Adyr Balastrery Rodrigues (2001)

A segunda proposta de classificação tem sua origem a partir da pesquisa acadêmica. Para Adyr Balastrery Rodrigues ⁷⁵ (2001), a classificação da oferta de Turismo Rural pode seguir outra lógica, utilizando, dessa forma, o recurso de combinar o nome de “sub-segmentos” relacionados ao Turismo Rural com as denominações de estabelecimentos turísticos. As 16 categorias de classificação derivadas dessa proposta podem ser acompanhadas a seguir:

1. Turismo Rural tradicional de origem agrícola: Propriedades que historicamente se constituíram como unidades de produção agrária durante o ciclo do café, cujo patrimônio arquitetônico é representado pela sede da fazenda, áreas de pesque-pague, ordenha de vacas, colheita de frutas, dentre outros.

2. Turismo Rural tradicional de origem pecuária: São áreas onde a atividade de criação de gado funcionou como instrumento de apropriação do território durante o início da colonização e atualmente oferecem infra-estrutura para hospedagem.

⁷⁵ Professora doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, reconhecida especialista dedicada aos estudos do Turismo Rural.

3. Turismo Rural tradicional de colonização européia: A origem está relacionada à história da imigração européia no Brasil, principalmente nas regiões sul e sudeste do país, onde os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo se destacam. Algumas fazendas apresentam instalações luxuosas, cujos proprietários residem ou não na propriedade e a atividade agrária é ainda importante, sendo o turismo atividade complementar.

4. Turismo Rural artesanal de origem colonial: Propriedades rurais tradicionais, com instalações simples nas quais os proprietários residem no local e cujos meios de subsistência provêm das atividades rurais. Vivem do consórcio das atividades agropecuárias com o turismo, este desempenhando uma atividade econômica complementar. Recebem os turistas nas dependências de suas casas, com eles compartilhando sua moradia. Fazem e vendem produtos artesanais de origem rural, como compotas, pães, biscoitos etc. Trata-se de um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar.

5. Turismo Rural Contemporâneo: Opõe-se à primeira categoria por englobar equipamentos implantados mais recentemente, notadamente a partir dos anos 1970, quando o turismo começa a assumir maior significado como atividade econômica no Brasil. Modalidade alternativa ao turismo “sol e praia”, assumindo importância maior à medida que a população brasileira torna-se mais urbanizada. Como variantes dessa modalidade, destaca-se:

6. Agroturismo: Segundo classificações européias, os turistas devem participar das atividades típicas do campo como força de trabalho, tais como ordenhar uma vaca, colher determinados frutos e etc.

7. Hotéis-fazenda: Hotéis localizados em zonas rurais, implantados deliberadamente para a exploração desse turismo específico, valorizando a cultura local, como o folclore, a gastronomia, as atividades típicas tais como cavalgadas etc.

8. Fazendas-hotel: Empreendimentos localizados em meio rural onde sua construção inicial não foi realizada com o intuito de atender ao propósito do turismo. Sofreram pequenas adaptações estruturais visando garantir incremento às atividades econômicas de seus proprietários com a atividade turística.

9. Pousadas rurais: De menor porte e menos luxo, procuram oferecer aos visitantes a possibilidade de usufruir a vida no campo, sem muita sofisticação.

10. Spas rurais: Podem ser enquadrados também na categoria “turismo de saúde”, constituindo a versão moderna das antigas estações termais, hoje com fins estéticos. Si-

tuam-se na zona rural com o intuito de oferecer aos pacientes-hóspede o bucolismo da vida campestre, associando a ele muitas caminhadas para queimar calorias e produzir o relaxamento necessário para suportar as dietas.

11. Segunda residência campestre: Localizadas na área rural de municípios vizinhos de grandes centros urbanos, tais como as chácaras de veraneio, sítios etc.

12. Campings e acampamentos rurais: Já representaram um meio de hospedagem importante no país e, ainda hoje, apesar de passarem por uma aparente estagnação, são importantes para hospedar jovens e famílias com crianças, demanda bastante significativa do turismo rural. Localizam-se geralmente em vales de rios e em áreas de expressiva cobertura vegetal, como as matas ciliares.

13. Turismo de caça e pesca: Modalidade presente no pantanal mato-grossense, representado pelos ranchos de pesca. Aparecem também algumas experiências de turismo cinegético, onde a caça é permitida por lei, sendo os animais criados para este fim.

14. Turismo Rural místico ou religioso: Modalidade em crescente expansão em vários pontos do país, notadamente no Brasil Central, como na Chapada dos Veadeiros, em Goiás. Alguns estabelecimentos estão ligados à religião, enquanto outros se caracterizam como centro de vivência comunitária, vinculados à meditação e práticas místicas. Surgem também experiências ligadas à tentativa de contato com objetos voadores não-identificados (OVNI's).

15. Turismo Rural científico-pedagógico: Voltados para a recepção de alunos e estagiários. É o caso de algumas escolas agrícolas, de nível médio e superior, que estão abrindo suas portas para visitas e estadas, associando turismo, lazer e ensino, traduzindo-se em experiências muito bem-sucedidas.

16. Turismo Rural etnográfico: É o caso de reprodução de aldeias indígenas para receber grupos de estudantes, como, por exemplo, a aldeia dos Xavantes, em Juquitiba (SP), que foi construída para esse fim, aproveitando a valorização da cultura indígena promovida pela festa dos 500 anos do descobrimento do Brasil. É importante ressaltar que este rol de modalidades não pretende se esgotar, dada a rica experiência do turismo rural no país, assim como sua grande extensão territorial.

Apesar do esforço teórico dessa autora, o que se percebe, num primeiro momento, é uma duvidade no intento de definir, simultaneamente, a oferta de estabelecimentos de Turismo Rural e uma tipologia para esse mesmo segmento. Esse intento acaba por resultar nas 16 categorias estabelecidas, que, por diversas vezes, se sobrepõem, além de figurarem mescladas, se-

gundo conceitos tipológicos clássicos da literatura do turismo, a exemplo do Turismo Religioso. Tal miscelânea de expressões parece mais confundir do que esclarecer sobre as possibilidades de estabelecimento de uma proposta de categorização para o Turismo Rural. Entretanto, a partir das colocações realizadas nessa proposta, é possível tecer alguns apontamentos válidos para a reflexão em curso.

A primeira questão que se coloca é a distinção entre uma proposta de classificação voltada para uma tipologia do Turismo Rural — tradicional, “artesanal”, contemporâneo, entre outras possibilidades. Apesar de, nesta proposta, não ser lograda a distinção clara entre tais tipos de práticas turísticas, a busca por uma tipologia do Turismo Rural é uma questão a ser mais bem investigada no âmbito da pesquisa segmentada do fenômeno turístico. Possivelmente, o desenho de outros tipos de turismo que se desdobrem a partir da diversidade de práticas, serviços e atividades turísticas derivadas do Turismo Rural, pode vir a representar contribuições no que concerne ao estabelecimento de critérios e princípios para as propostas de categorização voltadas tanto para a delimitação do próprio Turismo Rural, como para a categorização do seu universo de iniciativas turísticas. Entretanto, é válido salientar que esta proposta de categorização reserva outras dimensões de pesquisa em relação às propostas direcionadas para a classificação de estabelecimentos turísticos. Afinal, um segmento turístico pode abarcar uma diversidade de serviços e atividades turísticas, ao passo que a situação inversa não é, recorrentemente, observada.

Outro apontamento que procede em relação à proposta colocada por essa autora é que, por vezes, os critérios de caracterização de uma categoria são excessivamente restritivos e, em outros casos, muito abrangentes. Ao sistematizar uma proposta de categorização do Turismo Rural para o âmbito nacional, um complexo desafio a ser solucionado é o de se atentar para a diversidade de experiências testemunhadas pelo meio rural brasileiro ao longo dos ciclos históricos. Por exemplo, quando essa autora restringe, na categoria “1. Turismo rural tradicional de origem agrícola”, a ocorrência dessas atividades em fazenda que tem sua origem durante o ciclo do café, esta visão se revela um tanto quanto bairrista. Afinal, essa é uma realidade sudestina que não se aplica às fazendas da região Norte e Nordeste do Brasil. E os ciclos históricos da cana-de-açúcar e do algodão não teriam contribuído para caracterizar propriedades rurais que se adequassem em função dessa primeira categoria? Ainda em relação ao “Turismo Rural Tradicional”, existe uma exacerbada valorização das grandes propriedades, como se apenas as fazendas fossem testemunhos da cultura rural tradicional. Quando a autora passa a

tratar da média, pequena propriedade, é dado o enfoque “artesanal” ao Turismo Rural. A concepção dessa expressão parece equivocada ao perceber que o qualificativo “artesanal” não faz sentido como adjetivo de Turismo Rural. Artesanal é o modo de produção adotado pelos colonos para a produção dos gêneros alimentícios ofertados ao turista, e não o tipo de prática turística.

Por fim, ao passar a sistematizar algumas categorias que fazem menção ao “Turismo Rural Contemporâneo”, a autora passa a desvincular, por vezes, essa atividade turística de um contexto de inserção sócio-cultural em relação ao “Mundo Rural”. Desse modo, se, num primeiro momento, durante as propostas do “Turismo Rural Tradicional e Artesanal”, as propostas estavam totalmente voltadas para o espaço agrário, ao transpor a atividade para a dimensão contemporânea, essa necessidade de vínculo sócio-cultural com o Mundo Rural é relativizada, a exemplo do que ocorre na descrição das categorias Hotéis-fazenda, Turismo Rural Místico ou Religioso e Turismo Rural Etnográfico. Essa última expressão também pode ser considerada uma infeliz denominação de segmento turístico, voltado para o estabelecimento de uma tipologia para o Turismo Rural, visto que sua definição foge, totalmente, aos propósitos do que é dimensionado para esse segmento turístico quando menciona, como cerne de sua proposta, a reprodução de ambientes culturais para fins exclusivos de visitação turística.

Outra definição de categoria turística descontextualizada, não frente à proposta do Turismo Rural, mas segundo o contexto da cultura brasileira, é a adoção da definição europeia de Agroturismo. A questão de definir tal vivência enquanto uma prática laboral por parte do turista (“turista como força de trabalho”) não condiz com a realidade que os brasileiros buscam em relação a um contato mais orgânico, próximo com o mundo rural, oportunizado durante as atividades agroturísticas.

Essa importação da conceituação de Agroturismo para a realidade nacional é despropositada frente aos valores culturais vigentes no país relacionados à prática turística. Outros autores, como Português (1999), assim como pode ser conferido no referencial teórico desse estudo, atrelam o Agroturismo à estruturação de atividades de entretenimento turístico conciliadas com a presença de lidas agrícolas na propriedade turística. Entretanto, essa conciliação se dá no âmbito da interatividade, da vivência, e não com o intuito de o turista representar uma força de trabalho para as atividades dessa natureza no domínio dos estabelecimentos turísticos. Essa concepção do segmento se aproxima, com mais identidade, do contexto brasileiro.

As críticas a serem realizadas, de forma criteriosa, em relação a essa proposta de categorização turística, renderiam, isoladamente, a redação de um artigo científico. Alguns especialistas renomados, por vezes, no afã de conceber uma proposta dessa natureza, acabam por atropelar o próprio conhecimento adquirido ao longo de anos de estudo.

Entretanto, procurou-se iluminar alguns aspectos dessa proposição, visto a importância dessa autora para os estudos do Turismo Rural e quais as contribuições que esta proposta traz em relação a esta temática.

3. Proposta de Categorização do Turismo Rural concebida por Beni (1999)

O autor Mário Carlos Beni, responsável pela publicação de uma das obras divulgadas como referência tradicional da literatura turística — o livro *Análise Estrutural do Turismo* (1999) — apresenta três tipos de categorias de meios de hospedagem voltados para a classificação da oferta turística que ocorre no âmbito do Turismo Rural. Desse modo, para o referido autor, as categorias estabelecidas em função dessa oferta turística são:

1. Hotel-Fazenda: estabelecimento comercial de hospedagem situado em propriedades rurais, adaptado de antigas estruturas originais de sedes de fazendas, nas quais foram conservados aspectos históricos de ciclos econômicos e de culturas agrícolas. Nesses casos, o turista desfruta de instalações modernizadas, do cenário típico da época e de atividades programadas para um hotel, com todos os equipamentos e serviços. Também existem hotéis-fazenda totalmente novos, construídos mais para descanso e lazer, com infra-estrutura instalada para a prática de vários esportes (piscina, quadra de tênis, campo de futebol, quadra poli-esportiva e outros), cavalaria e outros elementos típicos da vida no campo;

2. Alojamento de Turismo Rural: ao contrário do que ocorre no hotel-fazenda, o turista hospeda-se na sede ou nas casas de colonos que foram transformadas em alojamentos turísticos, com o objetivo de estabelecer contato bem maior com a natureza;

3. Alojamento no Agriturismo: o turista se aloja na casa do camponês, convive com ele e trabalha para ele. É o exemplo típico do turismo participante, vivenciando a experiência diária e integrado às festividades características da região. Esse tipo de turismo

de experiência é mais praticado na Europa, devido à reduzida quantidade de mão-de-obra na atividade agrícola.

A proposta deste autor, assim como a da autora Rodrigues (2001), menciona a questão do turista como força de trabalho para o produtor rural no âmbito da propriedade turística. Os comentários sobre essa postura conceitual frente ao Agroturismo já foram referidos nos comentários tecidos para a proposta dimensionada por essa autora. A denominação de Beni como “Agriturismo”, ao invés de Agroturismo, apresenta a influência da expressão italiana e francesa na concepção da denominação dessa categoria, para tal autor. Nestes países, a expressão é concebida como Agriturismo dada a sua direta relação com as atividades agrícolas, desde 1960, ao passo que a expressão Agroturismo é mais utilizada em Portugal, onde a representatividade dessa vivência turística está vinculada ao espaço agrário. No Brasil, a título de planejamento da atividade turística, o único estado que possui uma proposta formalizada a título de Agriturismo é o Espírito Santo. Todavia, é importante ressaltar que, a título de ‘Agri’ ou ‘Agro’ turismo, o apelo dessa vivência turística, no contexto brasileiro, está voltado para a maior integração com o espaço agrário e não com a dimensão laboral voltada para as demandas da propriedade rural.

Em continuidade à discussão da proposta colocada por Beni, outro apontamento é a inferência realizada na descrição da categoria “Alojamento de Turismo Rural”, quando o autor salienta que o objetivo da estada do turista na casa dos colonos é o aumento do contato desse hóspede com a natureza. Essa colocação não é respaldada por uma lógica racional. O que poderia ser apontado neste sentido é que a hospitalidade na casa dos colonos pode representar um contato mais direto com a cultura rural, de base local, dado o conceito de hospedagem mais informal, íntimo nesse ambiente, do que a hospedagem na sede de um hotel-fazenda. Entretanto, essa correlação alojamento rural *versus* contato com a natureza não pode ser entendida como uma relação de maior ou menor intensidade com os recursos naturais, ao contrário do que é entendido por esse autor. Outra questão é: apesar de certa precisão em suas definições, o autor também não subsidia as categorias que estabelece com critérios técnicos, suficientes, para a consolidação de sua proposta de forma fundamentada. E mais: as três categorias de hospedagem também não abarcam a ampla diversidade de atividades, serviços e estabelecimentos da oferta turística relativa ao segmento turístico a que se propõe, visto que nessa proposta tampouco é cogitada a possibilidade de classificação para os estabelecimentos que não ofertam serviços de hospedagem turística. Apesar de essas iniciativas representarem a minoria das

propostas turísticas dessa amostra, é verificado que os documentos de planeamento e gestão pública voltados para o Turismo Rural atribuem expressiva importância à formatação de produtos turísticos que atendam ao perfil deste tipo de estabelecimento, qual seja: a estruturação de estabelecimentos turísticos voltados para a oferta de atividades de entretenimento turístico e alimentação.

Assim, findos os comentários, isolados, sobre cada uma das propostas nacionais, são abordadas, em seqüência, as propostas de âmbito internacional. Antes de tratar isoladamente cada proposta, são apresentados alguns dados sobre a expressão do Turismo Rural na Europa, a título de referência sobre a expressão dessa atividade nos países que terão propostas abordadas, segundo as informações veiculadas pelos organismos internacionais.

Dados do Turismo Rural na Europa.

Os números publicados pela OMT (2000)⁷⁶ confirmam

la creciente importancia que tiene el Turismo Rural, con un crecimiento estimado del 20% a nivel mundial, frente al 4% que representa el turismo convencional. Según cifras publicadas por la OMT (1998), el volumen del mercado del turismo rural se estima al 3% del total de llegadas de turistas internacionales a nivel mundial. En general se espera que el turismo rural siga creciendo a nivel global, aunque nadie cree en un desvío masivo de demanda desde otros productos turísticos. Las conclusiones del Primer Congreso Europeo de Turismo Rural, celebrado en Jaén en octubre de 2003, esbozan la situación de este sector en Europa.

Para contribuir na contextualização do Turismo Rural na Comunidade Européia, o quadro 16 apresenta a distribuição da oferta deste segmento.

QUADRO 17
Distribuição da Oferta de Turismo Rural na Comunidade Européia

Países	Nº de Establecimientos	Nº de plazas
França	60.000	540.000
Alemanha	30.000	270.000
Reino Unido	25.000	225.000
Áustria	18.000	162.000
Itália	15.000	135.000
Escandinávia	9.000	81.000

⁷⁶ Informações extraídas da WTO (2000) *WTO news*. 2nd quarter 2000 Issue 2, WTO, Madrid, Spain.

Espanha	5.500	49.500
Polónia	5.000	45.000
Europa Central	5.000	45.000
Irlanda	4.500	40.500
Rumânia e Bulgá-	3.500	31.500
Suíça	3.000	27.000
Portugal	2.500	22.500
Países Bálticos	2.000	18.000
Resto da Europa	2.000	18.000
Total	190.000	1.710.000

Fonte: Eurogîtes (*Travel and Tourism analyst*, 2003)

Assim como pode ser observado no quadro 16, a França, até o ano de 2003, era o país de oferta mais significativa frente ao mercado de serviços referente a esse segmento turístico, apresentando 100% a mais de oferta que o segundo país, a Alemanha, nesse mesmo sentido. A Espanha, o outro país que terá uma proposta de classificação da oferta abordada, é o 7º país em oferta europeia de Turismo Rural e apresenta, aproximadamente, um décimo da oferta de estabelecimentos que a França possui. Tais dados revelam a expressão e tradição da oferta turística francesa que encontra, na intervenção e subsídio estatal, as normas necessárias para organização desse setor enquanto estratégia de ordenamento do território rural francês.

4. Proposta de Categorização do Turismo Rural concebida pela A.P.C.A de France⁷⁷

Tendo em vista as informações supracitadas, dada a tradição francesa⁷⁸ em relação à oferta de Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural, optou-se por investigar uma das propostas de classificação da oferta direcionada para esse tipo de atividade turística. Assim, ao levantar os ti-

⁷⁷ As informações sobre essa proposta de categorização turística foram extraídas do texto *El Turismo en Espacio Rural en Francia*, de autoria de FOURNEAU, Francis (1998) - Université de Pau et des Pays de L'Adour, veiculado no CUADERNOS DE TURISMO, n. 1, 1998, de textos publicados em francês, com a descrição de cada tipo de produto, em acordo com a aplicação do artigo L640-2, do Código Rural, inserido no artículo 76 de orientação agrícola de 09 de julho de 1999 e do site dessa iniciativa que pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.bienvenue-a-la-ferme.com>

⁷⁸ Segundo Fournéau (1998), o início das atividades de Turismo Rural na França, como atividade econômica moderna, data de 1963 e “Hoy en día, el turismo rural tiene un gran éxito en Francia. Tanto a nivel de la frecuentación y de la demanda (365 millones de pernoctaciones, es el 28% del total) como nivel de la masa de dinero que mueve. Este mercado ha representado 70.000 millones de francos en 1992, sea el 22% de los ingresos turísticos globales. Y este tipo de turismo no ha sido, hasta ahora, tocado por la crisis, todo lo contrario. Conoce un crecimiento regular y Francia representa uno de los primeros «destinos» mundiales para el turismo rural (ha crecido de 9,2% entre 1989 y 1992 y durante el mismo periodo el turismo de sol y playa bajaba de 7,8%). Pero si más de diez millones de turistas (los 2/3 franceses) han elegido el turismo rural, quedan más de 40 millones para el turismo de playa o de nieve. Así que todavía quedan grandes posibilidades de desarrollo, pero no hay que olvidar que el criterio fundamental del turismo rural es su aspecto difuso en el espacio que impide toda «masificación» y crecimiento rápido”.

pos de classificação voltados para esse fim, no âmbito francês, é atribuída prioridade ao estudo da proposta de classificação turística *Bienvenue à la Ferme* (Bem-vindo à Fazenda); visto que alguns outros modelos de estruturação da oferta turística nesse país — *gîtes ruraux* (casas rurais) e *chambres d'hôtes* (modelo similar ao tipo de oferta inglesa denominada *bed and breakfast* — serviços de cama/hospedagem e café da manhã) — estão voltados para a totalidade dos estabelecimentos turísticos sediados no espaço rural, e não precisamente para a proposta de Turismo Rural.

Assim, a proposta de classificação francesa a ser reconhecida foi criada por iniciativa da Assembléia Permanente das Câmaras Agrárias – A.P.C.A., sendo considerada como um conceito de produto, direcionado para o Turismo Rural, muito peculiar e, relativamente novo, instituído desde 1985 na França. O *Bienvenue à la Ferme*, uma marca de produto registrada por essa mesma associação, tem

con el fin de reagrupar y racionalizar los otros productos del turismo rural fuera de los «gîtes» (Casas rurais) y de las «stations vertes de vacances» (Estações Ecológicas de Férias). Se trata de productos totalmente relacionados con la actividad agraria y gestionados por el propio agricultor (FOURNEAU, 1998).

Assim, a proposta da A.P.C.A. de France estabelece a criação de seis categorias de classificação para fins desses produtos turísticos. Essas categorias são citadas e resumidamente qualificadas a seguir:

1. **Fermes auberges – Fazendas-Albergue:** é o tipo pioneiro da marca, e hoje somam cerca de 1.000 unidades. Caracterizam-se por oferecer refeições com alimentos produzidos na fazenda. A hospedagem ocorre junto à família dos agricultores, na mesma casa em que essa família vive. A interatividade sócio-cultural é proporcionada uma vez que, além de pernoitar na propriedade, durante o dia o hóspede pode, se desejar, acompanhar os proprietários em relação à sua rotina de afazeres.

2. **Fermes équestres – Fazendas-Eqüestres:** a mesma concepção das fazendas-albergue, com o diferencial da oferta de passeios a cavalo e a prática da equitação. No contexto dessas atividades de lazer, o tempo todo o hóspede é acompanhado pela presença de membros da família dos agricultores ou por funcionários da propriedade rural que conheçam os atrativos culturais e possam agregar valor a essa vivência.

3. **Fermes séjour - Fazendas para Estância:** proposta de convívio com os agricultores na fazenda, compartilhando de sua rotina durante, no mínimo, uma semana. A diferença

entre essa proposta e a primeira é a programada vivência e interação dos hóspedes junto a essa propriedade durante o tempo referido. A proposta das Fazendas para Estância é voltada para uma intensa imersão sócio-cultural junto à família do agricultor e ao entorno comunitário onde está sediada a proposta. A hospedagem nesse tipo de fazenda não impede que o turista visite e desfrute da proposta de outras iniciativas, principalmente as relacionadas a essa proposta como o “Lanche na Fazenda” e o “Produtos da Fazenda” durante o dia.

4. Camping à la ferme - Acampamento na Fazenda: a mesma proposta de estância, porém com a utilização de barracas ou trailers de acampamento instalados próximo à fazenda.

5. Goûters à la ferme – Lanche (Degustação) na Fazenda: a sugestão é oferecer um lanche com os produtos locais e uma visita à fazenda. A proposta de atendimento dessa iniciativa não inclui hospedagem. O serviço de alimentação dessas propriedades não é voltado para substituir as refeições de base (café da manhã, almoço e jantar) servidas nos estabelecimentos que ofertam hospedagem, mas é opção complementar de entretenimento turístico. Favorece a comercialização de gêneros alimentícios da fazenda, a valorização da cultura rural e a formação de circuitos e rotas de visitação de propriedades, induzindo, assim, o aumento do tempo de estada dos turistas que desejam conhecer as diversas propriedades de um território.

6. Produits de la ferme - Produtos da Fazenda: trata-se da venda direta de 50 produtos da fazenda aos visitantes, que, em alguns casos, podem participar ativamente, como a colheita de frutos ou hortaliças, por exemplo. Essa proposta se parece com a anterior no sentido de funcionar como mais uma opção de atividade para o turista e de comercialização da produção local para os agricultores. Entretanto, neste tipo de iniciativa não há a proposta de visita à fazenda. Ou seja: no contexto brasileiro, os estabelecimentos turísticos que atuam nessa linha são reconhecidos como a produção artesanal associada ao turismo.

Para a divulgação desses estabelecimentos, existe um guia completo de toda a oferta *Bienvenue à la Ferme*, a nível nacional e um site⁷⁹ próprio para a divulgação desta rede, que atualmente conta com 5.500 agricultores, segundo dados veiculados pelo próprio site da associação. A grande diferença desta proposta concebida para a oferta de Turismo Rural na França é

⁷⁹ Site de divulgação dos produtos: <http://www.bienvenue-a-la-ferme.com>

o condicionamento das atividades turísticas à existência de produção agropecuária e a estas estarem sediadas em uma propriedade rural com características de uma fazenda. Entretanto, como essa não é uma proposta de classificação para o Turismo Rural de toda a França, a mesma atende, com presteza, a um percentual de estabelecimentos que se enquadram nesse modelo.

Um dos fatores de sucesso dessa proposta de categorização é o rigor de delimitação dos critérios e condições de participação para cada categoria. A delimitação técnica das características que cada tipo de estabelecimento deve apresentar para aderir a essa marca de produtos contribui para que não haja o desvirtuamento das propostas turísticas em curso e também para a não-adesão de iniciativas turísticas que possuam outro foco de atuação. Ainda, uma outra norma valiosa instituída entre as regras que regem o *Bienvenue à la Ferme* é o envolvimento integral do dono do estabelecimento rural em todas as fases de planejamento e oferta do produto turístico. O recurso humano é entendido como elemento fundamental de estruturação dessa oferta turística, uma vez que é através do atendimento familiar que os valores sócio-culturais do Mundo Rural são apresentados ao turista, agregando valor às suas experiências de contato com a natureza e atividades de lazer. Outra dimensão citada nesse sentido é que o agricultor e sua família são os portadores da identidade cultural desse tipo de produto turístico. Sua presença é insubstituível.

Além disso, normas rígidas para que o agricultor não se converta em mais um comerciante também são aplicadas, tais como: obrigatoriedade de reservas turísticas, respeito à capacidade máxima de comercialização de refeições e diárias de hospedagem, obrigatoriedade de consumo dos produtos da própria fazenda e presença da família do agricultor nos postos de trabalho gerados frente a atividades turísticas. É interessante destacar esses requisitos, já que representam claramente um instrumento efetivo na busca da viabilidade sócio-cultural e econômica das atividades primárias conciliadas com o turismo no meio rural. Na França, o Turismo Rural em sua vertente mais nova, planejada, ordenada e apoiada em políticas públicas, é visto como uma atividade capaz de, em alguns casos, mitigar, ou ao menos, em alguns, minimizar os efeitos negativos dos processos de modernização agrícola, modelo produtivista que teve como consequência o êxodo rural e venda de terras no campo. Além disso, o Turismo Rural também pode funcionar como uma alternativa de atividade que venha minimizar a sobrecarga turística das praias, caracterizada pelo massivo turismo de balneário. Entre outros benefícios alcançados a partir da viabilidade das atividades de Turismo Rural no contexto francês, o po-

der público passou a responder com apoio, de natureza técnica e econômica, à reativação e revitalização das atividades rurais vinculadas à atividade turística, ponderada como elemento de uma política global de ordenação do território rural nesse país.

Quanto à exposição desses contornos técnicos, políticos e econômicos encerrados nessa proposta de categorização podem-se extrair referências e exemplos de medidas a serem discutidas para o caminho de construção de uma proposta de Turismo Rural mineira. Em primeiro lugar é relevante pautar a propensão dessa proposta para o estado, uma vez que Minas apresenta ampla vocação turística baseada na diversidade patrimonial de suas propriedades agropecuárias e entorno comunitário. A práxis desta experiência toma em consideração fatores condizentes com um conceito sólido de Turismo Rural, pois o atendimento familiar e interatividade sócio-cultural são componentes-chave do produto oferecido, e o que o distingue é exatamente esse contato personalizado, bem como a oportunidade de vivenciar atividades de entretenimento, desfrutar do entorno autóctone, conhecer outras propriedades rurais e ampliar a dimensão da experiência turística a partir da diversidade de vivências, favorecendo, dessa maneira, o aquecimento da economia local.

Se comparada à realidade mineira, a experiência do Turismo Rural concebida pela Assembléia Permanente das Câmaras Agrárias – A.P.C.A tem muito a contribuir, de modo especial para as propriedades rurais de pequeno porte do estado, propriedades essas que apresentam expressivo potencial turístico para o estabelecimento de roteiros turísticos que trabalhem a identidade da cultura rural de base local. Assim, dadas as diferentes formações sócio-culturais e ambientais verificadas no âmbito do estado de Minas, essa estratégia de classificação da oferta poderia contribuir não apenas para a classificação, como para a estruturação de novos produtos turísticos direcionados para o Turismo Rural, visando trabalhar as distintas características culturais no âmbito local e regional. Produtos como o café, o queijo, como exemplos, suscitariam a formatação de diferentes roteiros para a apreciação dos diversos ofícios e produtos que tangenciam as lidas agrícolas e pecuárias nesse universo.

Assim, é verificado na França o sucesso dos produtos dessa marca, a partir dessa classificação da oferta, onde o depoimento dos agricultores aponta para a revitalização sócio-econômica de base local, e, por vezes, até da economia de expressão regional (dependendo da expressão de propriedades reunidas num mesmo território e seu nível de integração). Em alguns casos, a

atividade turística chega a representar 90% da receita gerada nas propriedades rurais. Entretanto, esse percentual não deve ser ultrapassado, segundo as normas internas, ou, do contrário, a propriedade pode perder a licença da marca. Tal medida, no contexto dessa proposta, visa garantir a manutenção das atividades primárias nessas propriedades, um dos componentes que caracterizam sua estruturação. Por fim, será apresentada a proposta galega de classificação da oferta turística, visto que a Espanha também é um país que vem ganhando expressividade em relação à consolidação das atividades de Turismo Rural, de acordo com os critérios estabelecidos por cada comunidade autônoma nesse país.

5. Proposta de Categorização do Turismo Rural concebida pela Comunidade Autônoma da Galícia – Espanha.

O segmento de mercado comercializado sob o título de “Turismo Rural na Espanha” está em expansão, de acordo com os números fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas da Espanha – INE, através da pesquisa de *Encuesta de Ocupación de Alojamientos de Turismo Rural/EOTR (2006)*⁸⁰ — pesquisa de natureza oficial sobre Turismo Rural nesse país, apresentando um crescimento anual de mais de 15% na disponibilidade de serviços voltados à hospedagem turística.

Nesse país, cada Comunidade Autônoma define e estabelece requisitos e exigências específicas segundo a concepção e características regionais da própria oferta, ainda que existam algumas condições comuns exigidas para o Turismo Rural em todo o país, tais como arquitetura tradicional e antiguidade mínima das edificações, número máximo de unidades habitacionais e qualidade do entorno paisagístico.

Neste momento, é colocada a apreciação da experiência galega de Turismo Rural, segundo definição e normativa dessa própria comunidade autônoma, baseado na lei de 9/1997, de *Ordenación y Promoción del Turismo en Galicia*.⁸¹ De acordo com a definição presente nos documentos oficiais, são considerados estabelecimentos de Turismo Rural, neste contexto,

as edificações situadas no meio rural da comunidade Autônoma da Galícia que, reunindo características singulares de construção, antiguidade e tipicidade galegas ou

⁸⁰ Os dados desta pesquisa são fornecidos pelo site do Instituto Nacional de Estatísticas (INE): www.ine.es/inebase.

⁸¹ Informação retirada do artigo Comentario á Lei 9/1997, do 21 de agosto, de promoción e ordenación do turismo en Galicia, *Revista Xurídica Galega*, núm. 16, 2º cuadrimestre, 1997, p. 381 a 392.

que desenvolvendo atividades agropecuárias, prestem serviços de alojamento turístico mediante preço. As edificações devem ter as características próprias do seu entorno, um ambiente de tranquilidade, não estar afetado por estruturas urbanas degradadas, atividades minerais ou extrativas superficiais e contar com vias de acesso adequadas.

A classificação, baseada no que pode ser entendido como “as modalidades de exploração”, tem, de fato, um cunho bastante comercial. Trata-se de uma categorização extremamente restritiva, ou seja, pouco diversificada quanto à essência de sua proposta, e que pouco contribui para a construção de referenciais, sobretudo quando se espera maior aporte, haja visto o pioneirismo e a tradição turística espanhola.

Segundo o Capítulo II, artigo 2 do Decreto 191/2004, intitulado “Estabelecimentos de Turismo Rural”, da Comunidade Autónoma da Galícia, tais estabelecimentos classificam-se em quatro grupos:

Grupo A: abarca as residências, castelos, mosteiros, grandes casas, assim como outras edificações que, por suas singulares características e valor arquitetônico, sejam reconhecidas como tais pelos órgãos competentes da Comunidade Autónoma da Galícia.

Grupo B: abarca as casas de localidades situadas no meio rural que, por sua antiguidade e características de construção, respondam à tipicidade própria das casas rústicas gallegas.

Grupo C: compreende as casas de cultivos, entendendo como tais as casas situadas no meio rural e com habitações dedicadas ao alojamento de hóspedes, nas quais se desenvolvem atividades agropecuárias em que possam participar os clientes alojados. Esta forma de turismo é definida como Agroturismo.

Grupo D: Neste grupo se integram as aldeias de Turismo Rural. Entende-se por aldeia de Turismo Rural o conjunto de no mínimo três casas situadas no mesmo núcleo rural que sejam exploradas de forma integrada e pertençam ao mesmo titular. O conjunto das construções da aldeia de Turismo Rural guardará entre si uma distância máxima de 500 m.

Da experiência espanhola, pode-se extrair contribuições sobre os princípios elementares do conceito de Turismo Rural mais do que sobre seu modelo de categorização, haja visto que este último se apresenta restrito fundamentalmente aos tipos de construções e valores estéticos. Observando-se com maior detalhamento a normativa anteriormente citada, é

possível confirmar a preocupação enfaticamente direcionada a critérios físicos dos equipamentos, instalações disponibilizadas para uso turístico, tamanho, localização, idade das edificações, arquitetura típica etc. Por outro lado, é interessante o fato de que tomem em consideração como requisito para o Turismo Rural fatores como “características arquitetônicas”, número máximo de unidades habitacionais e qualidade do entorno paisagístico.

Entretanto, como pode ser observado, os critérios galegos de classificação são abrangentes e possibilitam que uma vasta gama de empreendimentos seja reconhecida sob o prisma do Turismo Rural. Nessa proposta, a atribuição de valores dada aos quesitos arquitetônicos remete à identificação de sua proposta com um outro tipo de segmento turístico europeu, inclusive citado no referencial teórico dessa pesquisa. O Turismo de Habitação (TULIK, 2006) é descrito como uma modalidade muito praticada em Portugal e, como o próprio nome diz, está vinculada ao patrimônio arquitetônico dos solares e outras edificações. Ou seja, reservadas algumas diferenças, a motivação principal entre ambos os segmentos está vinculada à hospedagem em um certo tipo de construção arquitetônica, o que, segundo tais propostas, agrega valor à experiência turística. Outra característica de cunho abrangente nessa proposta de classificação é a não exigência de atividades que estejam voltadas para a valorização da cultura rural em todos os grupos de estabelecimentos. Apenas o grupo C (Casas de Cultivo) destaca a importância desse vínculo turístico com o espaço onde as atividades são sediadas; esse, ao ser explícito nessa condição, passa também a denominar suas atividades como “Agroturismo”. O que se pode perceber é que o que a proposta galega reconhece como Turismo Rural, teoricamente, é parte das atividades reconhecidas, no Brasil, como atividades de Turismo no Espaço Rural. Dada a abrangência dessa proposta em relação à demanda de classificação das propostas de Turismo Rural em Minas, a mesma não apresenta contribuições expressivas no sentido de apresentar critérios bem delineados que possam auxiliar a construção de uma proposta estadual.

Considerações Finais

De maneira geral, depreende-se neste estudo que existem múltiplas concepções orientadas ao estabelecimento de propostas de categorização do Turismo Rural, voltadas tanto para a oferta de estabelecimentos, como para a tipologia do Turismo Rural. Tal mescla de concepções, e mesmo de parâmetros, para conceber uma mesma proposta de classificação para o Turismo

Rural, acaba por representar um dos principais entraves à formalização de propostas desta natureza, uma vez que tais proposições visam objetivos completamente diferentes. Assim como exposto, um segmento turístico pode abarcar vários tipos de estabelecimentos, impedindo, assim, que a instituição de categorias para esse fim mescele terminologias — denominações de estabelecimentos e segmentos turísticos, assim como identificado na proposta concebida por Rodrigues (2001). Dessa forma, a necessidade de criar propostas que qualifiquem a oferta de estabelecimentos de Turismo Rural, somado a uma tipologia do Turismo Rural, pode ser apontada como um dos condicionantes responsáveis pela concepção de propostas inadequadas, acarretando equívocos, inclusive, no próprio estabelecimento de objetivos e propósitos de atuação voltados para essa atividade, no contexto nacional e estadual.

Essa realidade fica ainda mais clara quando se comprova que não existe um entendimento, tampouco a utilização, sobre termos técnicos comuns entre os atores nacionais envolvidos, sejam eles empresários, representantes do poder público ou mesmo acadêmico. A fim de ilustrar a diversidade de acepções conceituais sobre o Turismo Rural, somado ao que foi verificado através das propostas citadas neste capítulo, vale a pena citar a conclusão de um artigo de Silva (2005), da Universidade Federal de Goiás, publicado com o título: *Uma Tipologia para o Turismo Rural na Região Metropolitana de Goiânia*:

Assim, a expressão Turismo Rural na Região Metropolitana de Goiás foi compreendida como termo indicador do conjunto tipológico de atividades turísticas realizadas no campo. Isto é, o Turismo Rural empregado como substantivo para identificar as várias modalidades de turismo, abarcando todas as ocorrências, tendências, características, semelhanças, diferenciações oriundas dessa prática turística no campo.

Desse modo, a dificuldade em conceber uma proposta de categorização para a oferta de Turismo Rural advém, também, da carência de uma definição técnica para esse tipo de turismo; definição essa capaz de orientar, proficuamente, o desenvolvimento de uma oferta turística coerente com os propósitos que caracterizam esse segmento. Neste sentido, nem mesmo a Organização Mundial do Turismo parece posicionar-se, claramente, com relação ao assunto, assumindo a dificuldade em estabelecer uma definição completa, segundo declarado no *VII Congresso AECIT: Turismo, Desarrollo Rural y Sostenibilidad*, em Jaen, España, em 2003. A apresentação da palestra do Sr. Luigi Cabrini, Representante Regional para Europa da OMT, durante esse evento, expõe a fragilidade do conceito em suscitar a delimitação de critérios que possam caracterizar o Turismo Rural. A seguir, a reprodução de parte da palestra proferida por esse gestor:

El término Turismo Rural se utiliza cuando la cultura rural es un componente clave del producto ofrecido. El rasgo distintivo de los productos del Turismo Rural es el deseo de ofrecer a los visitantes un contacto personalizado, de brindarles la oportunidad de disfrutar del entorno físico y humano de las zonas rurales y, en la medida de lo posible, de participar en las actividades, tradiciones y estilos de vida de la población local. En efecto, una definición simple del turismo rural como la facilitada anteriormente no abarca todos sus aspectos, pero es igualmente difícil elaborar una definición más compleja que incluya todas sus características. De toda manera, el montañismo, la equitación, el turismo de aventura, los viajes educativos, el turismo orientado al deporte y la salud y el turismo cultural son tan sólo algunos ejemplos de actividades que se consideran parte del concepto de turismo rural (CABRINI, 2003).

Assim sendo, é notório o fato de que para a OMT, o Turismo Rural é entendido, na prática, como todo tipo de turismo realizado no espaço rural, reconhecido, teoricamente no Brasil, como o segmento “Turismo no Espaço Rural”. Tal condição contribui ainda mais para a des-caracterização da oferta de Turismo Rural e acaba por influenciar concepções de propostas de categorização, neste sentido, com fundamentação pautada em conceitos internacionais que não atendem efetivamente aos propósitos do Turismo Rural na acepção dos princípios que qualifiquem seu conceito.

Após revisar as análises de categorização abordadas neste capítulo, fica evidenciado que, apesar dos esforços teóricos para estruturação de propostas nacionais, ainda faltam princípios e critérios para delimitar, de forma mais precisa, as categorias de classificação contempladas por essas propostas. Apesar de deficitárias, sendo essas as propostas nacionais identificadas, é possível afirmar que além da abissal fragilidade identificada nas proposições desse âmbito, nenhuma dessas propostas parte de uma iniciativa de responsabilidade do poder público federal ou estadual. Há mais de cinco anos que essa demanda é formalmente colocada por tais órgãos e, porém, até o momento não existe um banco de dados nacional ou estadual, e o esboço do que poderia vir a ser uma proposta dessa natureza. A única evolução nesse sentido foi a instituição do PRONAF Turismo Rural, o que não resolve a demanda colocada por essa oferta. Esse programa pode ser mais bem enquadrado como estratégia de incentivo dessa prática turística no âmbito da agricultura familiar do que como ação no sentido de reconhecer a expressividade e diversidade de atividades de Turismo Rural, visto que tal segmento ainda é uma realidade pouco expressiva nos domínios da agricultura familiar brasileira.

Quanto às propostas internacionais, em relação ao que pode ser subentendido, a França e a Espanha trabalham com diferentes perspectivas de Turismo Rural. Enquanto na França é

verificado um expressivo vínculo das atividades turísticas em relação à vocação do seu mundo rural, na Espanha essa mesma relação não é averiguada, sendo que as propostas turísticas podem ou não apresentar essa faceta. Assim, é ponderável assinalar que a atividade turística no âmbito espanhol se aproxima mais do que é reconhecido no Brasil como “Turismo no Espaço Rural”, o que não contribui de forma significativa para o propósito de construção da classificação do Turismo Rural em Minas Gerais.

Já a proposta francesa é reconhecida como a iniciativa que melhor pode contribuir para a construção de uma proposta de Turismo Rural direcionada para a oferta mineira. Considerando-se a valorização da cultura rural de base local, o reconhecimento do atendimento personalizado por parte da família, a integração com o entorno autóctone, a presença das atividades de entretenimento turístico, a interação entre as propriedades, essa proposta se fundamenta como um interessante recurso a ser apropriado para a realidade do estado de Minas. Outro ponto forte dessa proposta é a adoção de critérios bem regimentados para a caracterização dos produtos, o que favorece a consolidação de uma proposta embasada e menos passível de ser distorcida.

Porém, a limitação que essa proposta apresenta frente à diversidade do Turismo Rural mineiro é o fato de a mesma estar condicionada ao domínio das fazendas e da presença de atividade agrária ativa nessas propriedades rurais. Enquanto referência para a concepção de uma proposta de classificação da oferta de Turismo Rural de âmbito estadual, os critérios adotados para a formatação dos produtos *Bienvenue à la Ferme* são restritivos no que concerne a esse propósito. Em relação à amostra de iniciativas turísticas abarcadas por esse estudo, as orientações procedentes dessa proposta poderiam servir a melhor orientação da oferta turística no domínio das fazendas mineiras, que, efetivamente, se disponham a trabalhar com o Turismo Rural. E, mesmo no caso de propriedades que não sejam desse porte, os conceitos que norteiam esse produto turístico poderiam ser adaptados para a estruturação de uma proposta que envolvesse a combinação das fazendas com a produção agrícola familiar do meio rural no estado. Segundo a presidente da AMETUR, Sra. Suzana de Paiva, fazendeira e proprietária de um hotel-fazenda no município de Florestal, em Minas Gerais, existem aproximadamente 400.000 propriedades rurais no estado, entre as quais mais de 80% se referem às propriedades de pequeno porte. Levando em consideração as informações colocadas por essa gestora, é clara a necessidade de que se concebam propostas de classificação que contemplem e incentivem, também, a atividade turística entre esses portes de propriedade rural, desmistificando que as fazendas sejam reconhecidas como o principal atrativo do Turismo Rural mineiro.

Tal proposição deve ser concebida não apenas do ponto de vista da oferta turística, mas levando em conta as informações conciliadas sobre o estudo da demanda turística, seja para conceber propostas de categorização da oferta de estabelecimentos de Turismo Rural, seja para conceber acepções da tipologia desse segmento turístico. A importância de tomar-se em consideração as motivações da demanda são justificadas pelo próprio fato de que elas mesmas contribuem para nortear a investigação a respeito do quê, essencialmente, o turista tem buscado no meio rural. Neste contexto, é fundamental comprovar se o fator decisivo para o deslocamento às zonas rurais está relacionado à possibilidade de desfrutar da cultura rural, ou mais bem se relaciona a outros elementos como a proximidade de seu domicílio habitual, o tempo de estada, a facilidade de acesso, o preço, dentre outras variáveis que determinam o consumo entre os diferentes segmentos turísticos. Desse modo, é primordial estudar o perfil e as motivações que dão origem aos deslocamentos de turistas para os espaços rurais, com objetivo de identificar, também, diferentes tipologias de turistas rurais.

Estas tipologias permitirão, por um lado, detectar se existe um tipo de turista de alojamento rural frente aos denominados turistas rurais e, por outro, caracterizar cada uma delas segundo as características sócio-econômicas, de comportamento na viagem e de preferências sobre atividades de seus membros. A definição e caracterização destas tipologias constituem uma importante ferramenta para o conhecimento da evolução do Turismo Rural (VALDÉS, 1996).

Como reflexão final, cabe considerar que é de fundamental importância o levantamento e identificação de mais estabelecimentos condizentes com o Turismo Rural, permitindo, assim, que, a partir de uma significativa amostra de iniciativas turísticas voltadas para esse segmento, possam ser realizadas discussões sobre os princípios, critérios e normas que devem reger as propostas de classificação voltadas para tal fim. Este estudo não pôde, neste sentido, subsidiar de informação tal demanda colocada, uma vez que a amostra de iniciativas identificadas que se aproxima de uma condizente oferta de Turismo Rural não permite, *a priori*, a sugestão de uma proposta de categorização a partir de um universo quali-quantitativo tão reduzido de estabelecimentos. Esse dado expõe um outro desafio que é o da construção de propostas de categorização turística para um segmento que apresenta, efetivamente, poucas iniciativas; donde se conclui que faltam informações para refletir sobre quais seriam essas categorias de estabelecimentos a serem estipuladas frente à diversidade e possibilidades de estruturação de atividades e serviços turísticos voltados para uma proposta de Turismo Rural. Porém, essa

dificuldade não deve ser encarada como um condicionante, visto que um fator desencadeia a outra, formando um ciclo vicioso.

Tendo essa consideração em pauta, em termos de políticas públicas, uma alternativa possível é a concepção de uma proposta de categorias de estabelecimentos de Turismo Rural não apenas baseada na oferta já existente, mas em uma oferta turística a ser induzida, visando, assim, o favorecimento da revitalização sócio-econômica e cultural do meio rural mineiro. Essa oferta teria como objetivo priorizar, num primeiro momento, o desenvolvimento rural de base local, e poderia, à medida de sua evolução e consolidação, auxiliar as políticas de estruturação dos territórios rurais, trabalho esse de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse tipo de atuação é adotado dentro do programa LEADER, Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural, na Europa. Entre outras iniciativas que esse programa contempla, uma delas é a implementação de programas de Turismo no Espaço Rural para trabalhar a perspectiva sócio-econômica presente na estruturação do território rural europeu.

Para finalizar, a colocação realizada por Gómez (1998) ainda aponta uma outra perspectiva a ser pensada sobre as demandas de classificação da oferta de Turismo Rural. Para esse autor,

além do alojamento, a nova procura turística necessita de estruturação de tipos de atividades desportivas, sociais, culturais, etc. A qualidade turística de uma zona depende não só do alojamento, como também das atividades que podem realizar os turistas. Isto permite desenhar produtos turísticos completos: alojamento, alimentação e recreação. Assim, é necessário pensar a classificação dessas atividades, uma perspectiva pouco discutida no âmbito do Turismo (*apud* PEREIRO, 2004).

A partir dessa citação, é possível observar que, para abarcar as demandas de classificação da oferta turística de Turismo Rural, há que se considerar, portanto, quatro dimensões fundamentais quanto a esse segmento: a oferta de estabelecimentos turísticos, a demanda, a possibilidade de uma tipologia específica do Turismo Rural e a presença e diversidade de atividades de entretenimento turístico. Desse modo, à guisa de uma conclusão, restarão as perguntas sobre esse contexto passíveis de serem investigadas no domínio da pesquisa acadêmica a propósito de contribuição para a construção de políticas públicas com foco voltado para o Turismo Rural: levando-se em conta as quatro dimensões presentes nesse segmento, será necessária uma proposta de classificação para cada um, ou a combinação entre

alguns desses elementos pode gerar propostas e categorias de classificação mais complexas e abrangentes? O que a classificação das atividades de entretenimento suscita de novo para o horizonte das propostas de classificação da oferta turística? Seria uma proposta de classificação voltada apenas para essa dimensão da oferta turística uma estratégia de política pública capaz de induzir a formatação de novos produtos turísticos voltados para o Turismo Rural? Assim, as questões apresentadas nesse momento constituem algumas das reflexões a serem pautadas durante o complexo desafio de se trabalhar com as propostas de categorização, sejam estas voltadas à oferta ou à demanda turística.

4.2. Ecos contraditórios de um segmento turístico (dito) em expansão — Considerações Finais

A palavra eco é um substantivo masculino que, segundo o dicionário Aurélio (2006), pode ser definido como “repetição de um determinado desenho sonoro por meio de diferenças de intensidade ou por meio de diferenças de timbre”. Para ocorrer esse fenômeno físico, é necessário que exista, basicamente, o emissor do som e um obstáculo. Dessa forma, a ressonância do som emitido pode ser escutada por seu emissor e outras pessoas que estejam presentes durante o acontecimento. No âmbito deste estudo, a analogia entre esse fenômeno físico e a realidade do Turismo Rural pode se dar em duas instâncias diferentes. Uma delas é a que diz respeito ao que é dito, divulgado, por parte dos proprietários de iniciativas e meios de divulgação, como propostas de Turismo Rural, e o que é repercutido, captado, na realidade, como o conceito turístico desses estabelecimentos pelos próprios veiculadores da informação, pelos consumidores, pesquisadores, gestores, comunidade, entre outros sujeitos que possam participar dessa experiência.

A segunda instância diz respeito ao que é dito, propalado, pelos gestores públicos, representantes de associações de mercado, documentos de planejamento e gestão sobre as características e princípios do Turismo Rural e o modo como, efetivamente, esse discurso oficial se traduz, ecoa na realidade, para os proprietários de estabelecimentos, consumidores, pesquisadores, gestores públicos, entre outros sujeitos. Assim, uma observação pertinente é que, entre essas instâncias, o revezamento entre quem fala e o que é falado são pontos fundamentais de análise. Ao tratar das distorções entre o que é dito e o que é repercutido no domínio do Turismo Rural mineiro, ficam claras as contradições que emanam de tais processos de comunicação de ambas as instâncias.

Ao abordar o que é anunciado pelos proprietários e pelos meios de divulgação como oferta turística nesta pesquisa e o que é percebido ao analisar as propostas intituladas de Turismo Rural, foi recorrente, no decorrer da investigação, a contradição entre tais dimensões. A anunciada oferta de Turismo Rural, quando verificada e analisada no âmbito da pesquisa acadêmica e dos conceitos técnicos, está distante ou não é condizente com o segmento a que se propõe, à luz dos princípios adotados para a investigação em curso. Assim, ao contrário do que é atestado no nível internacional pela OMT, em nível nacional pelo Ministério do Turismo, pelas associações de mercado — ABRATUR e ABTR, e no nível estadual pela secretaria Estadual de Turismo e pela AMETUR, o Turismo Rural não é, de acordo com os resultados aferidos nesta pesquisa, um segmento turístico consolidado em Minas Gerais e tampouco se encontra em expansão. Levando em conta os dados utilizados nesta pesquisa, o segmento turístico que pode ser apontado como em expansão no estado é o Turismo no Espaço Rural. Assim como esclarecido no referencial teórico desse estudo, entre ambos os segmentos há uma abissal diferença de propostas turísticas. Silva e Campanhola (1999) esclarecem que o Turismo Rural pode ser entendido como mais um dos segmentos turísticos abarcados pelo Turismo no Espaço Rural.

Todavia, ao analisar essa contradição, há que pautar a possibilidade de desconhecimento técnico dos princípios e critérios que devem nortear a estruturação de estabelecimentos voltados para tal segmento turístico por parte dos proprietários, gestores locais e responsáveis pelos meios de divulgação. Dada a ausência do poder público estadual quanto à regulamentação do Turismo Rural, pode-se inferir que o desconhecimento técnico sobre essa atividade procede como uma hipótese responsável por esse descompasso entre as informações veiculadas *versus* as propostas turísticas percebidas.

Entretanto, ainda que esses proprietários tenham informações técnicas a respeito desse segmento turístico, mesmo assim eles talvez continuem a se divulgar como tal, uma vez que essa terminologia turística comunica, com objetividade, parte das características turísticas dos estabelecimentos (iniciativas turísticas “não-urbanas”) e o Turismo Rural tem sido apontado, no contexto da política pública, como o baluarte da atividade turística no contexto do espaço rural, ou seja: um segmento de mercado em via de consolidação, promissor e desejado pelos consumidores. Tais considerações expõem motivos suficientes para que, mesmo supostamente informados, os responsáveis pelas iniciativas turísticas pudessem se comprometer com uma

divulgação turística desprovida de critérios técnicos. Porém, inferências dessa natureza requerem pesquisa para responder com propriedade científica, se os empreendedores assim se divulgam, ou não, em função de seu conhecimento técnico a respeito do Turismo Rural.

Todavia, ainda neste sentido, é ponderável assinalar que, partindo do exemplo dos estabelecimentos associados à AMETUR, uma vez que os proprietários são informados sobre as características que regem a estruturação das atividades de Turismo Rural, os mesmos, em geral, não se divulgam, ao menos de forma isolada (sites próprios, folders personalizados), como iniciativas dessa natureza. Essa constatação é comprovada, assim como já referido, pelo fato de que apenas três iniciativas de Turismo Rural dessa associação utilizam a expressão “Turismo Rural” para se divulgar. Isto não quer dizer que as demais iniciativas da AMETUR deixem de citar o “clima de fazenda”, o ambiente rural como um atrativo, mas, ao se abster dessa forma de divulgação, estas se comprometem, em menor grau, com a obrigação de atender às características desse segmento turístico.

A AMETUR é a única associação de caráter estadual dessa natureza, e possui atividades regulares no sentido de realizar eventos que promovam a discussão dos conceitos e tendências dessa atividade no cenário mineiro.⁸² Tal condição favorece a esses associados o acesso às informações técnicas sobre esse segmento turístico, o que permite aos mesmos realizar escolhas em relação a seu modo de divulgação que possam atender, de forma mais coerente, a proposta turística com a qual desejam trabalhar.

Em face dessas considerações, é possível projetar que, se houvesse maior interferência do setor público quanto à estruturação do Turismo Rural, provavelmente a oferta turística divulgada em relação a esse segmento poderia ser mais condizente com os preceitos que a envolvem ou pelo menos viesse a inibir a divulgação de toda sorte de propostas a esse título. Outra questão que emerge dessa condição é que, delimitada essa oferta, também supostamente haveria maior demanda pela regulamentação do Turismo no Espaço Rural, o que poderia favorecer a proliferação de movimentos de natureza associativista nesse sentido. E a estruturação de federações e associações desse caráter responderia à demanda por uma lacuna de iniciativas

⁸² Regularmente, com periodicidade quase anual, essa associação organiza o Fórum de Turismo Rural para discussão do Turismo Rural mineiro. Em 2006, essa associação completou 10 anos de existência durante a realização da sétima edição desse evento.

do gênero que possam abarcar a diversidade de propostas turísticas que se encontram sediadas no meio rural do estado.

A reestruturação da “Associação de Turismo Rural de Araxá — Cerrado dos Arachás” para “Associação de Turismo Rural, Ecológico e de Aventura de Araxá e Região” ilustra, com precisão, a carência de institucionalidades direcionadas para esse fim presentes no meio rural mineiro. Segundo opinião da presidente dessa associação, Sra. Dalva de Oliveira Lima, enquanto essa iniciativa tinha suas atividades voltadas estritamente para o Turismo Rural, além de manter associados que não atendiam a sua proposta de atuação, a mesma possuía menor expressividade pública e mercadológica. Ao abrir o leque de sua atuação para congregar iniciativas de turismo atuantes no meio rural, essa associação otimizou, inclusive, suas ações voltadas para o próprio Turismo Rural.

Outra iniciativa voltada para o fomento do Turismo Rural no espaço rural que atravessa essa mesma crise é a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar — REDE TRAF,⁸³ articulação que teve o início de suas atividades em 2003. Essa rede, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA,

serve como instrumento de promoção das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento do turismo na agricultura familiar. É uma organização nacional de articulação, constituída de técnicos, instituições e empreendedores, que visam o desenvolvimento do turismo; um espaço para sistematizar informações de todo o país, formando um banco de dados nacional; canal de debates sobre questões relevantes para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar e de troca de experiências entre os atores envolvidos (MDA, 2004).

Assim, em 2004, como pode ser apreciado na citação desse ministério, não era de todo esclarecido se a atuação da REDE TRAF era voltada apenas para o Turismo Rural na Agricultura Familiar ou se para toda atividade turística que pudesse ocorrer nos domínios de uma propriedade rural com essas características. Em 2006, os integrantes dessa rede, a partir da realização de oficinas para discussão e planejamento do Turismo Rural no âmbito da Agricultura Familiar decidiram, definitivamente, abrir o leque de atuação dessa rede e abordar os vários segmentos turísticos que se manifestam frente à realidade dessas propriedades rurais.

Tal decisão determinou o conteúdo da publicação *Revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar*, lançada em 2006, sob autoria dessa rede em parceria com o MDA e o

⁸³ Para saber mais sobre essa rede, acessar o site dessa rede no endereço eletrônico: www.redetraf.com.br

MTur. Nessa publicação, diversos segmentos e roteiros turísticos são divulgados, o que, num primeiro momento, confunde o leitor em relação à coerência do título da revista e o conteúdo da publicação. Apenas a leitura atenta do título da publicação é que dá margem ao entendimento de que essa revista trata do Turismo Rural e, também, de outras atividades turísticas que venham ocorrendo no âmbito da agricultura familiar. Em consonância com a mudança de postura dessa rede, pode ser observado, na imagem que ilustra seu site, que o slogan de atuação da mesma foi alterado para “Turismo na Agricultura Familiar”, apesar da continuidade do nome da rede e do seu objetivo permanecer os mesmos. O breve panorama sobre a REDE TRAF também auxilia na contextualização da transição vivida pelas iniciativas de natureza pública e privada que iniciam sua atuação voltada para o Turismo Rural e, depois, passam a ampliar seu espectro de atuação visto a dificuldade⁸⁴ em se trabalhar especificamente com o Turismo Rural e as diversas demandas que emanam de outros segmentos turísticos sediados nesse meio.



FIGURA 09 - Imagem e Slogan da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

Fonte: www.redetra.com.br

Quanto à informação veiculada por empresas que divulgam a oferta turística de forma segmentada, uma outra ressalva ainda deve ser pontuada. Assim como foi suposto com relação aos proprietários dos estabelecimentos turísticos, considerando-se o domínio da informação técnica para sua correta divulgação, quanto ao site *Desvendar.com*, recurso de comunicação de uma empresa virtual de divulgação de meios de hospedagem turística, essa mesma lógica também pôde ser verificada. Esse meio de divulgação é o recurso da web mais bem fundamentado quanto aos quesitos técnicos que respondem pelo Turismo Rural como segmento turístico. Entretanto, o acesso e até veiculação dessas informações pelo próprio site não têm

⁸⁴ Algumas das dificuldades que podem ser elencadas, nesse sentido, dizem respeito à falta de critérios técnicos que possibilitem o reconhecimento desse segmento turístico e a ausência de políticas públicas e legislação específicos que norteiem, de forma profícua, as possibilidades de desenvolvimento do Turismo Rural no contexto rural brasileiro.

sido uma condição suficiente para coibir que iniciativas turísticas totalmente desvinculadas de uma proposta de Turismo Rural sejam anunciadas como tal, por esse próprio meio de divulgação. Essa situação acaba por denunciar a falta de compromisso de parte do setor privado de turismo com a organização e consolidação da oferta de Turismo Rural no estado mineiro. Nesse contexto, os interesses mercadológicos são priorizados em detrimento de uma postura ética e, novamente, tal fato está atrelado à negligência do poder público estadual como agente regulamentador dessa atividade.

E mais. Em relação a esse contexto, é observado que, assim como apreciado diante das observações que tangenciam o universo total dessa amostra de estabelecimentos, os meios de comunicação divulgam “empreendimentos”, “iniciativas” de Turismo Rural, ao passo que, ao contrário do que é divulgado, o que se evidencia é a existência de opções de lazer, atividades de entretenimento voltadas para a valorização da cultura rural, às vezes de base local, em uma pequena parte dos estabelecimentos. A conclusão sobre esse dado traz importante reflexão sobre dois pontos. A primeira é que, apenas pelo fato de uma parte dos estabelecimentos turísticos ofertarem, também, esse tipo de atividade de entretenimento, tal fato já a coloca na mídia como uma “autêntica” oferta de Turismo Rural. O segundo apontamento diz respeito à constatação de uma importante tendência do mercado turístico contemporâneo: a coexistência de distintas propostas turísticas em um mesmo estabelecimento, fenômeno esse que acaba por atribuir mais de uma “identidade turística” a um mesmo estabelecimento.

Parte das justificativas que contextualizam essa tendência são a necessidade do turista contemporâneo em vivenciar distintas experiências turísticas — sensações de aventura, contato com a natureza, intercâmbio cultural, entre outras; a sazonalidade da demanda turística em relação ao consumo dos serviços de determinados segmentos turísticos e a necessidade dos proprietários dos estabelecimentos em conciliar essa sazonalidade da demanda com suas condições de manutenção e lucro em relação ao negócio turístico. Assim, a combinação dessas condicionantes da atividade turística vem redesenhando as características de um mercado turístico “pós-moderno”, pautado na formatação de produtos turísticos multiconceituados frente à segmentação do mercado turístico. De acordo com Molina (2003), em sua obra onde o autor reflete sobre o fenômeno que denomina de “pós-turismo”, o turismo, enquanto fenômeno do “mundo moderno”, é marcado, num primeiro momento, por produtos turísticos padronizados. Esse tipo de produto correspondia às necessidades do turista convencional, que demandava, basicamente, os serviços de hospedagem e alimentação ofertados em geral, sem a agregação

de valores sócio-culturais. Passada essa fase que marca o início do fenômeno turístico como atividade moderna, é possível apontar para um momento posterior de especialização das propostas de turismo, quando a segmentação do turismo se torna a nova ordem de mercado, possibilitando, assim, o surgimento de propostas como o Turismo Cultural, o Ecoturismo, o Turismo Religioso, o Turismo de Aventura, entre outros.

No entanto, ao adentrar o século XXI, uma das tendências que se observa no mercado turístico é a diversificação, a multiplicidade de conceitos, serviços e atividades turísticas que passaram a coexistir, de modo imbricado, num mesmo estabelecimento turístico. Essa tendência representa, tanto para o mercado, como para os gestores públicos, um fenômeno a ser investigado e melhor delineado. Diferente das propostas do início da era moderna da atividade turística, o fenômeno que se observa na contemporaneidade não é o retrocesso à concepção de estabelecimentos que voltem a ofertar de tudo, ou seja, a padronização do mercado de estabelecimentos turísticos. O que marca essa recente tendência é a seletividade de alguns segmentos turísticos que, combinados dentro de um mesmo estabelecimento turístico, têm viabilizado as condições de sobrevivência mercadológica dos mesmos.

Um exemplo recorrente que pode ser observado nesse sentido são os estabelecimentos turísticos sediados em propriedades rurais próximas a grandes centros urbanos, e que trabalham com o segmento turístico “Turismo de Eventos”, de segunda a sexta-feira, e com propostas de “Turismo de Lazer” e “Turismo Rural” nos finais de semana. Diante desse contexto, algumas reflexões podem ser suscitadas, entre elas: Que novos desafios implica a consolidação dessa tendência de reestruturação do mercado turístico? Que aspectos positivos a mesma apresenta? Até que ponto, assim como foi relatado, a ausência de uma consistente proposta de categorização para o Turismo Rural em Minas, e nos país, é condicionada por essa tendência? Em que direção caminharão as novas abordagens de propostas de segmentação e categorização do turismo em face dessa tendência?

Tendo em vista o que foi colocado até esse momento, é possível admitir que os “ecos contraditórios” procedentes da primeira instância têm como fundamento a provável desinformação dos proprietários de estabelecimentos, a falta de conhecimento técnico e compromisso de parte das empresas de divulgação, o redesenho das dinâmicas do turismo no espaço rural e a omissão do poder público, representado, nesse caso principalmente, pela Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais.

Quanto ao que pode ser verificado no campo da segunda instância, as considerações a ser tecidas reservam, em linhas gerais, dimensão lastimável, uma vez que os problemas que derivam dessa instância possuem menor relação com o desconhecimento técnico das informações que tangenciam a estruturação do Turismo Rural e, provavelmente, maior cumplicidade com uma postura sofista por parte dos responsáveis pela formulação da política pública específica para esse segmento. Uma parte desses gestores públicos acaba por ser conivente com o estado deficitário da organização do Turismo Rural, com ênfase para os processos de estruturação do mesmo enquanto um dos vetores de desenvolvimento de base local, visto que os mesmos se beneficiam desse contexto. Ou seja: na continuidade da (con) fusão dos “achismos” que permeiam o discurso oficial sobre os encaminhamentos necessários à estruturação do Turismo Rural reside questionáveis interesses políticos e econômicos de natureza setorial.

A primeira constatação que respalda as observações em relação à segunda instância é a adoção do conceito de Turismo Rural que embasa o principal documento de planejamento e gestão pública do Turismo Rural no país. A reprodução de parte desse documento contribui para o entendimento dessa questão. De acordo com o conteúdo dessas diretrizes, é colocado:

Com base no sucesso e nos problemas dessa atividade vivenciados nos últimos anos, na experiência dos empreendedores, na evolução técnica, na organização social e na articulação política, essa tipologia turística busca sua consolidação. Este momento de amadurecimento evidencia-se na própria apresentação do conceito oficial de Turismo Rural, contido neste documento, revelando-se um importante marco na história e caracterização da atividade no Brasil.⁸⁵ Cada estratégia aqui definida deve originar ações e projetos específicos no que se refere às políticas públicas, às atividades das associações e às iniciativas do setor privado para o segmento de Turismo Rural (Ministério do Turismo, 2003).

Dessa maneira, o referido texto ressalta a adoção desse conceito como um novo marco nas políticas públicas voltadas para o Turismo Rural brasileiro. Porém, assim como avalia Vieira (2005), no domínio dessas políticas públicas, é “perceptível um descompasso entre a evolução conceitual do plano acadêmico e o conceito formatado no plano governamental, pois os ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, em 2003, revigoraram, quase na íntegra, a conceituação de Turismo Rural concebida em 1998”.

⁸⁵ Grifo próprio.

E tal conceito de Turismo Rural, a definição formulada em 1998, assim como mencionado antes neste estudo, foi reprovada, formalmente, no diagnóstico concebido pela EMBRATUR e pelo IPEA, em 2002.⁸⁶ Desse modo, a adoção deste conceito de Turismo Rural, além de não constituir uma inovação dos marcos conceituais em relação a esse segmento, é um atestado de incompetência dos gestores públicos quanto à estruturação de um arcabouço político que possa subsidiar, com seriedade, os rumos desse segmento. Desse modo, o cenário correlato aponta, durante a gestão do governo Lula, o retrocesso das políticas públicas específicas para o Turismo Rural no âmbito nacional. Esse referido conceito, além de não apresentar consistência teórica, assim como criticado por vários autores — Bovo (2004), Vieira (2005), Calvente (2004), Rodrigues (2000) — ainda está atrelado a uma dimensão reducionista do rural, ao exigir o comprometimento das atividades do Turismo Rural com as lidas agropecuárias. Também a reprodução do parecer do diagnóstico do IPEA/EMBRATUR (2001) é categórica ao reafirmar que

mesmo sem desconsiderar a possibilidade de que o Turismo Rural constitua alternativa complementar para viabilização de propriedades agrícolas, esta função está aquém das potencialidades que o meio rural oferece para o desenvolvimento de atividades turísticas genuinamente rurais. Independentemente de uma propriedade rural ser produtora agropecuária ativa, ela pode abrigar patrimônio do meio rural culturalmente relevante, processos de produção artesanais típicos da região, ou ser palco de manifestações artísticas próprias do meio rural e, segundo a postulação do conceito proposto inicialmente (em 1998), não poderiam ser entendidas como estabelecimentos de Turismo Rural (IPEA/EMBRATUR, 2001).

Este tipo de postura do governo federal delata o descompromisso, desde o nível da União, com a viabilização do Turismo Rural enquanto amplo recurso de intervenção pública no meio rural brasileiro. E os reflexos da ausência de um consenso nesse sentido têm repercussão intensa sobre as políticas públicas de dimensão estadual. É evidente que essas deficiências das diretrizes num domínio federal não devem impedir que, a partir de um esforço regional, os estados possam se organizar. Apesar de ser um tanto complexo, o estado do Rio Grande do Sul pode ser citado como um estado de referência nesse sentido. A despeito das diretrizes nacionais, esse estado organizou sua própria política estadual de Turismo Rural, com amplo

⁸⁶ A seguir estão os conceitos reprovados pela EMBRATUR/IPEA (2002) e o conceito adotado pelo Ministério do Turismo, em 2004, a título de esclarecimento entre a similitude que ambos apresentam. “O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a cultura rural e com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Oficina de Planejamento em Turismo Rural: Fase Marco Conceitual realizada em novembro de 1998, EMBRATUR). “O Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (Ministério do Turismo, 2003)

apoio da EMATER, em nível estadual e local, possibilitando, assim, a viabilidade sócio-econômica desse segmento no domínio do estado gaúcho.

Levando em consideração tais informações, é dado foco, a partir desse momento, à realidade do estado mineiro nesse sentido. O *Programa de Desenvolvimento Local Sustentável de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Minas Gerais*, iniciativa desenvolvida entre 1998 e 2004, a partir da cooperação institucional entre a EMATER-MG, a GTZ, a SEAPA-MG, algumas prefeituras municipais do estado e as ONGs, com atuação voltada principalmente para a região Norte do estado, informa que

das 500 mil propriedades rurais mineiras, 90% são pequenas propriedades rurais familiares, 34% das quais (170 mil) com áreas menores de 10 hectares. Deficiência das necessidades básicas e de infra-estrutura, falta de acesso ao mercado e sistemas de produção adequados, ao crédito rural, pouca crença em um futuro melhor, renda familiar insegura e insuficiente, dependência generalizada, organização comunitária deficiente são fatores que têm favorecido o êxodo rural no estado de Minas Gerais.

O elenco de problemas vivenciado no meio rural mineiro traçado por esse programa denuncia a precária situação de grande parte das populações locais que sobrevivem das atividades voltadas para a produção primária em Minas Gerais.

Ciente dessas condições, a EMATER (MG), através do PEDTUR de Minas Gerais (2004), buscou adequar o objetivo desse programa de Turismo Rural ao elenco de tais demandas expostas no âmbito do estado. Assim, foi traçado como objetivo do PEDTUR (2002)

apoiar as comunidades rurais de agricultores familiares, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, através da construção participativa de atividades de Turismo Rural, gerando ocupações produtivas e de renda, com conseqüente melhoria das suas condições de vida.

Lamentavelmente, essa iniciativa não encontrou ressonância política entre as ações da SETUR- MG.

Segundo a Diretora Técnica de Turismo Rural da EMATER-MG, Sra. Márcia Pimentel, em entrevista concedida para esta pesquisa, o “PEDTUR é um documento técnico, de orientação institucional interna da EMATER-MG, voltado para ações em prol do desenvolvimento do Turismo Rural mineiro. Frente à ausência de um programa dessa natureza no estado, a EMATER-MG, um dos atores de maior capilaridade no meio rural do estado, buscou traçar uma

estratégia de atuação junto aos produtores rurais no sentido de orientá-los sobre as atividades que possam agregar valor à sua produção primária. É uma pena que o arranjo institucional desse segmento turístico seja tão deficitário em Minas. O estado padece de políticas públicas nesse sentido, capazes de orientar os órgãos de extensão rural para a estruturação de ações, junto às comunidades, que vão ao encontro da valorização da cultura rural, de base local e regional, e da melhor distribuição da renda no estado. Mais do que programas de “geração de emprego e renda”, estamos precisando de estratégias políticas que promovam a efetiva distribuição da renda concentrada na mão de poucos”. O depoimento desta gestora esclarece, entre outros pontos, o descompasso político entre dois atores públicos fundamentais para o ordenamento dessa atividade turística no estado de Minas — a EMATER e a SETUR-MG.

Uma das conseqüências relacionadas a essa dissidência política é a realidade constatada no levantamento do banco de dados para esta investigação. A agricultura familiar mineira não existe enquanto oferta de Turismo Rural frente à consulta dos meios de comunicação utilizados. O que prevalece em relação a essa oferta, assim como mencionado, são iniciativas turísticas de médio e grande porte, com destaque para os hotéis-fazenda que representam 25% da oferta de Turismo Rural identificada. A situação constatada em Minas talvez não seja uma realidade estadual particular, uma vez que “os estados que, reconhecidamente, apresentam produtos turísticos desse segmento voltados para circuitos organizados envolvendo agricultores familiares, são o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul” (BRICALLI, 2006). Em complementaridade ao contexto colocado, Blos (2005), a partir da investigação das atividades de Turismo Rural desenvolvidas em Lages/SC, sobre a perspectiva do desenvolvimento local, corrobora tais considerações ao descrever que

ao contrário do relato literário que se observa sobre o Turismo Rural na Europa, no Brasil as experiências desse segmento turístico são pouco construídas com a participação da pequena produção familiar. E, nessa perspectiva, as fazendas, paulatinamente, vão se consolidando como a proposta brasileira de Turismo Rural.

A avaliação de Blos se aplica, adequadamente, à realidade de como esse segmento vem se estruturando em Minas. Uma comprovação dessa evidência são as imagens veiculadas no site da SETUR-MG. Ao clicar no menu “Turismo Rural”, além de constarem apenas 8 fotos sobre esse segmento turístico apontado como uma “prioridade” da política pública de Minas Gerais, todas as imagens que retratam esse segmento turístico em Minas são de fazendas mineiras. E mais: essas fotos são apenas do patrimônio edificado, não há uma imagem que remeta às pessoas, às comunidades, aos saberes, aos ofícios... Ou seja: segundo a divulgação

desse material, a imagem do Turismo Rural mineiro se restringe, equivocadamente, a esse tipo de propriedade rural.

No Guia de Turismo Rural da AMETUR (2006), em um dos itens intitulados “Por dentro do Turismo Rural”, o seguinte conteúdo é descrito:

Além de apreciar e desfrutar as belezas naturais, os turistas conhecem as tradições e costumes da região. Além da vantagem da utilização de mão-de-obra já existente no local, o Turismo Rural - hoje uma nova alternativa de renda no campo – vem contribuindo para o bem-estar das famílias envolvidas com a atividade, fazendo com que sintam orgulho de sua origem e se conscientizem da preservação de seu patrimônio, enaltecido pelo turista, que satisfaz suas necessidades de lazer interagindo com a comunidade local no seu dia-a-dia.

Apesar da mensagem veiculada por esse guia no sentido de valorização dos recursos humanos e da comunidade para o Turismo Rural, a mesma observação realizada em relação à postura da SETUR-MG pode ser aplicada à postura da AMETUR. Na abertura do 7º Fórum de Turismo Rural da AMETUR, edição comemorativa dos 10 anos de atuação da associação e realizada em dezembro de 2006, a apresentação de um *slide show*, que deveria projetar a diversidade das propostas mineiras de Turismo Rural e a riqueza dessa cultura rural no domínio estadual, centralizou todas as imagens, novamente, na divulgação do patrimônio edificado das ostentosas fazendas mineiras, fazendas essas que representam o seleto grupo de 25 propriedades rurais que compõem a AMETUR. Impressionante notar que, vez alguma, foi mostrado o rosto de uma pessoa durante a exibição de tal material, imperando, assim, a monotonia visual do patrimônio edificado dessas fazendas. O Guia de Turismo Rural Minas Gerais da AMETUR também constitui mais uma das fontes de informações que comprova a ausência dos pequenos produtores familiares entre as iniciativas divulgadas e a desvalorização das comunidades e pessoas em relação à estruturação da imagem do Turismo Rural mineiro. A título de referência, nesse material, de 446 fotos utilizadas para ilustrar as iniciativas de turismo, em apenas 48 fotos constam imagens de pessoas ou da comunidade. Dessas 48 fotos, em apenas 16 imagens, ou seja: 3,5% desse material, as pessoas são valorizadas como parte da cultura rural, elemento que deveria se constituir no eixo central de estruturação das propostas desse segmento turístico.

Quanto a essa contradição entre o discurso de valorização das pessoas que habitam o espaço rural, as comunidades locais e seus costumes, e outras dimensões da cultura rural neste mes-

mo sentido, e a inexpressiva tradução desses valores para a estruturação das propostas turísticas, faz sentido apontar que, ainda que o movimento de ressignificação do espaço e da cultura rural seja notório como advento da sociedade pós-industrial, o mesmo ainda passa por uma fase de transição em que a valorização do mundo rural tem se fundado, de forma mais significativa, no reecontro com a natureza, sendo relegados para o segundo plano a plena valorização dessas dimensões culturais. Essa colocação pode representar parte do ensaio de explicações quanto à predominância das atividades de entretenimento que conciliam lazer e contato com a natureza — como, por exemplo, o passeio a cavalo — no universo de estabelecimentos turísticos desse estudo. As atividades de pescaria, leite ao pé da vaca e passeio a cavalo, que representam 52% das opções de atividades de entretenimento dessa amostra, são percebidas como as opções de lazer responsáveis pela atribuição de parte desta oferta como condizente com a proposta de Turismo Rural. Entretanto, da forma como são planejadas e disponibilizadas aos turistas, as mesmas não agregam valor do ponto de vista da valorização da cultura rural. Descontextualizadas do ambiente onde ocorrem, essas acabam por utilizar o meio rural como um suporte físico e não como um atrativo turístico a ser aproveitado para a estruturação de atividades de entretenimento e valorização do meio sócio-cultural onde ocorrem.

Frente a esse sub-aproveitamento da cultura do Mundo Rural, no domínio do turismo, Valiente expõe que

ante este dato, debemos preguntarnos si el espacio rural es un recurso o un mero soporte; de ser lo segundo, no habría problema en dar paso a cadenas inmobiliarias u hoteleras que desvirtuarían la verdadera esencia del Turismo Rural. No obstante, la filosofía del Turismo Rural no es poner turismo en el medio rural sino ayudar a dinamizar el medio rural a través del Turismo Rural entre otras actividades, pero teniendo en cuenta que el soporte humano y social de este medio son las personas que en él viven y, por lo tanto, las únicas capaces de conservar el paisaje y la cultura (VALIENTE, 2005).

Assim, o caminho da valorização da cultura rural ainda está sendo trilhado pela sociedade contemporânea. Sociedade essa que enfrenta dificuldades para superar esse momento de transição, visto que o espaço e a cultura rural estiveram, por tanto tempo, arraigados a valores pejorativos. Um outro exemplo nesse sentido é o tipo de opção de lazer programada no âmbito das fazendas mineiras que prestam serviços turísticos a título de Turismo Rural. A maioria dessas fazendas tem suas opções de entretenimento voltadas para o lazer, não apenas por uma questão de demanda turística. Para as tradicionais famílias que habitaram esses espaços e mantiveram relações sociais com essas comunidades locais, fortemente pautadas pela dimen-

são produtiva, essa releitura da valorização da cultura rural, de base local e dimensão popular, representa uma dimensão ainda muito complexa. Apreciar o valor cultural das comunidades do entorno autóctone dessas fazendas e decodificá-lo para a estruturação de atividades e vivências turísticas requer um tipo de reconhecimento sócio-cultural que nunca foi atribuído a esses sujeitos sociais por parte dos aristocratas do meio rural, representando, assim, uma inversão de valores culturais preponderante até quase o final do século XX.

Outra superação de valores culturais nesse sentido é, também, a transição da valorização do patrimônio material para o reconhecimento do valor de ambas as dimensões que o patrimônio sócio-cultural apresenta. A supervalorização do patrimônio edificado das fazendas — casario colonial, engenhos, moinhos — é um sintoma dos resquícios desse pensamento convencional em relação à assimilação de um conceito mais amplo de patrimônio. Em contrapartida, a estruturação das atividades de entretenimento turístico, ainda que muito pouco expressivas, voltadas para a valorização dos ofícios, dos saberes, da musicalidade, das histórias e estórias familiares, entre outras dimensões do patrimônio imaterial, já sinalizam o início do processo de efetiva mudança de postura em relação ao que é reconhecido enquanto patrimônio cultural, ainda mais em se tratando de tal fenômeno nos domínios do mundo rural. Por fim, vale registrar que, frente à constatação desse momento de transição, o estímulo e apoio do poder público, da sociedade civil organizada, seriam de suma importância para a potencialização desses processos de resgate, valorização e reconhecimento da cultura rural. Transportar, decodificar esses valores culturais para a estruturação de propostas turísticas é uma tarefa que, em geral, demanda conhecimento técnico e ajuda especializada, visto que, muitas vezes, para os proprietários de estabelecimentos, as famílias e as comunidades, reconhecer a própria identidade cultural e projetar seu aproveitamento turístico é uma experiência incomum.

Em continuidade às contradições que dizem respeito entre o falado e o percebido no âmbito do discurso oficial, outra distorção a ser comentada ocorre segundo a referida capacidade do Turismo Rural de indução e formação de redes, associações, circuitos e cooperativas, informação amplamente divulgada, seja no âmbito estadual ou nacional, pelos documentos de gestão pública direcionados para estruturação desse segmento turístico.

No conteúdo do PEDTUR-MG (2004), é ressaltado que o Turismo Rural

exige relações associativas e formação de parcerias, pois, na medida em que produtores, trabalhadores, lideranças, comunidade rural, poder público e iniciativa privada

se unem, formando uma rede de cooperação, viabilizam e realizam o desenvolvimento das atividades agroturísticas.

Entretanto, ao analisar o cenário estadual das municipalidades que ofertam atividades de Turismo Rural em Minas Gerais, dos 192 municípios apenas 25 estão correlacionados à organização de sua oferta em estruturas relacionadas a associações de turismo, com foco específico no segmento em questão. Neste contexto, foram identificadas 3 associações direcionadas para o Turismo Rural: a AMETUR (abrangência estadual), a Cerrado dos Arachás (atuação regional) e a ASSITUR (atuação municipal). Dessas três associações, a única que divulga um roteiro turístico voltado para esse segmento é a Cerrado dos Arachás. A constatação de apenas um roteiro turístico, direcionado para esse segmento turístico, entre as 604 iniciativas intituladas de Turismo Rural, é um dado que ilustra o estado caótico de articulação entre esses estabelecimentos turísticos e sua falta de identidade com o segmento em questão.

Assim, foi percebido que a maioria das iniciativas de Turismo Rural trabalha de forma pontual e isolada, uma vez que esses estabelecimentos não foram estruturados ou passaram a se incluir em um contexto de ordenamento da oferta turística em âmbito local e regional. Novamente, a ausência do poder público, de outras institucionalidades presentes no espaço rural e a falta de pró-atividade por parte dos proprietários são condicionantes que circunscrevem a inércia observada nesse contexto. Tendo em vista o apelo que é atribuído ao Turismo Rural como agente indutor de iniciativas voltadas para as práticas de natureza associativista, essa é mais uma contradição a ser apontada em vista dos resultados aferidos nesta pesquisa.

Diante da reeleição do governador Aécio Neves, algumas mudanças ocorreram em relação à reestruturação de nomes e funções no âmbito da SETUR-MG. Outra medida divulgada foi a adoção de um Plano de Turismo para o horizonte 2007/2010 que deverá nortear as ações de planejamento público do turismo no estado. Frente a essas perspectivas, em entrevista veiculada pelo site da SETur-MG,⁸⁷ dia 20 de março de 2007, a Coordenadora Estadual de Fomento do Turismo dessa secretaria, Sra. Lúcia Helena Gonçalves, comunicou as ações prioritárias sobre o desenvolvimento do turismo no estado. De acordo com ela: “Minas Gerais é o estado com o maior potencial turístico do Brasil, podendo ofertar história, cultura, natureza, turismo rural, estâncias hidrominerais, além de espaços adequados para o turismo de eventos e negócios”.

⁸⁷ Entrevista no site da SETUR-MG, através do endereço eletrônico: www.turismo.mg.gov.br/noticias_certifica.php

A coordenadora acredita que para colocar, efetivamente, o potencial turístico de Minas Gerais nas prateleiras das grandes operadoras, precisa haver o apoio da iniciativa privada. “Precisamos incentivar e despertar a vontade empresarial. Estamos agora com uma gestão voltada ao mercado, temos que ir atrás de quem é receptivo, de quem tem recursos para investir no nosso Estado”. Em complemento à visão pública do planejamento e da gestão do turismo mineiro colocada por essa senhora, a recém-nomeada Secretária Estadual de Turismo, Sra. Érica Drumond, também declarou:⁸⁸ “Vamos dar continuidade nas coisas boas feitas nos primeiros quatro anos do governo Aécio Neves. Venho da iniciativa privada, nosso ritmo é diferente. Temos de comercializar o que já foi pensado, institucionalmente, para virar negócio. Temos experiência comercial e acesso a grandes operadoras nacionais, portanto, precisamos convencer as operadoras em trazer mais passageiros para Minas”.

A exposição dos relatos dessas gestoras públicas do turismo evidencia, de modo enfático, a tônica da gestão pública que o turismo receberá até o ano de 2010, até o final do mandato do governador Aécio Neves. Essa concepção de abordagem valorativa do turismo apenas como atividade econômica, no âmbito da política pública, delata qualquer possibilidade de entendimento desse fenômeno como “propiciador de uma prática social coletiva, que integra mecanismos distintos de relação ao espaço, à identidade e ao outro, de fonte de relações sociais e culturais” (CALVENTE, 2004).

Em face dessa postura assumida pelos gestores públicos do turismo mineiro, é viável lembrar que o Turismo Rural, juntamente com outros tipos de turismo que possam se desenvolver no interior do país, representam uma nova oportunidade de (re) pensar que conceito de desenvolvimento turístico deve ser adotado frente à realidade estadual e brasileira; conceito capaz de evitar a recorrência de desastrosos resultados turísticos verificados no emblemático “Turismo Sol e Praia”.

⁸⁸ Entrevista veiculada pelo site da SETUR dia 15/01/2007, quando essa secretária de estado, a Sra. Érica Drumond, anunciou os principais planos para o turismo mineiro até 2010. A Sra Érica participou da elaboração do Programa de Governo Aécio Neves, *Pacto por Minas – Estratégias para a Transformação Social*. Estando à frente da Secretaria de Estado de Turismo, iniciou as atividades para colocar em prática as principais metas do turismo mineiro, na gestão 2007/2010. De acordo com essa gestão, as principais metas são a implantação de uma política diferenciada de incentivo ao desenvolvimento do turismo de eventos e negócios, a Casa de Minas em São Paulo – Um caminho para a Estrada Real, ao Portal do Turismo de Minas no Complexo Cultural da Praça da Liberdade e a revitalização das estâncias hidrominerais de Minas.

Um modelo, um conceito de turismo, assim definido, vai ao encontro da proposta do turismo como atividade econômica que se preocupa somente com a reprodução de capital gerado pelo efeito multiplicador que desencadeia. Deixa, portanto, a desejar, no que tange às relações que a atividade projeta no meio sócio-cultural e no meio ambiente, como mudanças de hábitos de recreação e lazer da população residente, destruição ou preservação de valores locais tradicionais e manifestações culturais, impactos no meio ambiente e outras conseqüências (FIGUEIREDO, 1999).

Na Galícia, comunidade autônoma da Espanha, resultados negativos do Turismo Rural também são apontados por Valiente (2005), no sentido de identificar que, por ora, esse segmento turístico tem reproduzido os mesmos erros dos modelos convencionais de planejamento. Segundo este autor, em relação ao Turismo Rural galiciano

no escapa a una serie de conflictos que se están planteando, entre locales y nuevos llegados, entre la agricultura y el turismo, entre la población del lugar que ve cómo sus rentas disminuyen mientras otros de fuera se aprovechan y entre los conservacionistas puros y la adaptabilidad del territorio a nuevos usos, al gusto a veces de los nuevos consumidores. El turismo rural hay que considerarlo un cambio más de la sociedad postproductivista, pero hay que verlo con cautela y planificarlo para un desarrollo sostenible a largo plazo.

A partir dessas várias relações é que se atribui ao turismo o caráter de fenômeno, na medida em que reflete dentro da sociedade conseqüências sociais, culturais, ecológicas e econômicas. Esse é um desafio para o estado, que, com a crescente expansão dessa atividade, deve instrumentar-se para atender a essa complexidade. Ou seja: em relação ao Turismo Rural também é observado que os riscos são altos e os resultados podem caminhar para uma realidade turística já reconhecida e não desejada para o meio rural.

Ao cabo das considerações tecidas em relação aos ecos contraditórios que emanam dos diferentes discursos em análise, resta, entre outras dúvidas, a esperança de que uma política pública estadual do Turismo Rural passe a existir de forma onipresente, e não caminhe no sentido da instituição de novos planos, programas, projetos e terminologias que possam apenas corroborar a suposta finalidade das políticas nacionais direcionadas para o Desenvolvimento Rural, segundo colocado por Gomes (1998), ou seja: “Mudar para que nada mude”. Entretanto, da forma espontânea, como majoritariamente o turismo no espaço rural vem se configurando em Minas Gerais, as tendências apontam para a expansão da geografia de uma atividade turística desenraizada, socio-culturalmente, frente aos espaços que ocupa e onde se reproduz, enquanto atividade econômica acirrada das desigualdades sócio-econômicas historicamente construídas que pairam, há séculos, sobre o mundo rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. *Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em <www.nead.org.br> Acessado em 21/11/06.

ALMEIDA, F. A. B. Turismo Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável: limitações e Avanços da experiência Piloto de Turismo Rural em Maria da Fé. In: Anais do V CITUDES. Santa Maria: UFSM – RGS, 2006.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.) *Reconstruindo a agricultura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE SANTA MARIA. Santa Maria: Centro de Ciências Agrárias, 1999.

AMETUR - Associação Mineira de Turismo Rural. *Guia de Turismo Rural em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora das Artes, 2006.

AMORIM FILHO, O. B.; ARRUDA, M.A. Os Sistemas Urbanos de Minas Gerais. In: GUIMARÃES, Tadeu Barreto Guimarães; CUNHA, Marco Antônio R.; CHAVES, Mari-lena. *Minas Gerais do Século XXI*. Belo Horizonte: BDMG, n.62, v.2, 2002.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ARRETCHE, M. Relações Federativas nas Políticas Sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.23, n.80, p.27-28, 2002. Disponível em <www.scielo.br>. Acessado em 11/06/2006.

ÁVILA, V. F. de. Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), v.5, n.2, jul./dez. 1987.

BARBOSA, W de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BARRERAS, E. Situacion del turismo rural en la republica Argentina. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE SANTA MARIA. Santa Maria: Centro de Ciências Agrárias, 1999.

BENEVIDES, I. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.) (1997). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1999.

BERTOLUCCI, L. J. (1991) Urbanização, Migração e Emprego: uma Análise de Municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu: *Anais do ABEP*, 2006.

BLOS, W. O. *Turismo Rural e o Desenvolvimento Local: a experiência de Lages/SC*. 2005 – Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2005.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *A classificação de porte de empresas* - Carta Circular nº 64/02. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BOISIER, S. *Desarrollo (local): ¿De que estamos hablando?* Determinantes e Desafios Contemporâneos: Desenvolvimento Local-Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. v.1.

BOVO, C. E. O. O Ecoturismo como opção inteligente de turismo no meio rural. In: PORTUGUEZ, Anderson P. et al. *Turismo no Espaço Rural: enfoques e perspectivas*. Editora Roca: Joinville, 2004.

BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. *Turismo Rural em São Paulo: Uma semente que floresce*. 2006 – Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

BOVO, C. E. O; LOGATTO, E., PIMENTEL, M. Turismo Rural e Metodologia Participativa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL, 5, Santa Maria: *Anais do V CITURDES* Ed. UFSM, 2006.

BRICALLI, L. L. C. *Estudo das Tipologias do Turismo Rural em Alfredo Chaves-ES*. Santa Maria: Ed. Facos, 2006. Série Dissertações em Turismo, v. 4.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALVENTE, M. C. M. H. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

CAMPANHOLA, C.; SILVA J.G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Orgs.) *Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. (1999). Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, Piracicaba, *Anais Turismo rural no espaço rural brasileiro*. FEALQ, Piracicaba, 1.999. 239 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 35, Natal (RN) *Anais do SOBER*. Natal, Agosto 1997.

CARNEIRO, P. A. S. Agricultura Familiar e Sustentabilidade Socioespacial: Estudos de Caso na Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais. *Anais do ENGA*, n.18, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARRATO, J. F. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968.

CARVALHO, D. F. J. Tropas e Tropeiros. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1956.

CERQUEIRA, P. da S. O novo mundo rural baiano. *Coleção Conjuntura & Planejamento*. Universidade de Salvador – UNIFACS; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (Salvador), 24 p., 2002. Disponível em <www.sei.ba.gov.br/publicacoes> Acesso em 23/03/2006.

COMUNIDAD AUTÓNOMA DE GALÍCIA. *Establecimientos de turismo rural*. Decreto 191/2004, de 29 de julio. DO. Galícia, 10 agosto 2004, núm. 154/2004. Disponível em <www.toprural.com/proprietario/galicia_decreto_191_2004.pdf> Acesso em 15/06/2006

CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2, 2.000, Piracicaba. *Anais Turismo rural no espaço rural brasileiro*. FEALQ, Piracicaba, 2.000. 276 p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, Piracicaba. *Anais Turismo rural no espaço rural brasileiro*. FEALQ, Piracicaba, 1.999. 239 p.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, C. M. Reflexões sobre cultura e poder social: uma abordagem transversal para o conceito de local. *Revista Espaço Acadêmico*, n.69, fevereiro de 2007, Ano VI.

COSTA, H. S. de M. *A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2006.

COSTA, M. B. B. da. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar. *Reforma Agrária*, São Paulo, jan./abr.1993. p.55-58.

DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

DICIONÁRIO AURÉLIO versão 2005. Disponível em <<http://www.uol.com.br/aurelio>> Acesso em 07/01/2007.

DINIZ, B. P. C. e BOSCHI, R. F. O Desenvolvimento Econômico e Humano Diferenciado das Regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais. In: *X Seminário de Economia Mineira*, Diamantina 2002..

DOMINGOS, M. de C. *O Turismo como Agente (Re) Organizador do Uso do Espaço Rural: O Caso de Carrancas – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*, Belo Horizonte, 2001.

EMATER - MG/GTZ/SEAPA-MG. *Programa de Desenvolvimento Local Sustentável de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Minas Gerais, 1998 – 2004*. Belo Horizonte: EMATER-MG/GTZ/SEAPA-MG, 1998.

EMATER-MG. *Inventário de propriedades rurais com atividades turísticas*. Belo Horizonte: EMATER, 2001.

EMATER-MG. *Programa Estadual do Desenvolvimento do Turismo Rural de Minas Gerais*. Belo Horizonte: EMATER, 2002.

EMBRATUR. *Consolidação do Marco Conceitual e do Arranjo Institucional da Política Nacional de Turismo Rural*. Relatório de Oficina: março de 2002. Brasília: EMBRATUR, 2002.

EMBRATUR. *Turismo Rural: Manual Operacional*. Brasília, DF: EMBRATUR, 1994.

ESTADO DE MINAS, Jornal. Matéria publicada em 03/12/2006.

FERREIRA FERNÁNDEZ, A.J., Comentario à Lei 9/1997, do 21 de agosto, de promoção e ordenación do turismo en Galicia, *Revista Xurídica Galega*, n. 16, 2º quadrimestre, 1997, p.381 a 392.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) *Perfil de Minas Gerais*. 2006. Disponível em <www.eg.fjp.gov.br/estatísticas>

FOURNEAU, Francis. El Turismo en Espacio Rural en Francia, *Cuadernos de Turismo*, Université de Pau et des Pays de L'Adour, 1998.

FROEHLICH, J. M. Aporias do discurso pós-moderno sobre a natureza e o rural. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, Santa Maria (RS), 2000. Disponível em <www.ufsm.br>

GAZETA MERCANTIL, Revista. *Ruralidade e desenvolvimento territorial*. 15/04/01 – p. A 3.

GOMES, M. J. R. *Desenvolvimento Territorial Rural – Mudar para que nada Mude*. (1998). Disponível em <www.nead.gov.br> Acesso em 21/10/2006.

GOMES, Laurentino; VILLELA, Ricardo. Pantanal Mato-Grossense - A descoberta do paraíso. *Revista Veja*, 02 de junho de 1999. n.1600.

GOODMAN, D. Economia e sociedades rurais a partir de 1945. In: BACHA, Edmar & KLEIN, H. S. *A transição incompleta*. Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GRAÇA, J. Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo responsável. *Revista de Sociologia - Problemas e Práticas*, Lisboa, n.23, 1997.

GRANGER, G. G. *A razão*. Lisboa: Edições 70, 1985.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *A Influência Paulista na Formação Econômica e Social do Triângulo Mineiro*. Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.pdf> Acesso em 02/11/2005.

HALL, C.; PAGE, S. J. *The geography of tourism and recreation*. New York: Routledge, 1999. p.178-181.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2001*. Disponível em <www.ibge.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2006*. Disponível em <www.ibge.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v.1

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial de Minas Gerais 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DA ESPANHA (INE) (2006). *Encuesta de Ocupación de Alojamientos de Turismo Rural/EOTR*. Disponível em <www.ine.es> Acesso em 15/12/06.

IPEA/EMBRATUR. *Consolidação do Marco Conceitual e do Arranjo Institucional da Política Nacional de Turismo Rural*. Relatório de Oficina de março de 2001. Brasília, 2001.

JÚNIOR, Augusto de Lima. *A Capitania das Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Villa Rica, 1978.

KOTLER, Philip. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. São Paulo: Atlas, 1994. 676 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LAURENTI, A.C.; DEL GROSSI, M.E. A Evolução das Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas e Não Agrícolas nas Áreas Rurais do Brasil. In CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. *O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. v.1

LEADER. *Cadernos. European Commission*, 1998. Disponível em <www.rural-europe.aeidl.be> Acesso em 22/01/2006.

MARQUES, Eduardo Cesar; ARRETCHE, Marta; ARRETCHE, Marta. Condicionantes Locais da Descentralização das Políticas de Saúde. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 39, p.55-81, 2000.

MATTEI, L. Pluriatividade e Turismo Rural em Santa Catarina. In: Seminário do Urbano, 3, 2003, Campinas. *Anais Eletrônicos*. Campinas (SP), 2003. 1 CDROM.

MAX-NEEF, M. *et al. Desarrollo a escala humana*. Barcelona: Nordan-Comunidad, (1994).

MAXWELL, Kenneth. *A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. Coleção Estudos Brasileiros.

MELLO, José Soares de. *Emboabas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1942.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa Nacional da Agricultura Familiar para o Turismo Rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO E MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Projeto Técnico de Inventário da Oferta Turística - Programa de Regionalização do Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO/EMBRATUR. *Programa de Roteirização do Brasil - Segmentação do Mercado Turístico/Marcos Conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MOLINA, Sergio. *O pós-turismo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2003. p.27 e 28.

MONTEJANO, J. M. *Estrutura do Mercado Turístico*. São Paulo: Ed. Roca, 2001. p.426

MORAES, C. C. de A. Turismo – segmentação de mercado: um estudo introdutório. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). *Turismo: segmentação de mercado*. São Paulo: Futura, 1999.

MORMONT, M. Rural nature and urban natures. *Sociologia Ruralis*, n.27, 1987.

MOURA, Antonio de Paiva. *Minas e a Nação*. Disponível em <www.asminasgerais.com.br> Acesso em 13/12/05.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.16, n. 43, p.21-39, jan.2002.

NETO, S. F. I. Da sociologia rural à do território. *Revista Ciência & Ambiente*, n.15, julho/dezembro, 1997, p.19-21 *apud* BOVO, C. E. O. *Turismo Rural em São Paulo: Uma semente que floresce*. 2006 – Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

NEVES, Zamboni. *Navegantes da integração: os remeiros do São Francisco*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). *Guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores e dos monitores*. Madri: 1994. 144 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). *Manual de Municipalização do Turismo*. Madri: 1994. 217 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). *Turismo: Panorama 2020 - Previsões Mundiais y Perfis de los Segmentos de Mercado*. Madri: 2002

ORTEGA, Antônio César. *Minas São Muitas Todas Ampliando Suas Atividades Rurais Não-Agrícolas*. 2003

PEARCE, D. *Geografia do Turismo*. São Paulo: Editora Aleph, 2003. Série Turismo.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: UFG, 1982.

PETROCHI, M. *Turismo: Planejamento e Gestão*. São Paulo. 1999.

PIRES, Simão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: edição do autor, 1979.

PORTUGUEZ, A. P. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

PROJETO MANUELZÃO. *Jornal eletrônico* Disponível em <www.manuelzao.ufmg.br> Acesso em 05 de julho de 2007.

REVISTA GLOBO RURAL. Reportagem veiculada na edição de Setembro de 2001. p.22.

ROCHA, Jussara Maria. *Histórias de sucesso: experiências empreendedoras*. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Turismo Eco-rural. In: ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.) ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE SANTA MARIA. Santa Maria: Centro de Ciências Agrárias, 1999.

_____. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio e RIEDL, Mário (Orgs.) *Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p.55-66.

ROQUE, Andréia Maria. (2001). Turismo no Espaço Rural: um estudo multicaso nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais – Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras/MG, 2001.

ROSSELVELT, José Santos; WEDSLEY Botelho. Levantamento e mapeamento do potencial turístico-cultural do município de Uberlândia-MG. *Laboratório de Geografia Cultural e Turismo*. Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

ROZAS, Germán. *Pobreza y desarrollo local*. Documento de Trabajo n.2. Santiago do Chile: Universidad de Chile, 1998.

SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. *Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento em Áreas Rurais: métodos de análise e políticas de intervenção*, Roma 30 de outubro de 1996. s. n. t. Tradução do original italiano por Ângela Kageyama, do Instituto de Economia da UNICAMP.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. In: ECHEVERRÍA, R. *Desarrollo territorial rural en América Latina y Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales*. Chile: RIMISP, 2004.

SEBRAE. *Diagnóstico Turístico da Região do Alto Paranaíba*. Araxá (MG), 2003. Disponível em <www.sebrae.com.br>

SEBRAE. *Boletim de Notícias do mês de junho de 2004*. Disponível em <www.sebrae.com.br> Acesso em 3 de fevereiro de 2006.

SEBRAE, *Informativo do ano 2001*. Disponível em <www.sebrae.com.br> Acesso em 21 de setembro de 2006.

SHIKI, S. F. *Desenvolvimento agrícola nos cerrados: trajetórias de acumulação, degradação ambiental e exclusão social em torno de Iraí de Minas*. Uberlândia: UFU, 1998.

SILVA, Arlete Mendes. Uma Tipologia para o Turismo Rural na Região Metropolitana de Goiânia. In: *Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL/FEALQ*. Piracicaba (SP), Outubro 2005. Disponível em <http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos_pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2007.

SILVA, José Graziano; VILARINHO, Carlyle e DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (Orgs.) *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p.15-62.

SOLSONA, J. El turismo rural en la Comunidad Valenciana: análisis y planificación. Aplicación al Alto Mijares. *Serie de Estudios Económicos*, Sociedad Castellonense de Cultura, n.XII, 1999.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou; sobre a necessidade de uma 'Teoria Aberta' do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, Rio de Janeiro, LAGET (UFRJ), v.1, n.1, 1996.

TALAVERA, Agustín Santana. O Rural como Produto Turístico: Algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, Célia *et al.* (Orgs.) *Olhares Contemporâneos sobre o Turismo*. São Paulo: Papyrus, 2000.

TAVARES dos Santos, J. V. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS-Vértice, 1991.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Desenvolvimento Rural e agricultura familiar: reflexões a partir do estudo de caso da cachaça artesanal de Ouro Preto (MG/Brasil) e da Aguardente de Medronho (Algarves/Portugal). In: ENGA, 18, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. (Org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. p.136-143.

_____. Turismo no espaço Rural: segmentação e Tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; SOUZA, Marcelino de (Orgs.) *Turismo Rural: Patrimônio, cultura e legislação*. Santa Maria: FACOS /UFSM, 2006. 225 p.

VALDÉS, L.y E. Del Valle. El turismo rural en España. In: *Curso Avanzado de Turismo en Áreas Rurales: Estrategias y Promoción*. Instituto Agronómico Mediterráneo de Zaragoza, 1996.

PÉREZ, Montserrat Villarino. *Turismo rural en España: paisajes y usuarios, nuevos usos y nuevas visiones*. Universidad de Santiago de Compostela, 2005.

VARASCHIN, M J F.C. *et al.* *Estudo dos Entraves nas Legislações que afetam o Agroturismo e Proposta de Adequação ao Desenvolvimento da Atividade*. Florianópolis, SC: Instituto CEPA/SC, 2004.

VEIGA, José Eli *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Nead – Série Textos para Discussão*, n.1, Agosto 2001. Disponível em <www.nead.gov.br>

VIERA, Elias Medeiros. Micro e Pequenas Empresas como opção ao desenvolvimento e a legitimação formal do Turismo Rural. In: PORTUGUEZ, Anderson *et al.* (Orgs.) *Turismo no Espaço Rural: Enfoques e Perspectivas*. São Paulo: Ed. Roca, 2005.

YAÑEZ, C. N. Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. *Revista de Fomento Social*, Córdoba, IESAA, n.53, p. 31-46, 1998.

_____ *apud* FROELICH, J. M. O “Local” na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento. Curitiba, n.94, maio/dez. 1998, p.88.

ZARGA, E.G. Turismo Rural en Castilla y Leon. Analisis, Problemática y Perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: turismo no espaço rural brasileiro, Piracicaba/SP: *Anais do FEALQ*, 2001. 239p.

ZIMMERMANN, A. *Turismo no Espaço Rural e Natural*. Disponível em <<http://www.zimmermann.com.br/espaco.htm>> Acesso em 12 de maio de 2006.

Lista de sites consultados

<www.abtr.com.br>

<www.agenciaminas.mg.gov.br>

<www.almg.gov.br>

<www.ametur.tur.br>

<www.araxa.mg.gov.br>

<www.assitur.com.br>

<www.biblioteca.unesp.br>

<www.bienvenue-a-la-ferme.com>

<www.biodiversitas.org.br/publicacoes>

<www.bndes.gov.br>

<www.cerradosarachas.com.br>

<www.circuitodosdiamantes.com.br>

<www.desvendar.com.br>

<www.eg.fjp.gov.br/estatísticas>

<www.estanciadosalitre.com.br>

<www.estradareal.org.br>

<www.hotelcanoieiros.com.br>

<www.ibge.gov.br>

<www.idasbrasil.com.br>

<www.ine.es/inebase>

<www.manuelzao.ufmg.br>

<www.montesclaros.mg.gov.br/semma/catrumano>

<www.nead.org.br>

<www.ondehospedar.com.br>

<www.pousadasenhoradosremedios.com.br>

<www.redetrafi.com.br>

<www.sei.ba.gov.br/publicacoes>

<www.turismo.mg.gov.br>

<www.turismorural.org.br>

<www.turismosolidario.com.br>

<www.ufsm.br>

<www.uol.com.br/aurelio>

<www.valedosaofrancisco.com.br>

<www.zimmermann.com.br/espaco.htm>